



REVISTA ELETRÔNICA



REDM

DOCUMENTO

16

MONUMENTO

ISSN: 2176-5804 - Vol. 16 - N. 1 - Dez/2015

NDIHR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR

www.ufmt.br/ndihr/revista

R454 Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. –

Vol. 16, n. 1 (dez 2015)- . – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral.

Modo de acesso: internet

<<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/>>

ISSN 2176-5804.

1. História - Aspectos sociais. 2. Memória (História). 3. Pesquisa Histórica. I. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

CDU 94(81):002



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Aloizio Mercadante Oliva
Ministro da Educação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Reitora

Maria Lúcia Cavalli Neder

Vice-Reitor

João Carlos de Souza Maia

Pró-Reitora Administrativa

Valéria Calmon Cerisara

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Irene Cristina de Mello

Pró-Reitora de Assistência Estudantil

Myrian Threza de Moura Serra

Pró-Reitor de Pesquisa

Joanis Tilemahos Zervoudakis

Pró-Reitora de Planejamento

Elisabeth Aparecida F. de Mendonça

Pró-Reitora de Pós-Graduação

Leny Caselli Anzai

Pró-Reitor de Vivência Acadêmica e Social

Luís Fabrício Cirillo de Carvalho

Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Imar Domingos Queiroz

Supervisor do NDIHR

José Amílcar Bertolini de Castro



REDM

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO/MONUMENTO

CONSELHO EDITORIAL

Nileide Souza Dourado (NDIHR/ICHS/UFMT)

Paulo Silva Ribeiro (NDIHR/ICHS/UFMT)

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (FE/UFMT)

José Serafim Bertoloto (MACP/UFMT)

Maria Adenir Peraro (ICHS/UFMT)

Otávio Canavarros (ICHS/UFMT)

CONSELHO CONSULTIVO

Alexandra Lima da Silva (PPGE/UERJ e PPGHIS/UFMT)
Ana Maria de Almeida Camargo (USP/FFLCH)
Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro (BIBLIOTECA NACIONAL/RJ)
Antonio Rubial García (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)
Arturo Aguilar Ochoa (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – BUAP/México)
Bismarck Duarte Diniz (FD/UFMT)
Cândido Moreira Rodrigues (ICHS/UFMT)
Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)
Carmen Fernández-Salvador (Universidad San Francisco de Quito/Ecuador)
Chiara Vangelista (Università degli Studi di Genova/Itália)
Ignacio Telesca (CONICET–IIGHI/Argentina)
Isabelle Combès (Instituto Francés de Estudios Andinos/Bolívia)
Joana A. Fernandes Silva (UFG)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
Leny Caselli Anzai (ICHS/UFMT)
Leonice Aparecida de Fátima Alves (UFSM)
Luiza Rios Ricci Volpato (ICHS/UFMT)
Marcus Silva da Cruz (ICHS/UFMT)
Marcos Prado de Albuquerque (FD/UFMT)
Maria de Fátima Costa (ICHS/UFMT)
Mário Cezar Silva Leite (IL/UFMT)
Michèle Sato (IE/UFMT)
Nicolas Richard (Université Européenne de Bretagne, Rennes 2/França)
Pablo Diener (ICHS/UFMT)
Rafael Sagredo Baeza (Pontificia Universidad Católica de Chile)
Renilson Rosa Ribeiro (ICHS/UFMT)
Ricardo Padron (University of Virginia/EUA)
Sara Emilia Mata (CONICET-Universidad Nacional de Salta/Argentina)
Suíse Monteiro Leon Bordest (IHGMT)
Teresinha Rodrigues Prada Soares (ECCO/IL/UFMT)
Tiago C. P. dos Reis Miranda
(CIDEHUS: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Portugal)
Vitale Joanoni Neto (ICHS/UFMT)
Vitor Manoel Marques da Fonseca (ARQUIVO NACIONAL/RJ)

EDITORES

Nileide Souza Dourado (NDIHR/ICHS/UFMT)
Paulo Silva Ribeiro (NDIHR/ICHS/UFMT)
Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)

ARTE

Terêncio Francisco de Oliveira

REVISÃO

Rosane da Silveira Tietbohl

DIAGRAMAÇÃO

Alcir Alves de Souza Júnior

CONTATO

Revista Eletrônica Documento/Monumento
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº.2367 – Cuiabá – MT.
Bairro: Boa Esperança
CEP: 78060-900

Tel.: (0**65) 3615-8473 / 3615-8494

E-mails:

ndihr@ufmt.br

nileide@ufmt.br

paulor@ufmt.br

O PORQUÊ DA IMAGEM

Maria Benedita Deschamps Rodrigues, mais conhecida como *Dunga Rodrigues*, nasceu em Cuiabá aos 15 de julho de 1908 e faleceu na cidade de Santos-SP, no ano de 2002. Seus primeiros estudos foram cursados junto ao tradicional Asilo Santa Rita, como externa, e na Escola Modelo Barão de Melgaço, finalizando o ensino médio no Liceu Cuiabano. Diplomou-se contadora pela Escola Técnica de Comércio de Cuiabá. Diplomou-se também em piano e harmonia pelo Conservatório Musical de Mato Grosso e pelo Conservatório Brasileiro de Música (RJ), com registro junto ao Instituto Villa Lobos. Lecionou piano no Conservatório Mato-Grossense de Música e no Conservatório Musical de Mato Grosso, desempenhando também função como pesquisadora na Universidade Federal de Mato Grosso, junto ao NDIHR.

Publicou as seguintes obras: *Uma aventura em Mato Grosso*, *Reminiscências de Cuiabá*, em comemoração aos 250 anos de Cuiabá, *Marphysa*, romance folclórico cuiabano, *Os Vizinhos*, *Cuiabá: roteiro de lendas*, *Memória musical da Cuiabania*, *Lendas de Mato Grosso*, *Cuiabá ao longo de cem anos*, em coautoria com Maria de Arruda Müller, *Colcha de retalhos* e *Movimento Musical em Cuiabá*. Atuou como

membro no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e integrou a Academia Mato-Grossense de Letras, tendo ocupado a cadeira de nº 39, que tem como patrono Antônio Tolentino de Almeida, e como primeiro ocupante o Prof. Antonio Cesário de Figueiredo Neto e Maria Benedita Deschamps Rodrigues sua segunda ocupante. Além das letras, Dunga ligou-se à música, tendo participado ativamente de concertos musicais. Em seus escritos se impõe comprometida com os elementos da cultura popular mato-grossense, tendo sido várias as suas colaborações, na forma de crônicas, ensaios, na imprensa local. Quando Dunga faleceu, em Santos-SP, seu corpo foi cremado e as cinzas trazidas para Cuiabá, tendo sido enterradas no cemitério do Porto, na Capital. O acervo que pertenceu a Dunga e a seu pai Firmo José Rodrigues foi doado ao Arquivo da Casa Barão de Melgaço, um dos mais preciosos e completos arquivos de Família, visto que composto de papéis, manuscritos e impressos, mobiliário, fotografias e objetos pessoais e familiares.



Retrato de Dunga Rodrigues

Pintura em acrílico sobre tela de
Regina Pena de 1984.

Acervo do Museu Histórico de Mato Grosso.

Informações contidas no artigo desta revista *Mulher e Literatura: Cultura letrada e Emancipação Feminina em Mato Grosso* foram fornecidas por Rosemar Eurico Coenga e Rosana Campos Mendes, com colaboração da historiadora Elizabeth Madureira Siqueira, Curadora do Arquivo da Casa Barão de Melgaço.

José Serafim Bertoloto. Membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte – ABCA. Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC de São Paulo (2003) professor titular da Universidade de Cuiabá, historiador, curador e Diretor do Museu de Arte e de Cultura Popular da Universidade Federal de Mato Grosso. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO/UFMT. Artista Plástico com vasta experiência em teoria e crítica, atuando principalmente nos seguintes temas: artes visuais, cultura popular, semiótica e artes em Mato Grosso.

Regina Pena é uma Artista Plástica Mato-grossense com ampla experiência em produção visual. Frequentou o ateliê livre da Fundação Cultural, sob a orientação de Dalva de Barros. Na época, Regina procurava definir seu caminho artístico, pintando paisagens pitorescas, cenas do cotidiano pelo viés das imagens fotográficas. Ela sempre teve em seu repertório as mulheres como um dos elementos instigadores das suas pinturas. Tem o início da sua carreira em 1974 e desde então tem participado de várias exposições coletivas e individuais e Salões de Arte Contemporânea dentro e fora do Estado, além de ter ganhado vários prêmios. Ultimamente tem produzido em arte digital e apresentou essa sua nova versão em uma exposição individual em 2015, intitulado *Voo Solo* com o lançamento do seu livro de poemas na Galeria Arto.

EDITORIAL

A Revista Eletrônica Documento/Monumento, promovida pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso, em sua edição-Volume 16, n. 1 – dezembro de 2015 – integra os festejos comemorativos dos 45 anos da UFMT - momento especial para dar prosseguimento ao percurso do periódico, apresentando o conjunto de investigações realizadas por professores e pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa, públicas e particulares, sem perder de vista o propósito do debate técnico-científico, essencial para o amadurecimento do conhecimento. Trata-se de uma revista on-line, meio amplamente democrático e acessível ao meio intra e extra-acadêmico que cria e oferece aos leitores, alunos, professores, técnicos e demais pesquisadores, condições para que possam não apenas apreciar os diferentes textos, mas que visa também estimulá-los a publicar seus trabalhos, ofertando suas colaborações. Frente aos desafios, a Revista, graças ao desempenho de seus colaboradores, dos membros do Conselho Consultivo e de seus editores, tem se mantido fiel à proposta de tornar o periódico aberto às contribuições de pesquisadores que atuam no âmbito da preservação da memória histórica. Nesse volume 16 são apresentados artigos, resenha descritiva, fontes inéditas comentadas, de autoria de professores, alunos e técnicos de várias instituições de ensino superior do país e do exterior, de empresas públicas e privadas e de particulares, a respeito de temáticas e abordagens diferenciadas, como no primeiro texto, a proposta de trabalho de *Lucy Ferreira Azevedo e Nilzanil M. J. Soares Pinheiro* - **LEITURA SEMIÓTICA DA LENDA O POÇO AZUL**, foi fazer uma leitura sêmio-discursiva do livro *Roteiro das Lendas Cuiabanas*, de Dunga Rodrigues, constituído de lendas compiladas, pela autora, da cultura popular da região da baixada cuiabana, com um tratamento de linguagem de alguém que era profundamente culta e sensível. Em **MULHER E LITERATURA: CULTURA LETRADA E EMANCIPAÇÃO FEMININA EM MATO GROSSO**, *Rosana Campos Mendes* e *Rosemar Eurico Coenga* apresentam um breve panorama da literatura escrita por mulheres e sua participação na cultura letrada em Mato Grosso. Já *Túlio Arruda* com o texto, **ENTRE ÍNDIOS E BOIS REPRESENTAÇÕES E RESISTÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM MATO GROSSO**, busca mapear em qual contexto social, político, econômico e cultural estava inseridos o cenário regional em Cuiabá nesse período, em sintonia com a realidade circundante, relacionado com as práticas de resistência da elite cuiabana, de conflitos e em busca da construção da identidade mato-grossense. Em artigo intitulado, **IMPRENSA ESCRITA E ABORDAGENS RACIAIS NO MATO GROSSO ENTRE OS SÉCULOS XIX E AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**, *Maria de Lourdes Fanaia* procura dar visibilidade às questões raciais pro-



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

pagadas na imprensa escrita no século XIX e início do século XX no território mato-grossense, onde revela que a imprensa escrita para negros inaugurou, na história do Brasil e de Mato Grosso, a tarefa de propor alternativas para a superação do racismo e a formação da identidade afro na sociedade brasileira. Por sua vez, *João Gabriel do Nascimento*, em artigo intitulado **AS IDAS E VINDAS DO CONCEITO DE RAÇA NO BRASIL**, coloca em debate o conceito de raça, visto que ele se mantém atual e necessário para classificar os grupos e as pessoas no Brasil, e, para além disso, reconhecer a permanência do racismo e a necessidade de seu enfrentamento. **HISTÓRIA INTELLECTUAL E HISTÓRIA CULTURAL: UM RECORTE EM ROGER CHARTIER** é o título do artigo de *Névio de Campos*, no qual o autor problematiza a escrita da história intelectual, tomando as reflexões de Roger Chartier para elucidar esse debate. O recorte faz-se a partir dos questionamentos e das proposições presentes em “História intelectual e história das mentalidades”, um dos capítulos do livro *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. *Gislaine Pinto Kramer e Carla Rodrigues Gastaud*, em **ARQUIVO, MEMÓRIA E CIDADANIA: uma reflexão acerca dos arquivos públicos** buscam refletir sobre o valor dos arquivos públicos - cuja finalidade transcende a administração pública - destacando seu papel na sociedade. As autoras atentam para a valorização do arquivo enquanto lugar de memória e não de esquecimento, e suas potencialidades para o exercício da cidadania. Já *Elisabete Gonçalves de Souza*, em seu texto, **ARQUIVO E MEMÓRIA DA ESCOLA DO TRABALHO EM NITERÓI (1920-1940)**, discute a importância dos arquivos enquanto fonte de pesquisa para a memória e história da educação profissional no Brasil. Relatando o processo de organização dos acervos arquivísticos da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, uma das primeiras instituições de educação profissional do município de Niterói, RJ. *Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues e Viviane Scalon Fachin*, com o artigo **EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA COM FONTES JURÍDICAS: ESPECIFICIDADES E VESTÍGIOS HISTÓRICOS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE AO SUL DE MATO GROSSO**, procuram demonstrar a importância dos documentos jurídicos, especialmente dos processos-crime para a pesquisa social. Consideram que tais fontes históricas permitem reconstruir parte da história de vida de homens e mulheres que participaram do processo histórico de formação da sociedade de Mato Grosso, no século XIX. O texto escrito por *Hilda Regina Pereira Menezes Olea e José Carlos Leite*, intitulado **TRÊS FORMAS POSSÍVEIS DE LER A MODERNIDADE**, discute as condições pelas quais a Universidade, enquanto instituição que consolida a organização disciplinar de produção e transmissão de conhecimento, assume um papel relevante na implementação da modernidade ocidental. Analisam tanto o conceito de modernidade quanto a instituição denominada Universidade a partir de suas perspectivas políticas e epistemológicas. Em **PENSANDO AS FORMAS EXPRESSIVAS POPULARES: ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA EM DIÁLOGO** *Patricia Silva Osorio* procura estabelecer um diálogo entre Antropologia e História, demarcando questões importantes para a reflexão sobre cultura popular na contemporaneidade. A tentativa é a de refletir sobre como as diversas maneiras de utilização da história podem contribuir para os modos como pensamos e analisamos as formas expressivas populares. Com o artigo, **CAMINHOS DE MIRANTÃO: HIBRIDISMO NO ESPAÇO-TEMPO CONTINUUM**, *Ana Lia Rodri-*

gues da Silva e Teresinha Prada tratam, sob o foco dos Estudos de Cultura Contemporânea, da localidade de Mirantão, região situada na divisa entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, apontando marcos de hibridismo e mestiçagem sob as luzes de Canclini e Gruzinski, em consonância com as peculiaridades desta comunidade. Em artigo intitulado **ARTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMBIÊNCIA DO IFMT/ CUIABÁ**, os autores *Imara Pizzato Quadros* e *José Serafim Bertoloto* refletem em torno das questões da sustentabilidade, com o desenvolvimento do projeto Arte Ambiental, que teve como matéria criativa o descarte-coleta do papel usado no cotidiano do IFMT – Campus Cuiabá, na execução de um objeto escultórico para ser instalado no pátio da escola. Em **IDENTIDADES FRAGILIZADAS EM UM CONTEXTO SOCIOCULTURAL**, a autora *Edenar Souza Monteiro* busca conhecer a percepção de famílias negras e brancas sobre a escola pública e trata da construção da identidade na perspectiva sociocultural, destacando a fragilidade da assunção da identidade negra em um espaço carregado de preconceito e discriminação. O texto escrito por *José Manuel C. Marta*, intitulado **A REVOLUÇÃO DO VAPOR: PREÂMBULO DA DIVISÃO TERRITORIAL DE MATO GROSSO NO SÉCULO XIX** analisa os instrumentos de transformação do processo produtivo e as inovações tecnológicas que provocaram alterações econômicas, sociais e políticas de certo modo radicais nas regiões sul e norte da província mato-grossense. O autor discute também, aspectos do imperialismo decorrente desse processo, especialmente o relacionado com a incorporação de áreas pelo Brasil dos países limítrofes. O autor, *Antônio Carlos Rufino de Souza*, com o artigo **O CRIME DE PEDOFILIA NA INTERNET E AS LEGISLAÇÕES APLICADAS AO CASO CONCRETO**, apresenta o conceito de crime e crime virtual, esclarecendo o que é pedofilia e como ela ocorre através da Internet, analisando também a lei 11.8259/2008 e discorrendo sobre as leis aplicáveis ao caso concreto. Em **AVALIAÇÃO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL À INUNDAÇÃO NO PERÍMETRO URBANO DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER – MT**, os autores, *Cleberson Ribeiro de Jesus*, *Gleison Aparecido Batista Rodrigues*, *James Moraes de Moura* e *Ingrid Regina da Silva Santos*, buscam colaborar com o entendimento das vulnerabilidades ambientais referentes às inundações e enchentes no perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger – MT, por meio de caracterização, levantamentos e análise geoespaciais dos condicionantes físicos e sociais da referida área, denotando pesos (por grau de impacto e relevância a fragilidade ambiental). *Cassiano Ricardo Martines Bovo* apresenta resenha o livro **A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL: SOCIEDADE, ECONOMIA E ESTADO DESDE A INDEPENDÊNCIA**, de autoria de Luiz Carlos Bresser Pereira. E, encerrando a revista a resenha do livro **GAIA: ALERTA FINAL**, do ambientalista britânico James Lovelock, pela autora, *Pepita de Souza Afiune*. Este número da Revista, como se pode observar, está dedicado à renomada *escritora mato-grossense*, *Maria Benedita Deschamps Rodrigues*, a *Dunga Rodrigues*, sendo seus colaboradores, em sua grande maioria, vinculados a diferentes áreas do conhecimento, porém, o espaço esteve aberto para receber contribuições de todos os campos do conhecimento, sintonizando ainda mais o NDIHR/ UFMT com a diversidade de áreas científicas.

Editores

SUMÁRIO

- 09** LEITURA SEMIÓTICA DA LENDA O POÇO AZUL
Lucy Ferreira Azevedo
Nilzanil M. J. Soares Pinheiro
- 16** MULHER E LITERATURA: CULTURA LETRADA E EMANCIPAÇÃO FEMININA EM MATO GROSSO
Rosana Campos Mendes
Rosemar Eurico Coenga
- 27** ENTRE ÍNDIOS E BOIS REPRESENTAÇÕES E RESISTÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM MATO GROSSO
Túlio Arruda
- 56** IMPRENSA ESCRITA E ABORDAGENS RACIAIS NO MATO GROSSO ENTRE OS SÉCULOS XIX E AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX
Maria de Lourdes Fanaia
- 68** AS IDAS E VINDAS DO CONCEITO DE RAÇA NO BRASIL
João Gabriel do Nascimento
- 92** HISTÓRIA INTELECTUAL E HISTÓRIA CULTURAL: UM RECORTE EM ROGER CHARTIER
Névio de Campos
- 121** ARQUIVO, MEMÓRIA E CIDADANIA: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS
Gislaine Pinto Kramer
Carla Rodrigues Gastaud
- 137** ARQUIVO E MEMÓRIA DA ESCOLA DO TRABALHO EM NITERÓI (1920-1940)
Elisabete Gonçalves de Souza
- 157** EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA COM FONTES JURÍDICAS: ESPECIFICIDADES E VESTÍGIOS HISTÓRICOS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE AO SUL DE MATO GROSSO
Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues
Viviane Scalon Fachin
- 175** TRÊS FORMAS POSSÍVEIS DE LER A MODERNIDADE
Hilda Regina Pereira Menezes Olea
José Carlos Leite
- 193** PENSANDO AS FORMAS EXPRESSIVAS POPULARES: ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA EM DIÁLOGO
Patricia Silva Osorio



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

- 208** CAMINHOS DE MIRANTÃO: HIBRIDISMO NO ESPAÇO-TEMPO CONTINUUM
Ana Lia Rodrigues da Silva
Teresinha Prada
- 226** ARTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMBIÊNCIA DO IFMT/ CUIABÁ
Imara Pizzato Quadros
José Serafim Bertoloto
- 238** IDENTIDADES FRAGILIZADAS EM UM CONTEXTO SOCIOCULTURAL
Edenar Souza Monteiro
- 251** A REVOLUÇÃO DO VAPOR: PREÂMBULO DA DIVISÃO TERRITORIAL EM MATO GROSSO NO SÉCULO XIX
José Manuel C. Marta
- 277** O CRIME DE PEDOFILIA NA INTERNET E AS LEGISLAÇÕES APLICADAS AO CASO CONCRETO
Antônio Carlos Rufino de Souza
- 303** AVALIAÇÃO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL À INUNDAÇÃO NO PERÍMETRO URBANO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER- MT
Cleberson Ribeiro de Jesus
Gleison Aparecido Batista Rodrigues
James Moraes de Moura
Ingrid Regina da Silva Santos

RESENHAS

- 328** A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL: SOCIEDADE, ECONOMIA E ESTADO DESDE A INDEPENDÊNCIA
Cassiano Ricardo Martines Bovo
- 338** GAIA: ALERTA FINAL
Pepita de Souza Afiune

LEITURA SEMIÓTICA DA LENDA O POÇO AZUL

Lucy Ferreira Azevedo

Doutora pela Pontifícia Universidade Católica-SP
Professora da Universidade de Cuiabá-UNIC
lucy_azevedo@terra.com

Nilzanil M. J. Soares Pinheiro

Mestre em Estudos de Linguagem pela
Universidade Federal de Mato Grosso e
Professora da Universidade de Cuiabá
nilzanilsoares@gmail.com

RESUMO

O Poço Azul de Dunga Rodrigues extraído do livro Roteiro das Lendas Cuiabanas. Constitui-se em um conto em que o realce é a linguagem cenográfica, no sentido em que a paisagem, principalmente a luz, não é mero cenário, pois Dunga, escritora aguda em sensibilidade e mulher avante de seu tempo, parece construir um flash cinematográfico por meio da cenografia, para construir um streap tease da personagem principal, um misto de santa e mulher sensual, conforme foi construído o mito.

Palavras chave: Semiótica. Lendas Cuiabanas. Cultura Popular.

ABSTRACT

"O Poço Azul" by Dunga Rodrigues and is in the book "Roteiro de Lendas Cuiabanas". It constitutes in a story where the accent is the language scenographic, in the sense that the landscape, mainly the light, is not mere scenario, because Dunga, acute writer in sensitivity and onwards woman of her time, seems to build a film flash through the scenography, to build a streap tease of the main character, a mix of holy and sensual woman, as was built the myth.

Keywords: Semiotics. Legends Cuiabanas. Popular Culture.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

INTRODUÇÃO

Este texto surgiu da leitura feita do livro *Lendo Lendas* (Azevedo, 2005) que teve origem na dissertação de mestrado, orientação da Dra. Lúcia Helena Vendrúsculo Possari, da Universidade Federal de Mato Grosso. A proposta de trabalho foi fazer uma leitura sêmio-discursiva do livro *Roteiro das Lendas Cuiabanas*, de Dunga Rodrigues, constituído de lendas copiladas da cultura popular da região da baixada cuiabana pela autora, já com um tratamento de linguagem de alguém que era profundamente culta e sensível.

Viu-se, na leitura, o quanto Dunga Rodrigues incorporou a linguagem cenográfica ao conto *O Poço azul*, utilizando uma narrativa curta, quase um *flash* cinematográfico. Cenográfica no sentido mais próximo de Umberto Eco, quando diz que esta compõe e é composta por todos os componentes de cena: atores, luz, espaço, tempo, cores, porque, quando Dunga faz a poesia de *O Poço Azul*, acontece uma transição única, pois tempo, espaço, corpo, tudo é pluralizado. Há junções simbólicas que tramam o cotidiano (CANEVACCI, 2004).

Reforçando esta proximidade que Dunga faz entre o espaço no cinema/teatro e o conto, Umberto Eco (*in* Helbo, 1975, p.29) diz que uma cenografia vai além de seus limites, suas necessidades representativas históricas, diretas. Ela evoca nos seus leitores conceitos estéticos, perceptivos e psicológicos que, como qualquer signo, se altera em formas, conteúdos e tempo.

O que antes, no trabalho da dissertação do qual o livro *Lendo Lendas* foi resultado, teve o apoio de outras correntes teóricas de leitura, agora se procurou associar à linguagem cênica do teatro relativa à cenografia, à Semiótica de Charles Pierce e Santaella para mostrar o quanto Dunga era sofisticada, refinada e tratava a cultura local com tanto respeito e sensibilidade. Para captar tanta delicadeza, buscou-se na pesquisa bibliográfica e fenomenológica um apoio, principalmente na Fenomenologia, porque, conforme Pierce (Santaella, 2002), os embates do cotidiano atingem os nossos sentidos e produzem uma excitação exterior traduzida em signo na consciência, ou seja, um pensamento entre nós e o fenômeno – interpretação (camada entre a consciência e o objeto observado). O signo é este objeto observado, que pode ser codificado, representado: como um ato, um texto, uma imagem. Convencional ou não. É uma abstração, um modelo, uma construção semiótica.

Nesta perspectiva, está construído o mito *O Poço Azul*. Como em um *flash*, corpo, luz, espaço e tempo põem em dúvida: texto construído para um conto ou tratamento dado à linguagem de uma curta metragem?

Vamos, então, à leitura.

UMA LEITURA SEMIÓTICA

O Roteiro das Lendas Cuiabanas traz a cultura do Centro Oeste por meio de suas narrativas de forma muito delicada e poética e, como afirma Maingueneau (1996), os conteúdos desenvolvidos pelo discurso permitem a especificação e validação da cena e do próprio sujeito, pelo qual os conteúdos surgem. O enunciador-Dunga - posiciona-se forçosamente, em um quadro profundamente interativo, em uma instituição discursiva inscrita em certa configuração cultural. Essa posição implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, pois asseguram um suporte material e um modo de circulação do enunciado. Traduzem um modo de ver e sentir o momento retórico traduz a “cena englobante” (Maingueneau, *ib. Op. cit.*), que confere ao discurso o seu estatuto pragmático: no caso, o discurso poético.

O discurso visto como uma prática sociointeracional, é construído na relação dialética entre o individual e o social – o homem e o seu entorno cultural, um alimentando o outro, ou seja, o social que influi no discurso individual, no dito e nos implícitos. Contexto como noção que é, ao mesmo tempo, uma abstração teórica e cognitiva. E linguagem, por sua vez, neste trabalho, é concebida como uma atividade constitutiva do conhecimento humano, ação e sonho, não apenas estruturada pelas circunstâncias, como o mito a seguir.

“Na serra de São Vicente, como se denomina a Seção da Chapada dos Guimarães, por uma estrada hoje cortada, havia uma fazenda que até hoje se denomina Poço Azul. Este local pertencia a uma antiga família serrana e se compunha de grande sesmaria que se foi desmembrando, à medida que os filhos varões iam-se tornando independentes da tutela paterna.

Mas, ainda hoje, embora reduzida em sua extensão, lá está a Fazenda Poço Azul, na posse de um Senhor de fora, que a adquiriu de um descendente daquele tronco vetusto.

O nome desta fazenda lhe veio de um poço existente na propriedade, de uma boca de sete metros de diâmetro aproximadamente, mas tão profundo que a sua superfície se torna azulada e mais bonita se torna a cor aos reflexos do sol.

Criou-se um mito de que, ao lusco-fusco, quando o sol já aparecia em brumado pelos primeiros vestígios da noite, acentuado pela cerração quase constante ao amanhecer e ao entardecer naquela região, uma linda moça, de cabelos fulvos e sedosos, se abeirava do poço. Vinha como se deslizesse suavemente sobre o mato agreste que tapetava o caminho, para lá se banhar. Lenta-

mente, começava a destrançar os cabelos, soltando-os com um movimento gracioso, jogando a cabeça para trás. Depois se despija com a mesma displicência, ajuntando peça por peça de seu vestuário sobre um pé de fedegoso rasteiro e copado. Quando ela começava a se banhar, a sombra da noite já havia envolvido completamente o seu corpo. E aqueles que ousavam arriscar uma olhada de longe nada viam, pois era como se um mistério muito grande mantivesse todos afastados, sem pernas para se aproximar do local: e a neblina cúmplice nada deixava divulgar.

E a moça do Poço Azul permaneceu em completo enigma. Seria uma visão sobrenatural? Uma Santa, protetora do lugar que, não resistindo à beleza da água, viesse regalar-se na terra com um banho refrescante? Seria o espírito corporificado de antiga dona das terras que, se prendendo ainda às vaidades terrenas, viera contemplar-se em toda a formosura, no espelho azul do poço?" (...).

A autora começa a discorrer, em discurso indireto, sobre o surgimento de um mito, momento raro no livro *Roteiro das Lendas Cuiabanas* – metalinguagem - porque o mais comum é a sua preocupação com a investigação/copilação sobre/das lendas. Sobre isso, Rector e Neiva (1997, p. 116), em relação ao questionamento de Dunga sobre como teria surgido o mito d'O Poço Azul, poderiam explicar: "Os mitos moldam a consciência humana, uma vez que servem como instrumentos usados por uma sociedade para ponderar a respeito do pragmatismo e administrá-lo".

Assim, o conto mostra um grande enigma e este enigma interessa a esta análise como função cultural. A curiosidade contida das pessoas que viam a moça mostra quase a "necessidade" de ter um enigma que, para Huizinga (1995), era um jogo sagrado, jogo e seriedade. Efetivam os elementos ritualísticos, exatamente como a moça aparece, sem, entretanto, deixar de ser essencialmente um jogo. O enigma, segundo ele, à medida que a civilização evolui, vai se bifurcando: um lado, a filosofia mística e de outro, o simples divertimento. Ainda segundo o autor, o jogo e seriedade não significam paradoxo (o bom ou o ruim, o sério ou o engraçado). O que aconteceu foi a divisão feita pela civilização, colocando jogo e seriedade, o que anteriormente constituía um meio espiritual contínuo, do qual surgiu a civilização.

Posto que o discurso seja ao mesmo tempo pessoal e sociointeracional; que o enigma proposto na lenda é jogo e seriedade, porque o homem precisa sonhar; que o flash criado pela linguagem cenográfica utilizada por Dunga foi um recurso progressista para a mulher/poeta de sua época, a Semiótica tenta desvendar os mistérios dos sentidos.

Criou-se um mito de que, ao lusco-fusco, quando o sol já aparecia em brumado pelos primeiros vestígios da noite, acentuado

pela cerração quase constante ao amanhecer e ao entardecer naquela região, uma linda moça, de cabelos fulvos e sedosos, se abeirava do poço. Vinha como se deslizesse suavemente sobre o mato agreste que tapetava o caminho, para lá se banhar. Lentamente, começava a destrançar os cabelos, soltando-os com um movimento gracioso, jogando a cabeça para trás. Depois se despiu com a mesma displicência, ajuntando peça por peça de seu vestuário sobre um pé de fedegoso rasteiro e copado. Quando ela começava a se banhar, a sombra da noite já havia envolvido completamente o seu corpo. E aqueles que ousavam arriscar uma olhada de longe nada viam, pois era como se um mistério muito grande mantivesse todos afastados, sem pernas para se aproximar do local: e a neblina cúmplice nada deixava divulgar.

E a moça do Poço Azul permaneceu em completo enigma. Seria uma visão sobrenatural?

Uma Santa, protetora do lugar que, não resistindo à beleza da água, viesse regalar-se na terra com um banho refrescante? Seria o espírito corporificado de antiga dona das terras que, se prendendo ainda às vaidades terrenas, viera contemplar-se em toda a formosura, no espelho azul do poço?"(...)

O Poço Azul (RODRIGUES, 1984)

Um recurso narrativo muito bonito usado por Dunga – progressão lenta – foi à descrição do final do dia, com o detalhamento da luz, item primordial da cenografia teatral/cinematográfica que nos leva à primeiridade- ícone que, conforme Charles Peirce (Santaella, 2002) não é reflexão, racionalidade e sim, pura qualidade. São formas, cores, sem linguagem estruturada. É a simples beleza da prosa poética, é o olhar contemplativo, puro; em movimento simultâneo, acontece a secundidade, no olhar observacional, quando se inicia o desnudamento da moça, como se fosse um streap tease, tendo como cenário a natureza que, por vezes, também é parte da moça para compor o ser mítico. Já há diferenças particulares, há a individualização no mundo particular de cada um; a terceira, ou seja, o olhar abstrato generaliza as observações em classes ou categorias abrangentes. Aproxima a primeiridade da secundidade numa síntese intelectual que Dunga manipula para deixar o símbolo para que seu interlocutor brinque com ele.

O homem precisa como diz Maffesoli (1985-p. 98), de sonho. Sonha, porque é preciso. E este “preciso” é eterno no homem e motiva a sua busca pelos contos primordiais que chegam até ele via memória, que é múltipla e trabalha com o vivido. Montenegro (1992, p.17) registra que a memória também trabalha com o que ainda está vivo no grupo, enquanto a História lida e constrói uma representação de fatos distantes, ou mesmo onde ou quando se encerra a possibilidade de encontrar testemunhas

daquela lembrança. “E aqueles que ousavam arriscar uma olhadela de longe nada viam, pois era como se um mistério muito grande mantivesse todos afastados, sem pernas para se aproximar do local: e a neblina cúmplice nada deixava divulgar”.

A relação homem/natureza, em Mato Grosso, deixa o homem mais livre. Esta afirmação é consequência da observação da dicotomia colocada por Dunga: natureza/cultura. Junto à natureza, até mesmo um ser sobrenatural ou uma santa poderiam desnudar-se a céu aberto, sem pecado, sem culpa, com liberdade e beleza. No plano da cultura, por causa do preconceito, da falta de liberdade, a nudez não poderia acontecer, afinal, ela era uma moça recatada.

“Ela, moça recatada, a tomar banho despida à beira do poço. Nem tinha cabimento”!

“E a moça do Poço Azul permaneceu em completo enigma. Seria uma visão sobrenatural?... Uma Santa, protetora do lugar que, não resistindo à beleza da água, viesse regalar-se na terra com um banho refrescante?”

As cidades pequenas de Mato Grosso ou as pequenas vilas têm uma rotina esmagadora que, com a colaboração do calor sufocante, tornam a vida dos mais sonhadores uma tortura só amenizada pela natureza - “em qualquer de suas manifestações”. Comumente é o rio o fator de fuga, as forças da natureza, a lua, enfim, tudo que possa ser o alívio da rotina.

Diante do todo calmo, pacato, qualquer fator é motivo de simbolização, ou seja, a busca do homem em colocar sentido em tudo que vê, exatamente para quebrá-lo.

Há, neste trecho, perguntas da autora: “Seria uma visão sobrenatural? Uma Santa, protetora do lugar que, não resistindo à beleza da água, viesse regalar-se na terra com um banho refrescante?”

Baseando-se em Huizinga (1995, p. 141), que diz que o jogo de perguntas e respostas pode ter a função de armazenamento de toda uma gama de conhecimentos úteis, acredita-se, também, no suscitar, nas indagações para o autoconhecimento. Quem era a moça? Como poderia aparecer? A resposta é enigma – jogo.

Aquilo que não encerra utilidade, nem verdade, nem valor simbólico, mas também não acarreta consequências nefastas, pode ser apreciado mediante o critério do encanto que possui e pelo prazer que provoca. “Esse prazer, dado que não tem como consequência um bem ou um mal, dignos de nota, constitui em jogo” (Huizinga, 1995, p. 119).

Continua, então, o jogo no mito do Poço Azul. Aparece uma mulher nua, cuja nudez jamais é vista, porque ela, ao tirar a roupa, é envolvida na escuridão. O sol, somado à bruma, é responsável pela formalização

que dará início ao mito. O lusco - fusco favorece a hipocodificação, porque esconde e revela ao mesmo tempo, aliás, é imprescindível que algo esconda, para que o mito seja preservado. Assim, sempre existirá algo para ser falado, comentado no dia-a-dia que nunca muda.

“... ao lusco-fusco, quando o sol já aparecia embrumado pelos primeiros vestígios da noite, acentuado pela cerração quase constante ao amanhecer naquela região...”

Neste conto, tem-se a analogia do destrançar os cabelos como o libertar da moça, através da cabeça jogada para trás. Dunga explica que naquele tempo não era correto uma moça tomar banho nua num lugar aberto. Ao destrançar o cabelo e jogá-lo ao vento, ela se solta. Desnuda-se.

Este conto é uma marca interessante de Dunga em seu gosto pela poesia. No trecho em que descreve a aparição, fá-lo em expressão poética. E este clima poético é próprio de um texto primordial.

A “poiesis” é uma função lúdica e bem diferente do flagrar o comum. O poeta capta o inusitado, tem relações diferentes da lógica e da causalidade e Dunga, artista atemporal amalgama o cenográfico à escrita para produzir o mítico.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Lucy Ferreira. *Lendo Lendas*, Cuiabá, Carlini & Caniato Editorial, 2005.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaios sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: São Paulo: Studio Nobel, 2004.

HUIZINGA. *Homo Ludens*, São Paulo: Perspectiva, 1992.

MAFFESOLI, *O conhecimento comum*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática do discurso literário*, São Paulo: 1996.

MONTENEGRO, Antônio T. *História oral e memória- a cultura popular revisada*, São Paulo: Contexto, 1992.

RODRIGUES, Dunga. *Roteiro das lendas cuiabanas*. Cuiabá: EdUFMT, 1984.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MULHER E LITERATURA: CULTURA LETRADA E EMANCIPAÇÃO FEMININA EM MATO GROSSO

Rosemar Eurico Coenga

Doutor em Teoria Literária e Literaturas pela
Universidade de Brasília (UnB)

Pós- Doutorando em Estudos Comparados
de Literaturas de Língua Portuguesa (USP)

rcoenga@gmail.com

Rosana Campos Mendes

Mestre em Educação pela

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Graduada em Letras pela Universidade

Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

rocamposs@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta um breve panorama da literatura escrita por mulheres e sua participação na cultura letrada em Mato Grosso. O resultado mostra que a incursão dessas mulheres no universo literário contribuiu para a emancipação feminina.

Palavras-chave: mulher, literatura e emancipação feminina.

ABSTRACT

This paper provides a brief overview of the literature written by women and their participation in literacy in Mato Grosso. The result shows that the incursion of these women in the literary universe contributed to the emancipation of women.

Keywords: woman, literature and women's emancipation.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

INTRODUÇÃO

Pretendemos com este trabalho mapear os processos de formação e construção das identidades de escritoras mato-grossenses no século XX. Elegemos o século XX porque é a partir desse momento que se nota a crescente publicação de autoria feminina. O desejo de desenvolver um estudo sobre o percurso da mulher na literatura é antigo, buscando examinar qual seu lugar na historiografia oficial, principalmente, como produtora de textos literários. Este trabalho não tem o objetivo de realizar análises literárias em textos de autoria feminina. O seu propósito consiste em apresentar um breve panorama das mulheres que contribuíram para o florescimento das letras mato-grossenses.

Há no Brasil, principalmente a partir da década de 70 do século XX, um grande projeto cujo propósito é resgatar textos de autoria feminina. Destacamos aqui o trabalho pioneiro de Norma Telles, Constância Lima Duarte, Zahidé Lupinacci Muzart, Rita Terezinha Schmidt e Margaret Rago e outras, por meio de pesquisas que abordam a atuação de escritoras brasileiras e o movimento feminista nos séculos XIX e XX.

Na esteira dessas considerações, e sintonizados com o debate sobre a emancipação feminina em narrativas produzidas por mulheres escritoras mato-grossenses do século XX, apoiamos nossa discussão nos estudos desenvolvidos por Mary Del Priore (2008), Constância Lima Duarte (2003), Norma Telles (2008) e Zahidé Lupinacci Muzart (2000) e, em especial, os estudos de Yasmin Jamil Nadaf, sobretudo, em torno das obras *Sob o signo de uma flor* (1993), obra fundadora para os estudos sobre mulher e literatura e a obra *Presença de mulher* (2004), na qual a autora estuda escritoras do século XIX e XX.

Na perspectiva de uma cartografia literária de escrita feminista, mencionamos o trabalho primoroso de Zahidé Muzart (2000), a pesquisadora organizou a obra intitulada *Escritoras Brasileiras do Século XIX*, selecionando textos de inúmeras pesquisadoras, catalogando biografias e fragmentos de textos de escritoras do passado.

No Estado de Mato Grosso, destacamos o trabalho desenvolvido pela pesquisadora Yasmin Jamil Nadaf (1993, 2002, 2009, 2014) que procura em seus estudos descortinar a incursão das mulheres no universo literário. Em suas pesquisas, procura levar em conta o universo e a participação feminina em periódicos da época e em agremiações literárias. Suas análises se apoiam em documentos como crônicas, artigos, contos e poesias publicados em livros, periódicos, jornais entre 1916 e 1950.

As pesquisas sobre gênero têm demonstrado a invisibilidade feminina em todos os segmentos da sociedade, especialmente, no campo da in-

telectualidade. Algumas autoras travestiram-se de homens, com o único propósito de ver a publicação e circulação de suas obras, por exemplo, é o caso de George Sand, pseudônimo da parisiense Amandine Aurore Lucile Dupin e da escritora inglesa Mary Ann Evans, conhecida George Eliot.

Colocando em prática suas teorias sobre a emancipação feminina, Amandine Aurore adotou vestes masculinas aconselhadas por sua mãe e tornou-se célebre por seus numerosos casos de amor com homens femininos, como o compositor Chopin, e por sua correspondência amorosa com a cantora Marie Dorval. Outro caso exemplar, é da inglesa Mary Ann Evans (George Eliot) adotou um nome masculino, também se vestia como homem. Entendiam que para vencer e sobreviver num mundo de dominação masculina tinham que usar suas mesmas armas e roupas.

No Brasil, a presença de escritoras nos diferentes momentos da historiografia literária é bastante reduzida. Na obra *História concisa da Literatura Brasileira* (1999), Alfredo Bosi destaca alguns poucos nomes femininos, como Francisca Júlia, no Parnasianismo ou Auta de Sousa, no Simbolismo. A publicação de obras de autoria feminina surge de fato em meados do século XIX, com a publicação de *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis. *A intrusa* (1908), de Júlia da Costa e o romance *A sucessora* (1934), de Carolina Nabuco.

As curtas aparições de mulheres escritoras nos anos 30 e 40 no rol de escritores consagrados dão visibilidade, nos anos 70 e 80, a uma significativa produção literária: Rachel de Queirós e Cecília Meireles, ao serem reconhecidas nacionalmente, abrem as portas das editoras a outras escritoras, porém, as obras de Clarice Lispector representam um marco na literatura de autoria feminina no Brasil.

Nesse contexto de mudança a literatura brasileira de autoria feminina ganha novos contornos e vozes. Na trilha de Clarice Lispector, surgem nomes de Hilda Hilst, Marina Colassanti, Lya Luft, Adélia Prado, Lygia Fagundes Telles, Ana Maria Machado, Nélida Pinõn, que entre 1996 e 1997, tornou-se, a primeira mulher, em 100 anos, a presidir a Academia Brasileira de Letras. O aumento do número de obras de autoria feminina se deve ao fortalecimento recebido das lutas feministas, que concedeu a elas o direito de falar.

Ao discutir a história do feminismo brasileiro, Constância Lima Duarte, em seu artigo *Feminismo e literatura no Brasil* (2003), apontam as décadas de 1830, 1870, 1920 e 1970 como “as ondas do feminismo”, períodos em que o movimento ganha força.

“A primeira onda: as primeiras letras” corresponde ao século XIX, período em que a mulher luta pelos direitos primários, como o acesso à educação. Busca-se a construção de uma identidade feminina. Como estu-

diosa da obra de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810- 1885), destaca a representatividade da escritora, em especial, a obra intitulada *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832). Destaca a presença de outras vozes expressivas, dentre elas: Albertina Berta, Ana Luísa Berta, Maria Firmina dos Reis, Maria Benedita Bormann, Carmen Dolores, Ana Luísa de Azevedo e Castro, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas.

“A segunda onda: ampliando a educação e sonhando com o voto” “surge por volta de 1870, e se caracteriza principalmente pelo espantoso número de jornais e revistas de feição nitidamente feminista, editados no Rio de Janeiro e em outros pontos do país” (DUARTE, 2003, p. 155). Uma das principais reivindicações, nessa fase, será o direito ao voto. A imprensa será um veículo de suma importância. A autora realça o teor contestatório do jornal *A Família*, de Josefina Álvares Azevedo (1851- ?); além de *O Corimbo*, das irmãs Revocata Heloísa de Melo (1862- 1944) e Julieta de Melo Monteiro (1855- 1928), publicado na cidade de Porto Alegre durante os anos de 1884 a 1944.

“A terceira onda: rumo à cidadania” definida por Constância Duarte, as exigências pelo direito ao voto continuam juntamente com as reivindicações de inserção da mulher no campo de trabalho, bem como no ensino superior. Destacam-se nomes como Bertha Lutz (1894- 1976), Maria Lacerda de Moura (1887- 1945), Leolinda Daltro (1860- 1935), Ercília Nogueira Cobra (1891- 1938), Adalzira Bittencourt (1904- 1976), Mariana Coelho (1880- 1953), Diva Nolf Nazário (séc. XX), entre outras.

“A quarta onda: revolução sexual e literatura”, período em que a mulher já consegue concretizar grande parte das exigências reivindicadas na fase anterior, Duarte destaca:

Enquanto nos outros países as mulheres estavam unidas contra a discriminação do sexo e pela igualdade de direitos, no Brasil o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que elas se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. (DUARTE, 2003, p.165).

Nelly Novaes Coelho, também em *A literatura feminina no Brasil contemporâneo* (1993), aponta esse período de amadurecimento da literatura produzida por mulheres, realçando o que ela nomeia de consciência crítica. Esta, por sua vez, estaria presente de maneira mais visível na produção de autoria feminina a partir da década de 1960, em que predominam na poesia, Hilda Hilst, Ana Cristina César, Adélia Prado, Cora Coralina; na prosa, Clarice Lispector, Nélida Piñon, Márcia Denser, Lygia Fagundes Telles, Lya Luft, entre outras.

Consciência que à força de tentar se posicionar, não só em relação à falência do modelo⁷ de comportamento feminino herdado da sociedade tradicional (a sociedade cristã/burguesa/liberal/patriarcal/capitalista que vem sendo questionada e abalada em seus alicerces desde o início do século), como também à interdependência existente entre as múltiplas formas de criação literária e os estímulos ou imposições do contexto sociocultural em que essa criação surge. (COELHO, 1993, p.16).

Segundo as considerações feitas por Constância Lima Duarte em *Feminismo e literatura no Brasil* (2003), a autora destaca a existência de uma quinta “onda” a partir dos anos de 1990. Ela conclui: “Com certeza vivemos outros e novos tempos, e o movimento feminista parece atravessar um necessário e importante período de amadurecimento e reflexão. O que não se sabe é como retornará na próxima onda, que formato e dimensões poderia ter” (DUARTE, 2003, p.168).

Lembramos ainda as contribuições de Simone de Beauvoir e de Virginia Woolf para a crítica dos estudos feministas do século XX. Ambas chamam a atenção para a perspectiva da mulher diante do mundo realçando a ruptura da escrita feminina diante da escrita dominante e reconhecem que somente pela independência feminina torna-se possível chegar a um caminho de libertação.

Contemporaneamente, duas publicações organizadas por Luiz Ruffato em 2004 e 2005, intituladas respectivamente, *25 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira* e *+30 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira*, têm sido de fundamental importância para propor caminhos de pesquisa na direção de algumas das mais representativas escritoras brasileiras contemporâneas. No prefácio da obra intitulado *Mulheres: contribuição para a história literária* (2004), Ruffato dedica especial atenção às escritoras do século XIX e XX do que às mais contemporâneas. O autor na obra em questão procura discutir um tema recorrente nos estudos de gênero no Brasil: o resgate de escritoras e a revisão do cânone literário. Ambas as obras, reveste-se de uma importância singular pelo fato de trazer a baila um leque de escritoras que ainda estão buscando sua afirmação na cena literária.

Diante desse contexto, é importante frisar algumas pesquisadoras que têm desempenhado um papel fundamental no que tange às principais reflexões dos estudos sobre mulher e literatura, a saber: Heloisa Buarque de Hollanda, Constância Lima Duarte, Norma Telles, Zahidé Lupinacci Muzart, Nelly Novaes Coelho, Yasmin, Jamil Nadaf, entre outras.

Os estudos da pesquisadora Yasmin Jamil Nadaf (1993, 2004) tem sido importante no sentido de estabelecer parâmetros que norteiam os estudos sobre a literatura de autoria feminina no Estado de Mato Grosso.

No Estado nas primeiras décadas do século XX, assistimos o surgimento de publicações voltadas para o público feminino, conforme indicações de Nadaf (1993, 2004), o primeiro empreendimento nesse sentido se deu com a criação da Revista *A Violeta* em 1916. Segundo Nadaf (2009)

Órgão do Grêmio Literário Júlia Lopes, o primeiro número de **A Violeta** circulou em dezembro de 1916, e o último exemplar que localizamos de sua coleção data de março de 1950. Do seu aparecimento até 1920 ela foi bimensal, posteriormente passou a ser um periódico mensal. Vasta foi sua produção e diversificado foi o gênero que se imprimiu em suas páginas. Múltiplos foram também seus colaboradores, somando-se às mulheres mato-grossenses escritores da região e escritores e escritoras de outros Estados e do estrangeiro. (NADAF, 2009, p. 19).

A Violeta revela-se como uma revista de forte cunho educativo, indicando caminhos seguros para a emancipação feminina, uma vez que através do estudo e da instrução, a mulher teria melhores condições para conquistar autonomia em relação à sociedade.

De acordo com Nadaf (2004) “*A Violeta* foi uma revista de mulher para mulher. Grande parte de sua produção diz respeito direta e especificadamente à mulher”. Mas quem eram essas mulheres preocupadas em se redefinir diante da variedade de discursos e perspectivas que se apresentavam sobre a atuação feminina na sociedade da época? Eram “mulheres simples e lutadoras – umas escritoras, outras professoras, funcionárias públicas e autônomas, jovens e donas de casa” (NADAF, 2004, p. 98). Eram, sobretudo, mulheres bem instruídas que possuíam o hábito de leitura estimulado pela formação escolar e que tinham acesso a jornais e revistas que traziam notícias e matérias sobre a emancipação e ampliação da atuação feminina na sociedade. Essa ampliação fez com que essas mulheres passassem a vislumbrar perspectivas de realização que ultrapassavam as fronteiras do espaço doméstico.

Destacamos aqui uma breve exposição das principais escritoras selecionadas a partir da obra *Presença de mulher* (2004), Yasmin Jamil Nadaf. São elas:

Amélia Lobo (1898 – 1977), professora primária e de didática, história da educação e geografia. Assinou na Revista como Solange, Aurora, Dolores, A. Lobo, Amelinha e Amelinha Lobo. Publicou textos curtos em prosa, além de artigos jornalísticos de assuntos diversos. Escreveu os livros *Noções de corografia de Mato Grosso*, *Tesouros de minha terra*, *Município de Cuiabá* e *Minha cartilha*.

Ana Luiza Prado (1898 – 1986) assinou a Revista com o pseudônimo Zilah Donato e Delorme Vaz. Formou-se pela Escola Normal e fez parte do

grupo como fundadora do Grêmio, posteriormente tornando-se membro da Academia Mato-Grossense de Letras, fundada em 1919.

Antídia Coutinho (1904 – 1978), funcionária pública e vereadora em Araguaiana. Cultivou a poesia e a prosa curta. Usou os pseudônimos de Sertaneja Inconsolável e Yara do Leste, e as iniciais do seu nome A. C, A. A. C, T. C e Tida Coutinho.

Maria Dimpina Lobo Duarte (1891 – 1966), professora e funcionária pública federal, Bacharelou-se em Ciências e Letras pelo Liceu Cuiabano em 1909, era professora e diretora escolar. Assinou na Revista com o pseudônimo de Arinapi e Marta, as iniciais do seu nome M. D e Maria Dimpina.

Maria Santos Costa (1918 -) professora, bibliotecária e funcionária pública. Sua escrita foi impressa no jornal *O Estado de Mato Grosso* e na Revista *A Violeta*. Assinou seus escritos com os seguintes pseudônimos de Marília e Mascote. Sua produção literária está voltada por um lirismo amoroso com grande liberdade formal.

Maria Alzira Alderett (MT, ?) assinou com o nome de Alzira. Adepta à composição de trovas publicou a obra *250 trovas – homenagem a Cuiabá nos seus 250 anos*. São quadras simples e escritas em uma linguagem clara e direta.

Guilhermina de Figueiredo (1911 – 1981), professora e oradora do Grêmio Literário Júlia Lopes. Publicou a obra *Lampejos d'alma – Trovas*. Suas quadras abordam o tema do amor, da saudade, da fé, da esperança e outros sentimentos.

Maria da Glória Novis (1915 – 1950), formou pela Escola Normal e sua produção encontra-se registrada nos periódicos Mato-Grossenses, entre eles a *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*, a *Revista do Grêmio Literário Álvares de Azevedo* e *Violeta*.

Sylvia Augusta Pompeu de Barros (1894 -1976), professora, natural de Cáceres. Escreveu poemas, sonetos e prosa curta de teor romântico. Seus escritos versam sobre o sentimento da religiosidade cristã e do poder divino, a apologia a cidades de sua região, a datas e fatos históricos nacionais.

Tomamos para efeito de ilustração as contribuições de Maria Arruda Müller e Maria Benedita Deschamps Rodrigues (mais conhecida como Dunga Rodrigues). São importantes escritoras que divulgaram a cultura mato-grossense, ainda que na esfera local. Maria de Arruda Müller nasceu em Cuiabá – MT no dia 9 de dezembro de 1898, descendendo de João Pedro de Arruda e Adelina Ponce de Arruda. Alfabetizada aos cinco anos, sempre esteve ligada ao magistério, ao jornalismo e à literatura. Dotada de uma capacidade intelectual admirável, instituiu o Grêmio Literário “Júlia Lopes”, instituição responsável pela publicação da Revista *A Violeta*, que circulou de 1916 a 1950.

Na realização dessa empreitada, ela juntamente com outras companheiras deu início a um forte movimento em prol do voto feminino, no ano de 1930, momento em que possibilitou as mulheres mato-grossenses a se inscreverem como eleitoras. Além do pioneirismo em favor dos votos das mulheres e a criação da Revista *A Violeta*, Maria de Arruda Müller. Fundou o Abrigo dos velhos e das crianças de Cuiabá.

A carreira de escritora é reconhecida por meio das diversas homenagens, diplomas, troféus e medalhas que recebeu ao longo dos anos. Com atuante participação na imprensa, publicou nos jornais *O Cruzeiro* e *A Cruz*. Além desses seus trabalhos e atributos, um fator que confere especial destaque a Maria de Arruda Müller entre as outras escritoras mato-grossenses é o fato de ela ter sido a primeira mulher a ingressar na Academia Mato-Grossense de Letras, onde veio a ocupar a cadeira nº 07, antes ocupada por renomadas figuras masculinas. Esse diferencial em sua carreira proporcionou ao seu trabalho maior expressividade e exaltou sua carreira literária, abrindo trilhas para novas indicações femininas. A referida cadeira é assim constituída: Patrono: Cônego José da Silva Guimarães; 1º Ocupante: Manuel Xavier Paes Barreto Filho 2º Ocupante: Maria de Arruda Müller e atual ocupante: Ivens Cuiabano Scaff.

Nesse contexto, no entanto, há que se salientar o prêmio Comenda da Ordem Nacional do Mérito Educativo, recebido pelo então Ministro da Educação Paulo Renato Souza. Prêmio concedido a personalidades que prestaram serviços relevantes à educação. Suas publicações são *Sons longínquos*, *Família Arruda* e *Cuiabá ao longo de cem anos*, em co-autoria com a escritora Maria Benedita Deschamps Rodrigues. Em sua produção temos, por exemplo, prosa curta e poesia. Entretanto, parece neste sentido, que, Maria de Arruda Müller, tem sua atuação e obra reconhecida por sua beleza e simplicidade. Faleceu em 2003.

Outra importante escritora mato-grossense é Maria Benedita Deschamps Rodrigues. Nasceu em Cuiabá aos 15 de julho de 1908, tendo sido seus pais Firmo José Rodrigues e Maria Rita Deschamps Rodrigues. Lecionou piano no Conservatório Mato-Grossense de Música e no Conservatório Musical de Mato Grosso, desempenhando suas funções como pesquisadora na Universidade Federal de Mato Grosso.

Publicou as seguintes obras: *Uma aventura em Mato Grosso*, *Reminiscências de Cuiabá*, em comemoração aos 250 anos de Cuiabá, *Marphysa*, romance folclórico cuiabano, *Os Vizinhos*, *Cuiabá: roteiro de lendas*, *Memória musical da Cuiabania*, *Lendas de Mato Grosso*, *Cuiabá ao longo de cem anos*, em coautoria com Maria de Arruda Müller, *Colcha de retalhos* e *Movimento Musical em Cuiabá*. Atuou como membro no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Fez parte da Academia Mato-Grossense de Letras tendo ocupado a cadeira de nº 39 tendo como

patrono Antônio Cesário de Figueiredo Neto, 1ª ocupante: Maria Benedita Deschamps Rodrigues e a atual ocupante: Amini Haddad Campos. Seus ensaios segundo Elizabeth Madureira Siqueira:

Versam sobre festas típicas cuiabanas, especialmente as juninas, conversas travadas nas varandas ou até mesmo nas rodas de cadeiras colocadas nas calçadas, regadas pelo tradicional guaraná ralado, refresco ou um licor, quando a ocasião era comemorativa. Destaque deve ser feito às crônicas relativas às relações de poder fortemente presentes no contexto mato-grossense, especialmente na primeira metade do século XX, onde a violência e o coronelismo saltavam aos olhos. (SIQUEIRA, 2005, p. 143).

Além das letras, Maria Benedita Deschamps Rodrigues é ligada à música, tendo participado ativamente de concertos musicais. Em seus escritos se impõe comprometida com os elementos da cultura popular mato-grossense. E foram várias as colaborações na forma de crônicas, ensaios na imprensa local. Faleceu em 2002.

Essas e outras escritoras carregaram suas bandeiras tornando visível a presença feminina na história cultural de Mato Grosso. Pertenciam a uma elite letrada que tinham acesso à educação e à publicação. Hilda Gomes Dutra Magalhães (2001) afirma que os periódicos e as agremiações literárias tiveram no Estado, nas primeiras décadas do século XX, a mesma importância cultural que a atividade teatral nos séculos anteriores. Na verdade, a influência do Grêmio Júlia Lopes e da Revista *A Violeta* na sociedade letrada de Cuiabá e de Mato Grosso fomentou a participação feminina nas cartografias literárias.

A nosso ver, Maria de Arruda Müller e Maria Benedita Deschamps Rodrigues, são ícones na história da educação e da cultura em Cuiabá. Assim como as outras, serviram de ponto de apoio na conquista de um lugar de destaque na vida da mulher intelectual mato-grossense.

Utilizavam espaços nas publicações para discutir temas relacionados “ao amor, a pátria, a natureza expressiva, a religião (como fé e valor espiritual), a morte, à noite, o luar, as flores, o desejo de evasão, a valorização da história e do passado nacional e da vida simples, em natureza, o anseio de progresso e a preocupação social” (NADAF, 2004, p. 98).

O amor, a paixão, o romantismo, a insegurança, o ciúme e o desnudamento da alma feminina marcam presença na produção feminina. Muitas dessas mulheres usavam pseudônimos como Solange, Aurora, Delorme Vaz, Sertaneja Inconsolável, Yara do Leste, Arinapi, Marta, Mary, Chloé, Vampira, Consuelo, Sara, Marília, Irma Plawaski e outros. Em face da dificuldade de precisar a identidade das mulheres que divulgavam sob pseudônimo nos jornais locais, o que se aponta são vestígios. Possi-

velmente eram mulheres que se destacavam na sociedade da época e, que possuíam relações de parentesco com literatos e redatores, o que facilitava a publicação de textos nos jornais locais. A nosso ver, a atuação dessas mulheres na imprensa local, pode ter sido impulsionada pelas reivindicações feministas.

A atuação feminina na imprensa local foi progressivamente ampliada nas décadas seguintes. Esse processo deve-se a ampliação do ingresso feminino à instrução e a percepção da prática literária como fator de refinamento cultural e intelectual. Nesse sentido, destacamos o incentivo promovido por estabelecimentos escolares e grêmios literários com a edição de revistas e jornais literários.

Como forma de realçar a importância dos estudos relacionados à escrita de autoria feminina, esperamos que este conciso panorama tenha servido para situar os propósitos sustentados por algumas de suas representantes, embora se saiba que pontuar alguns nomes é sempre uma tarefa árdua, pois se corre o risco de excluir outros significativos.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1999.

COELHO, Nelly Novaes. *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Siciliano, 1993.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. In. *Revista Estudos Avançados* 17. São Paulo: 2003.

MAGALHÃES, Hilda Dutra. *História da Literatura de Mato Grosso: século XX*. Cuiabá: Unicen, 2001.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

NADAF, Yasmin Jamil. *Presença de mulher*. Rio de Janeiro: Lido, 2004.

_____. *Rodapé das miscelâneas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

_____. *Estudos literários em livros, jornais e revistas*. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

_____. *Páginas do passado: ensaios de literatura*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2014.

_____. *Sob o signo de uma flor*. Estudo da revista A Violeta, publicação do Grêmio Literário Júlia Lopes – 1916 a 1950. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1993.

PRIORE, Mary Del. (Org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

RUFFATO, Luiz (Org.). *25 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira*. São Paulo: Record, 2004.

_____. *+30 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira*. São Paulo: Record, 2005.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Reconstituindo arquivos escolares: a experiência do GEM/MT. In. *Revista Brasileira de História da Educação* nº 10 jul./dez. 2005.

TELLES, Norma Abreu. Escritoras, escritas, escrituras. In. PRIORE, Mary Del. (Org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

ENTRE ÍNDIOS E BOIS REPRESENTAÇÕES E RESISTÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM MATO GROSSO

Túlio Arruda

UFMT/ campus Cuiabá
Mestrando em História
tulioarruda@yahoo.com.br

RESUMO

O Palácio Paiaguás é a sede do poder executivo do Estado de Mato Grosso, construído na administração de José Manoel Fontanillas Fragelli, como governador de Mato Grosso (1971-1975), que recebeu o nome de Palácio Paiaguás, no recém-criado Centro Político Administrativo – CPA, em Cuiabá. Com isso homenageava-se uma das nações indígenas que, no período colonial, ofereceu muita resistência à entrada dos colonizadores ibéricos no território mato-grossense e acabou exterminada. A fachada desse edifício foi decorada por um grande mural de autoria do artista plástico Humberto Espíndola. Nele, entretanto, no lugar dos índios que emprestam o nome ao prédio, o que se vê são representações de enormes cabeças de bois, homenageando a pecuária, uma atividade que na década de 1970 alicerçava a economia do Estado. Isto posto, o presente trabalho busca mapear em qual contexto social, político, econômico e cultural estavam inseridos o cenário regional em Cuiabá nesse período, em sintonia com a realidade circundante, relacionados com as práticas de resistência pela elite cuiabana, de conflitos e em busca da construção da identidade mato-grossense.

Palavras chaves: Palácio Paiaguás, representações, índios e bois.

ABSTRACT

In the management of José Manoel Fontanillas Fragelli as governor of Mato Grosso between (1971-1975), a new build-



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ding was built to house the seat of government that was named Paiaguás Palace, the newly created Political and Administrative Centre – CPA, in Cuiabá. Thus if honored, one of the indigenous nations in the colonial period, who offered much resistance to the entry of Iberian settlers in the territory of Mato Grosso and eventually end up exterminated. The facade of this building was decorated with a large mural by the plastic artist Humberto Espíndola. In it, however, in place of the Indians who lend the name of the building, what you see are representations of huge heads of cattle, honoring the livestock, an activity that in the 1970s was the primary state's economy. Having said that, the present work intends to map in which social, politic, cultural and economic context was inserted in regional scenario during this time in Cuiabá, tuned with surrounding reality, related with the resistance practices of Cuiabá elite, with conflict and the build of Mato Grosso identity.

Keywords: Paiaguás Palace, representations, Indians and cattle.

INTRODUÇÃO

 Estado de Mato Grosso e precipuamente, sua capital Cuiabá, passaram por profundas mudanças na década de 1970, atingidas por uma série de transformações no âmbito econômico, político, social, administrativo e também no campo cultural. Essas são as transformações estruturais, que intercorriam no cenário nacional, que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964, cujos reflexos torna-ram-se visíveis em consonância com as diretrizes impostas pelo Plano de Integração Nacional (PIN), instituído em meados de 1970. Há de se observar, como lembra a historiadora Márcia Bomfim (2010), Cuiabá estava em uma posição geograficamente estratégica, servindo como eixo de passagem e principalmente na sua infraestrutura, à entrada de migrantes direcionados para colonizar a região da Amazônia.

Inicialmente trata-se do período que antecede a separação do Estado. Portanto, marcado por fortes discussões separatistas até a década de 1977 quando então, o Estado de Mato Grosso teve o território dividido vindo a compor dois estados – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Por seu turno, o expressivo afluxo de pessoas oriundas de outras regiões, como do Sul e do Nordeste, que chegavam às terras mato-grossenses, levou ao crescimento de áreas agrícolas e, maiormente, à pecuária, com a criação extensiva do gado bovino, em grandes áreas que passavam a ser desmatadas, áreas, vale lembrar, em sua grande maioria terras indígenas, que eram postas à venda para dar espaço ao chama-

do “desenvolvimento” agrícola e pecuário. Têm-se, então, conflitos com vários povos indígenas, como, por exemplo, os Cinta Larga, que levou a imprensa internacional a qualificar acertadamente de genocídio, e também com os Xavante.

Estes dados levam a refletir sobre o porquê de dar o nome dos Payaguá ao novo prédio da sede do governo, que traz na sua fachada a representação de figuras bovinas. Para responder a essa indagação, buscou-se elementos que ajudassem a entender, ou, pelo menos, aproximar, do significado que está embutido em cada um desses dois temas: índios e bois.

Nessa reflexão, três questões não podem ser deixadas de fora: uma é a presença dos migrantes, principalmente dos sulistas, que trouxeram à tona novamente os rumores do “movimento separatista e ou divisionista” do Estado de Mato Grosso, que se efetivou por meio de decreto em 1977, visto que tais discussões são antigas, bem como da maior enchente que atinge ao Estado em 1974, contribuindo para a descaracterização da cultura local. Mais ainda, nesse trâmite, surge na cidade de Cuiabá uma crescente onda de defesa de costumes, que culminou no chamado movimento Muxirum Cuiabano. Com essa palavra de origem tupi-guarani, que significa mutirão, um grupo de pessoas da elite local, se reuniu, em fins da década de 80, com a justificativa de recuperar e preservar valores e costumes por eles entendidos como os verdadeiros do povo cuiabano. Buscava-se salvaguardar o que estava sendo destruído, tanto em função da divisão do Estado, como pelos novos moradores oriundos principalmente do Sul do Brasil. Este movimento, que passou a receber o apoio da mídia local, se configurou como de resistência frente ao processo separatista e dos hábitos e costumes dos sulistas. Deste contexto surge a denominação “cuiabania”, que se referiam às elites presentes em Cuiabá, segundo Bezerra (2008).

Tendo por base as transformações emblemáticas que ocorriam entre o início da década de 70 e fins dos anos de 1980, nas esferas políticas, econômicas, sociais e principalmente culturais que desencadeou a resistência e, de certa maneira, o enfrentamento entre cuiabanos e sulistas, que buscavam “defender” os hábitos e costumes locais, indaga-se se já na década de 1970 esse sentimento de “cuiabania” estava se formando e, se o mesmo pode ter inspirado o governador Fragelli e sua equipe na escolha do nome do palácio, o Palácio Paiaguás, como a sede da administração do governo do Estado. Será que a razão para a escolha do nome está relacionada com o intento por resistir e de combater as transformações que interferiram nos interesses das camadas dirigentes, que passaram a fazer uso da chamada tradição, com o intuito de consolidar os preceitos da cultura cuiabana?

Ao analisarmos os discursos sobre o “progresso” e a “defesa” da cultura de Cuiabá difundidos pelo movimento do Muxirum, percebemos como estes eram emanados e vinculados a um grupo de famílias que há décadas se revezavam no poder local, ou até, poder-se-ia dizer que se tratava de uma oligarquia local. Esta, para defender suas raízes, procura nas camadas mais pobres a fonte de uma cultura popular que chamará de matriz e que, até então, havia refutado. Percebe-se que o objetivo do Muxirum era criar padrões e tradições que se perpetuassem no tempo e no espaço, frente à realidade circundante e precipuamente por preservar seus apanágios, ou seja, terras, cargos e as tradições dos cuiabanos.

O Estado de Mato Grosso estava, nesse período, sendo acusado pela mídia nacional e internacional de conflitos e crimes praticados contra povos indígenas, desrespeitando desta forma a Convenção de Genebra relacionado aos Direitos Humanos. Fato que ocorre em uma fase que o país buscava financiamento internacional para promover o chamado “milagre brasileiro”. Isto, na avaliação da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2006), prejudicaria a imagem brasileira junto ao financiador estrangeiro. Isso por sua vez, serviu também como argumento para a elite cuiabana, quando desencadeou o ataque ao grupo que havia migrado para Mato Grosso, uma vez que era esse grupo, que em sua quase maioria, investiria na região Norte do Estado, e era tido como o “responsável” pelos conflitos com os povos indígenas. Grupo este que foi considerado como o “invasor”, assim dito pelo historiador Rubens de Mendonça (1975).

Como resultado, as representações de índios e bois derivam de conflitos e surgem como movimento de resistência por interesses entre oligarquias regionais. Fatos e enfrentamentos devidamente registrados na historiografia do Estado e nos jornais tanto regionais como nacionais, que culminaram na cristalização da criação das tradições no seio da sociedade cuiabana, visando construir uma identidade dita una no Estado, que estava descaracterizada em razão dos fatores advindos do Plano de Integração Nacional – PIN e, tal como por forças da natureza, a exemplo da enchente de 1974, que deixou muitos desabrigados e destruiu a cultura ribeirinha.

CENÁRIO REGIONAL - RESISTÊNCIAS, CONFLITOS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MATO GROSSO

As transformações que ocorreram em 1970 à capital de Mato Grosso – Cuiabá –, que se seguiu ao golpe “civil-militar” de 1964, tendo em vista as diretrizes impostas pelo Plano de Integração Nacional, mais conhecido como o (PIN), que fora instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106 de 16 de

junho de 1970, que “[...] objetivava a efetiva ocupação da Amazônia Legal através do deslocamento de migrantes” (SIQUEIRA, 2002, p. 234) pela qual passou a figurar em uma intensa propaganda de massa, vinculada ao PIN, através de jornais, rádio e de canais de televisão, em especial a Rede Globo. É nessa época, ou seja, em fevereiro de 1969, que o primeiro canal de televisão, transmitido em preto e branco pela TV Centro América, chega à Cuiabá (GUIMARÃES, 2007). E tempos depois Mato Grosso passa a receber o sinal a cores.

Dentre as propagandas impulsionadas pela mídia, em principal a televisiva, figurava a de fomento ao processo migracional que estava sob o controle do “[...] governo [Federal] e pelas empresas privadas de colonização, os quais trazem propaganda da riqueza aliada ao discurso da Pátria [e] torna mais presente o reconhecimento da nação” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 41). A vinda de nordestinos, garimpeiros e, em maior número, de sulistas, tanto de pequenos colonos, bem como de grandes investidores, passa a acionar mudanças físico-culturais e sociais em Cuiabá¹. Mas não só isso, a grande leva migratória estava destinada às regiões localizadas ao Norte do Estado, na região chamada de Amazônia Mato-grossense, com o objetivo de ocupar os chamados “espaços vazios”.

Portanto, nordestinos e gaúchos vinham com seus modos “[...] de vida, suas tradições e costumes e ajudando a **mudar as estruturas físico-culturais da cidade**” (FONTES, 1993, p. 20; grifos nossos). Essas transformações alterariam o aspecto da capital de Mato Grosso, pois segundo a historiadora Suzana Guimarães (2007) “[...] Cuiabá viu-se **invadida** por novos hábitos de sociabilidade trazidos pelas dezenas de **milhares de migrantes**” (GUIMARÃES, 2007, p. 40; grifos nossos). Com isso, houve um crescimento urbano desordenado, assim descrito por Ludmila de Lima Brandão (1997), visto que ocorreu o “[...] aumento populacional de forma absurda em Cuiabá, pulando de 57.860 em 1960 para 103.427 no ano de 1970 e 213.151 em 1980” (BRANDÃO, 1997, p.65 e 66); ou seja, na década de 70, Cuiabá, recebeu um volume expressivo de migrantes, em torno de 45.567 mil, que chegavam, passavam e ou fixavam-se na capital.

Por consequência, o cenário em Cuiabá, no início da década de 1970 e fins de 1980, era de um canteiro de obras. Para abrigar os trabalhadores rapidamente surgiram favelas, fato até então desconhecido pela população cuiabana. Esse crescimento rápido e desordenado exigiu medidas para criar uma infraestrutura emergencial. Visando atender as questões de saneamento básico e manter o controle dessa leva de migrantes que já estavam e ou que chegavam à cidade, medidas de políticas públicas foram tomadas, tais como a construção do conjunto habitacional do bairro Coophamil (1970) no governado de Pedro Pedrossian, junto a Companhia de Habitação Popular de Mato Grosso (COHAB-MT);

também foram “construídos os conjuntos habitacionais nos novos bairros do CPA (I, II, III e IV) [1977 a 1985], e da Morada do Ouro, os quais passaram a abrigar e alojar assim cerca de 100.000 mil habitantes” (BOMFIM, 2010; BRANDÃO, 1977). Esses conjuntos habitacionais traziam embutidos as diretrizes do discurso político e de controle, tais como disciplinar, integrar, manter coeso e controlar o imaginário ou atos “subversivos” dessa sociedade na chamada cultura de massa; controlados, logo não interfeririam nos interesses da elite cuiabana.

Em relação ao crescimento urbano em Cuiabá, este se atrelava ao processo de colonização, que desencadeou o crescente número populacional na década de 1970. Entretanto, esse não é um projeto novo. Podemos vislumbrá-lo no projeto da “Marcha para o Oeste”, instituído por Getúlio Vargas no período do Estado Novo (1937-1945). Nesse período, a política getulista tornou Mato Grosso e sua capital como pontos estratégicos das ações do governo, que, de acordo com o historiador Alcir Lenharo (1986), visava ocupar os espaços ditos “vazios” na região Oeste e na Amazônia por meio das colônias agrícolas nacionais, o que projetou também a criação de colônias militares na fronteira de Mato Grosso, visando garantir a segurança nacional, visto que nessas localidades fronteiriças havia uma grande concentração de terras em mãos de estrangeiros, sendo estes motivos de preocupação (LENHARO, 1986).

Com as mencionadas políticas de incentivo à migração ou colonização, de criação de núcleos militares, de modernização, durante o Estado Novo, a região centro-oeste e a Amazônia recebem levas de migrantes nordestinos. Porém, as transformações repentinas cujas proporções do aumento populacional tornaram-se mesmo gigantescas, ocorreram no período pós-golpe militar de 1964, e trouxeram também a migração sulista para o Estado, como, por exemplo, no caso específico da chegada de “[...] 90% de paranaenses, que se fixaram no município de Alta Floresta” (GUIMARÃES NETO, 1986, p.64).

Incentivados, segundo informa Guimarães Neto (1986), pelas políticas integracionistas territoriais planejadas pelo Governo Federal, em conjunto com a empresa de Integração, Desenvolvimento e Colonização S/A, a INDECO S/A, de propriedade de Ariosto da Riva, e, dentre outras empresas de colonização, que por meio das propagandas ventiladas em todos os meios de comunicação, tanto na rádio, como jornal e televisão, tinham por objetivo levar os cidadãos a um estado de sujeição gregária, a qual, evocando a Umberto ECO (1993), podemos definir como um terreno fértil para qualquer aventura autoritária. Empresas que também objetivavam vender lotes de terras aos migrantes sulistas, lotes que vale observar, segundo Lenine Póvoas (1977), tinham sido arrematados na

concorrência pública levada a efeito pelo Estado localizadas na atual cidade de Alta Floresta e também terras em Aripuanã (PÓVOAS, 1977).

Em sua chegada à região Norte de Mato Grosso, os migrantes sulistas, tanto de pequenos colonos, que vinham em busca dos benefícios ofertados pelos projetos de colonização para pequenos e médios produtores na esfera da plantação de café, cacau e guaraná, assim dito por Guimarães Neto (1986) e, bem como da vinda dos investidores, que segundo Siqueira (2002), tratava-se de empresários capitalistas que viriam investir na criação extensiva de gado e de uma agricultura mecanizada, decorrente dos projetos agropecuários ofertados pelo governo, traziam consigo uma larga experiência, tanto na agricultura mecanizada, como no trato com o manejo bovino que remonta ao período colonial.

Desde o Brasil colônia, a região sul-rio-grandense já apresentava prática extensiva no manejo bovino. Segundo Aline Figueiredo (1994), a pecuária fora responsável por garantir a posse do território gaúcho para a soberania nacional e, tal como por desenvolver a produção pecuária, a exemplo do charque e até mesmo da exportação do couro do boi (FIGUEIREDO, 1994). Os investidores, desta forma, em função da experiência adquirida com o boi no passado, são os responsáveis por trazerem ao Mato Grosso técnicas de manejo para a agricultura e a pecuária, relativamente mais avançadas, se comparadas as que então estavam em prática na região. Por exemplo, segundo informa Lenine C. Póvoas (1977), “em 1960 havia, em todo o Estado de Mato Grosso, apenas 838 tratores. Em dezembro de 1975, somente na região de Dourados [hoje Mato Grosso do Sul] havia 6.676 tratores, 8860 colheitadeiras e 225 esteiras” (PÓVOAS, 1977, p.155). E mais, na região Norte de Mato Grosso, quando ainda uno, segundo a historiadora Regina Guimarães Neto (1986), nos informa que os donos dos meios econômicos à exploração da riqueza na Amazônia eram

[...] os que efetivamente detiveram o poder de penetração e de conquista na região. [...] o meio de transporte mais utilizado foi o avião – toda abertura de novos empreendimentos na Amazônia contou com uma pista de avião; e da mesma forma, estradas e cidades foram abertas rapidamente com equipamentos modernos; em tempo recorde, fábricas foram montadas com tecnologia altamente sofisticadas, e até mesmo transportadas inteiras para a Amazônia, como foi o caso do Projeto Jari S/A. (GUIMARÃES NETO, 1986, p.155).

Por outro lado, trariam também uma cultura fortemente enraizada que procuravam manter nas novas áreas de colonização pelo chamado Movimento Tradicionalista Gaúcho do Rio Grande do Sul (MTG – RS),

criado desde 1947 com o objetivo “[...] de manter a integridade de seu núcleo cultural [e evitando] a perda da unidade psicológica essencial ao funcionamento eficiente de qualquer sociedade”² e também do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná (MTG-PARANÁ), que foi instituído em 05 de dezembro de 1975, tendo como lema a seguinte frase: “povo sem tradição morre a cada geração”³. Ora, o grupo migrantista, ao se estabelecer nas regiões mato-grossenses, passou a negar os valores locais, ao mesmo tempo em que procurava manter seus preceitos culturais e seus hábitos e costumes.

As características dos sulistas passam a ser observadas com ressalvas e com preocupação pela elite cuiabana, pois, como observou o historiador Osvaldo Zorzato (1998), “[...] [os cuiabanos] colocam-se na posição da espera do estranho – forasteiros –, representados pelos imigrantes – investidores – que vêm ocupar “suas terras” – na verdade, em grande medida, terras indígenas” (ZORZATO, 1998, p.74).

Diante da presença dos sulistas, como os cuiabanos procederiam para manter o *status quo*? Como se adaptariam a essa nova mudança de cultura? Constata-se que se iniciam os processos de reação, por parte da elite cuiabana, impondo-se por meio dos decretos-leis, “medidas de políticas públicas”, vinculadas ao processo de integração do Estado, voltada para atender ao grande “[...] jogo do poder” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 54), tais como a própria construção do Centro Político Administrativo (CPA), devidamente amparados pelos ideais dos programas federais que professavam a instalação do “progresso” por meio do PIN, bem como do Decreto número 341, que proibia a saída de algumas espécies de madeira do território mato-grossense com destino à São Paulo, por entender que era uma medida que defendia os interesses da indústria e do governo de Mato Grosso⁴.

Com isso, teve início as grandes obras que transformariam Cuiabá, quanto aos aspectos físicos e estruturais, assim como os conflitos de interesses econômicos. A chegada de migrantes teve seus reflexos em Cuiabá, pois traziam consigo costumes e manifestações culturais que tratavam de implantar, através do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Rio Grande do Sul (MTGS-RS) e Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná (MTG-PARANÁ) seus valores, poderio econômico, hábitos, costumes e cultura. Estes logo viram aparecer na mídia matérias que denunciavam o descaso dos órgãos públicos com a cultura e os bens patrimoniais, tido como tradicionais. Isto, conforme analisou a historiadora Márcia Chuva (2012), “[...] vinha ocorrendo como consequência da política governamental de incentivo a indústria da construção civil” (CHUVA, 2012, p. 249). Tais denúncias estavam em sintonia ao que acontecia no cenário internacional em decorrência da “[...] aprovação final da Convenção do Pa-

Patrimônio Mundial Cultural e Natural, de 1972, que vinha sendo desenhada desde a década anterior, na Assembleia Geral da UNESCO” (LEAL *apud*, CHUVA, 2012, p.157).

Há de se observar, contudo, que o descaso com o patrimônio histórico-cultural frente às novas diretrizes governamentais de acordo com as propostas do Plano de Integração Nacional – o PIN, não ocorreu apenas em Mato Grosso. Fatos que passaram a ser denunciados de maneira intensa pela mídia. Como resposta, o Ministro da Educação e Cultura, o tenente-coronel Jarbas Passarinho, inicia uma campanha portadora de uma preocupação com a “preservação” dos bens culturais no Brasil. Passa-se, então, a se promover encontros, visando “orientar pela preservação” em âmbito nacional:

[Entre] 1970 e 1971 foram realizados, respectivamente, em Brasília e Salvador, encontros de governadores por sugestão do ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, com o objetivo de solicitar apoio às atividades do SPHAN. Municípios e Estados deviam exercer uma ação supletiva à federal na proteção dos bens culturais e assumir, sob orientação técnica do então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a proteção dos bens de valor regional (FONSECA *apud* BOMFIM, 2010, p. 84).

Em Mato Grosso, por exemplo, o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), na tentativa de promover a preservação do patrimônio histórico-cultural, denunciava as práticas de descaso com o patrimônio e com as tradições cuiabanas. Assim sendo, o IHMT era o responsável, ou melhor, o “guardião” pela “defesa” da cultura e das tradições dos cuiabanos (BOMFIM, 2010), todavia, desde “[...] 1955 a publicação da Revista do Instituto é interrompida, voltando a circular em 1976, vinte e um anos depois” (ZORZATO, 1998, p. 25). Ou seja, estavam ausentes nesse período do governo de José Manoel Fontanillas Fragelli as publicações do Instituto, que então passou a ser denominado como Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), nome alterado em sessão realizada no mês de setembro de 1974, entre os sócios presentes estavam o professor Francisco Alexandre Ferreira Mendes na condição de presidente, o jornalista Rubens de Mendonça como secretário, o advogado Gervásio Leite e o jornalista Pedro Rocha Jucá⁵.

Mesmo não havendo publicações, essa instituição não deixou de atuar, visto que um dos representantes do Instituto Histórico era o redator-chefe do jornal *O Estado de Mato Grosso*, ou seja, o jornalista Pedro Rocha Jucá, que em 1974 publica uma reportagem denunciando o descaso dos órgãos públicos, estaduais e federais. Estes, segundo a avaliação de Jucá, estavam sendo omissos por não atenderem às normas de

preservação dos bens culturais, permitindo assim a perda das tradições de toda a cultura cuiabana:

Em Fase de Extinção o Folclore Matogrossense. PEDRO ROCHA JUCÁ, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – Infelizmente o folclore mato-grossense será dentro em breve apenas história. Uma das características essenciais do folclore é sua transmissão, pelo povo, de geração a geração. Contudo, sem a motivação necessária, sem a devida atenção do poder público e sem o estímulo que deve existir, o folclore terá problemas sérios para sobreviver e no caso de Mato Grosso infelizmente, repetimos, ele está em fase de extinção. Lendas, músicas, ritmos, cânticos e tradições nossas tipicamente nossas, precisam ser catalogados, juntamente com outros aspectos paralelos e de idêntico valor como pratos típicos, remédios caseiros e assim por diante. [...] E as músicas típicas cuiabanas? **O rasqueado cuiabano está em fase de esquecimento quase total.** “Limpa banco”, por exemplo, “mexe com a gente”, mais do que este tal de “Onde a Vaca Vai o Boi Vai Atrás”. [...] As nossas festas tradicionais poderiam ser exploradas turisticamente. A Festa de São Benedito é inigualável em todo o mundo, além de constituir um grande exemplo de cooperação e confraternização entre pessoas das mais diferentes camadas sociais, que deve ser estudada também, pelo campo sociológico. [...] Se é que o lado cultural está sendo posto em ângulo inferior, pelo menos o lado econômico não pode ficar na mesma situação, pois o crime se torna ainda maior contra as coisas de Mato Grosso. [...] As “Cavalhadas”, as “Vaquejadas”, **e a própria Festa de São Benedito (A Festa do Senhor Divino, à nem se fala), fazem parte de um processo de esquecimento que constrange a todos.** [...] **O Cururu, Siriri e outras danças mato-grossenses estão sendo abandonadas. Até mesmo os pratos típicos estão sofrendo este processo de esquecimento.** Esta situação não pode continuar. Vamos todos tomar uma posição a respeito. As nossas tradições não podem e nem devem ser esquecidas. Estas tradições constituem as nossas origens e vamos resguardá-las para o futuro, mostrando às gerações futuras a fibra e o valor de um povo que sempre enfrentou com galhardia as barreiras de um isolamento geográfico, mas que, com muitos sacrifícios resguardou estes limites territoriais para a grandeza e para a glória do Brasil⁶ [Grifos nossos].

Pedro Rocha Jucá (1974) enumera quase todas as formas das expressões culturais, presentes na capital de Mato Grosso denunciando o descaso público. Figura também no mesmo jornal *O Estado de Mato Grosso*, do dia 19 de outubro de 1974, a informação do abandono do Clube Feminino, local onde se reunia o “refinado da sociedade cuiabana”.

Além disso, havia outro problema que também promovia a descaracterização da cultura cuiabana, este vinculado às artes plásticas, que assim foi considerada “desanimadora” e “fraca” no cenário artístico, tendo em vista que em 31 de outubro de 1966 ocorreu a primeira Exposição de Pinturas dos Artistas Mato-grossenses. Segundo observou Aline Figueiredo (1975), este evento:

[...] forneceu um retrato fiel da situação artística no Estado e, mais importante que isso, realizou um objetivo de comunicação entre os próprios artistas. Foi por isso mesmo uma grande conquista as nossas artes plásticas. **Não pelas obras ali reunidas, pois o nível geral era muito fraco**, mas pelo clima de camaradagem e entrosamento que surgiu, junto a uma vontade muito grande de aprender. [E] [...] **Antes de 1966 a situação das artes plásticas mato-grossenses era desanimadora**. A distância, o isolamento, a vasta extensão territorial, os difíceis meios de comunicação, a ausência de ambientes universitários ou de outras manifestações culturais mantinham a desinformação e um rançoso academismo. **Os pintores** traziam também, evidentemente, toda essa desinformação, e **pintavam academicamente paisagens, naturezas-mortas, queimadas, flores, etc, atendendo ao gosto da sociedade local** (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1975, [p.13 e 11]) [Grifos nossos].

Piorando o cenário da descaracterização da cultura cuiabana, os intelectuais, responsáveis por descrever e “construir a identidade local”, diziam, conforme a historiadora Lylia Galetti (2012), que “[...] os mato-grossenses são os mais puros representantes da tradição bandeirante” (GALETTI, 2012, p. 363), e omitiam o passado de Cuiabá quanto à formação de sua população, que na maioria era constituída por negros e índios, sendo este último considerado “selvagem”. Desta forma, estariam os representantes do poder local indo contra os princípios de nação e de civilidade ao se identificarem com os índios, todavia não dava para negar que na década de 70 era,

[...] forte [a] presença indígena na formação de sua gente, e não apenas como trabalhadores braçais, mas também como militares, professores, funcionários públicos, isto é, na composição da quase totalidade da população. Mas incluir os indígenas em sua composição étnica implica na necessidade de redefinir suas referências a uma suposta origem europeia e, sobretudo, não utilizá-la para justificar um amplo processo de exclusão social, e por isso seguem outros rumos (ZORZATO, 1998, p. 74).

Neste cenário, a imagem que fora criada externamente de Mato Grosso era radicalmente negativa, “[...] conforme uma forte campanha nacional contra Mato Grosso no século XIX e no começo do XX, quase sempre representado na mídia nacional como local distante e selvagem, habitado por índios e onças, que vai se imprimir nos discursos que por aqui chegavam” (BEZERRA, 2008, p. 9).

Mato Grosso se vê também afetado por fenômenos naturais, tal como o registro da maior enchente que atingiu Cuiabá, em 18 de março de 1974, deixando mais de 24 mil pessoas desabrigadas e matando 40 mil bois em Mato Grosso, conforme noticiado no jornal *O Globo*, de 26 de março de 1974 à página 22. Essa enchente deixou marcas da devastação, casas foram destruídas e contribuiu no processo de descaracterização da cultura dos povos ribeirinhos, que mantinham vínculos com o mencionado rio, visto que viviam nos bairros do São Gonçalo, Grande Terceiro e dentre outros, que foram quase totalmente destruídos.

Ademais, ainda nesse ano de 1974, Mato Grosso vivencia intrigas, rixas partidárias e lutas fratricidas entre os partidos políticos da ARENA e o do MDB⁷ e, como informa a historiadora Lylia Galetti (2012), na década de 70 Mato Grosso se depara com “[...] a ameaça à supremacia política e cultural dos nativos” (GALETTI, 2012, p. 368), e mais, o Estado também vê as suas estruturas abaladas, quando uma rivalidade provinciana volta a assombrar os grupos dirigentes locais, vinculados aos Movimentos Separatistas do Estado. A ideia não era nova, e tal como também fora omitida pelos intelectuais do IHMT, visto que no passado, como, por exemplo, figura o

[...] primeiro movimento a expressar ideias separatistas no sul de Mato Grosso foi o de 1892, que propôs a separação de Mato Grosso da Federação brasileira. [...] com as forças do João Ferreira Mascarenhas, Augusto Ferreira Mascarenhas, Manoel Antônio de Barros, João Alves Ribeiro e Estevão Corrêa (BITTAR, 2009, p. 90 e 91).

Temos também durante as revoltas que ocorreram em 1922 no Rio de Janeiro, conhecida como “18 do Forte”, depois em São Paulo com a Revolta Paulista em 1924, que fizeram “[...] surgir nesta região [a] ideia da separação desta extensa zona do Mato Grosso, formando um estado autônomo — a Brasilândia” (COSTA *apud* NEVES, 1988, p. 112), que retoma em 28 de julho de 1932, com a revolução constitucionalista de São Paulo, “[...] proclamado o Governo de Mato Grosso do Sul (Estado de Maracajú) [...] pelo então prefeito de Campo Grande — Vespasiano Barbosa Martins” (NEVES, 1988, p. 115). Em 1974, portanto, renova-se esse antigo anseio de separação, tendo como base a

[...] legislação básica, dispondo sobre a criação de Estados e Territórios, consubstanciada na Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974; [...] medida ora em plena consolidação; e deu-se partida ao conjunto de estudos com vistas à divisão de Mato Grosso (ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1977, p. 9).

Após esses eventos, o sentimento de separação da região Sul do Estado de Mato Grosso aumenta, e as justificativas aparecem para assim serem concretizadas em 1977, quando ocorre o envio do projeto de Lei que cria um novo Estado Brasileiro – Mato Grosso do Sul, que se efetiva em 01 de janeiro de 1979, com a posse do novo Governador de Mato Grosso do Sul, o engenheiro civil Harry Amorim Costa⁸, nomeado pelo general-presidente Ernesto Geisel.

Conforme análise desenvolvida pelos membros da Associação dos Diplomados da Escola de Guerra – (ADESG - 1976), em um trabalho que trata da Divisão Político Administrativa de Mato Grosso, percebe-se que os discursos dos representantes do regime militar, vigentes nesse período, tinha em vista os estudos realizados pelo Conselho Nacional de Segurança (CNS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento (CND), que afirmavam a necessidade de integrar as regiões do país para haver um equilíbrio econômico e político definidos pelo então II Plano Nacional de Desenvolvimento. Afirmavam também que a divisão do Estado de Mato Grosso era necessária do ponto de vista da Segurança Nacional, pois os municípios de Cáceres, Corumbá e Porto Murtinho localizam-se em áreas de fronteira, isto, segundo as autoridades, favorecia a penetração de pessoas com ideias comunistas, sendo um perigo iminente. A separação também estava justificada por questões econômicas, uma vez que o Sul contribuía com 70 % da arrecadação do Estado, sendo tal prática injusta, inferindo assim, que o Norte só contribuiria com apenas 30%; afirmava-se também do potencial da região por apresentar riquezas de minério em Corumbá e no Pantanal, com a presença de uma agropecuária de envergadura (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – ADESG, 1976).

No que se refere à questão apontada sobre a arrecadação, a agropecuária e a divisão do Estado de Mato Grosso, figuram nas palavras da crítica em artes Aline Figueiredo (1994) seu posicionamento a respeito, ao mencionar que

O certo é que o desenvolvimento do Sul, embasado na atividade agropastoril, foi o responsável pela autossuficiência econômica que evidenciou a necessidade estratégica da Divisão. [...] **Mais que justo, o oportuno desmembramento viria libertar ambas so-**

ciudades de uma rivalidade provinciana e anacrônica que lhes impedia a compreensão futura do presente (FIGUEIREDO, 1994, p. 155) [Grifos nossos].

Nesse ínterim, ou seja, antes da divisão do Estado, o governador Fragelli, na tentativa por tornar a região Norte – que era detentora do controle sobre a imensa região, pois secularmente promovia os rearranjos no cenário político com o Sul –, deu início às obras do Centro Político Administrativo (CPA), sendo uma das ferramentas de afirmação de um grupo dirigente e de seus interesses que irá perpetuar-se no tempo e no espaço. Essa também fora uma das transformações que determinaria o mando no Estado e que se refletiram na confecção do mural de bovinocultura e da nomeação do Palácio do governador. Sobre o tema da divisão, ainda como gestor, Fragelli informa que “[...] não foi inteiramente a favor naquele momento” (BORGES, 2007, p. 55), todavia, já [o] ex-governador Fragelli, anos depois, informa que deveria ter sido mesmo dividido, sendo inevitável em função da rivalidade e do desentendimento político entre o Norte e Sul (BORGES, 2007).

Concomitantemente às precedentes transformações, a cultura cuiabana recebe a moessa definitiva, que desencadearia o conflito cultural com os migrantes sulistas, pois sua presença desencadeava:

[...] uma constante preocupação com o seu poderio, já que estes dispõem não só de **grandes recursos financeiros, mas seriam também conhecedores do comércio mundial, saberiam ler e escrever**, estariam acostumados aos confortos da civilização, é melhor ou pior? Seriam provavelmente de origem europeia. **Assim, é preciso prevenir-se contra esses potenciais usurpadores de terras, de cargos, etc., e a arma para isso seria o “resgate de nossas tradições”, algo que defina de quem é o lugar.** Dessa maneira, a história torna-se militante no sentido de ser construída para garantir a um grupo a legitimidade do poder. Afinal, trata-se de um jogo onde os grupos locais instalados no aparelho político-administrativo e militar do Estado, precisam garantir-se diante da chegada de novos capitalistas (ZORZATTO, 1998, p. 74) [Grifos nossos].

E mais, suas técnicas de trabalhar o solo e do manejo com o boi eram avançadas e, desde 1947 os sulistas já tinham fundado no Rio Grande do Sul o Movimento Tradicionalista Gaúcho do Rio Grande do Sul (MTG – RS) e o Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná em 1975, ambos descritos anteriormente, com isso ocorre o enfrentamento cultural entre cuiabanos e os gaúchos⁹. Estes passam a ridicularizar os hábitos, costumes, cultura e até o jeito de falar dos que viviam em Cuiabá, achando

tudo “feio” e “inferior”. Estes conflitos apresentam ramificações no campo cultural, político, econômico e social.

Tendo por base os movimentos de expansão capitalista, que segundo Guimarães (2007) desencadeou movimentos sociais que buscavam preservar os bens e valores cuiabanos que “[...] poderíamos dizer, de um amplo processo de invenção (dessa identidade) que teve início entre os arquitetos” (GUIMARÃES, 2007, p. 41 e 42), indo ao encontro com as narrativas de Bomfim (2010), ao mencionar que os engenheiros e arquitetos de Cuiabá figuram nesse período como os responsáveis por construir um discurso pela preservação das tradições e das obras de cunho histórico da capital (BOMFIM, 2010).

Todavia, os fatores externos advindos do PIN que traziam o fluxo migratório, da presença sulista no Estado, com seus hábitos e costumes devidamente alicerçados pelo MTG-RS e MTG-PARANÁ que difeririam do universo cultural dos cuiabanos, o descaso com o patrimônio material e cultural tanto nacional como regional, a descaracterização da cultura local em decorrência da enchente de 1974 junto às localidades ribeirinhas, ou seja, próximos do rio Cuiabá; as artes plásticas no Mato Grosso fora definida como “fraca”, segundo apontamento da crítica em arte Aline Figueiredo (1975), e estavam em andamento os estudos que possibilitariam a divisão do Estado de Mato Grosso.

Por fim, a formação da sociedade mato-grossense constituída em grande maioria de mestiços, de negros e índios, sendo que ambos não tinham as características que preceituava no referido período ao conceito de civilidade para formação da nação, uma vez, por exemplo, que os índios eram e muitas vezes ainda são considerados “selvagens” e “bárbaros”, sendo essas características contrárias ao que ratifica o termo de ser “civilizado”, e mais, há o informativo que os cuiabanos advinham da mais pura linhagem do mito bandeirante, assim dito por Dom Aquino Corrêa em 1919, pela qual se considera ato forjado, segundo os historiadores Nathália Costa Amedi e Renilson Rosa Ribeiro (2013).

Por este motivo era necessário construir a identidade dos cuiabanos por meio de uma representação de uma “[...] cultura dita única do Estado” (FONTES, 1993, p. 250), frente a dos sulistas e das demais transformações sociais que acometiam ao Estado, como sinal de resistência, já que os sulistas tinham até mesmo um movimento chamado de MTG-RS e MTG-PARANÁ e, as práticas culturais de Cuiabá estavam em franco processo de descaracterização.

Desta forma, Cuiabá se insere para “preservar” seu passado histórico e adentra no conflito cultural entre o passado e o presente; entre o “velho e novo”; entre o conservador e o liberal. Com isso, depreende-se que a identidade elitista dos (as) cuiabanos(as) estava em risco; seus há-

bitos, costumes, poder e terras sofrem com as transformações repentinas impostas pelo regime autoritário, que trouxe os 45 mil novos migrantes ao Mato Grosso.

Para conter o avanço sulista, em principal na esfera cultural, haja vista a propaganda de separação que visava à divisão do Estado de Mato Grosso, a elite cuiabana passa a fazer uso da cultura popular e busca construir a identidade da cultural local, que estava esquecida, descaracterizada ou negada, com a finalidade de preservar terras, benefícios, cargos influentes e poder, que nos faz refletir sobre o “[...] complexo jogo entre vanguardas e regionalismo” (RAMA, 2001, p. 19) e, acima de tudo, para demonstrar no cenário nacional que Cuiabá estava em sintonia com os pressupostos da preservação do patrimônio cultural, sendo este conceito amplamente difundido no Brasil entre 1 e 3 de abril de 1970 pelo tenente-coronel Ministro da Educação e da Cultura Jarbas Passarinho, conhecido como o “Encontro sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”¹⁰.

Nesse conjunto de ações e conflitos é que vai sendo gestada a criação da cultura dos cuiabanos, no sentido de eleger matrizes para sua cultura, de modo que no início da década de 80 nasce à denominação “cuiabania”, que segundo Ludmila de Lima Brandão (1997), “[...] é utilizada em geral, para se referir à elite cuiabana” (BRANDÃO, 1997, p. 118); em complemento sobre o conceito e como era constituída a elite cuiabana, a historiadora Lylia Galetti (2012) nos contextualiza que a “elite nortista”, que fica em Cuiabá, remonta, por exemplo, ao ano de 1919, quando da comemoração do bicentenário de Cuiabá e demonstra como era formada essa “elite”, que não difere em nada da elite presente no período do governo Fragelli.

A maior parte desta “elite intelectual”, como a eles se referiam nos jornais locais, tinha laços de parentesco ou compadrio com as famílias abastadas da região Norte de Mato Grosso, principalmente da capital, Cuiabá, e de cidades menores como Chapada dos Guimarães, Diamantino, Cáceres e Poconé, entre outras, onde deitavam raízes os troncos familiares mais antigos do Estado. Estas famílias tradicionais constituíam a base da classe dominante regional que, pelo menos até a guerra do Paraguai, concentrava-se na região Norte do estado. Seu domínio político e cultural repousava sobre as fortunas amealhadas nos setores rural e urbano da economia regional e seu prestígio advinha da participação no aparato jurídico-político, militar e eclesiástico da capitania e depois de Mato Grosso (GALETTI, 2012, p. 343).

Assim sendo, na gestão de Fragelli, temos os intelectuais, que compunham a elite “cuiabana”, sendo os responsáveis pela construção da

identidade de Cuiabá, da qual faziam parte os engenheiros e arquitetos, que professavam incisivamente um discurso por preservar as “velhas obras da cidade”, assim dito pelo engenheiro Ernesto Vargas Baptista, que veremos mais adiante; fazia parte ainda o professor Alexandre Ferreira Mendes, que era o presidente do IHGMT e publicava reiteradamente informações no jornal *O Estado de Mato Grosso*, sobre a preservação da memória cuiabana, a preservação do patrimônio histórico, os costumes dos cuiabanos e suas tradições, que deveriam ser resgatadas, pontuando que colocaria em prática a fundação do Museu Estevão de Mendonça, salvaguardando o Arquivo Público¹¹.

Além disso, figurava o jornalista e redator-chefe do jornal *O Estado de Mato Grosso*, Pedro Rocha Jucá, sendo membro do IHGMT, pela qual publicava denúncias sobre o trato com a cultura dos cuiabanos, assim descritos neste trabalho, e também em publicação no mesmo jornal, informava que a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT poderá ser o maior centro de Estudos Indígenas do Mundo, quando da implantação do Centro de Estudos Antropológicos, visando pesquisar índios que existiram ou existem nesta faixa do Brasil Central, segundo o reitor Gabriel Novis Neves¹². Há o registro do Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPES – UFMT, instituição responsável por ser também a “guardiã” da tradição e da cultura mato-grossense, que, por exemplo, “garantiu” ao jornal *Estado de Mato Grosso*, fornecer originais do primeiro levantamento sobre o teatro nesta capital, sendo os responsáveis os professores Célio da Cunha, diretor do DEPES, e Nelson Zanata, do mesmo departamento, e Maria Cecília¹³.

Não olvidando do Museu Rondon, também pertencente à UFMT, criado pela Resolução nº CD 36/72 de 30 de junho de 1972 e inaugurado em janeiro de 1973, cujo nome foi em homenagem ao mato-grossense Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, “[...] de descendência índia. Pelo lado materno, descende de Terena e paterno, de Bororo” (BUCKER e BUCKER, 2005, p. 135). Temos também a fundação do Museu de Arte e Cultura Popular – MACP – UFMT, em 1974, visando fomentar a arte no Estado, e tal como em 1975, temos a criação da Fundação Cultural de Mato Grosso, com o objetivo de colocar em prática vários projetos culturais do Estado.

Todos os integrantes que compunham esses fazeres constituíam como hipótese a “elite” da “cuiabania”, em conjunto dos políticos nordestinos, ou seja, os cuiabanos em busca da construção da identidade de Mato Grosso.

Todas as práticas da chamada “cuiabania”, desde o seu início, contaram com o apoio das mídias locais, principalmente da TV Centro América, afiliada à Rede Globo, que estava umbilicalmente ligada aos

interesses do governo militar vigente no Brasil. Assim, no intuito de proteger as manifestações que elegeram como símbolos da sua cultura, os intelectuais cuiabanos, lembrando as reflexões de Umberto Eco (1993) “[...] assumem os modos exteriores de uma cultura popular, mas, ao invés de crescerem espontaneamente, são impostos de cima (e da cultura genuinamente popular não possuem nem o sal nem o humor nem a vitalíssima e sã vulgaridade)” (ECO, 1993, p. 42 e 43). Com isso descem, buscam e assim “adotam” as expressões da cultura local, das camadas localizadas nas comunidades humildes, de um povo ribeirinho, como exemplo, figura

[...] a música típica: o rasqueado cuiabano. [...] Recuperada de seu nascimento lascivo, a zona portuária e o baixo meretrício, a nova dança abandona a periferia de onde se originou e passa a integrar-se às festividades da elite a partir da década de vinte do século passado e atualmente, constituiu poderoso símbolo da cultura local. São, pois, os meios de comunicação de massa em franco desenvolvimento em Cuiabá nos anos setenta que atuam decisivamente no sentido de construir o arcabouço simbólico que passa a dar unidade à identidade cuiabana, representada na denominação cuiabania (BEZERRA, 2008, p. 06).

Sobre estas práticas da elite se envolver com as culturas populares e do apoio midiático, há algumas reflexões que nos ajudam a entender o que ocorria em Cuiabá entre as décadas de 1970-1980, como, por exemplo, o crítico literário uruguaio Ángel Rama (2001), quando observa que: “Viu nos primeiros regionalismos americanos o esforço de camadas médias intelectualizadas para se habilitarem à participação no jogo do poder, invocando em face de processos incompletos de construção da independência e da cidadania política e cultural” (RAMA, 2001, p. 20).

Portanto, no caso de Mato Grosso, temos que as manifestações culturais, eleitas como populares e escolhidas para se tornarem símbolos a serem preservados, começam a aparecer no movimento que ganhou o nome de *Primavera Cuiabana*. Isto ocorreu, segundo Fontes (1993), “[...] no governo de [José] Garcia Neto [1975-1978], [...] movimento criado com o objetivo de elevar ao máximo o orgulho local, para que a população suportasse o desmembramento do grande Mato Grosso que já estava em marcha” (FONTES, 1993, p. 25 e 26). Para a mesma autora, este também será um objetivo do Muxirum Cuiabano, movimento que, como já visto, ocorrerá em fins da década de 80.

Temos então, na esfera da construção da identidade de Cuiabá, os seguintes envolvidos: os engenheiros e arquitetos 1970, o Museu de Arte e Cultura Popular (MACP) em 1974, o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) fundado desde 1º de janeiro de 1919 e reformulado para Instituto

Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) em setembro de 1974, o Instituto de Arquitetos do Brasil departamento em Mato Grosso (IAB – MT) criado em janeiro de 1974 e por último em 1975, com as representações de índios e bois no Palácio governamental.

À vista disso, “[...] um discurso de preservação do patrimônio emergiu com força na cidade. [...] Era a forma de conciliar progresso e preservação, mas também, permitir a velocidade necessária para imprimir maior dinâmica às relações capitalistas” (BOMFIM, 2010, p. 49). Constatou-se que foram “[...] os arquitetos que se inspiraram na memória espacial da tradição cultural - [que] reelaborou uma arquitetura urbana, comprometida com uma espécie de *estética* identitária” (GUIMARÃES, 2007, p. 42).

Supostamente colocando em prática esses conceitos de “preservação”, no ano de 1972, o “[...] engenheiro Ernesto Vargas Baptista, secretário de Viação e Obras Públicas do Estado, já tem pronto um plano urbanístico de Cuiabá, onde pretende conservar todas as velhas obras da cidade para não exterminar com a tradição”¹⁴. Sobre o conceito de “velhas” obras da cidade, citado pelo engenheiro Ernesto V. Baptista, necessário se faz elucidar que desde o Estado Novo, Cuiabá estava com um aspecto diferente após as “Obras Oficiais”.

Dando prosseguimento à construção da cultura em Mato Grosso, e tal como por fomentar a arte no Estado os responsáveis por tal incumbência são Aline Figueiredo e o artista Humberto Espíndola. A crítica de arte e bacharel em Direito Aline Figueiredo, nascida em 1946, na cidade de Corumbá – hoje Mato Grosso do Sul, e o jornalista e artista plástico Humberto Espíndola, que nasceu em Campo Grande – atual MS em 1943 (FIGUEIREDO, 1979), deram início “[...] aos cinco de agosto de 1967 [...] em Campo Grande a Associação Mato-grossense de Artes (AMA), cuja bandeira foi zelar pelas artes plásticas do Estado” (FIGUEIREDO, 1979, p. 172) com ideias de vanguarda, vinculam-se pela preservação dos bens culturais tidos como ameaçados pela presença estrangeira. Vê-se, portanto, que há uma similaridade entre as bandeiras pela AMA e as defendidas pelo Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN), de acordo também com a política cultural defendida pelo ministro da Educação e Cultura, o tenente-coronel Jarbas Passarinho.

Poucos anos depois, Figueiredo e Espíndola mudam-se para Cuiabá, onde passam a realizar um intenso trabalho cultural. Isso ocorreu, como conta a própria Figueiredo (1979), da seguinte maneira:

Em dezembro de 1972, Humberto Espíndola e eu vimos a Cuiabá, a convite do então Secretário de Educação, professor Joaquim Viana. Nessa ocasião visitamos o reitor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Dr. Gabriel Novis Neves. Conversamos so-

bre nosso trabalho, mostrando-lhe inclusive um panorama da situação artística mato-grossense. O reitor, entusiasmado, convidou-nos para tomar parte na Universidade. [...] Aceitamos o convite. Afinal, um dos grandes problemas que a AMA [ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DAS ARTES] enfrentava em Campo Grande era o distanciamento de órgãos públicos que pudessem respaldar uma ação cultural em desenvolvimento. Dessa forma, a partir de 1973, o pólo irrigador de arte em Mato Grosso passou a centralizar-se em Cuiabá (FIGUEIREDO, 1979, p. 173).

Rapidamente e com grande dinamismo, o casal propõe a criação e ao mesmo tempo, da fundação do Museu de Arte e Cultura Popular (MACP), que ocorre em janeiro de 1974, quando fora apresentado no projeto chamado de Centro de Informação de Artes Plásticas (CIAP) em 08 de janeiro de 1974.

A principal representante do MACP, Aline Figueiredo, percebe a problemática da descaracterização da cidade e tece críticas ao progresso, vejamos:

A arquitetura cuiabana foi desprezada por endinheirados e poderosos que, por sua vez, ergueram pelos quatro cantos da cidade as residências modernas, com colunatas do Palácio Alvorada, cravadas de pedras, colunas em V ou palitos, na famigerada ânsia de parecer opulentos e avançados. [...] Ao perder seus monumentos, carregados de memória, a cidade encontrou o passe livre para a descaracterização (FIGUEIREDO, 1979, p. 174 e 175).

Este museu teve como diretrizes cinco princípios basilares, que estavam em sintonia com os pressupostos da preservação dos bens culturais. Conforme explicita Figueiredo:

O quadro básico das diretrizes do MACP [...] concentra-se [...] em cinco áreas: a problemática da arte brasileira, a arte mato-grossense, a cultura popular, o indigenismo e o Centro-Oeste. [...] o MACP situado no contexto de uma universidade voltada para a reflexão dos valores regionais – por isso mesmo muito bem apelidada de Universidade da Selva – o indigenismo tem sido um tema de interesse constante. [...] Daí, o empenho de mostrar em Mato Grosso trabalhos ligados à temática indigenista, pois o nosso público embora próximo das áreas de concentração indígena, é talvez o mais distante quanto aos seus problemas. É preciso que o homem amazônico aonde se inclui também o mato-grossense – tome conhecimento da importância do índio na afirmação da cultura nacional e, portanto, da necessidade de resgatá-lo de uma política de integração obscura e temerária. (FIGUEIREDO, 1979, p. 175 e 176).

Temos, pois que o MACP pretendia atuar em consonância às questões que então se discutiam, ou seja, o problema era a descaracterização da cultura local, por isso, Figueiredo e Espíndola saem em defesa pela arte, pela cultura popular e pela questão indígena. Inicialmente o museu ocupou “[...] espaços improvisados e esparsos, ou seja, a Secretaria, o Atelier Livre ou a Sala de Exposições, cada qual num bloco, cambiando-se em quatro momentos ao longo de vinte e cinco anos! [...] só no final da década de 1990 é que consegue ter uma sede própria” (FIGUEIREDO e ESPÍNDOLA, 2010, p. 11).

Espíndola, que ao lado de Figueiredo, um dos líderes desse movimento e também um dos fundadores do MACP, e tal como um artista que, na prática, expressou em suas obras as questões postas nas citadas diretrizes, mas diretamente a que se refere a “arte mato-grossense”. Há de se observar que ao se estabelecer em Cuiabá, o artista Humberto Espíndola já tinha reconhecimento nacional e algumas projeções internacionais, que desde 1964 começou a pintar, elegido a temática de figuras de bois, e apresentando a fase denominada de “bovinocultura” em 1967 (ESPÍNDOLA, 1987).

Em 1967 seus quadros com esta temática foram expostos no IV Salão de Arte Moderna em Brasília. Obras, que de acordo com o crítico em arte Mário Pedrosa, tinham os títulos de “Glória ao Boi nas alturas”, “Boi-society” e de “Boi alado nas asas do dinheiro” e, “[...] o boi na sociedade, isto é, o boi-dinheiro, o boi, símbolo de riqueza de Mato Grosso” (PEDROSA *apud* ESPÍNDOLA, 1987, p. 12). Entretanto, em dezembro de 1968, duas obras desse ciclo foram censuradas pelo governo militar, são elas o “Boi-Brasão” e do “Boi-Bandeira”. Estas, conforme o cientista social Laudenir Antônio Gonçalves (2010),

[...] foram premiadas e censuradas na II Bienal da Bahia e na representação brasileira à VI Bienal de Paris. [...] o verde-amarelo e os símbolos nacionais só se liberaram depois que o presidente Médici envolveu-se na bandeira, quando o Brasil ganhou o tricampeonato de futebol em 1970. Antes, quem os utilizasse estava com a expressão caçada e o nome nos arquivos. Foi a época terrível do “Brasil, ame-o ou deixe-o” (GONÇALVES, 2010, p. 55).

O motivo da censura foi que o artista utilizou as cores verde-amarelo e os símbolos nacionais na pintura, símbolos estes proibidos de serem utilizados na ditadura civil-militar. Isto posto, a pintura de Espíndola apresenta grande criticidade, e “[...] preenche um período, sem o qual os demais artistas seguramente não trilhariam os mesmos caminhos expressivos, seja no empreendimento de pinturas de grandes dimensões quanto ao questionamento sociopolítico da atualidade” (GONÇALVES, 2010, p. 54). Além

disso, a temática da “[...] Bovinocultura fora a Veneza, em 1972. Cuiabá fica sabendo” (FIGUEIREDO, 1994, p. 195), o que de certa forma, despertou a atenção das autoridades locais para com o tema das artes plásticas, e tal como de sua importância tanto para o Estado de Mato Grosso, como por representar o Estado.

O governador Fragelli, que também era sulista, e por sua vez peculiarista, tendo em conta que a construção do novo polo administrativo, o CPA, foi criado em meio à retomada das discussões sobre a separação do Estado, pergunta-nos – qual o papel desse mural nessa conjuntura política? Segundo Espíndola,

[...] esqueci do aspecto divisionista... a divisão me pegou totalmente de surpresa e tanto é fato que, tão logo saiu o decreto, expressou a sua emoção na pintura, **eu pinte, mostrando a divisão de Mato Grosso... uma série dramática... uma série fatídica, que critica muito a divisão, critica essa divisão ter acontecido na ditadura** (BORGES, 2005, p. 360) [Grifos da obra].

Consequentemente a AMA, como citado por Figueiredo (1979), finda por não conseguir seu desenvolvimento em razão do distanciamento dos órgãos públicos, ainda mais ao ser sufocado por falta de recursos do erário. Deste modo, os representantes da AMA aceitam o convite do Secretário de Educação, o Professor Joaquim Viana, assim como do reitor Gabriel Novis Neves (FIGUEIREDO, 1979) e ficam mais próximos dos órgãos públicos onde está a fonte do poder, ou seja, em Cuiabá, com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e também buscam por recursos que geraria o desenvolvimento da cultura.

Neste sentido, Espíndola recebeu o convite e tal como, a encomenda na gestão do governador José Fragelli para criar o mural de Bovinocultura (GUIMARÃES, 2007) cuja “[...] obra foi realizada nos anos de 1973 e 1974”¹⁵, sendo que até aquele momento, entretanto, o palácio ainda não tinha recebido o nome de Paiaguás. O mural de bovinocultura foi finalizado somente em outubro de 1975, conforme figura a notícia no jornal *Folha de São Paulo*, do dia 19 de outubro de 1975 na página 72. Tal convite ocorre, conforme registra o historiador Fernando Tadeu de Miranda Borges (2005), com base na entrevista que o arquiteto Júlio De Lamônica Freire lhe concedeu:

Sobre o painel do artista Humberto Espíndola no Palácio Paiaguás, sede do governo de Mato Grosso, explica que sua escolha se deu por causa da temática da bovinocultura e por ser o **maior artista plástico** do Estado. Relata também que o boi era a maior riqueza de Mato Grosso à época e que, enquanto representação, tem tanto de **poderoso** quanto de **tranquilo**, chegando a **posar para a**

fotografia e que de **forte e feroz** também **empaca**, incorporando o sentido da **paciência** que faz o que tem e consegue o que quer (BORGES, 2005, p. 245) [Grifos da obra].

Assim, pois, a criação do mural de bovinocultura procurou expressar a realidade circundante, que estava em sintonia com os eventos que aconteciam nos bastidores do governo, visto que o cenário em Mato Grosso era comandado por um grupo de conservadores, também por pecuaristas do Norte, representado pelo partido político ARENA. Tal afirmativa vai ao encontro dos estudos da historiadora Lylia Galetti (2012), quando nos informa que na década de 70, Mato Grosso confrontou-se “[...] com a perspectiva da ameaça à supremacia política e cultural dos [mato-grossenses], representada por valores transformações demográficas, econômicas e sociais decorrentes do avanço da frente de expansão capitalista” (GALETTI, 2012, p. 367).

Temos, pois uma luta entre pecuarista e donos de terras do Norte e do Sul, sendo que o Sul alegava ser injusto contribuir com mais de 70% dos impostos frente ao Norte, segundo dados proferidos pelo Conselho Nacional de Segurança (CNS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento (CND) (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – ADESG, 1976). Nesse universo é que se têm os enunciados da possível efetivação da divisão do Estado de Mato Grosso.

De fato, o município de Corumbá que hoje está localizado no atual Mato Grosso do Sul, tinha uma relação umbilical com a capital Cuiabá, que “[...] sempre teve fortes lideranças políticas e uma identificação política secularmente vinculada ao Norte” (NEVES, 1988, p. 83). Infere-se que os representantes desse município precisavam se afirmar diante das transformações que poderiam prejudicar seus privilégios vinculados ao poder, presente no cenário político, que estava sendo ameaçado pelos “invasores” sulistas. E o mural de bovinocultura, de autoria de Humberto Espíndola, atendeu essa expectativa de representar e repetir no tempo e no espaço, de forma visual, o poder de mando por Corumbá em Cuiabá por meio de uma Cultura “dita una”, assim encarnado pelo partido da ARENA e da pecuária de Fragelli, no cenário político em Mato Grosso. Ao analisar esse mural, o crítico em artes Frederico Morais comentou:

Humberto Espíndola, ao realizar o seu enorme mural exterior para o Palácio do Governo, no Centro Político e Administrativo de Cuiabá, soube captar muito bem esta especialidade: efígie do boi, apresentada como se tivesse sido projetada de dentro para fora, em relevo, obliquamente. **E nessa posição o boi devora o grande vazio que existe em torno.** De longe, percebe-se o mural, com suas cores bem brasileiras, da mesma maneira como os bois con-

templam o longe: mais que o Brasil, e depois, o continente – o pantanal, o planalto, a floresta amazônica e depois as fronteiras. [...] **Em Cuiabá, mais do que nunca, a arte brasileira precisava ser pensada em termos continentais.** (MORAIS *apud* FIGUEIREDO, 1979 p. 188) [Grifos nossos].

As artes plásticas de Humberto Espíndola atendem ao grande jogo de interesse e poder do Estado, e estão ligadas ao sistema capitalista. “Não sem razão que do latim *pecus* (gado) associa-se a palavra *pecúnia* (dinheiro)”, assim observada por Aline Figueiredo (1994, p. 29), e bem como pelas observações do crítico em arte Mario Pedrosa (1967), que nos informa do “Boi alado nas asas do dinheiro”, características estas que aparecem em setembro de 1975, quando o Governo Federal, por meio da Casa da Moeda no Brasil, através do Museu de Valores do Banco Central, promove a cunhagem da moeda de Cr\$ 0,05 cruzeiro, que traria numa das faces a figura de um boi zebu. Com isso, o governo brasileiro buscava engajar-se na campanha da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que estava validando de maneira global sobre a necessidade de “alimentos para o mundo”¹⁶.



Figura 1: Moeda emitida pelo Banco Central do Brasil CRUZEIRO - Cr\$ 0,05. Banco Central do Brasil Museu da moeda. 1975

Ao indagarmos de que forma fora criada a mencionada efígie do boi zebu, o Departamento de Matrizes da Casa da Moeda do Brasil, concedeu-nos resposta por meio do portal “O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)” sob o número de protocolo 99916.000053/2014-89, em 19 de junho de 2014, explicando como ocorreu o enredo para a confecção da mencionada moeda:

O desenho/projeto da moeda foi elaborado na década de 70 pelo Desenhista da Casa da Moeda do Brasil, Sr. Luiz Fernando, que há tempos desligou-se da empresa. Não somente o boi zebu, mas, todos os demais elementos que compuseram a família de moedas da época, basearam-se em pesquisa iconográfica, via de regra, provida pelo Banco Central do Brasil – BCB. Ou seja, o projetista baseia seus estudos e desenhos em material fornecido pelo BCB, interpretando-o e adequando-o aos processos de gravação de matrizes.

Assim sendo, temos no cenário regional a demonstração da resistência por parte da elite cuiabana, tendo em vista os seguintes motivos, quando, por exemplo, em desfavor aos migrantes sulistas, visto que estes traziam seus hábitos, costumes e manifestações culturais assim alicerçados no Movimento Tradicionalista Gaúcho e do Paraná que difeririam da cultura local. Vindos com seu poderio econômico e de suas técnicas mais avançadas no manejo com o boi e a agricultura. Neste mesmo caminho, os bens culturais no Mato Grosso sofriam com a descaracterização, em razão das grandes obras imposta pelo PIN, que de certa forma, abandonava os prédios de valor histórico. Por este motivo, a elite de Cuiabá tenta se adequar aos pressupostos da preservação de seus bens patrimoniais, iniciando por fazer denúncias no trato com as tradições da cultura em Cuiabá.

A cultura de Mato Grosso sofreu duros golpes, no sentido de desconstruí-la, ao mesmo tempo em que a mídia nacional qualifica o Estado como um local “distante” e “selvagem”.

O cenário piora quando ocorre, em 1974, a maior enchente do rio Cuiabá, inundando grande parte da Cuiabá, e que deixou muitas pessoas desabrigadas e casas destruídas. E nesse mesmo ano se publicam os estudos sobre a divisão do Estado de Mato Grosso; divisão que se efetiva em 01 de janeiro de 1979.

Neste cenário, a elite local une-se para construir uma identidade, e movida por uma necessidade urgente, procurava evidenciar as características, busca na qual teve êxito, principalmente quando do sucesso da temática de bovinocultura de Espíndola. Visto que o boi é considerado a maior riqueza do Estado, vincula-se aos interesses do governador Fragelli, por ser pecuarista, de sua equipe de governo e também por empreender a construção da sede administrativa, o CPA, tanto é que a obra de Espíndola passa a compor o grande mural no paço governamental, sendo considerado o “Cérebro e o Coração” do governo, cuja definição fora proferida por Júlio Müller, assim apontado pelo historiador Rubens de Mendonça, no jornal *Diário de Cuiabá* de 02 de março de 1975.

Não olvidando que na década de 1975 figura a criação da Fundação Cultural de Mato Grosso, que inicia suas atividades somente em janeiro de 1976, cujo objetivo segundo Siqueira (2002) era de “[...] levar à frente os inúmeros projetos culturais que jaziam inoperantes por falta de apoio governamental” (SIQUEIRA, 2002, p. 250). Todavia, no que se refere às práticas que envolviam o Muxirum Cuiabano, movimento que sairia a público na década de 1980, há de se destacar a participação efetiva da elite cuiabana e da TV Centro América para seu desenvolvimento. Processa-se um resgate das expressões culturais das camadas populares, como se estas fossem as verdadeiras do povo cuiabano.

A construção do Centro Político Administrativo – CPA, que acertadamente, também é a materialização do mais importante, senão o maior complemento na busca pela construção da identidade dos cuiabanos torna-se como sinal de resistência frente ao processo de migração dos sulistas, quando da nomeação de Paiaguás ao Palácio, assim como da representação de bois no mural.

NOTAS

*Este trabalho foi desenvolvido durante a graduação em História, no âmbito do projeto de conclusão de curso, no ano de 2014, sob a orientação da Professora Doutora Maria de Fátima Costa, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). No momento, ampliamos o foco da pesquisa no Programa de Pós-Graduação em História desta mesma universidade, sob a orientação do Professor Doutor Renilson Rosa Ribeiro.

¹ O Jornal O Estado de Mato Grosso, de 18 de fevereiro de 1973, na primeira página, fazia propaganda dizendo: Garimpeiro! O Estado precisa de você. Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso.

² Objetivos do MTG-RS. Disponível em:<<http://www.mtg.org.br/>>. Acesso em 09/09/2014.

³MTG-PARANÁ. Disponível em:< <http://www.mtgparana.org.br/>>. Acesso em 03-10-2014.

⁴ Jornal Folha de São Paulo de 05 de janeiro de 1974, p. 14 e 07 de janeiro de 1974, p. 10.

⁵Jornal O Estado de Mato Grosso, 06 de setembro de 1974.

⁶Jornal O Estado de Mato Grosso, 26 de setembro de 1974, primeira capa.

⁷ MALFITANI, Francisco José. “Eleições A Arena no dia do MDB”. Veja. São Paulo, Edição nº 324, p. 20 e 22, de 20 de novembro de 1974. Disponível em:<<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 22-01-2014.

⁸ O primeiro governador do Estado de Mato do Sul. Disponível em:<<http://www.ms.gov.br/templates/apresentacao/componentefixo/gerador/gerador.php?pag=1479&template=21+&site=133>>. Acesso em 17-01-2015.

⁹ Data de criação do MTG-RS (Movimento Tradicionalista Gaúcho da região do Rio Grande do Sul). Disponível em: <http://www.mtg.org.br/site/pag_historiamtg.php>. Acesso em 12-01-2014.

¹⁰ O Encontro sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional realizado em 1970. Disponível em:<<http://pt.scribd.com/doc/105828161/Compromisso-de-Brasilia-1970#scribd>> p. 01. Acesso em 12-01-2014.

¹¹ Conforme os jornais: Estado de Mato Grosso, de 02 de dezembro de 1973, p. 7, e Estado de Mato Grosso, de 15 de janeiro de 1974, p. 2.

¹² Jornal O Estado de Mato Grosso de 09 de maio de 1972. Primeira página.

¹³ Jornal Estado de Mato Grosso, de 17 de janeiro de 1974. Primeira página e 08 de julho de 1974, primeira página.

¹⁴ Jornal O Estado de Mato Grosso, 06 de janeiro de 1972.

¹⁵ BOSQUO, João. Palácio Paiaguás e Mural Externo Bovinocultura são tombados pelo Governo do Estado. Secom-MT, 08 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/editorias/cultura/palacio-paiguas-e-mural-externo-bovinocultura-sao-tombados-pelo-governo-do-estado/119968>> Acesso em 19-12-2014.

¹⁶ Museu de Valores do Banco Central. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/?MOCRUA70>>. Acesso em 06-04-2014.

REFERÊNCIAS

AMEDI, Nathália da Costa; RIBEIRO, Renilson Rosa. “...Denodados heróis, civilizadores do sertão... O mito fundador bandeirante na constituição

da história de Cuiabá – Mato Grosso, século XX". *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, v.9, p.153-180, 2013.

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Divisão de Mato Grosso*. Brasília: 1977.

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Divisão político – administrativo de Mato Grosso*. Corumbá: [s.n.], 1976.

BEZERRA, Silvia Ramos. "Contradições Culturais do Cortejo Triunfante da modernidade em Cuiabá". *Fênix-Revista de História e Estudos Culturais*, julho/agosto/setembro de 2008. Vol.5. Ano V nº 3.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

BOMFIM, Márcia. *As Engrenagens da Cidade*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o Trem*. São Paulo: Scortecci, 2005.

_____. *Prosas com Governadores de Mato Grosso 1966-2006*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2007.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A Catedral e a Cidade: uma abordagem da educação como prática social*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

BUCKER Hélio Jorge; BUCKER Ivete Bastos. *Nas Pegadas de Rondon*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

CHUVA, Márcia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Número 34. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

ECO, Umberto. *Apocalíptico e Integrado*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 1993.

ESPÍNDOLA, Humberto. *20 anos de bovinocultura*. Campo grande: Fundação da Cultura de Mato Grosso do Sul, 1987.

FIGUEIREDO, Aline; Espíndola Humberto. *MACP: [animação cultural e inventário do acervo do Museu de Arte e Cultura Popular da UFMT]*. Cuiabá: Entrelinhas, 2010.

_____. *A Propósito do Boi*. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

_____. *Artes Plásticas no Centro-Oeste*. Cuiabá: EdUFMT, 1979.

FONTES, Rosemary Marques. *Muxirum Cuiabano: uma análise histórica*. Cuiabá: 1993.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da Civilização*. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.

GONÇALVES, Laudenir Antônio. *Coleção Pensamento Crítico ALINE FIGUEIREDO*. Rio de Janeiro: Funarte, 2010.

GUIMARÃES, Suzana. *Arte na rua: o imperativo da natureza*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidária – Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

RAMA, Ángel. *Literatura e Cultura na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=1jkErwcdY-clC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 02-01-2014.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE MATO GROSSO. *Panorama das Artes Plásticas em Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 1975.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*. Mato Grosso: Companhia das Letras, 2002.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e Identidade: Considerações sobre a Historiografia de Mato Grosso*. São Paulo: 1998.

IMPRENSA ESCRITA E ABORDAGENS RACIAIS NO MATO GROSSO ENTRE OS SÉCULOS XIX E AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Maria de Lourdes Fancía

Mestre em História,
professora da Universidade de Cuiabá – UNIC /MT e
orientadora do curso de especialização
das Relações Raciais NEPRE – UFMT
mary_lourdes1996@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do estudo é dar visibilidade às questões raciais propagadas na imprensa escrita no século XIX e início do século XX no território mato-grossense. É preciso ressaltar que a imprensa escrita para negros inaugurou na história do Brasil e de Mato Grosso a tarefa de propor alternativas para a superação do racismo e a formação da identidade afro na sociedade brasileira. As pesquisas sobre a defesa pelas questões raciais que retratam a identidade do negro na imprensa escrita no período mencionado na história mato-grossense são quase que inexistentes. Para tanto, o olhar para essa documentação ainda é inédito, e desmistificar as objetividades é também uma das razões deste estudo, pois sabemos que a construção da identidade estereotipada desse segmento social no século XIX fez parte de uma ideologia política e científica.

Palavras-chave: Imprensa. Negros. Mato Grosso.

ABSTRACT

The objective is to give visibility racial issues propagated in print in the nineteenth and early twentieth century in Mato Grosso territory. It should be emphasized that the print media for black opened in the history of Brazil and Mato Grosso the



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

task of proposing alternatives to overcome racism and the formation of African identity in Brazilian society. Research on the defense by racial issues that depict the identity of the black in the written press in the period mentioned in Mato Grosso history are almost nonexistent. For this, look at this documentation, it is still unpublished, and demystify the objectivity is also one of the reasons this study because we know that construction of stereotypical identity of this social segment in the nineteenth century, was part of a political and scientific ideology.

Keywords: Press. Negros. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Este estudo enfatiza abordagens sobre a defesa pelas questões raciais, publicadas em jornais escritos para negros e por negros entre os séculos XIX e XX. No entanto, essa abordagem na história da imprensa brasileira no período em estudo parece ser escassa. Antes da década de 1980, a imprensa escrita, enquanto veículo de comunicação era pouco relevante como objeto de estudo e fonte de pesquisa, muitas vezes o documento produzido pela imprensa escrita foi utilizado como fonte secundária como meras informações, gerando, dessa forma, a falta de credibilidade. Uma importante observação é que, após a revolução historiográfica, os jornais servem como materiais didáticos e fontes de pesquisa no ensino da história e de outras ciências sociais. Desse modo, justifica-se que a razão maior desta pesquisa é desmistificar as objetividades sobre a identidade marcada pelos ideais do Darwinismo social e o desafio maior é o silêncio historiográfico sobre o tema nas edições jornalísticas do século XIX e início do século XX, e ainda são inexistentes trabalhos que focalizem os referidos questionamentos na história de Mato Grosso. Para tanto, o estudo aponta algumas reflexões: Que assuntos sobressaíam pelas defesas raciais em fins do século XIX e início do século XX, de que modo isso foi possível, e que interesses havia para que esse segmento social ganhasse destaques nas páginas jornalísticas, uma vez que no período em estudo a defesa pelas teorias racistas era objetivada com naturalizações?

O papel da imprensa escrita na história brasileira já existe há dois séculos, e na história de Mato Grosso remonta o século XIX. No período colonial no Brasil não houve incentivo da imprensa por parte das autoridades políticas. Na época colonial, qualquer texto que circulasse no Brasil era impresso na Europa. Segundo Nelson Werneck Sodré, manter a colônia brasileira longe da circulação da informação e do conhecimento era característica bem proposital da dominação portuguesa.

A expansão da imprensa escrita ocorre somente no século XIX, fundamental para a formação cultural, novos conceitos e informações sociais e culturais. O primeiro jornal a ser impresso e editado no Brasil foi em 1808, cuja denominação foi A Gazeta. Foram inúmeros os jornais publicados no período em estudo, e os assuntos eram notícias sobre a política, tanto da oposição quanto da situação, a moda, a economia, os produtos que chegavam da Europa, a defesa e crítica sobre a escravidão e a abolição, a cultura, literatura e poemas. Os anúncios diversos sobre os escravos foram sempre retratados de maneira negativa, como as fugas e a existência dos quilombos, enfim, uma infinidade de ideias capazes de conduzir a mentalidade e a formação de valores racistas da sociedade brasileira.

Para Ana Flávia Magalhães, a população negra foi descrita em meio à construção ideológica e disputas em que o escravo foi circunscrito como o “outro” por esse ou aquele grupo, daí a análise das construções discursivas forjadas, cujas estratégias de menosprezo foram diversas e muito difundidas nas páginas da imprensa. O discurso sobre o branqueamento e melhoramento das “raças” avaliou a questão negra como o malefício da sociedade, quando se tratava da população brasileira.

Entretanto, é importante ressaltar que, além dos jornais, os documentos oficiais do governo Brasileiro do século XIX e início do século XX, como os relatórios dos presidentes de província e os relatórios policiais retratavam os assuntos sobre negros tais como: compras, vendas ou aluguéis de escravos, ou ainda as “transgressões” dos escravos que significavam fugas, crimes, brigas, assassinatos, ficando, dessa forma, invisível a circulação de notícias pela valorização das questões raciais, com exceção de alguns jornais da década de 1870, momento que era discutido o processo da abolição.

Segundo o autor Munanga Kabengele, a teoria científica serviu mais para justificar o sistema de dominação e exclusão do que para explicar a classificação humana. Diante das incessantes explicações científicas da época, o racismo acentuado impregnou naturalizações sobre a discriminação racial, desvalorizando a identidade desse segmento social. Vale destacar que, de acordo com a constituição de 1824, o homem de cor não era considerado “cidadão”.

Por outro lado, é imprescindível também lembrar que alguns homens negros que vivenciaram o período escravista no Brasil, e que atuaram nos jornais oposicionistas defensores do abolicionismo, foram grandes escritores de obras literárias, geralmente usavam as páginas dos jornais para criticar, denunciar, questionar os rumos da sociedade brasileira. Entre os referidos escritores estavam: José do Patrocínio, articulador político, escri-

tor, defensor do abolicionismo, e como jornalista dirigiu A gazeta do Rio em 1870. Luis Gama, filho de escrava, ironizava a aristocracia, redigiu o jornal Radical Paulistano, e o jornal Correio Paulistano em fins da década de 1860. Machado de Assis publicou inúmeros escritos como: crônicas, poemas, romances e entre eles, Memórias Póstumas de Brás Cubas, criticando a elite brasileira, evidenciado nos folhetins da revista brasileira na década de 1870 e 1880. Para o historiador Jose Murilo, os escritos desses personagens estavam nas páginas jornalísticas da Gazeta da Tarde de propriedade de um homem negro, Ferreira de Menezes. (CARVALHO, José Murilo, p. 32).

É ambíguo pensar o século XIX, época em que havia um intenso debate sobre a construção da identidade nacional somando-se aos estigmas científicos, num contexto que prevalecia o sistema escravocrata e na categoria social o negro e o índio eram desvalorizados e inscritos de maneira denegrada. (MAGALHÃES, Ana Flávia, p. 38). Para exemplificar um assunto muito frequente nos documentos oficiais e nos jornais foi sobre os quilombos, já que em Mato Grosso, na época, havia muitos, porém sempre descritos como um território da transgressão, um espaço maléfico da marginalidade social, do perigo, em linhas gerais como em espaço geográfico negativo. Essa descrição do quilombo vista sempre de maneira natural, por parte das autoridades políticas. Por outro lado, assuntos relacionados com a democracia racial, preconceitos de cor, valorização do negro enquanto sujeito da nação também eram temas evidenciados nos jornais organizados para negros, embora na época não tenha adquirido visibilidades.

Aos jornais utilizados nesta pesquisa, denominados de “imprensa negra”, deve-se a organização de grupos sociais negros que se propagaram para leitores diversos e, no período posterior à abolição, destacaram-se tanto no sentido de combater o preconceito racial em suas múltiplas manifestações quanto para tentar afirmar socialmente os negros, seja pela instrução, seja pela luta contra o que, para alguns, era tido como apatia. (idem, p. 28). Segundo a autora Ana Flávia, as questões levantadas pela imprensa negra não foram geradas porque estavam interligadas com os jornais abolicionistas. No entanto, vários outros autores como Ângela Thallasa e José Antonio Santos observaram que os primórdios da imprensa para negros foram gerados pelas ideias do abolicionismo, pois algumas edições estiveram ligadas a políticos do partido republicano, depois se desvinculou, passando para as lideranças negras.

Segundo Ana Flávia, as referidas notícias jornalísticas tinham autores e leitores negros, organizados pela defesa do segmento social no século XIX, que se apresentavam com diversos nomes: no Rio de Janeiro (RJ), em 1833, lançaram O Homem de Cor ou O Mulato, Francisco de Paula de Bri-

to, tipógrafo e jornalista negro, foi pioneiro com o primeiro jornal Homem de Cor.

Outros jornais, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O Lafuente; de Recife (PE), em 1876, surgiu O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social; na São Paulo (SP) de 1889 circulou A Pátria – Orgam dos Homens de Cor; da capital gaúcha, Porto Alegre (RS), no ano de 1892, deu-se início a publicação de O Exemplo; e finalmente, também em São Paulo no ano de 1899 apareceu O Progresso – Orgam dos Homens de Cor. (MAGALHÃES. Ana Flávia, p. 27).

A existência desses jornais do século XIX e início do século XX desconstroem as naturalizações de que o escravo estava destinado sempre à aceitação do sistema.

Há informações que em São Paulo e no Rio Grande do Sul existiam pelo menos 43 jornais que retratam a defesa pelo negro entre 1889 e 1930. Ressalta-se que a princípio os jornais que evidenciavam a questão racial com muita veemência eram os abolicionistas, surgindo, logo depois, as edições feitas especialmente por negros e para negros.

A imprensa com características pela defesa negra foi pioneira na tarefa de propor alternativas concretas para a superação do racismo na sociedade brasileira, nesses jornais propagava-se sobre festividades, religião afro, costumes, mas especialmente havia incessante construção da figura dos heróis negros. Essa especificidade jornalística como já foi mencionado, no primeiro instante, para o cientista social José Antônio Santos, é gerada pelas ideias do abolicionismo. Para exemplificar, no jornal O Correio Paulistano de 1857, que esteve ligado ao partido liberal, consta a denúncia de um viajante anônimo, sobre a violência de uma escrava na cidade de Bragança Paulista.

Sr. Redator, rogo-lhe a publicação de um fato criminoso que se passou na estrada de campo novo próximo a Bragança uma légua quando estes dias por ali passei de viagem. Em uma casinha na estrada onde mora João de Souza Dias Guimaraes castigava a mulher deste a uma escrava, e este estava na cidade de onde chegou espirituoso, e informado do caso passou a dar pancadas na dita escrava, com um pau que trazia, e dizem que ela estava amarrada em um banco pelo que quebraram alguns ossos e caiu-lhe a madre e como no regresso a minha residência passei na cidade de Bragança soube que a escrava ainda estava mal e estava tratando-se na casa de um irmão do mesmo Souza, e que este fato não tinha sido feito corpo de delito por não ter chegado ao conhecimento das autoridades policiais este crime de natureza brutal que ligeiramente fica narrado o fato. <(http://www.saopauloantiga.com.br/anuncios-eescravos/)> Acessado em 12-02-2014.

Esse jornal foi o primeiro diário de São Paulo e o terceiro do Brasil, fundado por Joaquim Roberto de Azeredo e circulou até a década de 1960. Nessa edição constam diversos anúncios de aluguéis, compras e vendas de escravos e escravas. Segundo a pesquisadora Ângela Thalassa, inicialmente esse jornal não estava atrelado a partidos políticos, mas com o decorrer do tempo ora esteve associado aos monarquistas, ora aos liberais, porém desempenhava o papel de vanguarda para o seu tempo (THALASSA, Ângela, p. 13-15).

Nesses jornais era comum propagar notícias sobre a importância da educação escolar para a sociedade brasileira. No jornal acadêmico do sul, de 1857 do escritor Antonio Louzada Antunes, o redator Daniel Dias Ribeiro comenta sobre o papel da imprensa e o governante dizendo: que o povo brasileiro “em sua generalidade é ignorante”, porque não tem educação escolar e é obrigação do governo dar educação, mas isso faz quem for patriota.

[...] qualquer governo que seja por mais moderado que seja, se não reconhecer o papel da imprensa a soberana rainha, é tirano, se for tirano, cada governo por todos o meios deve favorecer e reconhecer a opinião publica, por sua vez ele receberá benefícios da imprensa que será um beneficio e será um remédio para seus males, o governo que dela não se tratar falecerá e se arruinará. Na Europa seu influxo é poderoso, França é soberana e no Brasil? [...]

No jornal O Baluarte, do centro “literário dos homens de cor” evidenciam-se diversos assuntos, entre eles a miséria da população brasileira, os problemas sociais e a defesa pelos negros da seguinte forma: “turbilhões de mendigos assaltam a toda hora as praças [...] esses míseros são os veteranos da guerra do Paraguai, voluntários de ontem, desgraçados de hoje, pretos alquebrados sobre mil sofrimentos pelos castigos físicos” (O Baluarte. Ano 1. Numero 3. P.1) O Baluarte era um jornal que se anunciava como “órgão oficial do Centro Literário dos Homens de Cor e dedicado à defesa da classe”. Esse era um jornal que aparecia no Brasil, início do século XX com edição especial, dedicado à população negra, na época habitualmente chamada de “classe dos homens de cor”.

Para Pedro S. Santos, além do público específico, diversos leitores tiveram acesso para leitores o que pode ter contribuído para uma nova formação de valores e de aceitação da luta social. Nesse sentido, diz o autor: os periódicos da imprensa negra foram um instrumento para a maior integração deste grupo nas primeiras décadas do século XX, que nos revelam as desnaturalizações. (SANTOS Pedro S., p. 1)

Para ter acesso à informação sobre os jornais, as pessoas sem estudos reuniam para ouvir as notícias por meio das leituras, os alfabetizados liam para os que ainda não tinham adquirido essa habilidade. Os artigos desses jornais procuravam de modo geral incentivar a identidade afro como tentativa de poder superar as exclusões, estigmas, incentivando a educação escolar. Assim, um dos jornais da época dizia: “Nós, homens de cor, conscientes dos nossos deveres, para com a nossa muito amada pátria, desejamos que os homens, mulheres e crianças da nossa raça aprendam a ler para obterem um lugar digno no seio da sociedade brasileira.” (O alfinete. p 1, in: SANTOS, Pedro S., p 2). A essência dessa abordagem na imprensa escrita era dar visibilidade ao negro e ao mesmo tempo desnaturalizar os conceitos estereotipados, pois que até então esse segmento social havia sido desclassificado como cidadão no seio da sociedade brasileira.

Segundo os estudos de Pedro S. Santos, o fator econômico dificultava o acesso e a circulação desses jornais entre grande parte da população negra, embora não os impedisse de modo definitivo, havia exemplares que eram doados. O jornal O Alfinete, de 1921, publicava notas com os seguintes dizeres.

“Devemos nos preocupar menos com o passado da raça, tratando agora de educá-la, preparando-a para as formidáveis lutas de amanhã. O passado foi horrível e o presente péssimo; que devemos esperar do futuro? Tudo, se Devemos nos preocupar menos com o passado da raça, tratando agora de educá-la, preparando-a para as formidáveis lutas de amanhã”. (O Alfinete. p)

Para Pedro S. Santos, um assunto importante editado nesses referidos jornais foi sobre as histórias de vida de negros, uma forma de mostrar as possibilidades ou exemplificar os caminhos que o segmento social poderia percorrer para vencer obstáculos dos estigmas racistas.

ABORDAGENS RACIAIS NA IMPRENSA DE MATO GROSSO

Nas primeiras décadas do século XIX, Mato Grosso passou a ser província, até então era uma das capitanias do Brasil. A partir disso, a imprensa passou a fazer presença no cenário mato-grossense. Antes de existir a tipografia na província de Mato Grosso as notícias circulavam no jornal de Goiás.

A primeira imprensa foi inaugurada em 1839, denominada de “Themis Mato-grossense”. Segundo a associação mato-grossense dos municípios (AMM), esse jornal teve pouca durabilidade, em razão das divergências

políticas da época que configuram o momento histórico denominado de regências. Para o Jornalista Jucá; [...] A Tipografia Provincial trouxe não apenas o primeiro jornal de Mato Grosso, mas também a primeira profissão [...] foi uma espécie de revolução profissional. (JUCÁ. Rocha, p. 17)

Mediante a conjuntura política e econômica do período em estudo, a presença do jornal na capital da província de Mato Grosso representava não somente a facilidade da comunicação, mas um avanço da modernidade. Na época, o território mato-grossense era considerado pelos viajantes e políticos de outras províncias como uma área atrasada, por estar distante do litoral, longe das vias de comunicações fluviais com o comércio exportador e importador, lembrando que a comunicação fluvial em Mato Grosso teve destaque a partir da década de 1850. Mediante a conjuntura política e econômica do período em estudo, ela transpunha as fronteiras geográficas, numa época em que não havia rádio nem revistas, a imprensa escrita era então um símbolo da tecnologia mais avançada daquele momento. Por meio da imprensa, Mato Grosso estava em contato com o mundo, notícia da moda europeia eram divulgadas, notícias da Corte do Rio de Janeiro e da família real, notícias difusas dos atos oficiais do governo local, da economia, das poesias, dos avisos e anúncios, das dicas sobre a saúde e críticas da política e dos políticos da época e principalmente as notícias sobre a escravidão.

Como já foi dito, assim como em todas as províncias do Brasil, em diversos anúncios publicados e nos jornais mato-grossenses do século XIX e início do século XX, os escravos aparecem da seguinte forma: “Procura-se um escravo João.” ou “vende-se uma escrava de cor preta com ótimas qualidades”, esses referidos anúncios entre tantos outros, evidenciavam não somente a obviedade do regime escravista e a inscrição do negro enquanto uma mercadoria, e a sua desclassificação.

Sobre o processo da abolição, pode ser observado no jornal “Expectador: órgão dos interesses sociais” de 1884, de Cuiabá, que conforme os dizeres, não há indicação de que fosse um jornal do partido conservador/monarquista ou que prenunciasse ideias do partido liberal, por criticar com veemência a condição social do negro no pós abolição. Segundo Pedro S. Santos, geralmente no título ou subtítulo em seu cabeçalho aparecia: Órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso; ou ainda, Órgão crítico, literário e noticioso, o próprio nome já dizia, o jornal era um órgão dedicado ao negro. No Brasil, alguns desses jornais pertenciam às associações recreativas e culturais, outros a grupos independentes formados por trabalhadores assalariados e outros ligados a determinados grupos políticos (SANTOS Pedro S., São Paulo, p. 21-22). As notícias de O Expectador se apresentavam da seguinte forma: “o abolicionismo é opinião em que o domínio sobre humanos são crimes”.

O mesmo jornal ainda dizia: “O abolicionismo não é só isso nem se contenta em ser o advogado da porção da raça negra ainda escravizada, não se reduz a missão em promover e conseguir o mais breve prazo possível do resgate dos escravos e ingênuos.” Nesses fragmentos, observa-se a denúncia sobre a discriminação racial cuja abordagem é um fenômeno social discutido no passado e no presente. Na mesma nota jornalística também consta:

“... Essa obra de reparar vergonhosamente é tarefa imediata do abolicionismo, além dessa há outra maior a de propagar todos os efeitos de um regime que é uma escola de desmoralização depois que os últimos escravos haverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor será preciso desbastar o despotismo e a ignorância...” (JORNAL O Expectador. n. 15, p.)

Nesse mesmo jornal também pode ser observada outra crítica sobre a condição do negro:

“O Brasil precisa progredir, mas antes de tudo convém educar e instruir o povo – o povo é ignorante e continuara a ser por muito tempo ainda. A idéia de liberdade é fascinadora! Dizei ao escravo que amanhã ele entrará na plenitude da liberdade. Dizei que ele pulará de prazer muito embora tenha de deixar a casa da comunidade pela pocilga, morada onde a miséria será o seu quinhão. Devemos desenvolver educação na massa populacional e não iludir com falsas idéias de liberdade e do progresso.” (O Expectador, 1884)

Esse jornal surgiu na província em 1883 e o editor e proprietário era Pedro Moseler, inicialmente as edições eram impressas na tipografia do jornal O Povo cujo proprietário era José Maria Velasco, abolicionista e republicano. Desse modo, o jornal O Expectador tinha as mesmas características do jornal O Povo. Como já foi mencionado anteriormente, esse referido jornal O Expectador poderia estar associado ao partido republicano, uma vez que nessa época os jornais que editavam matérias jornalísticas pela defesa do negro tinham proximidades com a formação de variadas associações e agremiações concomitantemente aproximava com os ideais do partido republicano. Em relação aos partidos políticos no Brasil e em Mato Grosso, no final do século XIX havia dois; conservador e liberal, monarquistas pertenciam ao partido conservador e republicanos surgem do partido liberal e na década de 1870, com as várias crises, seja econômica e política, o partido republicano ganhava espaço. Um dos discursos do partido republicano estava associado ao discurso do “progresso”, que na época compreendia a ideologia do trabalho assalariado e o fim do sistema escravista. A alforria que o escravo havia

adquirido, conforme disse o redator do referido jornal destinava-se muitas vezes à falsa “liberdade”, pois o escravo destituído do acesso escolar não era considerado “cidadão”. Essas pistas contidas nesse jornal revelam indícios de proximidades com os ideais do partido republicano, devido à defesa pela abolição, o que não significa afirmar que o proprietário e redator dessa imprensa fosse um político atuante.

De modo geral, e de acordo com as pesquisas, a imprensa escrita para negros era mantida pelos próprios integrantes ou colaboradores, esses eram trabalhadores assalariados e muitos exemplares eram distribuídos para aqueles que não podiam adquirir. Como geralmente nem todos os jornais estavam vinculados aos partidos políticos, para a manutenção de despesas muitas vezes eram realizadas festividades como: bailes, leilões doados pelos colaboradores para manutenção do periódico. Muitas edições jornalísticas eram publicadas de quinze em quinze dias, outros uma vez ao mês e como disse o pesquisador Pedro S. Santos, não editavam assuntos sobre a política brasileira ou mundial, a principal intenção era dar visibilidade ao negro, evidenciar as ações desses sujeitos históricos que, apesar disso, estão ainda silenciadas na historiografia mato-grossense. A direção do jornal e seus colaboradores compunham-se de vários militantes operários, que (SANTOS, 2003) chama de intelectuais negros, pois tinham uma proposta de integração da etnia dentro da classe operária.

Segundo a pesquisadora Fernanda O. Silva, (2011, p. 91-93) os negros participaram de várias organizações, primeiro as confrarias, as irmandades, e em fins do século XIX e início do século XX, os ex-escravos se organizavam por meio de associações e clubes recreativos, esportivos, em que realizavam festividades, carnavais, bailes, desfiles de modas, entre outros. Essas medidas de organizações também englobavam os jornais, e nas matérias jornalísticas procuravam sempre valorizar a cor reafirmando a identidade étnica. As associações ajudaram a inserir o negro no meio social no pós-abolição na tentativa de reverter: “a marginalização social, o preconceito, essa luta serviu para afirmarem a reconstrução da identidade” do segmento social. (SILVA, Fernanda Oliveira, p. 92).

As formas de organizações negras mostram a efervescência cultural, as invenções dos grupos sociais, negando o paradigma historiográfico generalizante de que os escravos alforriados no processo abolicionista geralmente ficaram como sujeitos passivos restritos à marginalização social.

É impreterível considerar também, de modo particular, que a imprensa escrita para negros não era somente o meio de comunicação mais acessível da época, mas responsável pela afirmação da identidade afro e no combate ao preconceito, bem como constituiu a documentação

como jornais, revistas e a literatura. As fontes produzidas pela imprensa escrita geralmente compreendem informações como: noticiários, propagandas, charges, imagens, desenhos, reportagens, entrevistas, avisos, fotografias entre outros. Desse modo, a imprensa escrita, além de ter visibilidades nos diversos campos de pesquisa, para outras áreas das ciências sociais e humanas em nível de graduação e pós-graduação, também pode transformar-se, no ensino fundamental e médio, de forma crescente em suporte didático-pedagógico na sala de aula.

REFERÊNCIAS

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

JUCÁ, Pedro Rocha. *A imprensa Oficial em Mato Grosso*. Cuiabá, Imprensa Oficial do Estado, 1986.

MAGALHÃES, Ana Flávia. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX*. Dissertação mestrado. Universidade de Brasília. UNB- 2006. P

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital social da notícia – jornalismo como produção de segunda natureza*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.

MENDONÇA, Rubens de. *História do Jornalismo em Mato Grosso*. Cuiabá, 1963.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Ação Educativa. 2004.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: Família e Sociedade em Mato Grosso no século XIX*, São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, José A. *Prisioneiros da história*. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Doutorado em História. PUC-RS, 2011.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*. Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá, Entrelinhas, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1980)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THALASSA, Angela. *Correio paulistano*. O primeiro diário de São Paulo e a cobertura da semana de arte moderna. Dissertação programa de mestrado em comunicação e semiótica da Universidade Católica de São Paulo. PUC, São Paulo, 2007.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá – 1850 a 1888*. Cuiabá – MT. Marco Zero/EdUFMT, 1993.

AS IDAS E VINDAS DO CONCEITO DE RAÇA NO BRASIL

João Gabriel do Nascimento

Doutorando em História
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB/UFU
bielmg@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo coloca em debate o conceito de raça, visto que, ele se mantém atual e necessário para classificar os grupos e as pessoas no Brasil, e, para, além disso, reconhecer a permanência do racismo e a necessidade de seu enfrentamento. É nos discursos e narrativas que o conceito de raça ganha vida, criando e difundido ambiguidades e contradições. Do mesmo modo que a raça se faz nos discursos e narrativas, a cor da pele também. Pelo fato de serem conceitos que se fazem presente nos debates atuais, nesse artigo problematizarei esses conceitos e de suas implicações na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Discurso, Raça/Cor e Identidades.

ABSTRACT

This article debates the concept of race, since, it remaining current and necessary to classify the groups and individuals in Brazil, and to also, recognize the permanency of racism and the need for if confront. It's in the discourses and narratives which the concept of race acts, to creating and to diffuse ambiguities and contradictions. Just as, the race is constructed in the discourses and narratives, the color of the skin as well. Due to this concepts that are present in current debates, in this article I go problematize these concepts and its implications in Brazilian society.

Keywords: Speech, Race/Color and identities



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

INTRODUÇÃO

*“Passou de branco, preto é.
Não existe esse negócio de mulato.
Mulato pra mim é cor de mula.” Tim Maia*

Os vários sentidos que o conceito de raça ganhou ao longo de sua vigência na literatura acadêmica sempre demonstraram sua apreensão ambígua pelos mais diferentes sujeitos que guardam, em torno do conceito, os mais diversos e contraditórios interesses políticos. Alguns desses sujeitos, talvez para apaziguar ambiguidades e controvérsias, afirmam não haver raças diferentes, como a negra, a branca, a indígena e outras, mas apenas uma, a raça humana. Entretanto, em tempos de algumas vitórias das reivindicações históricas do Movimento Negro Brasileiro, a exemplo da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010, da concordância do Supremo Tribunal Federal (STF) com a constitucionalidade do sistema de reserva de vagas em Universidades para negros², e a sanção dessa lei³ pela Presidência da República em 2012, o debate acerca do conceito de raça foi “ressuscitado” no Brasil, em suas controvérsias mais agudas.

Diante dessa problemática, o propósito deste artigo é tentar demonstrar os motivos pelos quais o conceito de raça se mantém atual e necessário para classificar os grupos e as pessoas no Brasil e para, além disso, reconhecer a permanência do racismo e a necessidade de seu enfrentamento. Sabemos que esse conceito foi bem debatido por diversos autores, exatamente por sua importância na definição das identidades sócio culturais historicamente construídas no Brasil. No entanto, por se tratar de um conceito que se faz presente nos debates atuais, acredito ser necessária discussão em torno dele e de suas implicações.

RAÇA E COR: DUAS CLASSIFICAÇÕES QUE SE (IN) COMPLETAM

O debate em torno da noção de raça é bem antigo, remonta a meados do século XIX. No Brasil essa discussão ganhou volume no final desse mesmo século, com as leituras e a adoção das teorias científicas raciais vindas da Europa, nas quais se estabelecia uma hierarquia em que a raça branca era superior a indígena e à negra. Diversos intelectuais e cientistas brasileiros e estrangeiros, a exemplo de Sílvio Romero, Oliveira Viana e Arthur Gobineau, defendiam e propagavam inúmeras representações dessa hierarquia, gerando falsas certezas que, nos registros e falas

do cotidiano, impregnaram o imaginário social.⁴ É sabido que alguns defensores das teorias raciológicas repudiavam os cruzamentos inter-raciais, pois acreditavam que “(...) as raças constituíam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento por princípio, entendido como erro” (SCHWARCZ, 1996, p. 58). E ainda compreendiam a “mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 1996, p. 58).

Por mais de cem anos, a noção de raça esteve referenciada diretamente ao quadro teórico da biologia, contribuindo de modo efetivo para o fortalecimento de interpretações que tomavam os atributos humanos como inatos e fatais. Especificamente, disciplinas tendenciosas em seus propósitos efetivos, como a *frenologia* e a *antropometria*, foram utilizadas para analisar e interpretar a capacidade e o comportamento humano, principalmente com base nos tamanhos e proporções dos crânios dos diversos povos.⁵ Essas disciplinas, portanto, ofereciam validade e legitimidade científica para o racismo. Com elas, se naturalizava e se justificava o genocídio e o etnocídio das populações ameríndias e dos africanos trazidos à força para o Brasil. Aqui, no decorrer do período escravocrata e principalmente ao final do século XIX, a população negra escravizada era: “Entendida como propriedade, uma peça ou coisa, o escravo perdia sua origem e sua personalidade” (SCHWARCZ, 2010, p. 39).

Quando os movimentos pela Abolição ganharam força, o debate em torno da questão racial se acentuou e as teorias raciais ganharam espaço, ora para justificar as desigualdades entre brancos e negros, ora para explicar os motivos pelos quais era imprescindível o Brasil dar créditos para uma miscigenação positiva, ou seja, para uma mistura em que os resultados se aproximassem do tipo “puro”, o sujeito branco.

Sob essa lógica e, com a criação da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravizados para o Brasil, a partir de 1850, o Brasil começou a investir na imigração de pessoas brancas européias, a partir dos anos de 1870, com o intuito de suprir a mão de obra escravizada que não mais chegaria ao Brasil de modo legal. No entanto, sabemos que a finalidade dessa imigração não se resumia à obtenção de força de trabalho, pois era inegável o esforço pelo “branqueamento” da população, outro motivo, senão o mais importante para alguns intelectuais, pelo qual essa imigração para o Brasil ocorreu. Isso se acentuou no final do século XIX e início do XX, quando foi notável

(...) um pensamento bastante particular que, em vez de apostar na falência do cruzamento entre as raças, descobriu nele possibilidades de branqueamento. Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria com a libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo a imigração europeia, ainda

nos últimos anos do Império, marcada por uma intenção também evidente de “tornar o país mais claro”. (SCHWARCZ, 2010, p. 43).

Ainda que intelectuais e cientistas importantes da época fossem contra a mestiçagem, a exemplo de Nina Rodrigues, a teoria do cruzamento inter-racial chegou a justificar práticas eugênicas,⁶ com as quais se supunha ser possível ao Brasil alcançar o progresso, tendo em vista que a presença de negros/as era representada como atraso para o país.

Na citação acima, Schwarcz toca em um ponto central, que é a intenção do Estado brasileiro, pelo menos de uma parte dele, em tornar sua população mais clara, em outras palavras, mestiça, mas com caracteres brancos predominantes. Isto se evidencia claramente em alguns momentos de nossa história, entre os quais destaco dois. O primeiro em 1890, com o decreto-lei número 528, que regulamentava a entrada e localização de imigrantes no país e instituiu que os indivíduos de origem africana e asiática necessitavam de autorização do Congresso Nacional para desembarcarem em portos brasileiros.⁷ O segundo ocorreu quando o Brasil foi o único país latino-americano a ser convidado para participar do Primeiro Congresso Universal das Raças⁸, realizado em Londres, no mês de julho de 1911. O Brasil foi representado pelo médico João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que apresentou a comunicação “Sobre os mestiços no Brasil”.⁹ A comunicação tinha como objetivo apresentar o sucesso do Brasil no que se refere à mistura de raças. Lacerda acreditava que devido à política de imigração realizada no país, o branqueamento de sua população ocorreria com o passar do tempo, ocasionando, assim, a extinção da raça negra, e consequentemente a modernização do país.

Em um trecho da comunicação, Lacerda estipula um prazo de três gerações para o Brasil se tornar branco quase por completo. Diz ele:

As uniões matrimoniais entre os mestiços e os brancos não são mais repelidas, como já foram no passado, a partir do momento em que a posição elevada do mulato e suas qualidades morais provadas fazem esquecer o contraste evidente de suas qualidades físicas, e que sua origem negra se esvai pela aproximação das suas qualidades morais e intelectuais dos brancos. O próprio mulato esforça-se por meio dessas uniões em fazer voltar seus descendentes ao tipo puro branco. Já se viu, depois de três gerações, os filhos de mestiços apresentarem todas as características físicas da raça branca, por mais que em alguns persistam ainda alguns traços da raça negra devido à influência do atavismo. (LACERDA, 1911 p. 07.)

Constata-se, então, claramente, como a crença eugênica fundada no branqueamento levaria ao melhoramento racial e, por consequência, ao melhoramento moral e intelectual dos mestiços, mesmo que alguns traços da raça negra neles persistissem por atavismo. Descontados os absurdos de toda a formulação do trecho citado, esta última observação parece sugerir certo comedimento teórico, talvez para convencer os mais atávicos pares teóricos racistas de Lacerda. E se evidencia que o incentivo à imigração branca europeia, os impedimentos de entrada de africanos e asiáticos e a diminuição dos cruzamentos intrarraciais tinham, efetivamente, a intenção de apagar as influências dos caracteres biológicos e culturais da população negra. Como consequência disso, a dicotomia negativa e hierarquizante entre a raça branca e a raça negra foi intensificada.

Podemos dizer que essa combinação entre raça e comportamento humano durou de modo contundente até a década de 1930, quando houve mudanças significativas no uso da noção de raça, gradativamente jogada para segundo plano enquanto emergia uma nova interpretação oficial do Brasil. A mestiçagem continuava a ser o centro das atenções, contudo, dessa vez, a referência cultural foi alçada e a biológica rebaixada, mas, ainda sim, a mistura de raças permaneceu como meio de redenção.

A partir de 1930, precisamente depois de 1933, quando foi lançado o livro *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, o mestiço se torna expressão síntese da nacionalidade brasileira. O que antes era um “meio termo” entre o “atrasado” e o “futuro”, passou a ser, então, o próprio futuro. Freyre alça o mestiço ao *status* de brasileiro “puro”. No entanto, Freyre mantém “(...) intocados em sua obra os conceitos de superioridade e de inferioridade (...)” (SCHWARCZ, 2010, p. 28), apesar de “(...) descrever a violência presente durante o período escravista” (SCHWARCZ, 2010, p. 28) contra negros e mestiços. É no decorrer dessa década e com fortes influências dessa obra que o conceito de raça começa a ser dissociado da biologia para ser usado como expressão da cultura. Foi a partir deste livro, também, que o mito da “democracia racial” no Brasil começou a ser construído, tendo em vista que o autor desenvolve uma interpretação benevolente do passado escravista.¹⁰ Freyre avista na mestiçagem a solução para os “problemas raciais” do país, não se referindo apenas aos cruzamentos inter-raciais, mas também à mistura entre as culturas indígenas, negra e branca. Para ele o mestiço seria a “cara” do Brasil. Contudo, podemos dizer que Freyre e os defensores do branqueamento tinham algo em comum, pois avistava na mestiçagem a dissolução dos caracteres negróides do mestiço, seja no biótipo, seja nas manifestações culturais. Segundo Lília Schwarcz, “o mestiço vira ‘nacional’ paralelamente a um

processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados” (SCHWARCZ, 2010, p. 28).

A difusão e consolidação do mito da “democracia racial” foram essenciais para mascarar as desigualdades entre negros e brancos, bem como para camuflar o racismo existente na sociedade brasileira. Devido à ideologia da mestiçagem, o que antes era aberto e direto, passou a ser dissimulado, disfarçado, e a imagem que o Brasil projetava acerca das relações raciais era de pura harmonia, até porque a ideia que circulava era de que a escravidão no país fora benigna e extinta de modo harmonioso.

O período de 1930 até a década de 1950 foi suficiente para que esse mito saísse da ordem do “científico” e fosse para a do “senso comum”, ganhando as rodas de conversas do cotidiano, influenciando as nossas relações sociais e até mesmo determinando as produções artísticas de grande alcance da época.

Na década de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura (UNESCO), acreditando que o Brasil era uma verdadeira democracia racial, financiou pesquisas acerca das relações raciais em algumas regiões do Brasil. O estado de São Paulo ficou a cargo do então desconhecido sociólogo Florestan Fernandes e de Roger Bastide. Juntos, constataram que a tão proclamada “democracia racial” não passava de um mito.¹¹ Guimarães argumenta que Florestan Fernandes referia-se à “democracia racial” como apenas um

(...) discurso de dominação política, não expressava mais nenhum ideal, nem algo que existisse efetivamente, seria usado apenas para desmobilizar a comunidade negra; como um discurso de dominação seria puramente simbólico, sua face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática de negros. **O termo “democracia racial” passa, portanto, a carregar e sintetizar uma certa constelação de significados. Nela, raças não existem e a cor é um acidente, algo totalmente natural**, mas não importante, pois o que prevalece é o Brasil como Estado e como Nação. (grifos meus) (GUIMARÃES, 2003, p. 102).

Com isso, as representações oriundas do mito foram fortemente golpeadas, mas o acidente natural da cor permaneceu como símbolo historicamente forte na representação de negros e mestiços, permaneceu como marcador de identidade por meio da palavra raça, por mais que os próprios biólogos tenham constatado a invalidade heurística do conceito e o tenham abandonado. No entanto, a historiadora Monica Grin, argumenta que, continuar o uso do conceito de raça para forjar identidades, incitará a sociedade brasileira a ter uma “(...) visão de mundo

binariamente racializada (...)” (GRIN, 2010, p. 14-15), bem como se terá uma “vitimização de indivíduos descendentes dessa comunidade ‘racial’.” (GRIN, 2010, p. 14-15).

O não uso do conceito de raça é desconsiderar a construção histórica e os impactos sociais que esse conceito gerou e gera, uma vez que: “Raça é uma construção histórica e social, matéria-prima para os discursos das nacionalidades” (SCHWARCZ, 2010, p. 35.) ou, como diz Thomas Sowell, “(...) antes de um conceito biológico é uma realidade social, uma das formas de identificar pessoas em nossas próprias cabeças.” (SOWELL, 1994. Apud SCHWARCZ, 2010, p. 35).

E o mito da “democracia racial” fez justamente isso, criou representações que distorceram a construção histórico-social em torno do conceito de raça, ao não se livrar devidamente do aspecto biológico na constituição das subjetividades dos grupos dotados da cor da pele escura em qualquer de seus tons. Como consequência, no Brasil elaborou-se com efetivação no cotidiano um racismo “típico”, não mais baseado em preceitos biológicos pseudocientíficos, mas em símbolos, ou sinais, considerados suspeitos. Portanto, no racismo à brasileira, a origem não influencia muito, mas sim a “marca”¹² que os sujeitos carregam a cor de suas peles. Entre outras razões, pode-se, então, admitir que isso se dê também pelo fato do Brasil ter investido na mestiçagem e no branqueamento, gerando, assim, esse “racismo à brasileira”, que nota, antes de tudo, a tonalidade da pele dos sujeitos. Esta sempre expressaria a raça que pertencem.

Dessa forma, não nos livramos do conceito. Em nosso racismo peculiar, as representações do mito da democracia racial contribuíram para que fosse forjada na sociedade brasileira a falsa ideia da não existência do racismo, exatamente pela manutenção do conceito, pois se efetivamente não existem raças, não há porque manter uma categoria de identificação que institui a separação entre negros e brancos. Sem ela, o povo brasileiro seria, então, um povo mestiço e harmonioso e a cor da pele seria um acidente vencido na construção social e histórica de nossa nacionalidade. Somente deste modo os brasileiros poderiam não ser racistas. A manutenção do uso do conceito no imaginário social prevaleceu por muito tempo no que se refere às interpretações das relações sociais no Brasil e em muitas situações cotidianas ainda predomina.

E apesar de golpeado, o mito da “democracia racial” ainda se mantém forte e presente no imaginário social por meio de suas representações, pois “Se o mito deixou de ser oficial, permaneceu internalizado. A partir dos anos 60, perdeu o seu estatuto de científico, mas ganhou a ditadura do senso comum.” (SCHWARCZ, 2010, p. 86). Nas décadas posteriores aos anos 60, cada vez mais, passou a contar com aliados que cresciam e ganhava espaço na vida cotidiana do brasileiro, os meios de

comunicação de massa, que reproduziam por meio de seus filmes, publicidades, telenovelas e outros produtos, o ideário de um país harmonioso, livre de conflitos e de desigualdades sócio-raciais, um país que tem preconceito sim, mas não racial, e sim social, de classe.

Neste sentido, Kabengele Munanga argumenta que o mito da “democracia racial”

(...) exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, **permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade**. Ou seja, encobre os conflitos sociais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído na construção e na expressão de uma identidade própria. (grifos meus) (MUNANGA, 1996, p. 184).

Munanga é muito sagaz em seu argumento, pois consegue explicar em poucas palavras as ações e impactos desse mito. Além dos mecanismos sutis de reprodução do racismo que os negros são vítimas, o mito interdita a tomada de consciência sobre o assunto, pois quem o debate geralmente é acusado de enxergar problemas onde não há, e até mesmo de ser o próprio “racista”, uma vez que há uma naturalização do racismo. E isso se dá apesar das denúncias sobre as desigualdades entre negros e brancos feitas por entidades dos Movimentos Sociais Organizados, em específico o Movimento Negro, que era articulado principalmente por lideranças negras, a exemplo de Abdias Nascimento, um dos criadores do Teatro Experimental do Negro (TEN), na década de 1940, com a finalidade de encenar histórias que retratassem a realidade da população negra no Brasil.

Somente no fim dos anos de 1970 esse discurso nacional foi acutilado de modo mais contundente pela atuação de um movimento social organizado recém-formado, o Movimento Negro Unificado (MNU), que foi criado por ativistas negros/as que tinham como oriente a unificação da luta de todos os grupos e organizações que lutavam pelo fim do racismo em nível nacional¹³. O MNU reintroduziu no cenário dos debates políticos sobre o racismo o conceito de raça, exatamente para reivindicar a origem africana na identificação da população negra. Com isso, a noção de raça foi alçada novamente no discurso sobre nacionalidade brasileira, mas pela afirmação de suas raízes africanas, suas africanidades e não por seu hibridismo elaborado sob a dissolução das culturas africanas.

É verdade que alguns movimentos brasileiros operavam com o conceito de raça sob influência dos que ocorriam fora do Brasil, a exemplo do Movimento Black Power, que surgiu nos Estados Unidos da América em meados da década de 1960¹⁴, e que contribuiu para a reinserção e uma nova leitura política da noção de raça, com ênfase em um sentido estritamente histórico-social. A respeito disso Guimarães fala que:

Para o MNU, um negro para ser cidadão, precisa antes de tudo, reinventar sua raça. A ideia de raça passa a ser parte do discurso corrente, aceito e absorvido de certo modo pela sociedade brasileira, o que não se explica senão pelas mudanças que ocorrem também na cena internacional, que tornaram esse discurso bastante poderoso internacionalmente. (GUIMARÃES, 2003, p. 102-103).

Neste sentido, o Movimento Negro Unificado, apoiado por outras instituições e movimentos antirracistas, assim como por alguns intelectuais, resgata e re-significa o conceito de raça, para empreender não apenas uma luta contra as várias faces da discriminação racial, mas também para uma valorização das culturas africanas no Brasil.

Os movimentos sociais dos negros reinserem a noção de raça na agenda política brasileira justamente para romper com a referida “ditadura” do senso comum, que insiste em esconder as desigualdades sócio raciais decorrentes do racismo presente em nossa sociedade. No entanto, por mais que essa re-inserção tenha sido feita, raça continua sendo sempre um atributo do outro e o outro é sempre o não-branco, pois é comum vermos em algumas reportagens a presença da qualificação racial quando tem algum/a negro/a envolvido/a, e isso não acontece quando a pessoa é branca. Percebe-se, assim, usos ambíguos e contraditórios da palavra raça, que decorrem tanto da reprodução de representações negativas dos sujeitos negros/as quanto da luta por sua valorização.

A reintrodução do conceito de raça no cenário político teve alguns desdobramentos. Nos anos de 1990, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo censo brasileiro, incorporou o termo raça em seu questionário. Antes, a pesquisa registrava apenas a cor que os entrevistados declaravam ter. Na década de 1990, foi acrescentada ao termo “cor” o termo “raça”, ficando “raça/cor”. O IBGE elencou cinco categorias para auto-declarações dos entrevistados: branco, preto, pardo, indígena e amarelo, sendo que preto e pardo compõem os entrevistados da raça negra e amarelo define os de origem asiática.

Outro desdobramento se vê na Constituição Brasileira de 1988, que tem o termo raça presente em alguns de seus artigos. E mais, reconhece o Brasil como um país onde há racismo, visto que foi incorporada na

constituição uma reivindicação antiga de entidades civis, principalmente do Movimento Negro, que é a de transformar racismo em crime inafiançável.¹⁵ Ao final dos anos 80 do século passado, vencida a ditadura civil-militar instalada em 1964, no contexto da redemocratização sob nova constituição, o termo raça também se faz presente em diversas pesquisas acadêmicas, incluindo pesquisas por iniciativa de órgãos governamentais, também por força das demandas de entidades do movimento negro e dos intelectuais da Fundação Palmares.

Neste ponto, cabe lembrar como os problemas decorrentes do racismo ganharam espaço nas manifestações artísticas, seja por meio de denúncias das desigualdades entre negros e brancos, seja pela valorização das culturas e população negra. No cinema, desde as chanchadas da Atlântida, nos anos 50 do século passado, a temática do racismo esteve presente, mesmo que de forma muito tímida. Ganhou mais evidência a partir década de 1970, tendo cineastas negros produzindo, a exemplo de Zózimo Bulbul, o primeiro ator negro a dirigir filmes¹⁶, que realizou o seu primeiro trabalho, “Alma no Olho”, inspirado no livro “Alma no Exílio” de Eldridge Cleaver, um dos líderes dos Panteras Negras, grupo que lutava pelo fim do *apartheid* racial nos Estados Unidos da América (EUA).¹⁷ Praticamente em todas as artes ganharam visibilidade muitos exemplos de manifestações que abordaram essa temática. Na música, sempre esteve presente nos sambas, como os de Jovelina Pérola Negra e, em gêneros variados, na obra de Milton Nascimento, uma das grandes expressões da chamada música popular brasileira. Nas artes emergentes, o tema é central, como no recém-chegado *Hip-Hop* que, de modo incisivo por meio de suas letras e rimas, delata o sofrimento da população brasileira causado pelas disparidades sociais, que atingem em maior grau a população negra.

Seguindo nessa direção, podemos dizer que a noção de raça se dá enquanto fundadora de discursos ambíguos e contraditórios, seja dos mais corriqueiros aos discursos nacionais e até mesmo quando silenciada assume um modo discursivo, pois ao não ser pronunciada torna-se uma ação merecedora de reflexão. Em outras palavras, a ideia de raça se faz presente nas falas e nos silêncios cotidianos e/ou institucionais. É por meio desses discursos que temos uma definição de raça presente nas linguagens dos sujeitos de todo o espectro social, em todas as situações de convívio cotidiano. Foram os discursos dos cientistas e intelectuais do final do século XIX e começo do XX que fizeram muitos acreditarem que, segundo aptidões biológicas, o negro era inferior ao branco, influenciando de modo direto nas relações sociais da época, bem como na criação e manutenção de leis que de forma direta colocava a população negra a margem da sociedade.¹⁸ E também foram esses discursos, ainda, que

solidificaram em parte do imaginário social as piadas racistas, ainda presentes nos dias de hoje.

Enfim, é nos discursos e narrativas que o conceito de raça faz sua existência. É por meio desse recurso que o debate sobre a noção de raça acontece e é também por meio dele que algumas faces do racismo se manifestam. Ao mesmo tempo, é por meio desses mecanismos que alguns defendem e propagam a ideia de que o conceito de raça é limitado, que não dá conta de explicar as relações sociais brasileiras, que o preconceito existente no Brasil é da ordem do econômico, de classe. Mas, esses argumentos são meios de “tampar o sol com a peneira”, não querem enxergar o que é nítido, ou seja, o racismo latente e pulsante que permeia nossas relações diárias no plano das linguagens e dos códigos de identificação de um Outro, que conhecemos há mais de quatrocentos anos, mas ainda estranhemos. Como diz Lilia Moritz Schwarcz:

Limitar a questão racial a um problema exclusivamente econômico pouco resolve. Afirmar que raça se esconde na classe é entender só parte da questão. Talvez seja mais produtivo enfrentar o mito, o mito da “democracia racial” e entender por que ele continua a repercutir e a ser resignificado entre nós. (SCHWARCZ, 2010, p. 35).

Deste modo, podemos afirmar que sempre que o termo raça for pauta de debates e isso interpelar o mito da “democracia racial”, por meio de argumentos que abalem suas estruturas, a exemplos das políticas de Ações Afirmativas (aplicação da reserva de vagas para negros em Universidades; obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos escolares¹⁹; inserção de um maior número de artistas negros em telenovelas, filmes, publicidades e outros meios de comunicação; e outras), haverá movimentos questionando a validade dessas ações, interpretando raça ainda como de ordem biológica e não histórico-social, e que a implementação/consolidação dessas políticas podem levar o Brasil à uma divisão racial, de um lado os negros e de outro os não negros.

Nesse sentido, a ideia de um país mestiço e harmonioso, onde há preconceito sim, mas socialmente ameno, pode desmoronar, pois o que antes era aberto e direto tornou-se camuflado para ser mantido. A tão aclamada “democracia racial” não existe, ela pode ser vista como um mito, de caráter negativo e que influencia e até determina muito do que é pensado e vivido no Brasil, as diversas práticas racistas, pois, devido a esse mito, estamos diante de um racismo bem específico, “(...) um racismo sem cara, que se esconde por trás de uma suposta garantia da

universalidade das leis e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação.” (SCHWARCZ, 2010, p. 78).

Não se pode pensar que pelo fato desse racismo ser dissimulado, “sem cara”, ele não seja brutal e que não mata. Ele pode ser considerado pior que a discriminação racial aberta, pois a exclusão do outro, do/a negro/a, ocorre tanto nas relações privadas quanto nas públicas e cordiais, toma a forma de uma eliminação sutil, mas, não menos intensa que o racismo aberto. Daí que a inserção da questão racial em debates e projetos políticos gera em muitos o medo de perder o recurso da prática do racismo de modo velado, instaura temor nos sujeitos de se descobrirem racistas, faz a sociedade brasileira refletir acerca de suas relações. Contudo, para que isso aconteça, é necessário evidenciar as representações do mito da “democracia racial”, continuar utilizando o conceito re-significado de raça para classificação de pessoas, permanecer demonstrando as disparidades educacionais que atingem a raça negra diante das demais, persistir na luta pela inserção não estereotipada de negros/as nos diversos meios de comunicação e prosseguir na luta pelo fim do racismo.

COR: UMA CATEGORIA RACIAL

Para prosseguir no debate acerca de raça, é necessário resgatar certos fatos e argumentos, a fim de refletir sobre o tipo de preconceito racial que foi instaurado no Brasil pós-mito da “democracia racial”. De acordo com Oracy Nogueira, o preconceito racial de marca aqui prevaleceu, ao contrário dos Estados Unidos da América (EUA), no qual o preconceito racial se baseava na origem da pessoa.²⁰ A “marca” à qual Nogueira se refere é a cútis dos sujeitos. São as tonalidades da pele do indivíduo que determinarão a “dose” de preconceito racial que ele sofrerá. Nesse sentido, cor e raça estão associadas e é com base na ideia de raça que a pessoa se orienta para definir a cor que possui.

Do mesmo modo que a raça se faz nos discursos e narrativas, a cor da pele também. É com base nos discursos de raça que parte dos discursos sobre a cor da pele é construída. Há discursos que pré-estabelecem uma oposição entre as raças branca e negra, nos quais uma é “superior” à outra e, conseqüentemente, isso é transposto para a noção de cor da pele. Ou seja, no momento de identificação dos sujeitos, as cores que se aproximam do branco são vistas como “superiores” e as que se aproximam das tonalidades escuras, que no caso representam a raça negra, são vistas como “inferiores”.

Essa percepção dicotômica entre as cores próximas do preto e do branco são anteriores ao discurso sobre raça. Segundo Houfbauer “Desde os primórdios das línguas indo-europeias, o branco representava o bem, o bonito, a inocência, o puro, o divino, enquanto o negro era associado ao moralmente condenável, ao mal, às trevas, ao diabólico, à culpa.” (HOUFBAUER, 2006, p. 70). Ainda segundo esse autor, “As duas cores não dizem respeito ‘simplesmente’ a um mundo natural passível de ser observado de forma objetiva, mas eram associadas às ideias morais-religiosas.” (HOUFBAUER, 2006, p. 70). Nesse sentido, a cor branca era/é associada a valores positivos, ao passo que a preta a símbolos negativos.

Podemos dizer que essas representações ainda permeiam o imaginário social brasileiro e que os defensores da escravidão, das teorias raciais, bem como os do branqueamento, avistaram nessas representações um motivo a mais para acreditarem e difundirem a ideia de que aqueles pertencentes à raça negra eram “inferiores”.

A partir disso, podemos tentar compreender os motivos pelos quais no Brasil essa “marca” que o sujeito negro carrega é tão determinante no tipo de racismo que ele sofre. Devido à difusão das representações oriundas do mito da “democracia racial” e da ideologia do branqueamento, se torna possível “jogar com a cor”. A tonalidade da cor da pele se modificará diante da situação social e/ou política vivida pelo preto e/ou mestiço.²¹ O branco e o negro, o claro e o escuro se tornam categorias raciais de classificação, ou seja, no momento de se “jogar com a cor”, quanto mais os indivíduos apresentam tonalidades escuras da pele, mais preconceitos raciais sofrerão, enquanto para indivíduos com peles que se aproximam mais do padrão europeu, o branco, a intensidade do racismo será menor.

Esse jogo em que de um lado está o branco, o claro, e de outro o negro, o escuro, é muito mais complexo do que vemos, pensamos e compreendemos. Pelo fato de no Brasil haver um modo específico de praticar o preconceito racial, no qual a cor importará mais do que a origem, gera nos indivíduos pretos e mestiços com caracteres negróides e/ou melanina acentuada, conflitos psicológicos inescapáveis por toda sua existência. Viver em uma sociedade racista, em que está eleito um biótipo padrão, no qual é impossível se enquadrar, impõe viver sob um estigma assim resumido:

O branco é o símbolo da divindade ou de Deus.

O negro é o símbolo do espírito do mal e do demônio.

O branco é o símbolo da luz...

O negro é o símbolo das trevas, e as trevas exprimem simbolicamente o mal.

O branco é o emblema da harmonia.

O negro o emblema do caos.
 O branco significa beleza suprema.
 O negro, a feiúra.
 O branco significa a perfeição.
 O negro significa o vício.
 O branco é o símbolo da inocência.
 O negro, da culpabilidade, do pecado, ou da degradação moral.
 O branco, cor sublime, indica a felicidade.
 O negro, cor nefasta, indica a tristeza.
 O combate do bem contra o mal é indicado simbolicamente pela oposição do negro colocado perto do branco. (COHEN, 1980, Apud SANTOS, 2002, p. 58).

Compreendo que a recusa de uma autoidentificação com a raça negra é bem complexa, mas, diante de um passado no qual a população negra foi escravizada e depois, na pós-escravidão, foi jogada para as margens da sociedade, assim como no cotidiano contemporâneo, são várias as piadas racistas, assim, é possível começar a compreender essa recusa.

A partir disso, entre os sujeitos que se sentem estigmatizados, são criados diversos mecanismos para camuflar raça/cor da pele, como se fosse possível fugir da realidade, esconder a própria cor. Ao considerar o mestiço como o modelo padrão possível para enfrentar o estigma, mantendo como referência o biótipo branco europeu, alguns mestiços se identificarão como brancos, ao passo que alguns pretos se identificarão como mestiços. Neste sentido, Muniz Sodré argumenta que:

Não se trataria, no entanto, de o negro querer passar por branco, mas de passar por mestiço (mixed). Mesmo quando o indivíduo já se sabe resultante de um cruzamento do mais claro com o mais escuro, torna-se imperativo parecer, ou seja, investir-se de recursos estéticos da cor hegemônica, que é a clara. (SODRÉ, 1999, p. 198).

A utilização desse mecanismo pode ser constatada no recenseamento de 1980 do IBGE, momento em que o instituto ainda não utilizava as cinco categorias, preto, pardo, branco, indígena e amarelo, para classificação de raça/cor. Os não brancos, ao serem indagados sobre a sua cor, informaram mais de 130 cores diferentes; nas palavras de Schwarcz, um “carrefour de termos”²² utilizados para se auto-identificarem. Algumas das cores que apareceram foram “Bem branca, bem clara, branca morena, branca queimada, branca suja, puxa para branca, meio morena, meio preta, quase negra, bem-morena, morena bem chegada, cor firme,

mulata (...)” (SCHWARCZ, 2010, p. 34). Os termos preto, pardo, branco e negro também apareceram.

Ao refletir sobre essa variedade declarada de tons da pele fica evidente que há pessoas procurando subterfúgios para não ter que assumir o seu pertencimento racial, ao passo que outras estão afirmando com contundência essa pertença. As denominações “bem branca e bem clara” são evidências de uma autoafirmação, de um “fazer parte” de uma determinada raça, ao mesmo tempo em que se destaca o distanciamento da raça/cor oposta, nesse caso a negra/escura.

Os motivos de fuga do pertencimento racial podem ser vários, nem sempre relacionados à cor da pele. No entanto, não podemos desconsiderar que a cor da pele pesa muito nesse escamoteio, tendo em vista duas situações valorativas quanto ao espectro de cores. Na primeira, o sujeito refere-se às associações da cor branca juntamente com uma cor considerada escura, “branca morena, branca queimada e branca suja”, e também podemos incluir neste caso a tonalidade “puxa para branca”. O que se nota nessa situação é uma tentativa de aproximação do tipo ideal sem estigma, do padrão europeu de tonalidade da pele. Os três primeiros termos têm a cor branca como princípio e a tonalidade escura como complemento, como qualificação. O último, “puxa para branca”, tem a cor branca novamente como princípio, mas também desempenha a função de objetivo, de fim.

Na segunda situação, percebe-se a recusa de parte dos entrevistados em se auto-identificarem pretos e/ou negros, nas denominações “meio morena, meio preta, quase negra, bem morena, morena bem chegada, cor firme e mulata”, que representam bem a recusa de associação com o termo preto, negro. Toda essa nomenclatura mostra que as pessoas auto-identificadas com essas tonalidades não são brancas e também não querem ser pretas e/ou negras. Os termos “meio preta, quase negra e mulata” mostram isso, esse meio termo em que a ambiguidade da cor acaba em fuga do pertencimento racial.

Antes de passarmos para as outras denominações, é necessário considerar o surgimento do termo “mulato”, que nasceu com a finalidade de classificar os descendentes dos cruzamentos raciais entre brancos e negros. Alguns intelectuais/cientistas tinham em mente que do resultado desse cruzamento surgiria um ser inferior, degenerado, híbrido, enfim, acreditavam que esse ser seria uma “mula querendo ser gente”.²³ E ainda nos dias atuais existem alguns dicionários que trazem como cor de mula o significado de “mulato”.²⁴

As denominações “bem morena, morena bem chegada e cor firme” denotam que os identificados com essas tonalidades são pessoas negras, mas que por diversos motivos não querem se auto-declararem

como tais. Pois é de se notar que o termo “moreno” quer dizer pardo ou mestiço acompanhado dos adjetivos “bem, bem chegada e firme”, que demonstram uma “intensidade”, um “aumento” da cor.

Todas essas classificações denotam uma fuga simbólica da realidade, pois se evidencia neste subterfúgio uma “blindagem” contra as discriminações raciais, um não pertencimento à cor da sujeira, da feiúra, um não fazer parte da raça que é considerada inferior. Neste sentido, é importante lembrar o argumento de Clóvis Moura, quando afirma que

A variedade das tonalidades de cores bem demonstra como o brasileiro foge da sua realidade étnica, da sua identidade, procurando, através de simbolismos de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior. (MOURA, 1988, p. 63)

Deste modo, podemos dizer que essa fuga ou blindagem são apenas mecanismos procedentes de uma ideologia que permeia todo o imaginário social brasileiro, que é a do branqueamento. Essa ideologia encontrou nas representações do mito da “democracia racial” um meio de se fazer presente de modo quase imperceptível no cotidiano.

No Brasil, “Mais do que branco e negro, claro e escuro são termos de amplo trânsito no modo de identificação popular das diferenças fenotípicas, isto é, da cor da pele” (SODRÉ, 1999, p. 09). É este o foco que permite “jogar com a cor”, uma vez que no Brasil, dependendo da situação, pessoas podem enegrecer ou embranquecer.

Sérgio Adorno, em suas pesquisas sobre violência e racismo, verificou que no decorrer de alguns processos penais, o suspeito “mudava” de cor. Foi constatado por ele que quando o acusado era declarado inocente, o mesmo “tornava-se” mais claro, a exemplo de “moreno claro, pardo”, o oposto também acontecia, quando o suspeito era condenado, ele tinha sua cor “alterada” para “moreno escuro, preto, negro”.²⁵

Esse jogo também pode ser verificado em alguns meios de comunicação, nos quais em algumas ocasiões é possível notar que determinados artistas ficam mais claros ou mais escuros, diante do papel a ser interpretado.²⁶

A partir disso, é perceptível um racismo velado sobre a cor da pele e é possível dizer que a sociedade brasileira tem na cor um mecanismo sutil de exclusão. Por meio desse mecanismo, o mestiço fica em dúvida sobre seu pertencimento racial, pois em determinados locais é visto como negro, mas em outros não é considerado pertencente à raça negra. O mestiço, em certa medida, tem “poder” de mobilidade dentro dessa sociedade, cujo preconceito racial é de “marca”.²⁷ Contudo, em determinadas situações, não há mito que o impeça de ser visto como negro, e

consequentemente, estar carregado de todos os valores negativos presentes no imaginário social acerca da população negra brasileira.

Entretanto, em inúmeras situações, o racismo velado é desmascarado, a exemplo de quando porteiros de edifícios solicitam que moradores negros subam pelo elevador de serviço, quando vigilantes dos shoppings ficam alertas após a entrada de consumidores negros, ou quando a polícia insiste em considerar o biótipo negro como suspeito padrão. Nessas ocasiões, mestiços com traços negróides são vistos como não brancos, não pertencentes ao biótipo padronizado de aceitação social. Esses três exemplos, entre muitos outros, mostram muito bem que em situações das mais banais o racismo velado produz tensões e conflitos permanentes nas relações sociais cotidianas, conforme destaca Schwarcz:

A cor se estabelece no dia a dia, quando se percebe a discriminação no trabalho, no lazer, na educação. Nos tantos embates humilhantes com a polícia, nas admoestações com as pequenas autoridades do cotidiano – porteiros, guardas, seguranças –, cor e raça são relidas, num movimento que essencializa esses termos e os transforma em idioma local. (SCHWARCZ, 2010, p. 78)

Assim, até mesmo nos momentos em que os negros se destacam positivamente, de acordo com os padrões da sociedade, por algum talento em especial, as tensões estão latentes, pois são empreendidos esforços para tornar o mestiço em branco, e/ou o preto em mestiço. Isso pode ser verificado em duas ocasiões bem recentes na História do Brasil. A primeira foi em 2007, quando o Museu Afro Brasil de São Paulo trouxe em seu jornal uma foto de Mario de Andrade negro²⁸, que gerou inquietação na sociedade paulistana. A segunda foi em 2011, quando o banco estatal Caixa Econômica Federal veiculou uma propaganda em que o escritor Machado de Assis era cliente da Caixa Econômica Federal e o retratava como branco, quando todos sabem que era mestiço, ou seja, negro.²⁹

Diante disso, é possível afirmar que no Brasil, mesmo depois de passados mais de um século do auge das teorias raciais e do surgimento da ideologia do branqueamento, ainda conseguimos notar manifestações de seus ideais. E por mais que o mito da “democracia racial” ainda se faça presente na sociedade brasileira, por meio de diversas representações, o mesmo não consegue mascarar ou, melhor dizendo, suavizar as ações da ideologia do branqueamento, pois, o mesmo pode não ter obtido sucesso no que se refere ao branqueamento da população brasileira; no entanto, conseguiu fazer com que essa ideologia ganhasse espaço no imaginário social dessa sociedade.

Sendo assim, cor e raça estão associadas, pois os sujeitos pautados pela cor definem sua raça. Mais uma vez, vale a pena recorrer aos resul-

tados do recenseamento feito pelo IBGE em 1980. São mais de 130 cores declaradas, em que a maioria tem algum referencial simbólico associado a tonalidades escuras, ou seja, muitos declarantes, por saberem não serem brancos, utilizam um recurso simbólico de fuga das cores de origem, para tentarem se representar com a cor que os qualifica para aceitação social. Por este motivo, tonalidades como “branca suja e puxa para branca” será comum entre os entrevistados, como qualificação biologicamente dada, conforme argumenta Guimarães:

(...) a classificação por cor é orientada pela ideia de raça, ou seja, que a classificação das pessoas por cor é orientada por um discurso sobre qualidades, atitudes e essências transmitidas por sangue, que remontam a uma origem ancestral comum numa das “subespécies humanas” (GUIMARÃES, 2003, p. 102).

Deste modo, compreendemos os motivos pelos quais há uma recusa da identificação com o termo negro e, conseqüentemente, com a raça negra, pois, no século XIX, sob o peso das teorias raciais, foram criados pólos de valores, positivo e negativo, sendo o positivo representado pela raça/cor branca e o negativo pela raça/cor negra. Nessa polarização, fortemente presente no imaginário social brasileiro, percebemos o esforço de muitos não brancos em se aproximar do biótipo branco, enquanto se empenham para o afastamento da raça negra, mesmo que para isso tenham que adotar técnicas de “desnegritização”, por meio de “cremes para pele e cabelos, lentes de contato, cirurgia plástica e etc., utilizados para aumentar a distância entre o indivíduo e a negritude absoluta.”, como aponta Muniz Sodré. (SODRÉ, 1999, p. 198).

A desnegritização aparece, então, como produto de uma memória polarizada e dicotomizada entre o negativo e o positivo das cores da pele, que influencia na opção pelo aceite ou pela recusa de pertencimento a determinado grupo, pois em muitos casos é nessa memória que se encontram as doloridas experiências de racismos sofridos. Em determinados casos, uma simples palavra pode trazer ao presente lembranças daquela dor vivida em um passado que, mesmo distante, torna-se próximo, dor que apenas o indivíduo que a vivenciou pode descrever. A partir desse sofrimento, parte da população negra opta por camuflar alguns traços negróides, a exemplo do cabelo. Mas não se pode esquecer que o padrão de beleza exigido pela sociedade também influencia e muito a opção pela camuflagem, pois não se trata apenas de esconder um traço negróide, mas também de tentar se aproximar do que é considerado como belo pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir disso, que, raça e cor se tornam pontos-chave em toda essa discussão, visto que há uma re-significação do termo raça, agora não mais se baseando em aspectos biológicos, mas sim em características histórico-sociais. Assim sendo, a re-significação desses conceitos são de suma importância no combate ao mito da “democracia racial”, um dos meios para dar voz a personagens da história até então silenciados. Trata-se de demonstrar as desigualdades entre negros e brancos nos campos educacionais, econômicos e muitos outros, decorrentes do processo de escravidão e pós-escravidão. Trata-se de desmascarar o racismo existente no Brasil, que mostra suas faces no dia a dia e, por fim, mas não menos importante, demonstrar que esse país não é nada harmonioso, pelo contrário, é um país refém de representações de um mito, onde as pessoas têm medo de se descobrirem racistas, onde as instituições públicas e privadas sabem da existência do racismo, mas preferem continuar acreditando e agindo segundo esse mito.

Certamente, por esses e outros motivos é que algumas entidades do movimento negro, a exemplo do Movimento Negro Unificado, consideram necessário tratar de forma desigual os historicamente desiguais ao defenderem políticas públicas de ações afirmativas, que contribuem para amenizar as desigualdades (econômica, política, educacional, cultural e outras) herdadas da escravidão, bem como do período posterior a ela. Neste processo, o que se busca é a afirmação e a consolidação das identidades negras, que também são referências de oposição ao mito da “democracia racial”. É o que a noção de raça re-significada permitiu e vem permitindo, uma desmistificação e valorização da cor preta, consequentemente, do sujeito negro. Sobre isso, o cantor Tim Maia foi bastante convincente, quando afirmou que “Passou de branco, preto é. Não existe esse negócio de mulato. Mulato pra mim é cor de mula.” Sendo assim, não existe meio termo, pois conforme demonstrado, em momentos que a tensão das cores remete a conflitos, o mestiço pardo é visto como negro. Apesar da ambiguidade que a variação de cores da pele possa sugerir, raça e cor são duas categorias que se (in) completam no que se refere à classificação identitária no Brasil.

NOTAS

¹ O presente artigo é parte da dissertação intitulada “Raça, Mídia e Juventude: Representações da Juventude Negra” que foi orientada pelo professor Dr. João Marcos Alem, e defendida em fevereiro de 2014.

² No Brasil, negros incluem pretos e pardos. Abordarei esse assunto no decorrer do trabalho.

³ Ver mais em BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

⁴ Ver mais sobre esses intelectuais e cientistas em VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras. Belo Horizonte, Itatiaia, 1987; SCHWARCZ, Lilia M. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁵ Ver mais em SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 58.

⁶ Entendo aqui como praticas eugênicas, ações pautadas no conceito de eugenia, que dentre outros fins, avista o aperfeiçoamento do ser humano por meio de controles sociais, desde a seleção de imigrantes, passando pelo controle matrimonial, chegando à regeneração racial (branqueamento).

⁷ Ver BRASIL. Decreto-lei nº 528, de 28 de junho de 1890. Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1890; p. 1425.

⁸ O congresso foi financiado pela Inglaterra e contou com a participação de outros países: França, Inglaterra, Bélgica, Itália, Pérsia, Turquia, Egito, Japão, África do Sul, Hungria, Rússia, Haiti, Serra Leoa e Brasil.

⁹ Ver LACERDA, João Batista. Sur le métis au Brésil. In; Premier Congrès Universel des Races: 26-29 Juillet 1911. Paris: Imprimerie Devouge. 1911. Tradução: Tradução de Eduardo Dimitrov, Íris Moraes Araújo e Rafaela de Andrade Deiab.

¹⁰ A palavra “mito” tem ao longo das análises desta dissertação o sentido de “fábula”, que tomo emprestado de Da Matta, no qual esse autor encara como uma narrativa artificiosa criada para subsidiar o racismo peculiar existente no Brasil, que incita o pensamento de uma sociedade integrada e possibilita a explicação da maioria das relações culturais brasileiras. Ver mais em DAMATTA, Roberto. Relativizando, uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p. 58-85.

¹¹ Ver mais em FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Editora Cortez, 1989, p. 13-19.

¹² Conceito elaborado por Oracy Nogueira. Ver mais em NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

¹³ Ver mais em DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo. 2007, vol.12, n.23, pp. 114. Esse movimento enfatizou o orgulho da raça negra e incentivou a criação de instituições de caráter cultural e política, a fim de promover os interesses da comunidade negra norte-americana, bem como garantir autonomia para os/as negros/as.

¹⁴ Esse movimento enfatizou o orgulho da raça negra e incentivou a criação de instituições de caráter cultural e política, a fim de promover os interesses da comunidade negra norte-americana, bem como garantir autonomia para os/as negros/as

¹⁵ Ver mais em BRASIL. Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989.

¹⁶ Não é minha intenção aprofundar o debate acerca desse tema.

¹⁷ Ver mais em CARVALHO. Noel dos Santos. Esboço para uma História do Negro no Cinema Brasileiro. In: Dê, Jeferson. Jeferson Dê / por Jeferson Dê. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura - Fundação Padre Anchieta, 2005, p. 85.

¹⁸ Ver mais no código penal do Brasil de 1890. BRASIL. Decreto-Lei nº 847, de 11 de outubro de 1890, que no capítulo XIII "Dos vadios e capoeiras" determinava como crime a prática de capoeira.

¹⁹ Ver mais em BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

²⁰ Ver mais em NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985, p.77-91.

²¹ Ver mais em SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo no Brasil. São Paulo: Publifolha, 2010, p. 66

²² Ver mais em SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça como negociação. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org). Brasil Afro-Brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 34.

²³ Ver mais em SCHWARCZ, Lilia Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org's). Raça e diversidade. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 168-169.

²⁴ Abordarei a problemática acerca do termo “mulato” com mais contundência no capítulo que analisarei as fontes.

²⁵ Ver mais em ADORNO, Sérgio. Violência e racismo: discriminação no acesso à justiça penal. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org's). Raça e diversidade. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 267-270.

²⁶ Isso pode ser constatado nas novelas “Insensato Coração” e “Lado a Lado”, no qual Camila Pitanga, uma atriz negra desempenha papéis importantes. Na novela “Insensato Coração”, veiculada em horário nobre, que tem como tempo histórico a atualidade, Camilla Pitanga interpreta uma diretora de uma grande empresa e, sua cútis está aparentemente mais clara que o normal, ao passo que na novela “Lado a Lado”, que não foi veiculada em horário nobre, no qual o tempo histórico é a pós-abolição no Brasil, a atriz interpreta uma filha de um ex-escravizado e, sua cútis está mais escura, condizendo com a realidade.

²⁷ Para uma crítica ao conceito de “marca” ver NOGUEIRA, Oracy. Tanto Preto Quanto Branco: Estudos de relações raciais. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1985, p. 79-82.

²⁸ Ver mais em Jornal Afro Brasil Notícias, São Paulo, Nov. 2007.

²⁹ Abordarei esse episódio com mais detalhes em outro capítulo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. *Violência e racismo: discriminação no acesso à justiça penal*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org's). Raça e diversidade. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 267-270.

BRASIL. Decreto-lei nº 528, de 28 de junho de 1890. Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro, 1890.

BRASIL. Decreto-Lei nº 847, de 11 de outubro de 1890.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989.

CARVALHO. Noel dos Santos. *Esboço para uma História do Negro no Cinema Brasileiro*. In: Dê Jeferson. Jeferson Dê / por Jeferson Dê. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura - Fundação Padre Anchieta, 2005.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando, uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo. 2007, vol.12, n.23.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

GRIN, Monica. *"Raça" Debate público no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2010.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Como trabalhar com "raça" em sociologia*. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 01, jan./jun. 2003.

HOFBAUER Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

Jornal Afro Brasil Notícias, São Paulo, Nov, 2007.

LACERDA, João Batista. *Sur le métis au Brésil*. In; Premier Congrès Universel des Races: 26-29 Juillet 1911. Paris: Imprimerie Devouge. 1911. Tradução: Tradução de Eduardo Dimitrov, Íris Morais Araújo e Rafaela de Andrade Deiab.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza. *Negras Imagens: Ensaio sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP: Estação Ciência. 1996.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro - um percurso das ideias que naturalizam a inferioridade dos negros*. São Paulo: Pallas, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org's). *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Raça como negociação*. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org). *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2010.

SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1987; SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HISTÓRIA INTELECTUAL E HISTÓRIA CULTURAL: UM RECORTE EM ROGER CHARTIER

Névio de Campos

(Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Educação, Programa de Mestrado em História)
Pós-Doutor em História, Pesquisador Produtividade CNPq 2
Universidade Estadual de Ponta Grossa
ndoutorado@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é problematizar a escrita da história intelectual, tomando as reflexões de Roger Chartier para elucidar esse debate. O recorte neste pesquisador faz-se a partir dos questionamentos e das proposições presentes em “História intelectual e história das mentalidades”, um dos capítulos do livro *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Dialoga-se com este historiador para sintetizar uma representação do lugar da história intelectual no âmbito da historiografia francesa. A posição de Chartier nessa discussão tem fecundidade à escrita da história intelectual, pois procura indicar em que medida a investigação dos artefatos culturais ou intelectuais precisa avançar entre os elementos reducionistas da história social/mentalidades ou da clássica história das ideias. À luz deste estudioso é plausível sustentar que não é possível escrever a história intelectual reduzindo o pensamento aos processos de determinação do mundo social ou isolando as ideias das relações estabelecidas no tecido da própria sociedade. Ao contrário, a história intelectual, constituída a partir de novos conceitos, deve apostar na força-tarefa de desconstrução das linhas bem demarcadas entre cultura erudita e cultura popular e entre autores e leitores, anexando em seu escopo de análise o terreno dos pensamentos populares e o espaço de invenção intelectual do leitor.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

Palavras-chave: História Intelectual, História Cultural, Roger Chartier.

ABSTRACT

The aim of this article is to discuss the writing of intellectual history, taking the reflections of Roger Chartier to elucidate this argument. The overview of this researcher comes from questionings/inquiries and propositions which are present in "Intellectual History and History of Mentalities", one of the chapters in the book *On the Edge of the Cliff: History between Uncertainties and Restlessness*. One interacts with this historian in order to summarize a representation of the place that intellectual history has in French historiography. Chartier's position in this discussion is fruitful for the writing of intellectual history, as it tries to indicate in what measure the investigation of cultural or intellectual artifacts must advance among the reductionist elements of social history/mentalities or the classic history of ideas. In the light of this scholar it is plausible to sustain that it is not possible to write intellectual history by reducing thought to the processes of determination of the social world or isolating the ideas of relations which were established in society. On the contrary, intellectual history, constituted from new concepts, must wager on a task force of deconstructing the well-marked lines between erudite culture and popular culture and between authors and readers, adding to its scope of analysis people's thinking and the area of the reader's intellectual invention.

Keywords: Intellectual History, Cultural History, Roger Chartier.

INTRODUÇÃO

Este texto tem o objetivo central de discutir o problema da história intelectual, tomando as reflexões de Roger Chartier para elucidar esse debate. É possível discutir a história intelectual a partir de diferentes horizontes teóricos, seja das tradições alemã, inglesa, estadunidense, entre outras. No entanto, neste artigo, optamos por buscar articular a história intelectual e a história cultural a partir das reflexões de Chartier, elegendo as proposições presentes em "História intelectual e história das mentalidades", um dos capítulos do livro *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*.

É possível indicar dois motivos pela escolha de Chartier para esta discussão. A primeira diz respeito à pretensão de ele estabelecer um debate ao que denomina de à beira da falésia, pois "permite formular mais seguramente a constatação de crise, ou no mínimo, de incertezas frequentemente enunciada hoje em dia acerca da história" (2002, p. 7).

Nesse sentido, no capítulo em que debate o lugar da história intelectual ele faz uma exposição dos limites e das possibilidades dessa especialidade historiográfica no contexto francês. A segunda justificativa está relacionada ao aspecto propositivo de Chartier, uma vez que ao estabelecer uma relação entre história das ideias e história social/mentalidades traz elementos fecundos à escrita da história intelectual.

O percurso analítico segue três movimentos. Em primeiro lugar, apresenta uma construção do nascimento dos intelectuais, tomando como recorte o Caso Dreyfus, pois entendemos que o pesquisador de história intelectual deve compreender os debates existentes a respeito dessas figuras que ganharam visibilidade a partir do final do século XIX. Assim, a pretensão é apresentar ao leitor uma visão sintética do nascimento do intelectual na tradição ocidental. Em seguida, passamos a posicionar o lugar da história intelectual, isto é, o lugar da narrativa historiográfica que tem por objetivo problematizar e explicar as autorrepresentações construídas pelos intelectuais. Por fim, incluímos Roger Chartier nesse debate, objetivando destacar como ele sistematiza uma interpretação da história intelectual no contexto acadêmico francês a partir da tradição dos primeiros *Annales* e da história das mentalidades, assim como explicitar a contribuição dele ao postular a necessidade de uma história intelectual renovada, constituída com conceitos novos.

Assim, este artigo procura construir uma síntese do processo de nascimento do intelectual como agente público e mediador simbólico, assim como do surgimento da história intelectual, enfatizando a potencialidade analítica desta especialidade a partir da história cultural francesa. Por fim, adentra a discussão específica, ao tratar da relação entre os debates da história intelectual e história cultural, tomando as reflexões de Roger Chartier para postular a hipótese de que as possibilidades de escrita no campo da história intelectual se ampliam, pois permitem problematizar os contextos de produção, de circulação e de recepção das ideias.

NASCIMENTO DOS INTELECTUAIS

Os escritos¹ a respeito da existência de intelectuais são volumosos, o que torna impossível mapeá-los. Há uma significativa produção a respeito do problema dos intelectuais. A rigor, como bem acentuou Norberto Bobbio (1997, p. 7), “o debate entre intelectuais a respeito dos intelectuais, isto é, a respeito de si próprios, não tem trégua”. Assim, na esteira do debate acadêmico é possível afirmar que, no final do século XIX, produziu-se a ideia de intelectual. Na síntese de Gérard Leclerc (2004, p. 9), “os intelectuais têm pouco mais de um século de existência”². Mais do que isso, “é mesmo um lugar-comum, entre a maior parte dos especialistas, afirmar

que os intelectuais apareceram por ocasião do Caso Dreyfus (anos de 1894-1906, ou 1897-1899, se nos ativermos ao núcleo da polêmica pública)" (LECLERC, 2004, p. 9). Essa assertiva é reiterada por Pierre Bourdieu (1996, p. 380), ao asseverar que "os escritores, os artistas e os cientistas afirmaram-se pela primeira vez como intelectuais quando, no momento do Caso Dreyfus, intervieram na vida política com uma autoridade específica assente na pertença ao mundo relativamente autônomo da arte, da ciência e da literatura".

As circunstâncias do episódio do capitão francês como acentua Leclerc podem estar associadas ao período de 1894-1906. Em final de setembro de 1894, conforme Henri Guillemin (2009, p. 7), "o Serviço Francês de Informações apresenta um peça bastante comprometedora, proveniente, ao que parece, da embaixada da Alemanha em Paris". Tratava-se de uma carta, não datada, nem assinada, cujo destinatário seria um oficial alemão, a qual continha conteúdo referente às rotinas das forças militares de defesa da França. Pelo teor das informações tal documento consistiria em uma ação de espionagem, de revelação de informações secretas aos adversários. Mais do que isso, revelava que existia um agente francês agindo contrário à própria França. Essa carta deu início ao que ficou conhecido como Caso Dreyfus. Houve uma força-tarefa dos oficiais franceses, particularmente daqueles da mais alta patente, para chegar-se ao que seria classificado como traidor da pátria. Já, em 6 de outubro de 1894, o tenente-coronel d'Aboville, membro dos serviços do Estado-Maior, afirmou reconhecer a caligrafia gravada na referida carta. Mais do que isso, sustentou que seria a caligrafia "de um oficial da artilharia, o capitão Alfred Dreyfus, que na primavera daquele ano fez um estágio no Estado-Maior" (GUILLEMIN, 2009, p. 7). As forças do Estado francês em uma ação frenética, avalizada pelo general Mercier, então ministro da guerra, puseram em marcha a prisão e o julgamento do capitão Dreyfus. O processo aconteceu em dezembro de 1894. E "em 22 de dezembro de 1894, o capitão Dreyfus é então reconhecido culpado e condenado à degradação militar e à deportação perpétua num reduto fortificado. Dreyfus será degradado em 5 de janeiro de 1895, no pátio da Escola Militar, e enviado à prisão da ilha do Diabo" (GUILLEMIN, 2009, p. 8). Essa é a razão do recorte no ano de 1894, conforme asserção de Gérard Leclerc. A periodização final do Caso Dreyfus está anotada em 1906, quando ocorreu "[...] a reabilitação de Dreyfus, graças a Jaurès e a Émile Combes" (GUILLEMIN, 2009, p. 22). Esse recorte privilegia o período que marca a acusação, condenação, prisão e absolvição do capitão Dreyfus.

Por outro lado, Leclerc indica que o nascimento do intelectual está associado aos anos de 1897-1899. As ações desses anos têm relação com

as descobertas ocorridas em abril de 1896, quando o chefe do Estado-Maior da França foi informado que Dreyfus seria inocente. No entanto, o alto escalão do Estado-Maior decidiu por manter a decisão da condenação do capitão Dreyfus e não revelar a verdade. O agente, tenente-coronel Picquart, responsável pela revelação da inocência de Dreyfus aos chefes do Estado-Maior foi fustigado e tratado como elemento perigoso à França. Ele foi enviado a trabalho à Tunísia, uma espécie de exílio. Segundo relato de Guillemin (2009, p. 9), Picquart repassou todas as informações, referentes a situação do capitão Dreyfus, ao advogado Leblois. Essa ação do tenente-coronel foi uma medida de segurança, temendo alguma forma de coerção por parte das forças do poder francês. O advogado, em desobediência ao pedido de silêncio feito por Picquart, decidiu contatar o senador Scheurer-Kestner, o qual revelou ao novo ministro da Guerra, general Billot. O referido senador, amigo do ministro da Guerra, procurou convencê-lo de que uma revisão do processo seria salutar ao próprio Estado, pois seria bem recebida pela opinião pública. Entretanto, a tentativa do senador não prosseguiu. Após mais de quatro meses de silêncio, o senador decidiu levar o Caso Dreyfus à opinião pública. Conforme Guillemin (2009, p. 10), “é então que Scheurer-Kestner e o pequeno grupo reunido a seu redor se dirigem a Zola, bem como a outras personalidades francesas, para que se juntem a essa obra de justiça indispensável e de uma clamorosa urgência”.

Assim, a repercussão pública do Caso Dreyfus demarca a ideia de nascimento do intelectual. Caiu nas mãos de Zola um conjunto de provas que indicava a inocência de Dreyfus. Na interpretação de Guillemin (2009, p. 11), Zola entendia que seria “preciso forçar o Estado-Maior a reconhecer o erro cometido e a repará-lo sem demora”. A primeira medida foi a publicação sobre o senador Scheurer-Kestner, no *Figaro*, em 25 de novembro de 1897. Imediatamente houve reação dos nacionalistas franceses em defesa do Estado e em franca crítica às investidas de Zola, classificadas como ações oriundas do sindicato judeu internacional. As intervenções se seguiram com uma série de publicações³. O conjunto do que foi publicado, entre 25 de novembro de 1897 e 13 de janeiro de 1898, é de uma grande riqueza para o historiador problematizar a ideia do nascimento do intelectual. Entretanto, o texto oriundo da carta enviada ao Presidente da França tornou-se mais conhecido, pois Georges Benjamin Clemenceau publicou o texto em dois formatos: um que mantinha o título original (Carta ao Presidente da República), mas impresso em caracteres menores; outro, com caracteres maiores, como o título *J'accuse* (Eu acuso). Conforme Guillemin (2009, p. 17), “donde o artigo publicado por Zola no *L'Aurore* de 13 de janeiro de 1898 (o jornal terá uma tiragem de 300 mil

exemplares; agressão calculada: ‘acuso o general Mercier [...] acuso o general Billot [...] acuso o general de Boias-deffre e o general Gonse [...]’”.

Com relação à publicação em *L’Aurore*, Michel Winock (2000, p. 30) afirma:

Quando Zola chega aos escritórios de *L’Aurore* com sua Carta aberta ao presidente Félix Faure, Clemenceau compreende, de imediato, que tem dinamite nas mãos. Acolhe com entusiasmo a denúncia de Zola. É ele quem escolhe o título: ‘Eu acuso...’, que vai assinalar, em todo o país e para além das fronteiras, o verdadeiro início do Caso.

Imediatamente o governo moveu suas forças para levar Zola a julgamento, embora tivesse sido desaconselhado pelo Estado-Maior, ao sugerir que se ignorasse simplesmente. Conforme Winock (2000, p. 31), “o Caso Dreyfus torna-se o caso de Zola. No dia 18 [de janeiro], o ministro da guerra envia uma denúncia ao Ministério da Justiça. O caso iria ao Tribunal do Júri, em fevereiro”. Os escritos de Zola o levaram ao tribunal, processo que durou de 7 a 23 de fevereiro de 1898, cujo resultado foi a condenação máxima: “[...] um ano de prisão sem sursis e três mil francos de multa. Aparentemente ele perdeu. Na verdade, ganhou” (GUILLEMIN, 2009, p. 20). Zola recorreu da sentença, mas novamente foi condenado em 18 de julho de 1898. Por sugestão de Clemenceau, Zola se refugiou na Inglaterra, retornando em 1899.

O ano de 1897 demarca a posição intelectual contra a razão do Estado da França. Mas o início de 1898 demarca a maior parte das publicações de Zola e os inúmeros manifestos dos intelectuais franceses. Na avaliação de Winock (2000, p. 70), “1898 foi o ano dos intelectuais”. Já 1899, conforme esse historiador (2000, p. 70), seria o ano “dos políticos. Os *dreyfusards* obtêm um sucesso considerável: a revisão do processo de Dreyfus pela qual se bateram”. No entanto, ressalta Winock (p. 70), “é uma vitória incompleta, já que o processo de Rennes termina, mais uma vez, com a condenação do capitão judeu, em 9 de setembro”⁴. Aqui, na leitura desse historiador francês, a posição dos intelectuais assumiu uma dimensão mais política do que intelectual, pois “os *antifreyfusards* deslocaram o confronto para o devido terreno político, o que põe em perigo o regime republicano” (WINOCK, 2000, p. 70). Nesse aspecto, desenharam-se três grandes tendências (2000, p. 7): “o potencial crescimento do movimento nacionalista, a estagnação do dreyfusismo, a vitória da defesa republicana”.

Já, na França, Zola publicou no dia 12 de setembro de 1899 o texto O quinto ato, no qual criticou a nova condenação de Dreyfus. Conforme Winock (2000, p. 78), “o veredicto confirma o do primeiro Conselho de

Guerra". Para o grupo antidreyfusista, "é uma vitória nacional! Os verdadeiros culpados, além de Dreyfus, são os 'intelectuais', os 'anarquistas de palanque', os 'metafísicos da sociologia'. A justiça e a França estão satisfeitas". Assim, "os dreyfusismo, revigorado pela decisão do Supremo Tribunal, que permitira o novo processo, sofre mais um revés" (WINOCK, 2000, p. 78).

A estratégia do grupo defensor de Dreyfus foi de pressionar o presidente da França para conceder liberdade condicional (*sursis*). No dia 19 de setembro o indulto de Dreyfus foi assinado pelo então presidente. Zola publicou no dia 29 de setembro de 1899 Carta à Sra. Alfred Dreyfus, a qual foi escrita no dia 19 de setembro, no momento em que o capitão Dreyfus foi libertado. Apesar disso, destaca Winock (2000, p. 78), "o caso não terminou. Ainda é preciso lutar para obter a plena reabilitação do capitão e sua reintegração ao Exército". Entrementes, "alguns meses depois, a luta, como se sabe, é transferida para outro plano. A prioridade já não é a sorte de Dreyfus, mas a da República" (WINOCK, 2000, p. 78).

O episódio do capitão Dreyfus é utilizado por estudiosos para estabelecer o nascimento dos intelectuais. Conforme Leclerc (2004, p. 9), "a verdade, pelo menos, é que o termo utilizado enquanto rótulo no debate público nasce por ocasião do Caso Dreyfus". Essa situação não representa que em outras épocas inexistiam grupos que se ocupavam das atividades do pensamento, uma vez que, conforme assevera Bobbio (1997, p. 11), "embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico". No entanto, é possível identificar a partir da nova terminologia nascida na situação do capitão francês que se difundiu, primeiramente, na França e depois em muitos lugares do mundo, um sentido bastante peculiar. A esse respeito, Carlos Eduardo Vieira (2008, p. 71) sustenta que naquele "contexto os intelectuais foram, por um lado, entendidos como defensores intransigentes da liberdade e da justiça e, por outro, como traidores da pátria e da nação". Mais do que isso, destaca (2008, p. 71) que "na cultura política francesa o conflito entre dreyfusards e anti-dreyfusards⁵ caracterizou de forma intensa o engajamento dos intelectuais contra as ações do Estado republicano". Segundo Winock (2000, p. 81), "o dreyfusismo, apesar de suas falhas, professava a universalidade da lei moral: era preciso respeitar o homem, o gênero humano, em cada homem". Por outro lado, "o nacionalismo recusava essa universalidade, em nome do grupo, da nação, da tribo; trazia consigo esse ócio das raças, essa xenofobia, que se manifestava, violenta, no anti-semitismo".

Carlos Eduardo Vieira (2008, p. 71) sustenta que "a presença desses vocábulos no século XIX consolida tendências de longa duração, uma

vez que as experiências políticas de Cícero, Maquiavel ou de Voltaire prenunciavam esse encontro entre sábios e esfera pública". Em outras palavras, "a intervenção dos cultos na cena pública não é uma inovação do século XIX, porém as condições materiais de organização da cultura nesse período, particularmente favorecida pela presença de jornais e de revistas de ampla circulação, propiciaram a formação da identidade dos intelectuais como protagonistas políticos" (VIEIRA, 2008, p. 71-72). Essa reflexão de Vieira é corroborada por Winock (2000, p. 35) quando afirma que "o protesto dos intelectuais, que acompanha o clamor de Zola, está marcado por uma vontade de agir que ultrapassa qualquer consideração política".

A hipótese indicada por Carlos Eduardo Vieira é discutida por Pierre Bourdieu na obra *As regras da arte*:

É provável que Zola não tivesse escapado ao descrédito a que o expunham os seus êxitos de venda e à suspeita de vulgaridade que implicavam se não tivesse conseguido transformar, pelo menos parcialmente, os princípios de percepção e de apreciação em vigor, nomeadamente constituindo em escolha deliberada e legítima a afirmação da independência e dignidade específicas do homem de letras, com a missão de pôr a sua autoridade específica ao serviço de causas políticas. (BOURDIEU, 1996, p. 155).

Além disso, Bourdieu (1996, p. 155) observa que a Zola era "necessário produzir uma figura nova, a do intelectual, inventando para o artista uma missão de subversão profética, inseparavelmente intelectual e política, de molde a fazer surgir como uma opção estética, ética e política". A ação de Zola, na interpretação deste sociólogo francês, deve ser entendida como uma tentativa de garantir uma autonomia semelhante no campo da política. Para ele (1996, p. 156), "é o que consegue, quando, na altura do Caso Dreyfus, logra importar para dentro do campo político um problema construído segundo os princípios de divisão característicos do campo intelectual e impor a todo o universo social as leis não escritas desse mundo particular". Bourdieu (1996, p. 156) avança ao afirmar que "é a autonomia do campo intelectual que torna possível o acto inaugural de um escritor que, em nome das normas próprias do campo literário, intervém no campo político, constituindo-se desse modo como intelectual". De modo mais preciso, "o 'J'accuse' é o auge e a consumação de um processo colectivo de emancipação que progressivamente se foi cumprindo no campo de produção cultural" (1996, p. 156). Assim, "o intelectual constitui-se como tal intervindo no campo político em nome da autonomia e dos valores específicos de um campo de produção cultural

que alcançou um elevado grau de independência perante os poderes" (1996, p. 156).

Com relação ao que apontou Carlos Eduardo Vieira, é possível problematizar a partir de Pierre Bourdieu (1996, p. 156):

O intelectual opõe-se ao escritor do século XVII, prebendado pelo Estado, socialmente dotado de uma função reconhecida mas subordinada, estritamente limitado à esfera da distração, e assim afastado das questões escaldantes da política e da teologia; opõe-se ao legislador por aspiração que pretende exercer um poder espiritual na ordem da política e fazer concorrência ao príncipe ou ao ministro nos seus próprios terrenos, à maneira de Rousseau que escreve uma Constituição da Polónia; opõe-se por fim aos que, tendo trocado um estatuto, amiúde de segunda ordem, no campo intelectual por uma posição no campo político, rompem mais ou menos ostensivamente com os valores do seu universo de origem e, preocupados com a sua afirmação como homens de acção, se mostram com frequência os mais prontos a denunciar o idealismo ou o irrealismo dos "teóricos" para melhor se permitirem trair os valores inscritos nas teorias.

Por outro lado, destaca Bourdieu (1996, p. 156-157),

Encerrando-se na sua ordem própria, apoiando-se nos seus próprios valores de liberdade, de desinteresses, de justiça que excluem que possa abdicar da sua autoridade e da sua responsabilidade específicas em troca de ganhos ou de poderes temporais necessariamente desvalorizados, o intelectual afirma-se, contra as leis específicas da política da *Realpolitik* e da razão de Estado, como defensor de princípios universais que não mais do que produto da universalização dos princípios específicos do seu universo próprio.

O intelectual, cujo nascimento é apregoado ao Caso Dreyfus, precisa ser problematizado. Carlos Eduardo Vieira (2008, p. 74) utiliza a assertiva, "quebrando o espelho: os intelectuais para além das autorrepresentações", para discutir a diferenciação entre o autorrepresentação dos intelectuais e a representação da historiografia. De acordo com esse autor (2008, p. 74),

As posições ocupadas pelos intelectuais na cena cultural, na disputa pela afirmação e regularização de sentidos, e a crença amplamente compartilhada na virtuosidade da boa educação propiciaram a formação e a disseminação de representações generosas sobre os ilustrados no transcorrer do século passado, incidindo diretamente sobre o poder político desses agentes.

Por outro lado, “deslocar o discurso sobre os intelectuais da cena política imediata e tratá-lo como questão sociológica e histórica foi crucial para o entendimento das funções desses protagonistas na cena pública” (VIEIRA, 2008, p. 74). Essa representação prometeica que os intelectuais produziram a respeito deles mesmos precisa ser problematizada. As representações produzidas por eles são textos, discursos, imagens que necessitam ser analisadas pelos estudiosos.

HISTÓRIA INTELECTUAL

História das ideias é a denominação mais conhecida para designar a escrita historiográfica que trata do pensamento ou das ideias. Entretanto, conforme especifica Robert Darnton (1990, p. 175), “está-se difundindo um mal-estar entre os historiadores das ideias nos Estados Unidos. Vinte anos atrás, eles consideravam sua disciplina como a rainha das ciências históricas”. Em termos mais precisos, ele postula que “ela agora se encontra cercada de novas variedades de história sociocultural e de linguagens desconcertantes – *mentalité*, *epistémè*, paradigma, hermenêutica, semiótica, hegemonia, deconstrução e descrição densa” (DARNTON, 1990, p. 175). Não obstante, assevera este historiador estadunidense (1990, p. 175), “alguns historiadores continuam a se sentir à vontade dentro do quadro intelectual estabelecido por Arthur Lovejoy e Perry Miller, pois ainda encontramos as expressões *unidade de ideias* e *mente* entre a proliferação de termos mais recentes em moda”⁶. Esse panorama descrito por Darnton, no início da década de 1990, indica o movimento pelo qual passava o debate a respeito da história intelectual, forçando a uma série de diagnóstico e prognóstico.

Se nos países de tradição anglo-saxã a história das ideias encontrava aquele mal-estar descrito por Darnton⁷, na França a situação parecia mais complexa ainda, pois, de acordo com Dosse (2004, p. 283), “a história das ideias não tem boa reputação na França”. Ele destaca duas razões para esta peculiaridade da experiência francesa. Primeiro, “o lugar importante ocupado pela formação propriamente filosófica na formação de todo público escolarizado, que estabilizou um território do filósofo baseado em um corpus e em sua história” (2004, p. 283). Segundo, “o tipo de desenvolvimento que conheceram na França as ciências sociais e o grande sucesso da história das mentalidades durante os anos 70 não permitiram o surgimento desse campo específico de investigação, que seria uma história das ideias ou uma história intelectual específica” (2004, p. 283)⁸.

Porém, na França da década de 1980, ganha força a história intelectual ou *histoire intellectuelle*. Em termos mais precisos, François Dosse (2007, p. 13) sustenta que:

Así pues, hay que esperar a los años 1980 para ver emerger en Francia un interés por esta historia de los intelectuales. La creación del GRHI (Grupo de la investigación de la historia de los intelectuales), 1985, dirigido primeramente por Jean-François Sirinelli en el marco del IHTP, diseña así los contornos de un específico ámbito de estudio. Le es dada una visibilidad más amplia a este campo de prospección en 1986, con la publicación del clásico desde ese momento *Les Intellectuels en France, de l'affaire Dreyfus de nos jours*, de Pascal Ory y Jean-François Sirinelli. La publicación de un *Dictionnaire des intellectuels français* y el éxito editorial de la obra de Michel Winock, *Le Siècle des intellectuels* en 1997, confirman, entre otras muchas publicaciones, el dinamismo de este sector en la disciplina histórica.

Além do que Dosse explicita no fragmento acima é possível identificar, na introdução do livro *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual* que, “al lado de esta historia de los intelectuales, se ha desarrollado una historia propiamente intelectual, más vinculada al proyecto de elucidar las obras de los pensadores em su historicidade” (DOSSE, 2007, p. 14). Conforme Helenice Rodrigues da Silva (2002, p. 11), “praticada, nesse país, há quase 20 anos, ela transformou-se em domínio de pesquisa sem que fosse objeto de questionamentos (epistemológicos e metodológicos)”. Nessa esteira, os historiadores se questionam sobre a identidade de uma história intelectual. De acordo com Rodrigues da Silva, “a dificuldade se apresenta no momento em que se tenta objetivar essa nova área de pesquisa, fluída, complexa e indeterminada. Existe realmente uma história intelectual? Como apreendê-la? Quais são seus pressupostos?” (SILVA, 2002, p. 11).

Essa indeterminação conduz a algumas formulações que visam estabelecer direcionamentos prévios. A primeira constatação é de que a história intelectual tem um caráter pluridisciplinar (história, sociologia, filosofia). Ela pode analisar o funcionamento de uma sociedade intelectual (Bourdieu) – “suas práticas, suas estratégias, seus habitus” (SILVA, 2002, p. 12), assim como “as características de um momento histórico e conjuntural [...] que impõem visões de mundo, esquemas de percepções e apreciação, enfim, modalidades específicas de pensar e de agir dos intelectuais” (p. 12).

Outra constatação diz respeito ao procedimento de análise. Nesse aspecto a história intelectual se diferencia da clássica história das ideias⁹ (história da filosofia), pois articula os aspectos internos (discursos) aos elementos externos (campo, contextos, conjuntura) de uma obra. O historiador norte americano Robert Darnton estabeleceu, em termos genéricos, uma diferenciação entre história intelectual e história das ideias:

[...] A história das ideias (o estudo dos pensamentos sistemáticos, geralmente nos tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a história social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão das ideias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e as mentalités coletivas. (DARNTON, 1990, p. 188).

Na interpretação de François Dosse (2004, p. 297), “a definição de história intelectual dada por Robert Darnton é ambiciosa”. Para ele (2004, p. 297), o historiador estadunidense propala “uma mistura multidimensional onde utiliza ao mesmo tempo a lógica própria das ideias, a da vida intelectual e a política cultural, considerando essa história não uma área a parte, mas o componente de uma história total das formas do pensamento e de suas práticas”.

A terceira constatação se refere ao esforço interpretativo de posicionar as ideias aos seus contextos (intelectual e histórico) de produção e de apropriação. Na acepção de Rodrigues da Silva, “a produção e a recepção de uma obra são resultantes de ‘campos’ intelectuais nacionais respectivos e de sistemas distintos de percepção e de pensamento que eles impõem e inculcam [...], sem falar da problemática inerente ao exercício de toda tradução” (SILVA, 2002, p. 12-13). A rigor, “a história intelectual parece ter por função a restituição das ideias. Elucidando os contextos de produção e de recepção de uma obra, ela possibilita uma melhor apreensão dos universos intelectuais” (p. 13).

A condição incipiente da história intelectual impõe reconhecer seus limites e suas dificuldades. De acordo com Rodrigues da Silva (2002, p. 11), “[...] a história intelectual, na França, tende a se confundir com a sociologia dos intelectuais, com a história das ideias e mesmo com a sociologia e a história da cultura”. Além disso, assevera a autora, “praticada, nesse país, há quase 20 anos, ela transformou-se em domínio de pesquisa sem que fosse previamente objeto de questionamentos (epistemológicos e metodológicos)” (p. 11-12).

Rodrigues da Silva identifica três formas de produção na tradição francesa: uma sociológica (redes de sociabilidade, modos de filiações, gerações intelectuais); outra histórica (política dos intelectuais – ritual de petições, manifestos, manifestações); por fim, a hermenêutica (análise do discurso intelectual). Para ela, “a História Intelectual, domínio pluridisciplinar por excelência, possibilita diferentes enfoques, como o dos contextos de produção de ideias, o dos agentes socioprofissionais e o das correntes de pensamento” (SILVA, 2003, p. 16). Em grande medida esta discussão é sintetizada por Dosse (2007, p. 15) quando afirma que a história intelectual “se há desarrollado em um punto de encuentro entre la historia clásica

de las ideas, la historia de la filosofía, la historia de las mentalidades y la historia cultural". Ademais, acrescenta Dosse (2007, p. 15) que a história intelectual "tiene como ambición el hacer que se expresen al mismo tiempo las obras, sus autores y el contexto que las ha visto nacer, de una manera que rechaza la alternativa entre uma lectura interna de las obras y uma aproximación externa que priorice únicamente las redes de sociabilidad". Por fim, arremata para dizer que "la historia intelectual pretende dar cuenta de las obras, de los recorridos, de los itinerarios, más allá de las fronteras disciplinares" (DOSSE, 2007, p. 15).

Os diferentes aspectos analíticos da história cultural não estão dissociados, pois é necessário superar as análises internalistas¹⁰ (história da filosofia) e as análises externalistas (história social). François Dosse (2004, p. 296) define que "um procedimento puramente internalista, considera apenas a lógica endógena do conteúdo das obras, das ideias". Por outro lado, sustenta que "um procedimento externalista, se contentaria com explicações puramente externas, contextualizadas das ideias" (2004, p. 298). Assim, na avaliação de Dosse (p. 298), "a história intelectual só parece fecunda a partir do momento em que pensa juntos os dois polos, ultrapassando essa falsa alternativa".

Tal afirmação se aproxima do postulado de que a constituição da história intelectual pressupõe:

A necessidade de integrar no campo das investigações, para além das noções de "configurações" (Elias) e de "campo" (Bourdieu), os paradigmas intelectuais, os epistemes, as correntes filosóficas que interferem, direta ou indiretamente, nas representações, nas visões de mundo, condicionando sistemas de percepção, de apreciação e de classificação. (SILVA, 2003, p. 19).

A caracterização da história intelectual como abordagem implica na existência de variadas formas de escrita sobre os intelectuais. Existem várias, como, por exemplo, as decorrentes das discussões estabelecidas pelo contextualismo inglês, pela história conceitual alemã, pela tradição norte-americana (história dos discursos) e história francesa.

HISTÓRIA INTELECTUAL E HISTÓRIA CULTURAL

No item anterior a intenção foi apresentar algumas características da história intelectual. Aqui, a ideia central é pensar esta especialidade em diálogo com a história cultural. A hipótese defendida é de aproximar as duas tradições historiográficas, sem a pretensão de unificá-las. Ao contrário, busca-se na história cultural elementos que possibilitem ampliar o repertório analítico da história intelectual.

Como posicionar as reflexões de Roger Chartier nesse debate? Na avaliação de Roger Chartier (2002, p. 23), “definir a história intelectual não é tarefa fácil, e isso por várias razões. A primeira manifesta-se com o próprio vocabulário”. Nos Estados Unidos duas terminologias surgem: *intellectual history* e *history of ideas*. Por outro lado, sustenta Chartier (2002, p. 23), “nos diferentes países europeus, nenhuma destas duas designações se impôs inteiramente”. Em específico na França, ele (2002, p. 23-24) destaca que “história das ideias quase não existe, nem como noção, nem como disciplina, e história intelectual parece ter chegado tarde demais para substituir as designações tradicionais (história da filosofia, história da arte, etc.)”.

Além da polissemia da denominação, Chartier identifica dificuldades para definir o próprio objeto da história intelectual, gerando inúmeras definições. Ao buscar nas reflexões e nas produções historiográficas de Roger Chartier elementos para discutir o problema da teoria e da epistemologia na história intelectual, espera-se ampliar as possibilidades de escrita historiográfica, particularmente ao tomar o processo de produção, circulação e apropriação das ideias como instâncias da própria produção intelectual.

É preciso dizer de imediato que sabemos das divergências entre a clássica história das ideias¹¹ e a história cultural¹². Entretanto, conforme observamos anteriormente, no último quartel do século XX houve uma discussão ampla no sentido de renovar a escrita da história das ideias, inclusive sob o neologismo de história intelectual. Nesse sentido, pactuamos com a afirmação de Antoine Prost (1998, p. 125):

Reduzir a história das ideias à de enunciados extraídos dos seus contextos, desligados das circunstâncias que os suscitaram, dos homens que os formularam e de toda a espessura do seu enraizamento social e humano, sem considerar os públicos concretos a que se dirigiam, é tomar esses enunciados em primeiro grau, correndo o risco de se deixar apanhar pelas intenções pouco inocentes dos seus autores e sair do real para construir com todas as peças um objeto histórico imaginário.

François Dosse discute o movimento historiográfico que resultou na reorganização da história intelectual. Nesse debate é possível incluir a contribuição de Roger Chartier, pois, conforme Dosse (2004, p. 307), “uma direção de pesquisa da história intelectual é definida por Roger Chartier”. A rigor, os dois primeiros itens do capítulo História intelectual e história das mentalidades (os primeiros “*Annales*” e a história intelectual; história das mentalidades/história das ideias) apresentam uma avaliação de Chartier a respeito do lugar da história intelectual no contexto francês. Nessas vin-

te páginas, este historiador sintetiza um diagnóstico desta especialidade historiográfica. Chartier (2002, p. 26) assevera, já no início do texto, que para Febvre, “pensar a história intelectual é primeiramente reagir àquela que se escreve em sua época”. Além disso, sustenta que a segunda preocupação seria estabelecer novas formas “para pensar a relação entre as ideias (ou as ideologias) e a realidade social através de categorias distintas daquelas da influência ou do determinismo” (2002, p. 27). Na avaliação de Chartier (2002, p. 28), a crítica de Febvre a história intelectual daquele contexto foi dupla: “por isolar as ideias ou os sistemas de pensamento das condições que autorizam sua produção, por separá-los radicalmente das formas da vida social, essa história desencarnada institui um universo de abstrações onde o pensamento parece não ter limites já que não tem dependências”. O desafio estava posto ou reposto a história intelectual, qual seja, forjar outra representação e prática da escrita historiográfica. No dizer de Chartier (2002, p. 30), “pensar de outro modo essas diferentes relações (entre a obra e seu criador, entre a obra e sua época, entre as diferentes obras de uma mesma época) exigia formar conceitos novos”.

Sem dúvida que a interlocução de Chartier com Febvre tem um objetivo bem demarcado, pois pretende estabelecer a relação entre os primeiros *Annales* e a história intelectual francesa. Embora seja uma análise recortada, entendemos que ela contribui para a discussão deste texto, pois posiciona uma crítica historiográfica que forçou uma rediscussão da história intelectual. Pactuamos com Chartier (2002, p. 33) que “a posição dos historiadores da primeira geração dos *Annales* pesou muito na evolução da história intelectual francesa”. Conforme Chartier (2002, p. 33), “o que é importante compreender não é mais as audácias do pensamento, mas bem mais os limites do concebível”. Em outros termos, “a uma história intelectual das inteligências sem limites e das ideias sem suporte, é oposta uma história das representações coletivas, das aparelhagens e das categorias intelectuais disponíveis em uma época dada”. Nesse âmbito de discussão arremata Chartier (2002, p. 34) que “o indivíduo é devolvido à sua época, já que, seja ele qual for, não pode se subtrair às determinações que regulam as maneiras de pensar e de agir de seus contemporâneos”. Nesses termos, “a biografia intelectual à Febvre é, portanto, na verdade, história social, visto que situa seus heróis como testemunhas e, ao mesmo tempo, como produtos das imposições que limitam a livre invenção individual” (p. 34).

A partir dos anos de 1960, conforme assinala Chartier, a tradição historiográfica francesa passou a ser dominada pela ideia de mentalidade. Nesses termos, a representação do que um indivíduo seria perpassava inexoravelmente pela concepção de coletividade. Ao parafrasear Le

Goff, Chartier (2002, p. 35) destaca que “a mentalidade de um indivíduo, mesmo sendo um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo”. E mais ainda, “o nível da história das mentalidades é aquele do cotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento” (p. 35). Passou a existir uma tradição historiográfica que contrapôs-se, frontalmente à velha história das ideias, pois “à ideia, construção consciente de uma mente individualizada, opõe-se termo a termo a mentalidade sempre coletiva que regula, sem que eles o saibam, as representações e julgamentos dos atores sociais”. Na interpretação de Chartier (2002, p. 39), a história das mentalidades “respondia, com efeito, bem mais do que a história intelectual, às novas tomadas de consciência dos historiadores franceses”.

Havia um debate em diferentes especialidades da historiografia. No campo da história das ideias os debates se faziam presentes, pois como atesta Chartier (2002, p. 40), “essa reformulação também foi feita no interior do campo da história intelectual”. Este historiador cita a contribuição de Lucien Goldmann ao debate desta especialidade, cuja origem consistia em rejeitar a história biográfica e metódica. Além disso, a pretensão seria encontrar uma forma consistente de articular o pensamento com o mundo social. Há em Goldmann a valorização das obras, tomadas agora no interior do que ele chamou de visão de mundo, cuja atribuição seria semelhante aos conceitos de aparelhagem mental de Febvre e de *habitus* de Panofsky/Bourdieu. A rigor, a principal problemática do historiador das ideias é a forma como articula o pensamento com o mundo social. E não há uma única regra que possa ser utilizada para interpretar, pois em cada época há formas distintas dessas relações, assim como em épocas semelhantes as relações divergem de uma sociedade a outra. Assim, as confluências e os conflitos são recorrentes nesse debate, como bem indica o confronto entre os defensores da história social das ideias e os seus críticos.

Chartier (2002, p. 42) cita um fragmento de Dupront que remonta aos anos de 1960 como representativo do que poderíamos classificar como história social das ideias: “a história das ideias [...], pende demais para a intelectualidade pura. O que importa, tanto quanto a ideia talvez mais, é a encarnação da ideia, suas significações, o uso que se faz dela”. Por outro lado, Chartier (2002, p. 42) utiliza uma passagem de Franco Venturi, escrita em 1970, para mostrar a crítica à história social das ideias de Dupront: “o risco da história social das Luzes, é estudar as ideias quando elas se tornaram estruturas mentais, sem apreender o momento criativo e ativo, examinar toda a estrutura geológica do passado, salvo precisamente o húmus sobre o qual crescem as plantas e os frutos”.

Roger Chartier afirma a existência de duas formas de expressão de redução das ideias ao tecido social. Em primeiro, aquela associada à sociologia, “reduzindo a significação das ideias à sua qualificação social, quer seja dada pela posição dos indivíduos ou dos meios que as produzem, quer o seja pelo campo social de sua recepção” (2002, p. 42). A segunda, conforme Chartier (2002, p. 43), estaria vinculada a “história serial do terceiro nível”, a qual propala, de um lado, que “os fatos culturais e intelectuais analisados sejam de saída conjuntos de objetos (por exemplo, livros cujos títulos podem ser tratados estatisticamente)”; e de outro, “que os pensamentos coletivos, tomados em suas expressões mais repetitivas e menos pessoais, sejam ‘objetivados’, isto é, reduzidos a um conjunto reduzido de fórmulas das quais se trata apenas de estudar a frequência diferencial no interior dos diferentes grupos de uma população” (p. 43).

Essa crítica endereçada ao reducionismo das ideias representa a inserção do pensamento de Chartier no campo da história intelectual. Assim, na avaliação dele (2002, p. 43-44), “a tentação sociológica consiste em considerar as palavras, as ideias, os pensamentos, as representações como meros objetos que se deve contar a fim de restituir sua distribuição desigual”. Em outras palavras, “o que equivale a eliminar o sujeito (individual ou coletivo) da análise e, ao mesmo tempo, denegar toda importância à relação que mantêm os atores sociais com os objetos culturais ou os conteúdos de pensamento” (p. 44). Chartier amplia seu repertório analítico ao sustentar que “todo uso ou toda apropriação de um produto ou de uma ideia é um ‘trabalho’ intelectual que faz falta certamente ao estudo apenas distribucional”. Sua contestação à história quantitativa faz-se a partir de Carlo Ginzburg, particularmente ao asseverar que “no caso da história quantitativa das ideias, somente a clara consciência do caráter histórica e socialmente variável da figura do leitor poderá estabelecer as verdadeiras premissas de uma história das ideias que seja diferente mesmo no plano qualitativo”. Ele apropria-se de Ginzburg para dizer “o que os leitores fazem de suas leituras é uma questão decisiva diante da qual tanto as análises temáticas da produção impressa quanto aquelas da difusão social das diferentes categorias de obras permanecem impotentes”. Em seguida mobiliza argumento de Pierre Bourdieu para assinalar que “assim como as modalidades das práticas, dos gostos e das opiniões são mais distintivas que estes, os modos como um indivíduo ou um grupo apropria-se de um motivo intelectual ou de uma forma cultural são mais importantes do que a distribuição estatística desse motivo ou dessa forma” (2002, p. 44, grifo nosso).

Chartier afirma que a historiografia das mentalidades estabeleceu uma representação anacrônica a respeito da história intelectual. A rigor, ela pregou a absorção da história das ideias nas denominadas história

sociocultural, história das mentalidades, história da psicologia coletiva, história social das ideias, entre outras. Ele destaca a ausência de interlocução dos historiadores franceses com a história intelectual praticada pelos epistemólogos, como, por exemplo, Bachelard, Koyré e Canguilhem. De acordo com Chartier (2002, p. 45), “essa extraordinária cegueira tem muitas consequências: ela privou os historiadores franceses de todo um conjunto de conceitos que os teria alertado contra as certezas demasiado grosseiras advindas da investigação estatística”. Além disso, asseverou que esse contato “lhes teria permitido substituir a descrição não articulada das produções culturais ou dos conteúdos de pensamento de uma época pela compreensão das relações que existem, em um dado momento, entre os diferentes campos intelectuais” (p. 45).

A avaliação de Chartier é de que “longe de estar esgotada, a história intelectual anexa assim o terreno dos pensamentos populares, que parecia por excelência o domínio reservado da história quantificada” (p. 47). Ou seja, “os procedimentos de análise, no ápice, próprios dos pensamentos são assim mobilizados sobre um outro terreno, para apreender como um grupo ou um homem ‘comum’ apropria-se à sua maneira, que pode ser deformadora, das ideias ou das crenças de seu tempo” (2002, p. 47). Essa posição em relação à história das mentalidades representa um salto da proposição de Chartier ao campo da história intelectual, pois destaca que “entre história das mentalidades e história das ideias, as relações devem ser concebidas de uma maneira infinitamente mais complexa do que aquela comum aos historiadores franceses dos anos de 1960” (2002, p. 47).

Essa discussão de Chartier redunda na problematização da relação entre erudito/popular, criação/consumo, a qual está sintetizada no item “recortes em questão” do capítulo história intelectual e história das mentalidades. Para Dosse (2004, p. 308), Chartier “se interessa pelo estudo dos diversos modos de apropriação dos textos a partir dos suportes, dos pontos de apoio institucionais e do estudo das práticas socialmente diferenciadas”. Além disso, destaca que “essa perspectiva questiona a divisão clássica entre dominantes e dominados para dar lugar a práticas espalhadas que muitas vezes atravessam as estratificações sociais” (2004, p. 308).

Os questionamentos de Chartier incidem sobre a divisão clássica entre erudito e popular, entre produção e recepção. Chartier (2002, p. 48) assevera que, na França e nos Estados Unidos, é possível perceber textos que reiteram a divisão entre o que seria erudito e o que seria popular, na qual, de um lado, “estaria a cultura da maioria, que diria respeito a uma abordagem externa, coletiva e quantitativa e, de outro, a intelectualidade dos pensamentos no ápice, suscetível apenas de uma análise interna,

individualizando a irredutível originalidade das ideias”. Essa divisão fechada estabeleceu as disputas entre história das mentalidades e história intelectual. Chartier destaca uma passagem de John Higham, datada de 1954, para sintetizar a assertiva que apregoa a divisão entre erudito e popular. De um lado, “análise internalista do especialista das humanidades aplica-se principalmente à elite intelectual, não tendo penetrado muito no vasto campo do pensamento popular”. De outro, “a abordagem dogmática e externalista do especialista de ciências sociais é mais próxima das lealdades coletivas e das aspirações da maior parte da humanidade” (CHARTIER, 2002, p. 48).

Chartier identifica outro nível de compreensão do popular e do erudito, sob o apanágio de uma maior complexidade. De um lado, pergunta-se ele (2002, p. 49), “a religião ‘popular’ seria a dos camponeses, do conjunto dos dominados (em oposição às elites), da totalidade dos leigos (em oposição aos clérigos)?”. Em seguida, faz outra indagação: “a literatura ‘popular’ alimenta as leituras (ou a escuta) da sociedade camponesa, ou de um público mediano situado entre o povo analfabeto e a magra minoria dos letrados, ou então constitui uma leitura compartilhada por toda uma sociedade, que cada grupo decifra à sua maneira, da mera determinação dos signos à leitura corrente?”. Observa este historiador francês (2002, p. 49) que “são questões difíceis, mas que em todo caso indicam que não é simples identificar um nível cultural ou intelectual, que pertenceria ao popular, a partir de um conjunto de objetos ou de práticas”.

Por outro lado, destaca Chartier (2002, p. 49), “todas as formas culturais onde os historiadores reconheciam a cultura do povo revelam-se, atualmente, sempre como conjuntos mistos que reúnem, em uma imbricação difícil de desatar, elementos de origens muito diversas”. Essa situação é evidenciada a partir dos livros populares da França, ao dizer que “o repertório da *Bibliothèque bleue* foi produzido por profissionais da escrita, mas os procedimentos de reescritura que submetem os textos eruditos a adaptação e revisões visam torná-los ‘populares’”. Além do mais, “por meio da compra os leitores revelam suas preferências; assim, seus gostos estão em posição de mudar o rumo da própria publicação dos textos” (CHARTIER, 2002, p. 49). Em seguida, ele arremata para desqualificar a dicotomia entre erudito e popular: “saber se deve ser chamado de popular o que é criado pelo povo ou então o que lhe é destinado é, pois, um falso problema”. Mais importante é “a identificação da maneira como, nas práticas, nas representações ou nas produções, cruzam-se e imbricam-se diferentes figuras culturais” (2002, p. 49).

A rigor, conforme Chartier (p. 49-50), “a própria cultura de elite é constituída, em grande parte, por um trabalho operado sobre materiais

que não lhe são próprios". Em outros termos, "a relação instaurada entre a cultura de elite e o que ela não é, concerne tanto às formas quanto aos conteúdos, tanto aos códigos de expressão quanto aos sistemas de representações, portanto, à totalidade do campo reconhecido à história intelectual". Essa relação, diz este historiador, não se dá entre dois conjuntos estabelecidos de antemão e justapostos, mas "como produtores de 'aliagens' culturais ou intelectuais, cujos elementos estão tão solidariamente incorporados uns aos outros quanto nas aliagens metálicas". Além disso, pondera que ao problematizar a divisão entre erudito e popular anula-se "as diferenças metodológicas postuladas como necessárias para o tratamento de um e de outro domínio" (p. 50).

Essa problematização resulta na discussão da relação entre produção e recepção, conceitos fundamentais para pensar a prática da história intelectual. O entendimento de que produção e criação são instâncias antagônicas "funda uma representação do consumo cultural que se opõe termo a termo àquela da criação intelectual: passividade contra invenção, dependência contra liberdade, alienação contra consciência" (2002, p. 51). Essa distinção apregoada de modo fechado postula que "as ideias ou as formas têm um sentido intrínseco, totalmente independente de sua apropriação por um sujeito ou por um grupo de sujeitos". Esse tipo de compreensão caracteriza-se por uma escrita historiográfica que enxerga os textos com significações dadas por si mesmas, independentes das interpretações que os constroem, cujo resultado seria uma decifração "através de categorias de pensamento cuja historicidade não é percebida e que se dão [os textos] implicitamente por permanentes" (p. 52).

Em direção oposta a este entendimento descrito acima, Chartier defende que "restituir essa historicidade do consumo cultural ou intelectual seja ele mesmo tomado como uma produção, que certamente não fabrica nenhum objeto, mas constitui representações que nunca são idênticas àsquelas que o produtor, o autor ou o artista investiram em sua obra" (2002, p. 52). Esse exercício de ruptura consiste, primeiramente, "afirmar que a obra só adquire sentido através das estratégias de interpretação que constroem suas significações". Essa caracterização implica que a significação do "autor é uma dentre outras, que não encerra em si a verdade, suposta única e permanente, da obra" (p. 52). Assim, "pode ser restituído o justo lugar ao criador, cuja intenção (clara ou inconsciente) não contém mais toda a compreensão possível de sua criação, mas cuja relação com a obra não é, no entanto, eliminada" (p. 53).

Essa proposta de Chartier é evidenciada com os estudos a respeito da ação do leitor. Para ele (2002, p. 53), "o consumo cultural, por exemplo, a leitura de um texto, pode assim escapar à passividade que tradicionalmente lhe é atribuída". Desse modo, "ler, olhar ou escutar são, de fato,

atitudes intelectuais que, longe de submeter o consumidor à onipotência da mensagem ideológica e/ou estética que supostamente o modela, autorizam na verdade reapropriação, desvio, desconfiança ou resistência" (p. 53). Esta proposição é uma forma de combate a clássica história da filosofia e da literatura. Além disso, apregoa que "a significação é o produto de uma leitura, de uma construção do seu leitor" (p. 54). Aqui Chartier apropria-se de Certeau para sustentar que o leitor "não assume nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Ele inventa nos textos algo diferente do que era sua 'intenção'" (p. 54). Mais do que isso, "combina seus fragmentos e cria significações inéditas no espaço organizado pela capacidade dos textos para permitir uma pluralidade indefinida de significações" (p. 54). Nesse sentido, "concebidos como um espaço aberto às leituras múltiplas, os textos (mas também todas as categorias de imagens) não podem então ser apreendidos nem como objetos, cuja distribuição bastaria determinar, nem como entidades, cuja significação seria universal" (p. 54). Essa assertiva, conforme Chartier (2002, p. 55), "sem reduzi-la a uma história da difusão social das ideias, a história intelectual deve então estabelecer como central a relação do texto com as leituras individuais ou coletivas que, cada vez, o constroem (isto é, decompõem-no para uma recomposição)".

Esse aspecto remete ao que Chartier compreende ser a principal tarefa da história intelectual, ou o que ele indaga: qual seria o estatuto desses textos múltiplos que esta historiografia estabelece como objeto de análise? A primeira preocupação deste historiador é descaracterizar a clássica vinculação entre realidade e representação, cuja compreensão define os tipos de textos que podem ser objetos da história. Para ele (2002, p. 56), "nenhum texto mantém uma relação transparente com a realidade que ele apreende". Em outros termos, "jamais o texto, literário ou documental, pode anular-se como texto, isto é, como um sistema construído segundo categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem às suas próprias condições de produção" (p. 56). Assim, "a relação do texto com o real constrói-se de acordo com modelos discursivos e recortes intelectuais próprios a cada situação de escritura" (p. 56).

A definição defendida por Chartier também pode ser encontrada em *História e ciências sociais* e *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual de François Dosse*. Chartier (2002, p. 56) destaca que "a única definição atualmente aceitável da história intelectual ou cultural parece, então, ser aquela dada por Carl Schorske, na medida em que ele não lhe atribui nem metodologia particular nem conceitos obrigatórios, indicando apenas a dupla dimensão". Chartier cita Schorske para problematizar esse lugar desta historiografia, pois "o historiador

busca situar e interpretar a obra no tempo e inscrevê-la na intersecção de duas linhas de força” (57). A primeira seria a linha vertical, diacrônica, “com a qual ele liga um texto ou um sistema de pensamento a tudo aquilo que os precedeu em uma mesma área de atividade cultural”. A outra seria a linha horizontal, sincrônica, a partir da qual “o historiador estabelece uma relação entre o conteúdo do objeto intelectual e aquilo que se faz em outras áreas na mesma época” (p. 57).

Na interpretação de Dosse (2004; 2007) esta proposição seria uma alternativa para além da dicotomia internalismo/externalismo. A partir da definição de Schorske, estabelecida no final da década de 1970, Chartier (p. 57) sustenta que:

Aqueles que na França tentam compreender os ‘objetos intelectuais’ concordam com essa definição do espaço cultural (e, portanto, de seu próprio campo de estudo) como um espaço de duas dimensões, o que permite pensar uma produção intelectual ou artística na especificidade da história de seu gênero ou de sua disciplina, e também em sua relação com as outras produções culturais que lhe são contemporâneas e em suas relações com diferentes referentes situados em outros campos da totalidade social (socioeconômica ou política).

Esta observação de Chartier guarda uma aproximação com as discussões de Pierre Bourdieu, pois indica a pertinência para problematizar os objetos intelectuais no interior do seu campo ou subcampo, assim como estabelecer as relações das produções culturais com os elementos de outros espaços do mundo social. Além do mais, Chartier chama a atenção dos historiadores para tomarem cuidado com as armadilhas oriundas da naturalização do objeto intelectual. A esse respeito elucida Chartier (2002, p. 58) que “por detrás da permanência enganosa de nosso vocabulário, deve-se reconhecer não objetos, mas objetivações que constroem a cada vez uma figura original”. Em outros termos, “são as relações com os objetos que os constituem, de um modo específico e de acordo com os agrupamentos e distribuições sempre singulares” (p. 58).

Em seguida, Chartier (p. 58) destaca que “a história intelectual não deve cair na armadilha das palavras que podem dar a ilusão de que os diferentes campos de discursos ou de práticas estão constituídos de uma vez por todas, recortando objetos, cujos contornos, senão os conteúdos, não variam”. Além disso, assevera (p. 58) que esta historiografia “deve estabelecer como centrais as discontinuidades que fazem com que se desiguem, se agreguem e se dispersem, de maneiras diferentes ou contraditórias conforme as épocas, os saberes e os atos”. Por fim, a partir de Paul Veyne, arremata que o objeto da história intelectual é “relacionar os

pretensos objetos naturais às práticas datadas e raras que os objetivam e explicar essas práticas, não a partir de um motor único, mas a partir de todas as práticas vizinhas sobre as quais elas se ancoram" (p. 58).

Essas advertências estão relacionadas à necessidade de compreensão ampliada do próprio conceito de cultura, pois "o que se deve pensar é como todas as relações, inclusive aquelas que designamos como relações econômicas ou sociais, organizam-se segundo lógicas que colocam em jogo, em ação, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais" (p. 59). A história intelectual precisa romper com a acepção usual de cultura, aquela que apregoa como cultura apenas produções intelectuais de uma elite e que supõe que o cultural não se inscreve senão em seu campo específico. Ao contrário disso, ressalta a necessidade de ampliar a dimensão do que seria cultural e o escopo do próprio campo da história intelectual.

CONCLUSÕES

O problema dos intelectuais ganhou repercussão pública no final do século XIX, cuja decorrência imediata foi uma preocupação entre os próprios agentes em construir suas autorrepresentações. Assim, configurou-se uma imagem amplamente reconhecida de que esses personagens assumiram suas funções de agentes políticos e de mediadores culturais no final do século dezanove. No entanto, esse fenômeno já existia anteriormente, mas com proporção muito menor. Essa atuação pública mais intensa desses personagens passou a merecer olhares de diferentes áreas das ciências humanas, na tentativa de estabelecer interpretações a respeito do lugar dos intelectuais no mundo social.

A história das ideias ou história intelectual representa uma das formas de compreender os intelectuais. Nesse sentido, seria um dos modos de problematizar a imagem que os próprios agentes intelectuais produziram a respeito deles mesmos. No entanto, não há consenso a respeito de um modelo de escrita da história intelectual. A rigor, é recorrente a imagem da escrita clássica da história das ideias, amplamente criticada a partir da década de 1930 na historiografia francesa. Entretanto, os debates a respeito da história intelectual não estão adstritos ao contexto francês. Ao contrário, estão presentes em inúmeras experiências da historiografia, entre as quais destacamos os italianos, ingleses, alemães, estadunidenses, entre outros, o que indica possibilidades múltiplas para se problematizar a história intelectual no contexto do século XXI.

Nessa miríade de possibilidades, o recorte deste artigo fez-se a partir do debate da historiografia francesa, notadamente à luz das discussões

de Roger Chartier. Nesses termos, seguimos este historiador para sintetizar uma visão panorâmica do lugar da história intelectual no âmbito da historiografia na França, particularmente ao eleger os embates promovidos pela história social e história das mentalidades contra a história intelectual. Este percurso se justifica à medida que nosso interesse é trazer à baila a contribuição de Chartier à escrita da história intelectual. Assim, é possível sustentar que, ao discutir a relação entre história social/mentalidades e história intelectual, Roger Chartier mostra as tensões existentes na historiografia francesa, na tentativa de explicitar a hipótese de que no final do século XX a história vivia entre certezas e inquietudes como atesta o subtítulo de sua obra *À beira da falésia*, publicada no início do século XXI.

A grande inflexão da história intelectual é a ruptura com aquela experiência tão criticada por Febvre, classificada como história desencarnada. Por outro lado, a história intelectual precisou problematizar a tendência sintetizada no campo das ciências sociais, na qual as ideias ganharam um sentido muito reduzido. Ou seja, necessitou diferenciar-se do que comumente se conhece como história social das ideias. Em terceiro lugar, precisou desvencilhar-se dos estudos que preconizavam pela quantificação da distribuição dos bens culturais. É importante ressaltar que essa guinada é sintetizada a partir do debate na historiografia francesa, embora movimentos semelhantes possam ser observados nas historiografias de outros países, como, por exemplo, na Inglaterra com Pocock e Skinner.

A posição de Chartier nesse debate oriundo da história social/mentalidades e história das ideias tem certa fecundidade à escrita da história intelectual, pois procura indicar em que medida a investigação dos artefatos culturais ou intelectuais precisa avançar entre os elementos reducionistas da história social/mentalidades ou da clássica história das ideias. A primeira contribuição, cuja discussão encontra-se em inúmeros historiadores, é de que não é possível escrever a história intelectual reduzindo o pensamento aos processos de determinação do mundo social, assim como isolando as ideias das relações estabelecidas no tecido da própria sociedade. A segunda consiste na força-tarefa de desconstrução das linhas rígidas e bem demarcadas entre cultura erudita e cultura popular, o que implica em outro tipo de representação e prática da história intelectual. Por fim, aspecto decorrente do anterior que apregoa uma ampliação da ideia de produção cultural, ao postular a ideia de que os consumidores e leitores ao apropriarem-se de um artefato cultural participam ativamente de um processo de produção intelectual, resultando na ampliação do escopo de análise da história intelectual.

NOTAS

¹ O Livro *La marcha de las ideias: historia de los intelectuales, historia intelectual* de François Dosse apresenta uma boa discussão a respeito do problema do intelectual, particularmente os três primeiros capítulos.

² Essa discussão tem suas divergências. Marcos Antonio Lopes em *Pena e espada: o nascimento do intelectual* problematiza esse recorte do final do século XIX. Ele discute a hipótese de que é necessário pensar o lugar do intelectual no século XVIII. Ao longo deste primeiro item aparece uma discussão sobre isso, embora tenhamos feito a opção por seguir esse recorte aceito por grande parte dos estudiosos.

³ No dia 01 de dezembro de 1897 publicou o texto intitulado Sindicato em resposta a especulação da direita francesa. No dia 05 de dezembro saiu Auto de perguntas. Em 14 de dezembro publicou Carta à juventude. No dia 6 de janeiro Carta à França, todos no *Figaro*. Em 12 de janeiro Carta ao Presidente da República, publicado no dia seguinte no jornal *L'Aurore*. Seguiram-se outras publicações de Zola que podem ser acessadas em *J'acuse: a verdade em marcha*, obra traduzida e publicada no Brasil, cuja referência completa encontra-se neste artigo.

⁴ Em 03 de junho de 1899, o Tribunal Superior acatou o pedido de revisão do processo do Caso Dreyfus. O início da revisão do processo ocorreu no dia 08 de agosto, estendendo-se até 09 de setembro quando novamente o capitão Alfred Dreyfus foi condenado.

⁵ As interpretações que caracterizam os intelectuais em campos opostos de atuação são discutidas por Michel Winock. Para ele (2000, p. 67), “é interessante constatar que alguns autores tentaram construir a teoria sociológica da polaridade dreyfusismo/antidreyfusismo”. O historiador reconhece a importância dessa interpretação. No entanto, ressalta que “uma sociologia contemporânea convida-nos a repensar, com mais sutileza, os confrontos do ‘campo literário’, em função dos interesses e das estratégias particulares. O posicionamento ideológico seria mero reflexo das relações entre ‘dominantes’ e ‘dominados’, o conteúdo dos discursos no fim das contas, seria, para cada um, apenas a justificativa de sua posição social no ‘campo’ em estudo. Essa abordagem tem o seu mérito, à medida que revela, por trás dos ideais proclamados, interesses de progresso, de promoção e de conquista. A fragilidade do método está em excluir a gratuidade dos atos, os efeitos das circunstâncias, a sinceridade das atitudes. Ora, o envolvimento dos intelectuais é fruto de uma pluralidade

de causas em que podem coexistir, em uma mesma pessoa, o sublime e a vaidade, a coragem e a cobiça, a convicção e o desejo de poder".

⁶ "Em parte significativa do debate acerca da historiografia da história das idéias a obra de Artur Lovejoy é citada como expressão da antiga tradição do campo, ou seja, de uma concepção da história das idéias extremamente influenciada pela história da filosofia. A principal obra de Lovejoy é "The great chain of being", porém o seu projeto intelectual pode ser compreendido em termos precisos nos *Essays in the history of ideas*. O projeto de Lovejoy envolveu um grupo significativo de especialistas em diferentes campos da história: literatura, filosofia, educação, religião, ciência, entre outros. A produção do grupo pode ser encontrada no *Journal of the History of Ideas*, criado por Lovejoy em 1940 e em circulação até o momento" (VIEIRA, 2008, p. 65-66).

⁷ O capítulo de Darnton *História intelectual e cultural* apresenta uma boa síntese da situação da história intelectual no contexto dos Estados Unidos da América. Já o texto de Chartier intitulado *História intelectual e história das mentalidades*, um dos capítulos do livro *À beira da falésia*, apresenta uma síntese do lugar da história intelectual no contexto da França. Além desses, o livro *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual* de François Dosse sintetiza o movimento da história intelectual, recortando nos contextos da França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos da América.

⁸ No item seguinte discutiremos a relação entre história intelectual e história das mentalidades a partir das reflexões de Roger Chartier.

⁹ Para compreender essa diferenciação entre história intelectual e história das ideias sugerimos consultar o capítulo *Da história das ideias à história intelectual* e o livro *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual* de François Dosse e a obra *Para ler os clássicos do pensamento político* de Marcos Antônio Lopes.

¹⁰ "O método internalista supõe, em síntese, a investigação das idéias sem considerar seus contextos de produção e/ou seus produtores, de maneira que se privilegie o movimento lógico e teórico do pensamento abstrato presente nos textos canônicos das diferentes áreas, entre as quais se destacam a filosofia e a ciência. Nessa perspectiva o processo de produção das idéias não sofre qualquer espécie de constrangimento ou de determinação oriundos de outros contextos, sejam eles econômicos, políticos ou sociais. Pelo contrário, quando as relações entre idéias e outros con-

textos sociais mais amplos são tratadas, elas aparecem em um sentido unívoco de determinação do plano espiritual sobre o plano das práticas sociais. Associado a tal método, em geral, aparecem os conceitos de influência, que justifica o movimento introversivo das idéias em relação a elas mesmas, e o de evolução, que gera o efeito de aprimoramento constante das formas de pensar" (VIEIRA, 2008, p. 66).

¹¹ Há inúmeros lugares para se compreender a crítica à história das ideias. É possível encontrar essa crítica em Febvre, Chartier, Darnton, Dosse, La Capra, Skinner, Koselleck, entre outros.

¹² Há um conjunto de produção a respeito da história cultural. O livro *O que é história cultural?* de Perter Burke apresenta uma boa síntese. No final da obra Burke escreve um posfácio e indica um conjunto de escritos a respeito dessa historiografia. Além disso, destacamos a obra *Para uma história cultural*, organizada por Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Presença, 1996.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHARLE, Christopher. *La naissances de l'intellectuel (1889-1900)*. Paris: Minuit, 1989.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. História intelectual e história das mentalidades. In: _____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 23-60.

_____. *A ordem dos livros*. Porto/Lisboa: Codex, 1997.

_____. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

DARTON, Robert. História Intelectual e Cultural. In: _____. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 175-197.

DOSSE, François. Da história das ideias à história intelectual. In: _____. *História e ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. València: Universitat de València, 2007.

GUILLEMIN, Henri. Prefácio. In: ZOLA, Émile. *J'accuse...!* A verdade em marcha. Porto Alegre: L&PM, 2009, p. 7-23.

LECLERC, Gerard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

LOPES, Marcos A. *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. A. Pena e espada: o nascimento do intelectual. In: _____. (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 39-48.

MORGATO, Isabel; GOMES, Renato C. (Orgs.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

OLIVEIRA, Maria I. de M. História intelectual e teoria política: confluências. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, 60-70.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 123-155.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa 1998.

SILVA, Helenice R. O intelectual no campo cultural francês: do Caso Dreyfus aos tempos atuais. *Varia Historia* Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, p. 395-413, jul. 2005.

_____. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15-24.

_____. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.

VIEIRA, Carlos E. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 16, p. 63-86, jan./abr. 2008.

ZOLA, Émile. *J'accuse...!* A verdade em marcha. Porto Alegre: L&PM, 2009.

ZUIN, João S. Sobre o neologismo intelectual. *Estudos de Sociologia*, Araquara, n. 15, p. 85-101, 2003.

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ARQUIVO, MÉMORIA E CIDADANIA: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS

Gislaine Pinto Kramer

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Mestranda do Programa de Pós Graduação
em Memória Social e Patrimônio Cultural
Graduada em Arquivologia pela
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
gykramer.arq@gmail.com

Carla Rodrigues Gastaud

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Professora adjunta do Departamento
de Museologia e Conservação e Restauro.
Integra o Programa de Pós-Graduação em
Memória Social e Patrimônio Cultural da mesma instituição
crgastaud@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre o valor dos arquivos públicos - cuja finalidade transcende a administração pública - destacando seu papel na sociedade. Atentou-se para a valorização do arquivo enquanto lugar de memória e não de esquecimento e suas potencialidades para o exercício da cidadania. Para que possam configurar-se como lugares de memória, os arquivos públicos devem ser contemplados por políticas públicas que permitam a formação do arquivo histórico/permanente - que façam jus a este nome - e não a mera acumulação desordenada de documentos. A institucionalização de arquivos constitui a base para que se desenvolvam ações voltadas para a comunidade que permitam o acesso às informações como recurso inicial para o aumento da produção científica, o exercício da cidadania e a construção da memória coletiva e da identidade em todas as esferas de atuação do arquivo público.

Palavras-chave: Arquivos Públicos. Memória. Cidadania.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

RESUMEN

Este artículo pretende reflexionar sobre el valor de los archivos públicos - cuya finalidad trasciende a la administración pública, destacando su papel en la sociedad. Miró a la apreciación del archivo como un lugar de memoria y no olvido y su potencial para el ejercicio de la ciudadanía. Para que se pueda configurar como lugares de la memoria, los archivos públicos debería ser contemplado por las políticas públicas que permitan la formación del archivo histórico/permanente - para hacer justicia a este nombre -y no la mera acumulación de desorden de documentos. La institucionalización de los archivos es la base para desarrollar acciones dirigidas a la comunidad que permiten el acceso a la información como recurso inicial para el aumento de la producción científica, el ejercicio de la ciudadanía y la construcción de la memoria colectiva y la identidad en todas las esferas de actividad del archivo público.

Keywords: Archivos públicos. La memoria. La ciudadanía.

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo os arquivos ganharam dimensões incomensuráveis pela sua importância, principalmente pelo avanço da tecnologia, bem como dos conceitos sociais, econômicos, políticos e culturais, a sociedade da informação como promotora desses crescimentos, cada vez mais exige do arquivo precisão na busca por informações (BARROS, NEVES, 2009).

A configuração que assume o arquivo na atualidade está diretamente ligada aos aspectos históricos, jurídicos e administrativos. Para a história o arquivo representa a memória de um grupo, uma instituição ou indivíduo. De modo que se constitui em fonte de pesquisa para todos os ramos do conhecimento (BARROS, NEVES, 2009). Isso significa que os documentos arquivísticos, decorrentes das funções e atividades de instituições, pessoas ou famílias são fontes irremediáveis para a história, bem como para outras áreas.

No Brasil a primeira legislação a citar o arquivo foi a Constituição Política do Império de 1824¹. Nela determinou-se a publicação de atos oficiais como forma de dar ciência as ações do governo. Mais tarde o Regulamento nº 2 de 02 de Janeiro de 1838² cria o arquivo que posteriormente vem a ser o Arquivo Nacional.

Os documentos de arquivo do governo constituem grande parte do patrimônio documental e do patrimônio cultural brasileiro. A Constituição Federal (CF) de 1988³ incumbe o poder público em âmbito federal, estadual e municipal a proteção ao patrimônio cultural material e imaterial. A função desses órgãos é “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (Art.23, inciso III). Após três anos da promulgação da CF 1988 foi instituída a Lei de Arquivos (8.159) em 1991⁴ para garantir o dever do poder público de gestão, preservação e acesso aos documentos. Tal legislação criou o Conselho Nacional de Arquivos, órgão responsável pela implementação da política de arquivos no Brasil.

Segundo Vazquez (2008), o arquivo pode ser definido como uma instituição ou órgão dentro dela que conduz a política de gestão e guarda de documentos e serviços aos indivíduos como recursos e patrimônio de seus criadores, dos cidadãos e das comunidades municipal, regional e nacional de acordo com a sua jurisdição. Nesse aspecto o arquivo tem como função primeira a gestão, preservação e a disseminação das informações contidas nos documentos no decorrer das funções e atividades dos órgãos.

Em sua função secundária os arquivos podem servir como mediador cultural ao desenvolver ações voltadas para o exercício da cidadania

com a aproximação da população de sua identidade cultural e de seu patrimônio histórico, e podem ser corporificadas em inúmeras ações: palestras, visitas, exposições, eventos, comemorações, atividades de teatro e de turismo relacionadas com os documentos de arquivo, (...). Trata-se do uso popular do arquivo, especificamente, o do arquivo histórico, como detentor que é do patrimônio documental comum da sociedade na qual se insere (BELLOTTO, 2014, p.133).

O papel do arquivo passa a ser de lugar de memória, na medida em que através dessas ações poderá comunicar à comunidade sobre atos que fizeram parte de suas próprias vidas. Permitindo reconstruir a memória coletiva e favorecer a formação da identidade desses cidadãos. O que vem a culminar no sentimento de pertencimento que favorecerá a preservação do patrimônio cultural. A função secundária do arquivo é em benefício da cidadania.

Em contrapartida a falta de gestão e de proteção aos documentos de arquivos gera limitação de acesso tanto para a administração pública como para os cidadãos, mesmo esse sendo um direito garantido por Lei (12.527/2011 de acesso à informação)⁵. Tal limitação é causada pelo processo de mera acumulação de documentos que inviabiliza trabalhos

que poderiam ser desenvolvidos nestas instituições como os estudos científicos e ações educativas e patrimoniais nos arquivos. Desse modo o acúmulo de documentos, sem gestão adequada, em repartições públicas implica em seu esquecimento e mostra um descaso do poder público em relação ao patrimônio documental que por sua vez se torna obstáculo à formação do patrimônio arquivístico e, conseqüentemente impede o trabalho de memória nos arquivos.

Vale destacar que o direito de acesso à informação bem como à memória são assegurados tanto pela Constituição Federal de 1988 como pela Lei 12.527/2011⁶ e pela Lei 12.528/2011. Essas duas últimas legislações reforçam o direito à informação e à memória respectivamente, consagrando a obrigatoriedade do Estado em fornecer informações à sociedade como forma de exercício de democracia e cidadania. Além disso, ambas instigam a abertura dos arquivos à sociedade para que possam obter o conhecimento sobre fatos ocorridos no passado.

A memória é o senso histórico e de identidade de uma pessoa entre o tempo passado, presente e futuro, ou seja, é o que permite com que o indivíduo se reconheça e possa refletir sobre o momento atual através da sua bagagem cultural. É nesse sentido que o arquivo se constitui como um dos meios pelos quais o homem pode construir sua identidade a partir da memória coletiva e do conhecimento adquirido através desse contato com os lugares de memória.

A memória permite que o indivíduo possa refletir sobre o seu presente em relação às experiências vividas e assim projetar um futuro. Segundo Ivan Izquierdo:

o futuro não existe ainda [...] e o passado não mais existe, salvo sob forma de memórias. Não há tempo sem um conceito de memória; não há presente sem um conceito de tempo; não há realidade sem memória e sem noção do presente, passado e futuro (1989, p.89).

A memória faz o indivíduo captar e compreender continuamente o mundo. Através da memória o homem constrói uma percepção sobre a sociedade na qual está inserido, conferindo-lhe sentido e possibilitando manifestar suas intenções, estrutura-lo e colocá-lo em ordem com o meio (CANDAU, 2012).

Por conseguinte existem mecanismos que possibilitam a evocação da memória a favor de quem a constrói e/ou manipula: centros de memória, museus, arquivos, bibliotecas, monumentos, dentre outros caracterizados como lugares de memória, ou seja, onde a memória habita (FONSECA, 2013).

Os documentos de arquivos representam ações entre Estado e sociedade e podem ser promovedores de cultura e instrumentos de evocação da memória coletiva. Para chegarem a tal função, necessitam de políticas públicas arquivísticas e de implementação do preceito das três idades (ciclo vital dos documentos)⁷ pelas quais devem passar os documentos de arquivo para constituírem o patrimônio documental arquivístico. Documentos acumulados (massa documentais) em depósitos e fixados em suportes obsoletos de informação, sem tratamento específico, estão fadados ao esquecimento e correm o risco de deterioração. Tal situação pode constituir em perda do patrimônio documental arquivístico e causar danos irreparáveis a memória coletiva.

A valorização do patrimônio, bem como o acesso à informação e à memória, permite que os indivíduos se identifiquem como parte de um grupo ou comunidade e que se sintam agentes atuantes nas ações do Estado, conscientes de seu papel na sociedade com maior participação popular (POLLAK, 1992). Nesse sentido os indivíduos podem exercer os seus direitos como cidadãos sendo-lhes garantido o exercício da cidadania.

A finalidade deste estudo é refletir acerca dos arquivos públicos como instrumentos capazes de promover o conhecimento, bem como a memória e a identidade. Buscamos abordar a importância do arquivo na Administração Pública e, concomitantemente à sociedade. Destacando o dever do poder público quanto à gestão, proteção e disseminação de informações e conhecimento sobre as atividades inerentes ao Estado como preceito para o exercício da democracia e cidadania, permitindo uma aproximação entre o arquivo público e a sociedade.

Utilizou-se como método o levantamento bibliográfico e documental que incluiu a legislação: Constituição Federal de 1988; Lei de Arquivos (8.159/1991); Lei de Acesso à Informação (12.527/2011); Lei da Comissão Nacional da Verdade (12.528/2011), e demais legislações pertinentes ao tema para compreensão do contexto histórico dos arquivos na sociedade.

ARQUIVO PÚBLICO, CIDADANIA E MEMÓRIA

Nesta seção abordaremos a importância dos arquivos para administração pública e para a sociedade. Bem como, o dever do estado em garantir a gestão, preservação e disseminação das informações nelas contida. Contemplamos os arquivos para o exercício da cidadania e uma vez patrimônio documental arquivístico como importante evocador da memória coletiva e instrumento formador da identidade.

O ARQUIVO PÚBLICO PARA ADMINISTRAÇÃO E PARA SOCIEDADE

Ao descrever sobre o arquivo como local que reúne documentos provenientes da espécie humana remetemos ao que de mais importante é carregado por eles: a informação e o registro de ações da humanidade.

Segundo Sousa (2009) desde a antiguidade o homem passou a registrar através da escrita⁸ os seus atos, conhecimentos e sentimentos. Primeiramente através de símbolos e logo com os alfabetos. Os registros escritos surgiram a partir da necessidade de comunicação entre os homens, bem como forma de expressão de ideias e ações, com usos literários e de comunicação, mas também, administrativos, políticos e religiosos.

As ideias de Rousseau e Couture (1998, p.32) convergem neste sentido, principalmente em relação aos registros administrativos que “fazem parte de todas as épocas”, e regem as relações entre os governos, às organizações e as pessoas. Os documentos foram e permanecem como base para o exercício do poder, para a obtenção de direitos, para o registro da memória, enfim para uso e acesso futuro das informações.

Para Le Goff (1990) os arquivos são um fenômeno muito antigo. Na idade média os documentos acumularam-se nos mosteiros, igrejas e administração real e multiplicaram-se as bibliotecas. Os arquivos reúnem os registros dos homens para preservar as suas ações para fins de prova e de memória. Surgem aproximadamente nos séculos IV e V a. C na antiga civilização grega⁹.

Em períodos de guerras a exemplo da Revolução Francesa (1789) muitas instituições foram destruídas como forma de apagar os vestígios do antigo regime. No entanto existiam ideias opostas quanto à preservação e destruição dos documentos. Enquanto os revolucionários mais radicais queriam sua destruição, pelo fato de conterem atos consolidados de um Estado feudal, os conservadores insistiam em sua preservação, consideravam esses tesouros de propriedade pública, que deveriam ser acessados e investigados pelo povo para proteção de seus direitos (SCHELLENBERG, 2006).

Nesse aspecto a França veio a criar através da Assembleia Nacional o primeiro Arquivo Nacional do mundo em 1790 *Archives Nationales de Paris*. Quatro anos mais tarde em 1794 um decreto de 25 de Junho estabeleceu o dever do Estado em promover a administração e acesso aos documentos de arquivos no país. Esses documentos foram necessários para manutenção e estabelecimento da antiga e nova sociedade (SCHELLENBERG, 2006).

Em meados da década de 1920 foi criada na França a Escola dos Annales (*École de Annales*)¹⁰ que vem a dar força à historiografia e ao

uso dos documentos escritos para os estudos científicos cuja finalidade destinava-se a uma história social. A constituição de arquivos e bibliotecas possibilitou materiais para o desenvolvimento da história.

Para Le Goff (1990, p.19) “os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se”. Neles são feitas novas leituras de documentos, advindos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência.

No Brasil o primeiro arquivo público (Figura 1) foi instituído pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império que mais tarde veio a ser o Arquivo Nacional criado em 02 de janeiro de 1838 pelo Regulamento n.2¹¹. No entanto, a primeira determinação sobre a criação dos arquivos antecede a este período que pode ser vista no Art.70º da Constituição Política do Império do Brasil de 1824.

Assinada a lei pelo Imperador, referendada pelo secretário de Estado competente e selada com o Selo do Império, se guardará o original no arquivo público e se remeterão os exemplares dela impressos a todas as câmaras do Império, tribunais e mais lugares, onde convenha fazer-se pública (BRASIL IMPÉRIO, 1824).

A menção sobre o arquivo público fica evidente já na Constituição de 1824. Além disso, o trecho citado indica a preocupação em dar ciência aos atos oficiais e em salvaguardar os documentos de arquivo para o seu uso futuro.

Figura 1 – Sedes do primeiro arquivo público do Brasil.



Fonte: Autor (2015) com dados do site do Arquivo Nacional.

<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>

Ao longo dos anos o termo arquivo foi utilizado de acordo com as suas funções, conforme as especificidades dos países. Atualmente, podemos definir arquivos como

documentos de qualquer instituição pública ou privada que tenham sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que tenham sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente. (SCHELLENBERG, 2006, p.41).

No Brasil o termo arquivo é definido, no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.27) como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. Além disso, o termo designa também “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” e pode ainda ser atribuído ao local onde funcionam arquivos e a peça de mobiliário destinada à guarda de documentos.

Para Bellotto os documentos de arquivo são testemunhos evidentes da vida das instituições, refletem a origem e desenvolvimento das ações de um governo e são a principal fonte de informação de todas as suas atividades.

Em suma os documentos de arquivo evidenciam as relações sociais, econômicas e políticas das organizações públicas, as quais refletem a sua origem e atuação no decorrer do tempo (SCHELLENBERG, 2006).

Os documentos de arquivo sofrem um processo orgânico de acumulação e são gerados de acordo com as funções e atividades do organismo produtor. Por este motivo, é possível perceber a evolução do conjunto e as relações entre os documentos. De modo, que apenas um documento do conjunto não é suficiente para definir as razões pelas quais foram produzidos ou preservados, para isso é preciso considerar o conjunto, o que os distingue de documentos de bibliotecas e museus (BELLOTTO, 2006). Em suma os documentos arquivísticos encontram-se em uma cadeia que reflete as relações sociais que envolvem arquivo-governo-sociedade.

Nesse sentido para garantir tais prerrogativas o Estado deve criar arquivos públicos os quais devem ter a função de definir, acompanhar e supervisionar a gestão documental, preservar e garantir acesso aos documentos decorrentes das ações desenvolvidas pela Administração Pública. Além de aplicar tais medidas aos documentos com valor permanente recolhidos das entidades que compõem o Poder Executivo, Legislativo, Judiciário em todas as esferas (BRASIL, 2002).

Os documentos arquivísticos devem cumprir com o seu ciclo documental. Inicialmente irão servir à administração, tramitando pelos setores para cumprir com a sua finalidade e após são arquivados. Serão preservados por tempo determinado por conter valor administrativo, fiscal e jurídico, caracterizado como o seu uso primário (valor). Após cessar o prazo de guarda, o documento terá ou não valor secundário (histórico/informativo). Isso será estabelecido pelo processo de avaliação dos documentos. Uma vez identificado como de valor secundário, o documento deverá ser preservado para sempre para fins de pesquisa e conhecimento às atuais e futuras gerações.

Em geral a idade dos documentos de gestão se mede ou pela frequência de uso ou pelo decréscimo de valor dos documentos para a tramitação. Divide-se em: *Momento de planificação/primeira idade* que estuda a informação, o suporte, o fato, e o prazo de retenção e destino final (disposto na tabela de seleção/temporalidade¹²), inclui nesta fase a tramitação; *Momento de Vigência/segunda idade* caracteriza o momento central dos documentos, ou seja, etapa em que este comporta o valor máximo. Esta fase ainda comporta o *Momento de Prazo Precaucional* quando os documentos aguardam possíveis reivindicações e recursos para obtenção de direitos; Por fim a *Fase Histórica ou Permanente/terceira idade* que se dá após cessar o prazo precaucional dos documentos. Nesta fase ocorre a seleção. Aqueles que conterem maior interesse para investigação passam a integrar o patrimônio documental e são recolhidos ao arquivo histórico. Já os demais desprovidos de tal valor são eliminados (VAZQUEZ MURILLO, 2006).

Bellotto (2014, p.306) argumenta que os documentos “depois de criteriosamente avaliados e selecionados, serão preservados, em quantidade limitada por essa seleção, para efeito de pesquisa científica, herança cultural e testemunho social”. Por esta razão podemos dizer que os documentos vão da administração à história e elucidam “a ligação sociedade-arquivo que inclui as relações arquivo-governo, arquivo-patrimônio cultural e arquivo-cidadania”.

ARQUIVOS: ACESSO À INFORMAÇÃO COMO PRECEITO AO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA E CIDADANIA

Os documentos oficiais definem as relações entre governo e governados. São considerados meios de apoio à administração, a cultura, ao desenvolvimento científico e de prova e informação. As ações do Estado são subsidiadas pela materialidade do documento que se constituem em alicerces de toda estrutura de uma nação (SCHELLENBER, 2006).

Os arquivos e documentos por anos estiveram marginalizados nas repartições públicas. A partir da Constituição Federal de 1988 inicia um processo de preocupação com o futuro dos arquivos e documentos (Art.216). Os documentos passam a fazer parte oficialmente do Patrimônio Cultural e ao Estado se incumbe o dever de gestão, preservação e acesso a documentação pública.

Ante a isso, outras legislações vêm reforçar as questões supracitadas, como a Lei 8.159 de 1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos no Brasil, a Lei 12.527 de 2011 definindo e ampliando o acesso à informação como preceito e o sigilo como exceção e a Lei 12.528 de 2011 da Comissão Nacional da Verdade que impõe a abertura dos arquivos nos períodos de conflitos que envolveram a violação de direitos humanos.

Como exercício da democracia e cidadania as informações registradas nos documentos tornam-se fontes inesgotáveis das relações sociais e econômicas do Estado que devem estender-se aos cidadãos. Sem informação sobre o desenvolvimento das ações do Estado não temos democracia e nem estado de direito.

Ao discorrer sobre a garantia de direitos não podemos deixar de citar o poder político que é estabelecido pelo direito cujo nexos designa a possibilidade da instrumentalização do direito para o exercício estratégico do poder (HABERMAS, 2012). Diante disso, o estado de direito é exercido pelo direito legítimo produzido a partir do poder de comunicação transformado em poder administrativo através do direito legitimamente normatizado.

No princípio da soberania popular pelo qual o poder do Estado vem do povo, o direito individual à participação, com igualdades, na constituição democrática da vontade converge à prática institucionalizada de autodeterminação dos cidadãos. Ao passo que o exercício do poder político é orientado e legitimado por leis que os cidadãos criam para si, em formação de opinião e vontade estruturada de forma discursiva (KRAMER; BERTOTTI, 2015). Através da democracia é possível a participação popular, onde os membros de uma sociedade podem ser responsabilizados por suas ações coletivas. O exercício da democracia permite garantir os direitos dos cidadãos e uma maior participação e controle sobre as ações do Estado. A democracia está diretamente relacionada com o exercício da cidadania.

Podemos entender o cidadão como “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este” (ROCHA, 2000, p.43). Nessa perspectiva no âmbito dos direitos dos cidadãos três elementos característicos devem ser considerados: direitos civis (liberdade individual); direitos políticos (direito de participar

do exercício do poder); e direitos sociais (bem-estar social, econômico, e dignidade humana).

No âmbito dos arquivos o direito à informação pressupõe o exercício da democracia e da cidadania quando é permitido ao cidadão fiscalizar, participar e denunciar ações governamentais. Sendo assim não podemos esquecer que promover o conhecimento através da pesquisa histórica e ações patrimoniais garante o aprendizado e a reconstituição da memória individual e coletiva. Tal situação implica na adoção de políticas públicas de modo a promover o uso dos documentos de arquivo como fonte histórica e da memória nacional. Já dizia o eminente historiador americano Charles M. Andrews

o cuidado que uma nação devota à preservação dos monumentos do seu passado pode servir como uma verdadeira medida do grau de civilização que atingiu. Entre tais monumentos, e desfrutando o primeiro lugar, em valor e importância, estão os arquivos nacionais e locais (ANDREWS, 1913 apud SCHELLENBERG, 2012, p.32).

Diante do exposto podemos perceber o quão importante são os documentos de arquivo para sociedade e o quão se faz necessário à criação de políticas públicas para tratamento dos arquivos e a valorização desses como meio de exercer a cidadania já que esta se caracteriza em ações que permitam o bem do povo. Sendo assim, gerenciar, preservar e dar acesso às informações nos arquivos para possibilitar a produção científica, bem como a memória se configuram um dever do Estado para com a sociedade.

O ARQUIVO COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA

Para Pierre Nora (1993) os lugares de memória são restos. A função de um lugar de memória é bloquear o tempo e evitar o esquecimento. Os arquivos, museus, coleções, cemitérios, celebrações, festas, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são segundo o autor marcos testemunhal de uma era das ilusões de eternidade. Neste sentido

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p.13).

Segundo Nora (1993) os lugares de memória são lugares, com efeito, em três sentidos: material, simbólico e funcional. Mesmo sendo um lugar de aparência puramente material como, por exemplo, um depósito de arquivos esse só será caracterizado como lugar de memória se a imaginação o investe de uma brisa simbólica.

Compreendemos assim que o simbólico poderá estar imbricado a ação que gerou o acontecimento e foi materializada como um mecanismo de lembrança. Além disso, o sentido que esta ação tem no presente. No caso do depósito de arquivos seria a informação registrada nos documentos decorrentes de uma ação individual ou coletiva com alguma relevância histórica, sentimental, testemunhal. No entanto é preciso refletir que uma massa documental acumulada não pode dispor de qualquer tipo de imaginação. O arquivo deve estar organizado e acessível para que haja a possibilidade de comunicação e a transmissão de conhecimento à sociedade. Neste caso o arquivo só será lugar de memória se houver interesse pelo poder público para que este possa exercer tal função.

Os lugares onde habitam a memória estão particularmente ligados a uma lembrança, podendo essa ser coletiva ou pessoal e estar atrelada ao tempo cronológico, como por exemplo, um local de férias de infância. Além disso, existem os lugares de apoio à memória como os de comemoração constituídos através de monumentos, por exemplo, (POLLAK, 1992).

Diante disso, os documentos de arquivo podem se constituir como evocadores da memória e os arquivos como lugares onde a memória é exercitada. Assim sendo poderão permitir através do contato com a comunidade a formação da identidade cultural desses cidadãos. Segundo o trabalho apresentado no IX Congresso Internacional de Archivos em Londres no ano de 1980 *"El uso popular de los archivos"*

A participação progressiva dos arquivos na ação cultural reveste-se da possibilidade de uma aprendizagem da história e de uma tomada de consciência das identidades comunitárias, por parte das populações menos letradas, pelo conhecimento das tradições, do patrimônio arquitetônico e da história local de forma lúdica e prazerosa. Tudo pode ser aprendido nas exposições, nos espetáculos cênicos, nos contatos entre a escola e o arquivo, nas publicações e projetos de cunho cultural e na cooperação com museus e bibliotecas, no sentido de proporcionar cultura e lazer cultural à comunidade (BERCHE, 1980 APUD BELLOTTO, 2014, p.135).

Através desses aspectos podemos entender que o lugar de memória pode ser um lugar onde foram vivenciadas certas experiências tanto

felizes quanto traumáticas. Mas, além disso, podem ser aqueles onde se trabalha a memória. Trabalhar a memória no sentido de promover ações que possam difundir e exteriorizar o passado em locais como, por exemplo, arquivos, museus e centros de documentação e memória.

CONCLUSÕES

A configuração que os arquivos públicos assumem na atualidade deixa de ser apenas de guarda de documentos e passa à responsabilidade em promover a gestão e o acesso às informações como requisito à boa governança, transparência pública, formação do patrimônio documental arquivístico e a identidade local, regional e nacional. Sua função está atrelada aos aspectos históricos, jurídicos e administrativos. No entanto, para que sejam capazes de substanciar a Administração Pública e posteriormente se constituir com lugares de memória, favorecer o exercício da democracia e cidadania, os arquivos devem ser contemplados por políticas públicas para que possam cumprir com a sua real missão na sociedade.

NOTAS

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm . Acesso em 22 out.2015.

² Manuscrito. Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/Regulamento%20AN.pdf>. Acesso em 20 Nov.2015.

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm . Acesso em 15 de Jul.2015.

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm . Acesso em 20 de Jul.2015.

⁵ Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm . Acesso em 20 de Jul.2015.

⁶ Lei da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em 15 de jul.2015.

⁷ Ciclo documental: sucessivas fases por que passam os documentos de arquivo, sua produção à guarda permanente ou eliminação (p.47). Teoria das três idades: teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes, arquivos correntes intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e valores secundário (p.160). (DBTA, 2005).

⁸ Podemos considerar a escrita como qualquer sistema semiótico de caráter visual e espacial da linguagem verbal (BERWANGER; LEAL, 1995, p.25).

⁹ SCHELLENBERG, 2006.

¹⁰ Os Annales foi um movimento dividido em três fases: a primeira apresenta a guerra radical contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos; na segunda, o movimento aproxima-se verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos (estrutura e conjuntura) e novos métodos (história serial das mudanças na longa duração) dominada, prevalentemente, pela presença de Fernand Braudel (46-69); a terceira traz uma fase marcada pela fragmentação e por exercer grande influência sobre a historiografia e sobre o público leitor, em abordagens que comumente chamamos de Nova História ou História Cultural (OLIVEIRA; CASIMIRO, 2007, p.1). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/25/res04_25.pdf. Acesso em: 09 out.2015.

¹¹ Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-24/%C3%ADndice-24.pdf>. Acesso em 09 de out.2015.

¹² Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos (DBTA, 2005, p.159).

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro, 2005.

BARROS, Dirlene S; NEVES, Dulce A. *Arquivo e memória: uma relação indissociável*. Revista Transinformação. Campinas. Jan./abr. 2009.

BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Ed.UFMG. Belo Horizonte, 2014.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes F. *Noções de Paleografia e Diplomática*. Ed. UFSM. Santa Maria, 1995.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824*. Rio de Janeiro, 1824.

BRASIL. *Regulamento nº 2 de 02 de Janeiro de 1838*. Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 1838.

BRASIL. *Coleções das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro. 1839.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988.

BRASIL. *Lei 8.159 de 08 de Janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991.

BRASIL. *Lei 12.527 de 18 de Novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. *Lei 12.528 de 18 de Novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Resolução nº 27 de 16 de junho de 2008*. Dispõe sobre o dever do Poder Público, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de criar e manter Arquivos Públicos, na sua específica esfera de competência, para promover a gestão, a guarda e a preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas. Rio de Janeiro. 2008.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo, 2012

FONSECA, Thais Nívia de L. *História, Memória e Documento*. Ed. Fino Traço. Belo Horizonte, 2013.

IZQUIERDO, Ivan. *Memórias*. Revista Scielo. Estudos Avançados. São Paulo, 1989.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Centro de Memória da Justiça do Trabalho. Campinas. São Paulo, 1990.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História*. A problemática dos Lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. N.10. PUC. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Edileusa S.; CASIMIRO, Ana Palmira B. S. Resenha: Os Annales por Peter Burke – uma visão larga e profunda. Revista HISTEDBR On-Line. Campinas, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da Disciplina Arquivística*. Dom Quixote. Lisboa, 1998.

SHELLENBERG, T.R. *Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas*. 6ª edição. RJ. 2006.

SOUZA, Renato Tarciso B. *Arquivística: temas contemporâneos*. A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. Distrito Federal, 2009.

VAZQUEZ MURILLO, Manuel. *Administración de documentos y Archivos: planteos para el siglo XXI / 2ª Ed.* Buenos Aires: Alfagrama, 2006.

ARQUIVO E MEMÓRIA DA ESCOLA DO TRABALHO EM NITERÓI (1920-1940)

Elisabete Gonçalves de Souza

Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal Fluminense (UFF)
elisabetes.souza@gmail.com

RESUMO

Discute a importância dos arquivos como fonte de pesquisa para a memória e história da educação profissional no Brasil. Relata o processo de organização dos acervos arquivísticos da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, uma das primeiras instituições de educação profissional do município de Niterói, RJ. Propõe metodologia para a descrição dos fundos sob custódia da escola e desenvolvimento de formulários adequados para inventário dos prontuários dos alunos e de outras séries documentais que venham a ser identificadas, tendo em vista garantir o acesso e o direito à informação a essa massa documental praticamente esquecida nos porões das escolas. Tem como referencial para a descrição dos documentos a Norma Brasileira para Descrição Arquivística, de modo a garantir consistência no processo de recuperação e acesso à informação. Usa como referenciais teóricos os estudos de Hagen (1998) e Belloto (1991) sobre a descrição de documentos históricos; de Souza e Alvarenga (2004) sobre importância da padronização dos metadados para as ações de compartilhamento e interoperabilidade dos sistemas de informação e as reflexões de Ciavatta e Frigotto (1993, 2006) acerca da função dos arquivos históricos escolares como repositórios de fontes para a memória institucional e para a historiografia da educação.

Palavras-chave: Arquivos escolares; Educação profissional no Brasil; História e memória.

ABSTRACT

This article discusses the importance of school files as a research source for the memory and history of education in



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

Brazil and reports the process of organizing the archival of the Technical School Henrique Lage, one of the first professional education institutions in the city of Niterói, RJ, Brazil. Proposed methodology to the description of school funds under custody and developing appropriate forms for inventory of records of students and other documentary series that may be identified with in order to ensure access and the right to information to this mass of documents virtually forgotten in the basements of schools. It has how reference to the description of the documents to the Brazilian Standard for Archival Description, to ensure consistency in the recovery process archival records. Uses as theoretical references the studies Hagen (1998) and Belloto (1991) for a description of historical documents; Souza and Alvarenga (2004) on the importance of standardization of metadata for sharing actions and interoperability of information systems and the reflections of Ciavatta and Frigotto (1993, 2006) about the role of school historical archives as sources of repositories for institutional memory and the historiography of education.

Keywords: School Files; Professional education in Brazil; History and memory.

INTRODUÇÃO

 crescente interesse pelas memórias individuais e coletivas vem desencadeando, nas últimas décadas, um acentuado desenvolvimento de ações, direcionadas para a criação de instituições como arquivos e bibliotecas, voltadas para a custódia e organização da documentação (impressa, textual, sonora ou imagética) produzida e acumulada por pessoas ou organizações, públicas ou privadas, ao longo de suas atividades, com o objetivo de preservar e regatar suas memórias.

O presente artigo relata o processo de identificação de documentos referentes à memória da educação profissional em Niterói, RJ, realizado no arquivo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage (daqui em diante ETEHL), uma das primeiras escolas profissionais da cidade, localizada no bairro proletário do Barreto.

Buscou-se inventariar os documentos da administração escolar com o intuito de identificar quais escolas a antecederam até se transformar em 1936 em Escola do Trabalho. Uma memória apagada, submersa em uma massa documental ainda não sistematizada. O pressuposto que moveu a pesquisa são os supostos laços entre a Escola do Trabalho e o estaleiro da Companhia Nacional de Navegação Costeira, de propriedade dos irmãos Lage.

Um dos caminhos para conhecermos a veracidade desta está em seu arquivo, pois, como demonstrou o levantamento que antecedeu a pesquisa, não há, nem no Arquivo Nacional nem no Arquivo da Cidade, nenhum resquício dos documentos da Costeira, apesar de empresa ter sido incorporada ao patrimônio estatal por Vargas em 1942. No entanto, sabe-se que em seus estaleiros na Ilha do Viana (Niterói, RJ), até a década de 1930, havia uma escola de artífices. Acredita-se que os aprendizes foram transferidos para a Escola Profissional Washington Luiz, instituição que antecedeu atual ETEHL.

Inventariar os documentos guardados em seu arquivo, pensar em uma metodologia para sistematizá-los usando os conhecimentos e técnicas de organização da informação oriundas das ciências documentárias foi o desafio que se impôs a essa pesquisa, de modo a auxiliar a escola a desvelar suas memórias, cujo lastro histórico a aproxima do desenvolvimento da pungente indústria naval dos anos de 1920-1940, que tinha como polo empreendedor a cidade de Niterói.

MARCO TEÓRICO

A Escola do Trabalho no Brasil surgiu em um cenário de reformas educacionais introduzidas pelo ideário da Escola Nova¹. No Estado do Rio de Janeiro esse processo foi conduzido por Fernando Azevedo, Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal entre os anos de 1927-1930.

Ao expor as diretrizes de sua Reforma, Azevedo (1931) faz uma crítica à educação tradicional oferecida na escola primária que, segundo ele, “afastava o aluno da atividade investigadora e experimental” justificando que o “Novo Regulamento da Educação Profissional” (1929), se impunha como uma nova forma de gerir a escola pública, que “[...] rejeita, em nome da educação nova, a instrução abstrata, artificial e verbal, para fazer um apelo ao esforço alegre e a participação efetiva da criança, cativar-lhe as atividades manuais, intelectuais e sociais [...]” (AZEVEDO, 1931, p. 81).

A Reforma de Fernando de Azevedo, para além de seus ideais, aprofundava a divisão social que marcou e ainda marca a história da educação pública em nosso país. Uma escola que sempre educou separando os homens: de um lado os dirigentes, de outro, os trabalhadores; para uns uma educação destinada ao domínio técnico-científico dos processos do trabalho, para outros uma educação funcional, voltada para a execução das tarefas manuais.

Ciavatta e Frigotto (1993) ressaltam que a ideia da Escola do Trabalho no Brasil, mesmo nas suas acepções mais formativas, sofreu as influên-

cias e as ambiguidades do ideário liberal. Em seu processo de institucionalização cruzam-se duas perspectivas de organização do trabalho social necessário ao capitalismo industrial: a aprendizagem de ofícios com a finalidade de “assistir” os menores desvalidos, numa ação pautada nos princípios da moral cristã, que considera o trabalho como atividade que dignifica o homem e o afasta do vício; e a ideologia liberal, que vê o trabalho como agregador de valor, como força produtiva e base da acumulação capitalista.

Até meados dos anos de 1920 a primeira ideia foi hegemônica, mas com o avanço da industrialização as escolas para os “meninos pobres”, de ocupação artesanal, foram substituídas por escolas de profissionalização. A convergência dessas ideias levou os governos, federal e estadual, a criarem uma rede de Escolas de Aprendizes Artífices com ênfase no ensino e na preparação profissional orientada para as necessidades da indústria. A Escola Técnica Estadual Henrique Lage, campo empírico dessa pesquisa, passou por esse processo.

Conforme ressalta Hobsbawm (1998, p. 23) “o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana [...] a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma”.

Pierre Nora (1993) em sua reflexão sobre “os lugares de memória” coloca os arquivos, as bibliotecas, os museus, assim como as comemorações, as festas, os monumentos, as associações, como testemunhos de um outro tempo, “sinais de reconhecimento e de pertencimento a um grupo” (p. 24) em uma sociedade cujo princípio da individualidade se sobrepõe às experiências coletivas. Por isso, preservar “traços e vestígios é a forma de contrapor-se ao efeito desagregador da rapidez contemporânea [...] em que o passado vai perdendo seu lugar para um presente eterno com a ameaça da perda da identidade” (D’ALESSIO, 1993, apud CIAVATA, 2006, p. 8).

Sob esse aspecto, o resgate do passado através da pesquisa histórica em fontes documentais “não constitui apenas a recuperação da informação armazenada, mas a reivindicação do sentido do passado por meio do conhecimento compartilhado” (TELLES; SILVA, 2009, p. 10). A organização dos arquivos históricos escolares nos permite inventariar e descrever seus documentos proporcionando-nos acesso a informações singulares que nos ajudarão a compreender a história da educação da classe trabalhadora e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sem deixar de observar as contradições que tal processo engendra, pois como ressalta Nora (1993, p. 9).

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

No campo informacional, a memória da educação para o trabalho é um tema pouco explorado, dada a quase ausência de registros históricos que descrevam o cotidiano das “escolas do trabalho” em nosso país, fato este motivado pela carência de recursos financeiros e humanos especializados para o trabalho de organização e tratamento dos documentos produzidos por essas instituições, ou simplesmente pela “tradição colonizadora e autoritária da memória apagada, das gerações sem história” (CIAVATTA, 2006, p.1).

Paralelamente, verifica-se que a crescente evolução das tecnologias de informação e comunicação tem provocado mudanças substanciais sobre a “gestão da memória”, bem como dos arquivos e das coleções em geral. Sendo assim, partindo do pressuposto de que os documentos produzidos pelas organizações escolares refletem a dinâmica de sua proposta pedagógica, o inventário e a organização desta documentação nos permitirão reinterpretar continuamente o passado em função dos embates travados no presente, principalmente no momento atual em que as “escolas do trabalho” voltaram a ter a integridade da formação (geral e especializada) restabelecida, conforme previa a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) promulgada em 20 de dezembro de 1996.²

No entanto, como ressalta Ciavatta (2006), a reforma do ensino médio e profissional dos últimos anos trouxe implicações para a identidade das escolas, que tiveram “que se inserir, sem a opção do contrário, em um projeto não construído por elas próprias, mas por sujeitos externos e, nessa contradição, novas identidades foram tecidas” (p. 8). Cabe-nos então perguntar: quais memórias preservam e qual história constroem, sobre si próprias? Só inventariando e organizando as fontes documentais poderemos empreender um diálogo com os documentos, “compreender o não dito ou aquilo que foi esquecido ou silenciado”; tomar a palavra “documento” no seu sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira (FÁVERO, 2000, p.103-105).

Identificar esses documentos, registrar seus conteúdos aproximando-os dos contextos histórico e pedagógico em que foram criados; representar suas informações usando os padrões e linguagens das ciências documentárias para poder disponibilizá-los à escola e sua comunidade é

uma tarefa que se coloca aos profissionais da informação: arquivistas e bibliotecários. Cabe a eles a cuidadosa tarefa de “transformar” os registros impressos, as imagens, os “documentos de arquivo” e outros produzidos pelas atividades administrativas e de ensino em fontes de informação.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador [e outros pesquisadores] usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

Os arquivos escolares são constituídos pelo conjunto de documentos produzidos e recebidos em decorrência das atividades diárias de professores, funcionários, alunos e todos aqueles que de alguma forma participam do funcionamento da escola. Entre os documentos escolares, podemos citar documentos impressos e textuais administrativos (como fichas de matrícula, atas de exames, diários de classe ou boletins de frequência); pedagógicos (currículos, provas, etc.), além das fotografias, brasões, etc.

Escolas profissionais centenárias, como a ETEHL, além de fundos arquivísticos, têm acervos bibliográficos, com livros e manuais usados nas oficinas, além de peças originais e protótipos desenvolvidos pelos aprendizes. Enfim, fontes variadas que nos fornecem “elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceram em seu entorno” (VIDAL, 2005, p.24). Daí a urgente necessidade de ações visando à organização dos arquivos escolares.

Para Silva (2011), esse tipo de arquivo, é um repositório de fontes primárias imprescindíveis nos estudos sobre a história e o cotidiano das instituições escolares. Por isso não pode ser visto apenas como unidade que guarda a documentação escolar, mas sim, como unidade que gerencia e auxilia o fluxo da informação, num *continuum* que envolve presente, passado e futuro. Sua atuação, “deve estar correlacionada a todas as atividades cotidianas da escola que gere informação registrada em diferentes suportes” (SILVA, 2011, p. 119).

De acordo com Souza e Alvarenga (2004, p.134), a descrição dessas informações é essencial para a recuperação precisa dos documentos, sendo fundamental que no processo de gestão do arquivo se tenha regras comuns “sobre como armazenar dados e descrever a informação, de modo que esta possa ser consumida por outros usuários de forma precisa”, sem ambiguidades.

Nos arquivos, a grande preocupação é não dispersar os documentos. Nesse sentido, faz-se necessário uma descrição orgânica que permita ao investigador recuperar a trajetória, a procedência e as interlocuções geradas por um documento. A descrição que incide diretamente sobre o documento unitário, não levando em conta seu meio orgânico, não revela ao historiador o real significado do documento analisado. Descrever em arquivos significa descrever buscando as relações entre os contextos de produção, por isso o arranjo interno deve estar correto. Os documentos devem estar encaixados (hierarquicamente) em seus grupos, séries e fundos (HAGEN, 1998).

Em vista do exposto, os objetivos da pesquisa foram: identificar e inventariar a documentação sobre a educação profissional em Niterói, entre 1920-1940, guardada no arquivo da ETEHL e desenvolver, em parceria com os professores, uma metodologia, visando à criação de uma política para organização e gestão de seu arquivo escolar.

METODOLOGIA

A maioria dos objetos de pesquisa em História da Educação pressupõe o uso de fontes, ou seja, de documentos que fundamentem e embasem a pesquisa histórica; que demonstrem a dinâmica das relações sociais. Como destaca Lombardi (2004), “as fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante” (p.155).

Na História da Educação, o cuidado com a organização das fontes, desde o final da década de 1990, vem imprimindo um viés arquivístico à pesquisa da área, o que fez com que as instituições escolares deixassem de ser abordadas exclusivamente como campo empírico e passassem a objeto conceitual.

Nessa perspectiva, os arquivos escolares surgem como importantes locais de referência, pois armazenam uma complexa rede de documentos fundamentais para não para história institucional, mas para a compreensão dos deferentes nexos entre cultura escolar, a cultural nacional e as diferentes correntes pedagógicas e suas respectivas políticas, que, num contexto maior, expressam relações de forças entre as classes que usufruem ou não dos equipamentos escolares.

Segundo Dias (2001, p.3), o pressuposto básico da Ciência da Informação é o acesso à informação e isso implica em trazermos “para o primeiro plano a importância de sistemas de recuperação da informação”,

cujo objetivo é facilitar o acesso aos registros do conhecimento produzidos por uma determinada comunidade de usuários.

As escolas, para encontrarem a sua verdadeira identidade, devem se transformar em centro de investigação [...] contextualizando todas as suas dimensões, interagindo social e comunitariamente. A história das instituições educacionais é facilitada quando a escola mantém o seu arquivo histórico organizado, em funcionamento (PEREIRA, 2007, p.88).

A representação descritiva e conceitual dos registros de informação, pautada nas normas e nos padrões das ciências documentárias, contribuem de forma significativa para a organização e a recuperação das fontes historiográficas. Nessa direção, optamos por realizar uma pesquisa de caráter exploratório, de modo a identificar fundo da Escola do Trabalho de Niterói e inventariá-lo.

O campo empírico de nossa investigação foi o arquivo da ETEHL. A escolha da instituição se deu pelo fato de ser ela uma das pioneiras na educação para o trabalho na região leste fluminense, além de ter sua história fortemente ligada à indústria naval. Supunha-se que suas instalações abrigaram, em 1932, os alunos da extinta Escola de Estivadores da Companhia Nacional de Navegação Costeira de propriedade dos irmãos Lage, sendo o atual nome da escola uma homenagem ao industrial. No entanto, até o momento, quando concluímos a primeira fase da pesquisa, não foi encontrado no inventário dos fundos nenhum documento que comprovasse essa suposição.

Ao longo de seus noventa anos, a ETEHL passou por várias denominações, mas sua proposta educacional sempre esteve relacionada às dinâmicas do mundo do trabalho e ao desenvolvimento das forças produtivas em nosso país, em especial no Rio de Janeiro, e em particular Niterói, cidade que até a segunda metade do século passado era considerada o principal polo da indústria naval.

Sua fundação data de 16 de junho de 1923, sob a denominação de Escola Profissional Washington Luiz. Em 1926 recebeu os alunos da extinta Escola Profissional Visconde de Morais (1916-1923) e, em 1931, passou a ser denominada Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, com atividades pré-profissionais e profissionais, enfatizando o ensino nas oficinas de metal e madeira. Em 1941, passou a denominar-se Escola Profissional Henrique Lage sendo, dois anos depois, equiparada às escolas de Ensino Industrial Federal, passando a oferecer os cursos industriais e de mestria nos setores de Metal, Mecânica, Eletrotécnica e Artes Industriais. Em 1964, com a denominação de Colégio Industrial Henrique Lage, foram criados, em nível secundário, cursos técnicos na área naval (ETEHL, 2013).

A Reforma do ensino de 1971 levou a escola a ampliar suas atividades, sendo firmado um convênio com o Ministério da Marinha, através do CIAGA (Centro de Instrução Almirante Graça Aranha), e oferecidos cursos técnicos em Edificações, Máquinas Navais, Eletrotécnica, Telecomunicações, além dos cursos de Auxiliar Técnico em Mecânica e em Eletrônica. Com a fusão dos Estados do Rio e da Guanabara, ocorrida em 1976, a escola passou então a denominar-se Colégio Estadual Henrique Lage e, em 1988, Escola Técnica Estadual Henrique Lage. A partir de 1996, foi absorvida pela Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, órgão subordinado à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, passando por amplas reformas em suas instalações, adquirindo máquinas e equipamentos novos e laboratórios técnicos em várias áreas.

ANÁLISES E RESULTADOS

Conforme Ortega e Lara (2010), os registros de informação de qualquer sistema documentário, como os arquivos, devem ser produzidos a partir de representações de entidades (obra, criador, produtor, tipo de documento, etc.) e de questões de busca (previstas) pelos usuários. Para sua funcionalidade, é esperado que os registros apresentem características que garantam aderência entre essas representações e as questões de busca efetivamente realizadas pelos usuários. No caso dos arquivos, as normas devem levar em consideração os princípios da organicidade e da proveniência. Segundo esse princípio “os arquivos devem ser arranjados de tal maneira que a organização e funções que os produziram neles se reflitam” (SCHELLENBERG, 2006, p. 161).

O respeito à proveniência nos permite identificar com segurança a origem dos fundos, se ele foi adquirido ou transferido de custódia. De modo geral, a proveniência garante a integridade do fundo, ou seja, garante que fundos diferentes não se misturem. A organicidade é definida, no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), como a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (p. 127). Um arquivo é orgânico quando seu conjunto documental reflete as funções e atividades do seu órgão produtor, “o procedimento administrativo que lhe dá origem” e “revela que os documentos estão relacionados entre si” (RODRIGUES, 2010, p.177).

Sem desconsiderar os fundamentos da Arquivística e os princípios da representação descritiva, tais como integridade e consistência, aliando-os aos interesses da instituição escolar de desvelar suas memórias, desenvolveu-se uma metodologia para inventariar os documentos de arquivo

(do tipo escolar) que incluísse na ficha de inventário informações de caráter pedagógico e outros dados que auxiliassem a escola a conhecer sua identidade cultural e educacional.

Segundo Pereira (2007, p.85), “a reconstituição do passado de uma instituição escolar é importante para rever os seus caminhos, direcionar a correção de suas atuais rotas”. Para a autora, o arquivo deve ser visto como uma oportunidade, um meio pelo qual podemos compreender o passado, e, conseqüentemente, estabelecer relações deste para com o presente.

Nessa direção, a pesquisa identificou e inventariou e descreveu cerca de 70 pastas, na sua maioria dossiês de alunos das três escolas que antecederam a atual ETEHL, a saber: Escola Profissional Visconde de Morais (1916-1922); Escola Profissional Washington Luiz (1923-1931) e Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro (1931-1941).

Mantendo-se fiel ao princípio de proveniência “[...] segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa” (BELLOTO; CAMARGO, 1996, p. 61), buscou-se identificar na massa documental os fundos acima descritos.

Os documentos do fundo da ETEHL estavam organizados em ordem alfabética e agrupá-los pelas escolas que a antecederam foi o primeiro procedimento. Com consulta às professoras gestoras do Centro de Memória da Escola, foi criado um formulário (figura 1) para descrição dos documentos. Na confecção desse instrumento levamos em consideração os campos da NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística).

Figura 1 – Formulário descritivo (1ª parte) – Subsérie Dossiês dos alunos

INVENTÁRIO	
Entidade Custodiadora	Escola Técnica Estadual Henrique Lage – ETEHL
Endereço:	Rua Guimarães Júnior, 182 - Barreto, Niterói - RJ, 24110-305
Biografia/história administrativa	Escola da rede FAETEC – Fundação de Apoio à escola Técnica, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Entidade criada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1997.
Fundo	Escola Técnica Estadual Henrique Lage
Código de Referência	BR, FAETEC, ETEHL
Seção	() Escola Profissional Visconde de Morais () Escola Profissional Washington Luiz () Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro
Biografia/história administrativa	Descrever aqui a história da escola cujo documento está sendo descrito
Série	Documentos da Administração Escolar - DAE
Subsérie	Dossiês dos alunos - DA
Nome do Produtor	(1) Escola Profissional Visconde de Morais, 1916-1922 (2) Escola Profissional Washington Luiz, 1923-1930 (3) Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, 1931-1941
Código de Referência	BR, FAETEC, ETEHL, DAE, DA____ (n. de acordo com o produtor)
Data (produção)	Preencher de acordo o produtor
Nível de Descrição	Nível 4
Conteúdo	Descreve aqui o conteúdo de cada pasta
Nota: Código da pasta	Descreve aqui o código original da pasta

Fonte: elaboração própria.

No inventário dos dossiês, além das informações arquivísticas, foram acrescentados ao formulário (figura 2) informações de ordem pedagógica de modo a auxiliar os pesquisadores nos estudos sobre a educação profissional, sendo incluídos campos relacionados à data de ingresso na escola, escola primária de origem, cursos escolhidos, ano de conclusão, etc. além de outras de ordem pessoal de modo a conhecer o perfil do aluno, tais como, pagamento de caixa escolar, bairro de origem, religião. Nessa direção o formulário tem um caráter particular, cujo objetivo foi contextualizar as demandas acerca dos estudos historiográficos da área de educação em geral e, em particular, da educação profissional em Niterói, RJ.

Figura 2 – Formulário descritivo (2ª parte) – Subsérie Dossiês dos alunos

INVENTARIO - 2ª PARTE DA PLANILHA	
Nome do aluno	
Idade:	Ano de ingresso:
Residência (bairro/cidade)	
Colégio de origem	
Documentação encontrada (espécie/tipo)	☐ Ficha de solicitação de matrícula ☐ Certidão de nascimento ☐ Atestado médico ☐ Atestado de vacina ☐ Declaração escolar ☐ Fotografia 3x4 ☐ Boletim ☐ Outros: _____
Informações solicitadas	☐ Cor ☐ Religião declarada: _____ ☐ Caixa Escolar (\$ _____) ☐ Outros: _____
Cursos realizados	☐ Pré-vocacional ☐ Pré-profissional ☐ Profissional Oficina/curso _____
Séries cursadas	
Ano de conclusão	
Concluiu todos os cursos	☐ Sim ☐ Não
Obs:	

Fonte: elaboração própria

Nos em cada seção do fundo havia outros conjuntos documentais, mas os primeiros a serem inventariados, pois já estavam higienizados, foram os prontuários, que são dossiês que reúnem informações sobre a vida escolar dos alunos. Os tipos documentais e espécies encontradas nessas pastas foram os seguintes: carta de solicitação de vaga, feita pelo responsável do aluno e dirigida ao diretor da escola, atestado de vacinação, certidão de nascimento, boletim escolar, recursos pedindo revisão de prova de admissão, requerimento de matrícula (cursos pré-profissional e profissional) e fotografia do aluno.

Segundo Belloto (2002, p.24) a tipologia documental “[...] é a configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou”. No domínio dos arquivos escolares uma das espécies

identificadas são as cartas de solicitação de matrícula, um documento-fonte fundamental para conhecermos a trajetória escolar do aluno, sua escola de origem, se prestou exame de admissão, etc.

No tratamento técnico dos documentos e na sistematização de seus metadados utilizamos o método empírico-dedutivo, ou seja, analisamos os documentos dentro de seu contexto de produção/acumulação obedecendo ao princípio da proveniência de modo a garantir a unicidade, a organicidade e a indivisibilidade dos fundos, pois “afastados de seu meio genético o documento de arquivo perde seu significado” (BELLOTO, 2002, p. 24).

A descrição arquivística não só preza o princípio da proveniência, como possibilita a ampliação das relações todo-parte dentro dos fundos. A descrição permite que o pesquisador relacione documentos de uma mesma série, “entre séries do mesmo grupo, entre grupos do mesmo fundo” (BELLOTO, 1991, p.174). Significa dizer que, os arquivos escolares quando organizados, ampliam as possibilidades de pesquisa, pois permitirão ao historiador da educação o acesso a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto, o que facilitará as conexões entre as fontes, no sentido de buscar informações comprobatórias e/ou contraditórias que venham a comprovar ou a refutar suas hipóteses.

A análise dos prontuários revelou o quanto estas fontes são imprescindíveis na pesquisa histórica sobre a educação profissional em Niterói, mostrando-nos a forte articulação do mundo escolar com as atividades produtivas da cidade, em especial com indústria naval, sendo o programa curricular das oficinas relacionado a alguma das atividades destas empresas. No entanto, contraditoriamente, na leitura dos dossiês, encontramos pouca relação das indústrias da região com a escola. Percebeu-se também uma forte evasão dos alunos que ingressavam no pré-profissional, na sua maioria crianças com idades entre 9 e 13 anos. Ingressavam no pré-profissional e depois escolhiam uma das oficinas para se profissionalizar.

Até a implantação da Reforma de Fernando Azevedo (1927-1930) as escolas profissionais eram desarticuladas da escola primária. Seus regimentos inspiravam-se no Decreto nº 7566/1909, das remanescentes Escolas de Aprendizes e Artífices limitando-se a ministrar “[...] o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar”. (BRASIL, 1909).³

Os documentos encontrados no arquivo da ETEHL mostram que aluno podia permanecer na escola por quatro anos especializando-se em

ofícios nas áreas de metal-mecânica e marcenaria. Mas poucos eram aqueles que avançavam nos estudos profissionais, aprimorando-se nos ofícios de marceneiro, torneiro mecânico, etc. Após um ano na escola a maioria saía e ia direto para as fábricas, lá continuavam a aprendizagem no chão da fábrica com os mestres. A razão dessa evasão segundo Weinstein (2000, p.148-149) era a “demanda por operários especializados e o alto custo de vida. Os aprendizes se viam constantemente tentados a abandonar seus estudos e oferecer sua parca especialização em troca de salários mais altos”. Conforme a literatura sobre o tema, várias indústrias mantiam “escolas de artífices”, como Companhia Nacional de Navegação Costeira, como aponta a hipótese inicial dessa pesquisa.

Até o momento, pôde-se aferir, por exemplo, que os meninos que abandonavam a escola ainda no pré-profissional iam para as fábricas e estaleiros da região. Não havia um caminho de volta - da fábrica para a escola - como se supunha no início da pesquisa. Poucos são os casos em que encontramos ex-alunos do pré-profissional pedindo para reingressar, para fazer um curso profissional em uma das oficinas. Dos 70 dossiês inventariados, em apenas cinco encontramos esse tipo de pedido. Sobre aqueles que avançaram nos estudos até o nível profissional, menos de 15% permaneciam por mais de dois anos na escola. No entanto, faltava-nos localizar os fundos da Costeira, ou de outra firma da região, como a “Fábrica de Fósforo Fiat Lux” para relacioná-los de forma referencial aos arquivos da Escola do Trabalho, para que através do cotejamento desses documentos possamos conhecer o trajeto feito por seus alunos e assim (re)construir a memória e a história da educação profissional em Niterói e entender o papel dessas escolas na vida da cidade e de seus cidadãos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A organização de documentos significa produção de fontes que ajudarão o pesquisador a encontrar o ponto de apoio da construção historiográfica. No entanto, cabe ressaltar que as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas são registros, testemunhos dos atos históricos; são fontes do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota e nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história (Saviani, 2004, apud OLIVEIRA, 2005, p.3). Portanto, o conhecimento da História da Educação depende da publicização dos arquivos escolares e do tratamento das informações (descrição física e temática) dos conteúdos dos documentos neles guardados.

Na sociedade contemporânea, tecnologias como a web e a internet permitem compartilhar informações de forma ampla. Nesse contex-

to, a Ciência da Informação tem um papel estratégico, pois nos permite organizar os processos de descrição para a representação e recuperação da informação através de ferramentas como as bases de dados. O estudo aqui empreendido de inventário e identificação dos documentos sob a custódia da ETEHL é a primeira etapa de um projeto cujo objetivo é consolidação de um Centro de Memória na escola, que preserve e organize a documentação remanescente sobre a vida administrativa e escolar da instituição.

Com em outros lugares de memória, a ritualização proporcionada pelo ordenamento das fontes ressuscita lembranças e esquecimentos, desvela campos de conflito que guardam os vestígios de uma memória que não é espontânea, pois não é mais construída no grupo, mas para o grupo pela história, para que por meio dela os grupos, como aqueles que viveram e vivem a vida de uma instituição escolar possam encontrar elementos que legitimem sua ação política, que expliquem sua razão no presente, pois como destaca Nora (1993, p.15) “[...] memória, é de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de lembrar”.

A opção em fazermos um formulário descritivo incluindo informações de caráter histórico-pedagógico foi fundamental para conhecermos a dinâmica de seus cursos e o perfil de seus alunos - na sua maioria filhos de famílias de baixa renda, moradores de bairros operários, iniciados no mundo do trabalho ainda crianças. Tão logo terminavam o 3º ano da escola primária faziam exames de admissão para ingressar no pré-profissional. Contudo, poucos eram aqueles que avançavam nos estudos dos ofícios. Como constatamos, a partir da leitura dos dossiês, a maioria abandonava a escola entre o 1º e 2º anos.

Do ponto de vista técnico, a descrição dos prontuários pautada nas diretrizes estabelecidas pela NOBRADE/2006 permitiu-nos descrições mais precisas, no sentido de que a norma prescreve os elementos obrigatórios para a recuperação dos documentos (produtores, título, datas de produção e acumulação, tipo de material arrolado, etc.), o que facilita a geração instrumentos de busca, como catálogos, guias, inventários, que auxiliarão no acesso rápido às fontes documentais, tendo em vista a implantação na escola de um Centro de Memória.

À medida que o projeto⁴ avançar, outras fontes de informação serão inventariadas, analisadas e incorporadas à futura base de dados, são elas: relatórios técnicos, regulamentos, circulares, normas e publicações, como: livros, artigos de jornais e revistas; trabalhos científicos, pedagógicos e culturais desenvolvidos por seus alunos e professores, além de equi-

pamentos e objetos de diversa natureza, como por exemplo, os produtos criados pelos alunos nas oficinas de trabalho.

NOTAS

¹ O movimento da Escola Nova no Brasil está ligado às concepções de John Dewey, pensador norte-americano cuja filosofia tem relação com a aplicação do método experimental nas ciências sociais e com a ideia de evolução das ciências biológicas. Envolveria também estudos psicológicos, visando conhecer, através da aplicação de testes vocacionais, dons e aptidões individuais adequados à realização de tarefas, em especial as produtivas, voltadas para a formação de mão de obra. No Brasil, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo são os teóricos mais aderidos ao movimento, cabendo a este último a redação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). O modelo pedagógico da Escola Nova era concebido como o único portador de concepções científicas. A “[...] adesão à orientação escolanovista era representada como um avanço, um progresso, pois, tanto mais progressista quanto mais técnico, especializado, como queria a modernidade dos anos de 1920, mais eficiente e produtiva seria a escola” (KLODZINSKI; CORRÊA, 2007, p.1043). O movimento surgiu vinculado à necessidade de expandir o ensino elementar público, de superar a escola tradicional face às exigências do projeto industrialista que se colocava em cena, à medida que a crise das oligarquias e do modelo agro-exportador se acirrava.

² A integração foi retomada pelo Decreto 5.154/04 e posteriormente incorporada ao texto da Lei 11.741/08. Esse processo foi um marco histórico importante face às lutas dos educadores em retomar o ideário do projeto original da LDB cuja proposta fundamentou-se na concepção de uma educação tecnológica centrada no trabalho, na ciência e na cultura, conforme a concepção da escola única de Gramsci.

³ Esse aspecto é também ressaltado no artigo 1º do Regulamento Rivaldavia Correia (1916) onde se lê: “O ensino profissional [...] tem por fim dar a pessoas de ambos os sexos a instrução técnica necessária para o exercício de profissão em que possam com facilidade encontrar trabalho remunerado”. O decreto 3281, de 23 de janeiro de 1928, que regulamenta a reforma Fernando de Azevedo, mantém a preocupação da legislação anterior: instruir visando o exercício de uma profissão, conforme se lê em seu Artigo 310: “O ensino teórico terá sempre em vista ministrar conhecimentos de imediata aplicação industrial, sendo para isso intimamente relacionado aos trabalhos de laboratórios e às excursões”.

⁴ O Projeto que contou, em sua primeira fase, com a aluna/bolsista Jéssica Ferreira de Sousa Azevedo auxiliando-nos no levantamento de fontes e no inventário dos documentos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

AZEVEDO, Fernando de. *Novos caminhos e novos fins*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

_____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2002.

_____; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: AAB-SP, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BRASIL. *Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909*. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: . Acesso em: 10 jan. 2012.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). *Decreto 3281, de 23 de janeiro de 1928 [Regulamenta a Reforma na Instrução Pública no Rio de Janeiro]* In: FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986,

CIAVATTA, Maria. *Arquivos da memória do trabalho e da educação e a formação integrada*. Niterói, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo07/Maria%20Ciavatta%20-%20Texto.pdf>>

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. As Faces Históricas do Trabalho: como se constroem as categorias. *R. bras. est. pedag.*, Brasília, v.74, n.178, p.529-554, set./dez. 1993.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE – *Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DIAS, Eduardo Wense. Contexto digital e tratamento da informação. *DataGramZero – Revista de Ciência da Informação*, São Paulo, v.. 2, n. 5, out . 2001.

ETEHL. *Escola Técnica Estadual Henrique Lage: 90 anos*. Niterói, 2013. Disponível em <http://www.faetec.rj.gov.br/> Acesso 10 abr. 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Pesquisa, memória e documentação: desafios de novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Universidade São Francisco, 2000.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em história da educação. *IN-CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011.

HAGEN, Acácia Maria. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 293-299, set./dez. 1998.

HOBBSAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KLODZINSKI, A. F CORRÊA, R. L. A escola nova em perspectiva historiográfica: primeiras aproximações. In: *Anais ... CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 7, Curitiba, de 05 e 08 de novembro de 2007. Curitiba: PUCPR, 2007. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-112-04.pdf> Acesso 15 jul 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

LOMBARDI, José Claudinei. SANFELICE, José Luís (Orgs.). *História e história da educação*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 1998.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, [São Paulo], n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Regina T. Cestari. *Legislação educacional como fonte da história da educação brasileira*. Vídeo Conferência apresentada na Faculdade de Educação/UNICAMP, em 29.09.2005

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários *TransInformação*, Campinas, v. 22, n. p.7-17, 2010.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Uma abordagem da história das instituições educacionais: a importância do arquivo escolar *Educação Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. 11, n. 2 p. 85-90, maio/ago. 2007.

RIBEIRO, Carlos Alberto Campello. *Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira: a história da empresa e sua inserção social (1891-1942)*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <Dominiopublico.gov.br> Acesso 10 abr. 2014.

RODRIGUES, Ana Célia. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: FREITAS; Lidia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói, RJ: EdUFF, 2010.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Eva Cristina Leite da. Mapeamento dos arquivos escolares: história, memória e preservação de documentos. *Ágora*, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 111-125, jan. /jun. 2011.

SOUZA, Renato Rocha; ALVARENGA, Lídia. A Web Semântica e suas contribuições para a ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.. 33, n.1, jan./mar.. 2004.

TELLES, Antonia Marlene Vilaça; SILVA, João Carlos da Silva. História da educação: legislação arquivística na preservação documental. In: *Anais... SIMPÓSIO NACIONAL DO HISTEDBR*, 8, Campinas, de 30 de junho a 2 de julho de 2009. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html Acesso 23 mar. 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima. VALDEMARIN,

Vera Teresa (Org.) *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, Autores Associados, 2005.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil: (1920-1964)*. São Paulo: Cortez, 2000.

EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA COM FONTES JURÍDICAS: ESPECIFICIDADES E VESTÍGIOS HISTÓRICOS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE AO SUL DE MATO GROSSO

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS
Unidade de Amambai - Curso de História
Doutora em História/USP
marizak@uems.br

Viviane Scalon Fachin

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS
Unidade de Amambai - Curso de História
Doutora em História/UFGD
sfviviane@uems.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo demonstrar a importância dos documentos jurídicos, especialmente dos processos-crime para a pesquisa social. Nesse sentido, considerando a relevância de tais fontes históricas para o trabalho do historiador, pretendemos ratificar que embora os documentos produzidos na justiça e pela justiça possuam limitações de natureza contraditória, as evidências que subjazem nestas fontes permitem reconstruir parte da história de vida de homens e mulheres que participaram do processo histórico de formação da sociedade de Mato Grosso, no século XIX.

Palavras-chave: Processos-crime. Pesquisa. Justiça.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the importance of legal documents, especially the criminal cases for Social Research. In this sense, considering the importance of such historical sources for the historian's work, I want to ratify that



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

although the documents produced in court and justice have limitations contradictory nature of the evidence underlying these sources allow to reconstruct part of the history of life of men and women in the historical process of formation of Mato Grosso society in the nineteenth century.

Keywords: Criminal cases. Research. Justice.

INTRODUÇÃO

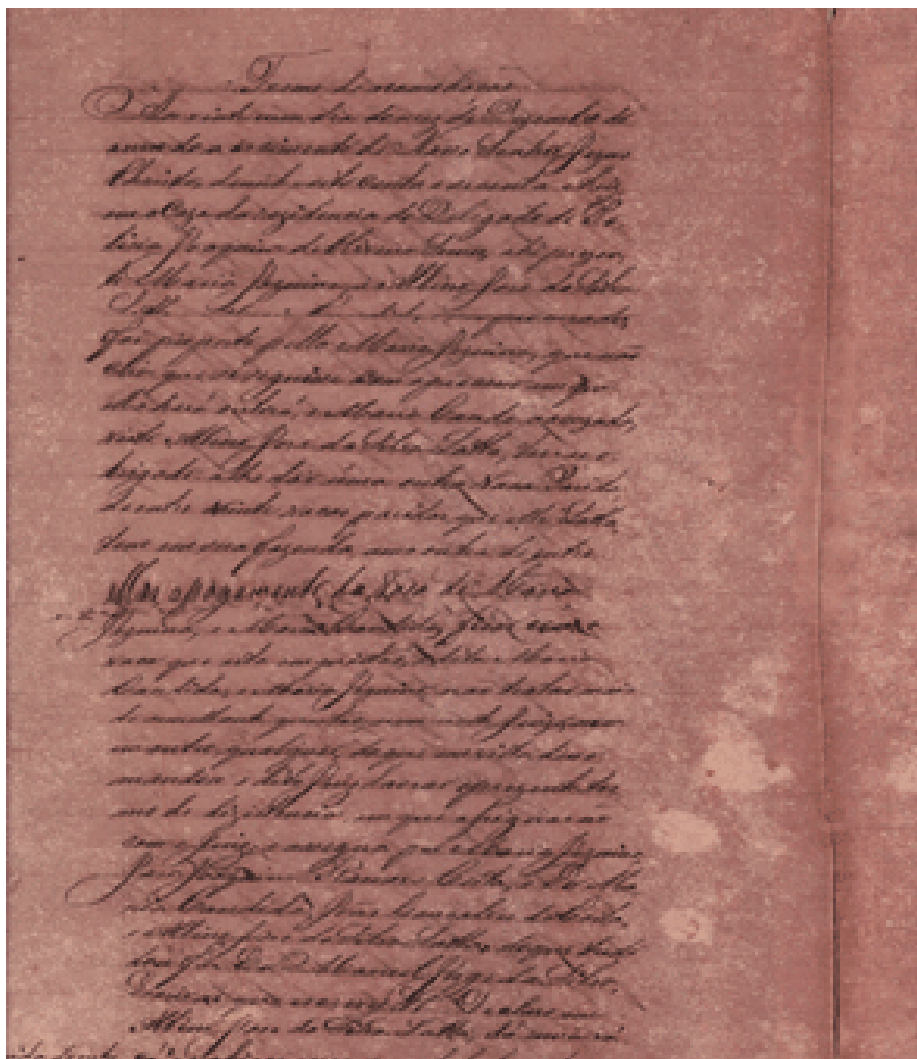
Em 21 de dezembro de 1864, Maria assinou no cartório da comarca de Paranaíba, localizada no sul de Mato Grosso, um Termo de Acomodação, que lhe permitiu interromper o processo-crime que movia contra Maria Cândida por esta ter lhe roubado a vaca que fornecia o leite para seus filhos.¹ Mais de vinte anos depois Maria Rozenda lavrou em cartório, em 1886, o Termo de Perdão em favor das rés que a agrediram violentamente em sua própria casa, por motivo fútil.² Não fosse por estes documentos jurídicos parte significativa da história de vida destas mulheres estaria perdida para a ciência histórica e para a compreensão do processo histórico de formação da sociedade no sul de Mato Grosso.

Estas fontes registram singularidades da existência humana. Isso nos leva a refletir sobre o que há a disposição nos arquivos jurídicos para a investigação histórica? Diante das possibilidades que tais fontes apresentam ao pesquisador pretendemos demonstrar que embora os documentos produzidos na justiça e pela justiça possuam limitações de natureza contraditória, marcada pela desordem e sofrimento, cujas configurações sociais violentas desequilibram as relações sociais entre homens e mulheres, indivíduos e Estado, o um e o coletivo, este conjunto de relações singulares se religam nesse universo onde até mesmo no não-dito, como dizia Michel Foucault (2003), se evidenciam vestígios da “realidade” passada. Assim, pode-se dizer que o campo da Justiça a ser explorado pelo pesquisador é tortuoso, confuso e complexo, mas repleto de múltiplas informações socioeconômicas e culturais presentes nas entrelinhas dos discursos do justiciáveis e daqueles que conduziam os procedimentos jurídicos nas comarcas localizadas ao sul do antigo Mato Grosso.

Sabemos que nem todos os documentos jurídicos se encontram disponíveis aos pesquisadores. Alguns são mantidos em sigilo para preservar o direito a intimidade particular dos envolvidos. Os mais comuns são os processos criminais, os inventários e os processo cíveis, sobretudo, se não foram classificados como “segredo de justiça”. Minhas pesquisas, inicialmente, se concentraram nos processos-crimes do século XIX, arquivados

no Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Ao selecionar estas fontes para pesquisa é preciso analisar o contexto no momento de sua produção e as especificidades espaço-temporal. Portanto, deve-se manter um olhar atento e vigilante para não confundir a fala dos justiciáveis com as falas das autoridades ou dos agentes do judiciário. Lembrar sempre que todo documento oficial é passível de filtros, distorções, manipulações, equívocos, esquecimentos e rasuras. Estes são apenas alguns dos problemas a serem enfrentados pelo pesquisador. Cumpre notar que mesmo diante de tais problemas o pesquisador deve reavaliar seus objetivos e buscar apreender as evidências e nuances das histórias de vida de homens e mulheres que viveram em Mato Grosso na época de sua colonização e ocupação territorial. Daí a importância de se deter sobre estas fontes históricas.

Figura 1: Termo de Acomodação



Fonte: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Caixa 114; processo-crime 06; 1864; Comarca de Santana de Paranaíba.

Há um consenso de que os documentos produzidos no campo da Justiça contribuem enormemente para desvelar vestígio de uma cultura da violência que tem reforçado os comportamentos sexistas, patriarcais e preconceituosos que atinge toda a sociedade brasileira. Podemos dizer que os processos criminais são a materialidade de determinado momento da realidade vivida por homens e mulheres, mas também das leis e dos procedimentos jurídicos. Eles revelam conflitos, divergências e contradições, ao mesmo tempo em que mostram como se definem as conturbadas relações de poder entre homens, mulheres, Estado e sociedade civil, em épocas em que a exploração econômica do sul de Mato Grosso se fazia de forma arrastada, intermitente, pois repleta de entraves.

É importante ressaltar que o processo-crime faz parte da história do judiciário, mas, principalmente da história das relações de poder que se desenvolve no interior do campo político-jurídico. Quando falamos de processo criminal é preciso não perder de vista que este tipo de documento serve tanto para fundamentar a busca pela verdade por meio de regras formais, como também se configura como um conjunto de ações rumo a um desfecho que se traduz numa sentença pronunciada pelo juiz ou Tribunal do Júri Popular. Assim sendo, um processo criminal é mais do que um amontoado de folhas. Nas palavras de Paula Bajer (2002, p. 9) é um conjunto de atos praticados para que o juiz possa emitir a decisão segundo uma ordem certa e determinada pela lei. Já para o historiador o processo criminal é, enquanto fonte histórica, o documento que apresenta evidências de histórias de vida, parte dos acontecimentos sociais localizados num determinado tempo e espaço. Muito embora todos os movimentos dentro de um processo possam estar previstos na legislação como o Código de Processo Penal, os depoimentos das vítimas, testemunhas e réus, os exames de corpo de delito, habeas corpus, interrogatórios carregam também ideias, ideologias, sentimentos e intenções dos participantes nas lutas pela *di-visão* do mundo social.

Poucos são os pesquisadores que trabalham com a história regional que recorreram às fontes jurídicas para demonstrar a formação da sociedade de Mato Grosso, no século XIX. Em outras regiões do país estas fontes têm sido mais bem exploradas pelos historiadores. Foi a partir da década de 1980 que os processos criminais passaram a compor o rol de documentos utilizados com mais regularidade pelos historiadores. Isso aconteceu quando da renovação no campo da história surgida com a proposta de “novas abordagens, problemas e novos objetos” pelos analistas franceses. Esse movimento contribuiu para promover a verticalização nas pesquisas, à renovação no conhecimento histórico e para dilatar o sentido e a importância dos documentos históricos antes ignorados pelos pesquisadores.

Dentre os inúmeros documentos valorizados a partir de então, os processos criminais e cíveis passaram a se destacar como fontes privilegiadas para a compreensão da construção e organização do aparato jurídico, da renovação da Justiça de seus ritos, rituais e procedimentos e a função que cumprem as leis e Códigos jurídicos nas sociedades modernas. Enquanto testemunhos do passado os processos criminais e cíveis também permitem demonstrar os caminhos percorridos pela Justiça na aplicação das leis; e mostrar os motivos que desencadeavam a violência física, simbólica e psicológica entre homens e mulheres, entre cidadão e Estado. Estes documentos, juntamente com outras fontes, fornecem subsídios para promover a compreensão das relações sociais, econômicas, políticas, jurídicas e culturais.

No sentido mais amplo, o termo documento, inclui os textos escritos, as imagens e os vestígios da cultura material e imaterial. Conforme o historiador Jacques Le Goff (2010) o documento

[...] não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (2010, p. 536)

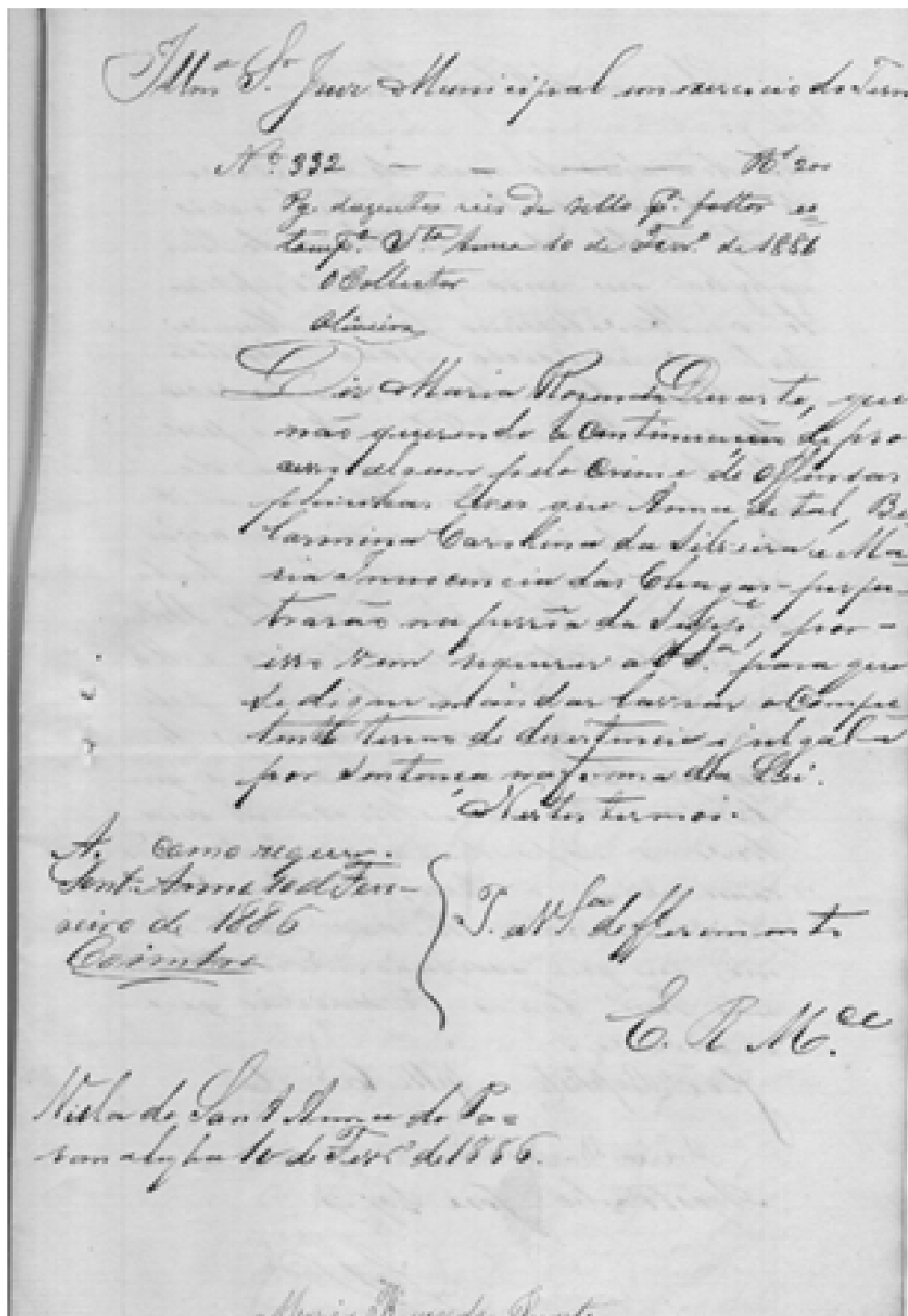
Convém lembrar que a palavra documento provém do latim *documentum*, derivado de *docere*. No sentido de “ensinar”, o termo evoluiu segundo Le Goff para “prova”. Com o positivismo o documento, enquanto registro, triunfou, tornando-se essencial aos historiadores e à sua erudição. Para Le Goff é sempre importante considerar a relevância e a função do documento, pois

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. (Ibid., p. 538)

Mas foi, basicamente no século XX que o documento revolucionou as pesquisas, especialmente, no campo da história. Com as mudanças a crítica ao documento ganhou relevância e se tornou mais acentuada, o que contribuiu para promover um novo comportamento teórico-metodológico entre os pesquisadores. Fazendo uso da crítica ao o pesqui-

sador busca explorar as fontes de forma mais sistemática, o que permite aprofundar os questionamentos científicos e ampliar a compreensão da problemática em questão. Agindo assim ele aprimora o processo de cientificidade da ciência histórica ao mesmo tempo em que se dilata a compreensão das possíveis realidades.

Figura 2: Termo de Desistência de Maria Rosenda



Fonte: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Caixa 116; processo-crime 011; 1886; Santana de Paranaíba.

Dessa forma, como apropriadamente observou Marc Bloch “a crítica do testemunho, que trabalha sobre as realidades psíquicas, permanecerá sempre uma arte da sensibilidade” (2001, p. 109), dotada entretanto de racionalidade o bastante para permitir a verificação e a validação das hipóteses de trabalho do pesquisador. Impõe-se, assim, ao estudo empírico a aplicação de uma lógica própria para “ordenar, separar, reunir e transformar em documento, objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 2002, p. 81). Com isso o historiador acaba dotando os documentos analisados por ele de um novo estatuto. Toda essa operação visa a construção do objeto, o recorte temporal e espacial do mesmo, a elaboração do programa de pesquisa e a prática historiadora. Além disso, o trabalho do historiador também implica em construir modelos que “longe de aceitar os dados apresentados, ele os constitui” (Ibid., p. 83), produzindo transformações que instauram um novo sentido relacional das partes com o todo.

Nesse sentido, convém considerar que o documento não é inócuo, destituído de juízo de valor e ideologias, ele “é parte de uma construção consciente ou inconsciente, da história e da sociedade que o produziu.” (LE GOFF, 2010, p. 538) Neles residem ideias, mensagens, falas, palavras pronunciadas, mas também o não-dito, o evitável e o improvável, que subjazem nas entrelinhas dos testemunhos pronunciados e registrados com o fim de estabelecer e perpetuar uma suposta ordem social.

Como já dissemos os resultados de várias pesquisas históricas fundamentadas na análise dos documentos jurídicos - processos criminais e cíveis -, passaram a servir de referência para gerações de historiadores brasileiros pós década de 1980. Não que antes os documentos jurídicos não tenham sido utilizados pelos pesquisadores. Foi após essa década que documentos jurídicos ganharam ênfase, tornando-se basilares para demonstrar as nuances de como se estabeleciam as relações de poder entre o indivíduo, o coletivo social e o Estado, na dimensão política, jurídica e econômica, no âmbito nacional e regional.

Tais estudos inovaram as pesquisas, pois além de mostrar utilizar os documentos jurídicos nas pesquisas eles também demonstravam como fazer a história do cotidiano de homens e mulheres envolvidos com os meandros da polícia e do judiciário, em contextos de transformações socioeconômicas. Seguramente o trabalho de Maria Odila da Silva Dias (2001), “*Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*”, se tornou referência para todos os jovens historiadores nas décadas pós-1984, ano da publicação da obra.

Dando ênfase ao cotidiano da vida das mulheres pobre em São Paulo a historiadora demonstrou, a partir dos documentos, inclusive dos processos judiciais e inquéritos policiais, que os papéis femininos informais

vivenciados por mulheres comuns se inscreviam numa dimensão mais ampla do que simplesmente “no terreno das rotinas obscuras” (DIAS, 2001, p. 105). De acordo com Dias as mulheres enfrentaram inúmeros desafios impostos pela exploração econômica, discriminação étnica, sexual e financeira. Injustiça que gerava as desigualdades sociais e, consequentemente a violência física, simbólica e psicológica.

Nessa mesma década o historiador Boris Fausto (2001) também recorreu aos documentos jurídicos para analisar a sociedade de São Paulo no século XIX, demonstrando a relação entre processo de urbanização, crime e criminalidade. Sua pesquisa deu origem à obra publicada em 1984 com o título *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. Fausto abordou de forma sistemática a violência patrocinada e vivenciada por homens e mulheres, nacionais e imigrantes, na cidade de São Paulo em processo de transformação urbana. (Ibid., p. 9) Já a historiadora Silvia Hunold Lara (1988) evidenciou, a partir dos documentos jurídicos, em sua obra *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*, que a relação entre violência e escravidão em Campos de Goitacases era marcada pelas múltiplas faces do poder exercido pelos senhores. Relações caracterizadas pela cultura da violência, determinante no processo de lutas, resistências e acomodações que se estabeleciam entre senhores e escravos, ou, aqueles dotados de poder para submeter homens e mulheres à exploração escravista, enquanto relação de dominação e exploração. (Ibid., p. 25) Estes são alguns dos pesquisadores que recorreram aos documentos judiciais para analisar questões relacionadas com a violência no Brasil em diferentes temporalidades.

Poderia elencar muitos outros trabalhos realizados por pesquisadores brasileiros nas últimas décadas que utilizaram fontes do judiciário. O uso cada vez mais recorrente aos documentos jurídicos tem colocado em cena a acentuada participação das mulheres pobres, ricas, indígenas, afro-descendentes, imigrantes e nacionais na ocupação do território brasileiro e na construção das sociedades locais. Trabalhando, lutando, interagindo num universo predominantemente com características masculinas, as mulheres também participaram de forma ativa na mediação de conflitos e na renovação dos sentidos de justo, legal, lícito e cidadania.

Mas para identificar questões como as colocadas acima é preciso, antes de tudo, salvaguardar os documentos da destruição inexorável. Sabemos que nem sempre é possível ao historiador recorrer aos processos criminais para desenvolver seus estudos, pois poucas sociedades tiveram ou tem a preocupação em salvaguardar tais documentos da destruição do tempo, do descaso e das más condições de armazenamento.

Algumas autoridades que administravam o Judiciário de Mato Grosso conseguiram preservar parte dos documentos jurídicos. Esse feito valoriza ainda mais o documento judicial como fonte histórica, quer seja por seu conteúdo ou por sua função histórica eles guardam especificidades que dizem respeito aos meandros da Justiça e sua lógica operacional regida por leis criadas ou modificadas em função de contextos social, econômico, político e cultural em diferentes temporalidades.

Os mais de quatro mil processos-crime arquivados no TJMS³ se vinculam ao processo de ocupação da região. O “vazio” demográfico predominou por muitas décadas em Mato Grosso, dificultando o acesso a Justiça. Foi preciso superar inúmeros obstáculos para que a Justiça se fizesse presente no interior do sertão despovoado. De acordo com os documentos a precariedade era a regra.

Geograficamente, Mato Grosso se localiza na parte setentrional da América Meridional e possuía, antes da divisão territorial⁴, um total de 48 mil léguas quadradas de extensão. Faz fronteira com a República do Paraguai e da Bolívia. No plano interno fazia limites, no século XIX, com os atuais estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Pará, Amazonas e Goiás. A questão fronteiriça, envolvendo o Paraguai e a Bolívia, foi por muitas décadas foco de acirrados debates e conflitos. Tamanha animosidade e divergências, na fronteira com o Paraguai contribuíram para desencadear a sangrenta guerra do Paraguai, no século XIX. Com o fim do conflito em 1870 finalmente ficou estabelecido no Acordo de Paz os marcos fronteiriços entre o Brasil e o Paraguai. (DORATIOTO, 2002) No período da guerra, a região centro-oeste, especialmente, Mato Grosso se tornou mais evidente devido às constantes invasões feitas pelos combatentes paraguaios. Deve-se, contudo, lembrar que muitas décadas antes do conflito, a região sul de Mato Grosso já era procurada por exploradores, colonizadores e aventureiros que vinham em busca da mão de obra indígena e dos minérios. Com o fim da mineração em fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX teve início o processo de ocupação e exploração das terras com a criação de animais e pequena agricultura.

Neste processo de ocupação e formação da sociedade, inúmeros processos jurídicos foram produzidos, evidencia dos conflitos e das atividades do aparato jurídico. Outras informações nos chegam por meio dos cronistas de determinadas épocas da colonização. Como exemplo tem-se o documento de Joseph Barbosa de Sá de 1775, mas cujos registros dos relatos tiveram início no ano de 1719. O autor anotou detalhes das lutas travadas entre colonizadores, aventureiros, exploradores, administradores régios e nações indígenas no transcorrer da colonização da província. Respalando-se em documentos oficiais produzidos no local pelos representantes de El-Rei, Sá expôs sua interpretação dos dados e tam-

bém as memórias dos acontecimentos relatados pela população que habitava a então Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. A 10 de julho de 1724, relatou como se estabeleceu a divisão das funções no aparelho da justiça conforme determinava a legislação da Metrópole:

Entrarão a exercer seus cargos o superintendente Fernando Dias Falcão na administração das terras e minerais e o regente João Antunes Maciel a fazer justiça com força principiarão os processos, correrão demandas e viram-se execuções com que satisfaziam os homens suas paixões e tantos tempos faltos desse recurso. (SÁ, 1975, p. 17)

Mesmo distante do centro do poder da Coroa Portuguesa Mato Grosso contou desde a descoberta das minas com a presença de representantes da Justiça nomeado por El-Rei. Mas, os processos-crimes objetos de minha análise, que tanto servem para a pesquisa qualitativa quanto quantitativa, são aqueles do século XIX, mais especificamente, os processos criminais envolvendo homens e mulheres que habitaram o sul de Mato Grosso. Tais documentos trazem indícios da vida cotidiana, que se revelam nos depoimentos de vítimas, réus, e testemunhas. Torna-se importante lembrar que esses registros passaram por filtros, influências ideológicas, juízo de valor e distorções propositadas ou equivocadas.

Além disso, os documento produzido no campo da Justiça, normalmente, seguem um padrão organizacional determinado pela legislação que estabelece as ações judiciais. Mas quando analisamos mais atentamente os documentos percebemos que nem os processos criminais e/ou cíveis do século XIX seguiram o que previa a lei. Desvios, rasuras, omissões, mudanças, rupturas, fazem parte da multiplicidade dos possíveis, conforme aponta Arlete Farge. (2011) Assim, diante do quadro que se apresenta é preciso romper com a ideia de que o mais visível é o real, e o verídico; mas, também evitar ao máximo que a subjetividade condicione os questionamentos a serem feitos ao documento; e por último é preciso considerar que o implícito pode revelar mais do que o que está explícito.

Desde 2004 venho transcrevendo e analisando os processos criminais e mais recentemente os inventários. Foram muitas horas de leituras sobre papéis envelhecidos, quebradiços, amarelados, o que exigiu delicadeza e muito empenho para manuseá-los. Nestes documentos encontrei importantes indícios para compreender as causas que motivaram as mulheres a se envolverem com a violência e o aparato jurídico. A maioria delas vinculava-se aos relacionamentos sexuais, amorosos, de vizinhança ou parentesco. Mais raros eram os motivos por desavenças financeiras. Alguns deles aparecem nas entrelinhas dos depoimentos.

Destarte, no emaranhado de palavras e termos próprios ao discurso jurídico, às vezes, estranhos, outras vezes confusos e de difícil compreensão, justamente por ser uma linguagem própria do Direito do século XIX eu busquei suas histórias de vida e lutas. Manuscritos incompletos e com rasuras, corroídos pelas traças e castigados pelo tempo e pelo descaso da sociedade. Contudo, o gosto pelo arquivo, por aqueles documentos antigos e esquecidos, que a princípio parecia insosso, aguçava os sentidos, sentimentos e curiosidades do *eu-pesquisador*, pois “o conhecimento e a incerteza misturados se ordenam em uma ritualização exigente onde a cor das fichas, a austeridade dos arquivistas e o cheiro dos manuscritos servem de balizas para um mundo iniciático” (FARGE, 2009, p.55) A cada novo processo criminal que se analisa o pesquisador se vê na contingência de reavaliar sua metodologia, pois embora os documentos pareçam todos iguais, cada processo criminal é único, assim como as histórias que eles trazem.

Dessa forma, as possibilidades de compreender o passado das mulheres e homens, por exemplo, envolvidos com a violência no sul de Mato Grosso surgiram em momentos diferentes no movimento da pesquisa. Aos poucos fui me interagindo de que a maioria daquelas pessoas comuns esteve invisível no universo jurídico, encobertas por decisões, procedimentos, atitudes, leis, normas e subterfúgios produzidos. Homens e mulheres que não sabiam ler e escrever, respondiam aos interrogatórios de forma simples e direta, contribuindo de forma direta ou indireta, com verdades ou inverdades para elucidar um crime e fazer justiça. Muitas das testemunhas se mostravam inseguros diante da Justiça, titubeavam nas respostas, se contradiziam, ficavam confusos, ou apenas dissimulavam para esconder e contradizer os depoimentos do(s) réu(s) ou da(s) vítima(s), numa atitude que tanto encobria a revolta e o medo quanto a conivência e a solidariedade. Por meio dessas falas pausadas, reticentes e combinadas mostravam o quão era importante manter em sigilo pequenos detalhes do que viram e ouviam a respeito do crime ou sobre o suspeito. Ato que revelam acontecimentos episódicos, fatos ínfimos e singulares, que revestiam os mecanismos de autopreservação e solidariedade de grupo.

Diante das fraturas no espaço social criada pelas palavras pronunciadas como parte constitutiva do emaranhando de atitudes e sentimentos registrados pelos representantes da Justiça, buscamos apreender o que aqueles homens e mulheres envolvidos com o crime e a criminalidade entendiam por justo e injusto, lícito e ilícito e certo e errado. Isto porque os depoimentos mostraram que a maioria deles não tinha a intenção de mentir, mas apenas omitir a verdade num gesto de proteção a vida, ou simplesmente para proteger outra pessoa de um escândalo ou constrangimentos. Mas, a suposta mentira também servia de artimanha para

encobrir a culpa pelo crime ou simplesmente a identidade do criminoso (a). As palavras e rótulos revelam como se formavam os laços sociais, as “configurações relacionais que devem ser levadas em conta, tanto mais que essas palavras e esses atos são ‘representados’ numa cena pública [...]” (FARGE, 2011, p. 17) criada pelos rituais jurídicos.

É relevante considerar que os processos judiciais enquanto peças formais são construídas por agentes do Estado, a serviço do Estado e articulam tanto as práticas jurídicas quanto outros espaços, ideologias, saberes e poderes. Porque, afinal, a violência, o conflito “é uma fissura que traça ‘outros lugares’ e cria novos ‘estados’”. E, cabe, ao historiador, não apenas relatá-los, como também instituí-los como constructo social de sua reflexão, fonte de seu próprio relato.” (FARGE, 2009, p. 49) Nesse sentido, do conjunto de folhas que se sobrepõem surge uma coerência que é intrínseca a todo processo civil e criminal. Parte essencial da formalidade instituída pelo Código de Processo Criminal de Primeira Instância do Império do Brasil, outorgado em 1832. Lógica que permeia os

Acontecimentos produzidos num certo tempo e lugar, porque além das ações que os geraram, as falas ou testemunhos, presentes nos documentos são também acontecimentos, talvez, os únicos registros de histórias de lutas encarniçadas, o que leva o historiador a desentocar a multiplicidade dos possíveis, os caminhos inacabados, mas tentados, as astúcias dos homens e das mulheres, seus impasses e fracassos. (Ibid., 2011, p. 108)

Traços remanescentes dos acontecimentos vividos por homens e mulheres, materializados em peças judiciais, como vestígios do passado. Nesse sentido, é relevante considerar que todo arquivo judicial é específico, e sua especificidade deriva de cada processo formado das narrativas cronológicas e da “acumulação, folha sobre folha, de queixas, processos, interrogatórios, informações e sentenças” (Ibid., 2009, p. 10), escritos em linguagem específica da seara do Direito. Afinal, o Direito é, sem dúvida,

[...] a forma por excelência do poder simbólico de nomeação que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos; ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação toda a permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições históricas. (BOURDIEU, 2003, 49)

Nessa perspectiva convém então dizer que, se por um lado cada documento é singular, por outro a sistematização os torna homogêneos no que concerne à organização dentro do arquivo e das pastas. No caso dos processos cíveis e criminais o arquivamento comporta práticas

organizacionais geridas pelos agentes do judiciário e não por arquivistas ou historiadores. As diferenças entre o que tais agentes consideravam relevantes ou não determinou a manutenção dos arquivos e consequentemente a salvaguarda dos documentos. Convém salientar que nessas fontes repousam a pequena delinquência, os homicídios, os espancamentos, os roubos e furtos, os defloramentos e estupros, crimes praticados contra as mulheres, mas também por mulheres. Como o suposto crime cometido por Francisca. Segundo consta dos autos Francisca tirava leite das vacas no momento em que seu marido foi assassinado no quarto do casal enquanto dormia. Foi o que relatou ao delegado ao ser interrogada.⁵ Portanto, é preciso reiterar que um processo-crime não se parece com um texto narrativo, pois estes documentos se constituíram a partir de práticas cartoriais, policiais e judiciais.

Aliás, como observou Farge sobre tais documentos: "[...] difícil em sua materialidade. Porquanto desmesurado, invasivo, como as marés do equinócio, as avalanches ou as inundações." (2009, p.11) Daí a importância de critérios como ordem e classificação na seleção do que vamos contemplar nas pesquisas.

Tanto a organização do arquivo enquanto instituição, quanto à conservação dos documentos fazem parte da gestão política administrativa que tem, também, como objetivo assegurar o direito das pessoas físicas e jurídicas, no âmbito público e privado, de poder ter acesso a eles conforme seus interesses e necessidades. É raro que documentos desta natureza sejam conservados adequadamente em centros de documentação, de memórias e nos arquivos brasileiros, o que não inviabiliza a pesquisa, mas somente dificulta o trabalho dos pesquisadores.

É comum encontramos processos-crime, livros de memórias, relatos de viajantes, registros paróquias, processos civis, só para citar alguns, num mesmo e único bloco, todos juntos, misturados, um documento ofuscando o outro. Provavelmente isto ocorra porque os processos criminais, em especial, são geralmente manipulados por pessoas que ignoram completamente a importância histórica deste tipo de fonte como testemunhos do passado. Desconhecem que esta massa documental contém histórias de vidas esperando para serem reveladas e são parte das práticas e saberes sociais, formas reconhecíveis da expressão popular. (FARGE, 2011, 108). Além disso, poucos percebem que da desordem do cotidiano vivenciado por homens e mulheres no passado ainda existem evidências que tanto contam histórias do coletivo como também do singular e do único, o que desperta a curiosidade, o interesse e a paixão dos pesquisadores. Marc Bloch ao escrever sobre a questão dos documentos foi explícito ao afirmar que:

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito (de não se sabe) qual misterioso decreto dos deuses. A sua presença ou a sua ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas que sua transmissão, longe de terem apenas o alcance exercícios de técnicos, tocam, eles mesmos, no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações. (2001, p. 83)

É, portanto, a partir dos procedimentos da pesquisa que se estabelece a relação entre o historiador, com seu “olhar-participante” e o arquivo, ou nas palavras de François Hartog: “dê uma evidência oferecida a uma evidência reencontrada, traduzida e transmitida: esse é o contrato” (2011, p. 154) entre passado e presente, entre os vivos e os mortos. Ao historiar os documentos com base nas construções teóricas o historiador modifica, transforma e renova os vínculos com o passado e traz a tona o peso das realidades sobreviventes que se opõem às estruturas abstratas de um conhecimento ainda em fase de construção e reconstrução. Esse processo de construção de conhecimento me levou a buscar as configurações mais sutis, os julgamentos e pensamentos projetados nos testemunhos das mulheres envolvidas com a violência e determinadas a enfrentar os dilemas vividos na arena judicial, independentemente dos resultados que poderiam obter.

Cabe ressaltar que ao pesquisar estes documentos constatamos o movimento das mulheres envolvidas em crimes, suas ações, reações, convicções, mas, também as atitudes e posturas dos homens que conduziam os rituais jurídicos, cujos objetivos era restaurar e consolidar a universalidade e uniformidade da lei e da ordem na sociedade no sul de Mato Grosso. O *habeas corpus* impetrado por Vicente mostram como estes objetivos eram incitados através dos procedimentos e dos discursos jurídicos adotados. Consta que, em 1877 o réu disparou uma arma de fogo contra Petrona. Em seu recurso alegou que “atirou sem querer”. O argumento do réu não foi suficiente para convencer o juiz, que negou “[...] o provimento ao recurso de *habeas corpus*, interposto [...]” e mandou “[...] que se conserve na prisão onde se acha.”⁶ O juiz manteve a decisão anterior, assegurando assim, que o réu fosse a julgamento, conforme previa a lei.

Creio que o fato do réu ser um imigrante italiano tenha contribuído para que o juiz negasse o *habeas corpus*. Essa hipótese é válida se considerarmos que era bastante comum, no século XIX, num país com as características geográficas como o Brasil, com tantas regiões a serem exploradas, os justiciáveis se evadirem da comarca onde praticavam os

delitos, e buscar refúgio em outra região distante. A localização do réu aparecia nos documentos jurídicos como em “lugar incerto e não sabido”. As distâncias e a falta de comunicações contribuíram para mantê-los em segurança longe da Justiça. Ocasionalmente eram reconhecidos pela polícia e trazidos de volta para cumprir a pena. O historiador Boris Fausto constatou que os imigrantes nem sempre permaneciam num mesmo lugar por muito tempo, pois estavam sempre buscando enriquecer para poder retornar ao país de origem. (FAUSTO, 2001, p. 96) Daí haver por parte das autoridades uma precaução em mantê-los na cadeia para responder pelo suposto crime cometido. O habeas corpus preventivo, enquanto instituto novo no Direito brasileiro surgiu com a lei n. 2033 de 20 de setembro de 1871. De acordo com Edmundo Campos Coelho:

De fato, as causas *sob judice* resolviam-se pelo arbítrio dos juízes, adotando-se mais tarde na prática forense o critério de tomar a praxe ou jurisprudência dos tribunais superiores como expressão da ‘opinião comum’, daí o prestígio das obras que recolhiam e comentavam tal jurisprudência. (1999, p. 154)

A historiografia tem evidenciado que os documentos produzidos no campo da Justiça apresentam indícios relevantes para se explicar e compreender porque homens e mulheres, “representantes de diversos estratos sociais, demandavam ações na justiça, buscando a efetivação de seus direitos formalmente garantidos” (VELLASCO, 2004, p. 25), sobretudo, num período em que pouco se conhecia dos direitos civis, políticos e sociais garantidos pela lei. Creio que estas mulheres acreditavam que a Justiça pudesse lhes garantir o acesso a algum tipo direito, ou reparação do dano sofrido, por isso demandavam na Justiça contra seus agressores.

Atualmente, a história das mulheres, de gênero, do corpo, das sensibilidades, cultural e social nos tem presenteado com significativas análises sobre as mulheres e suas atitudes diante da violência. Entretanto no que concerne à categoria mulheres ainda “subsiste muitas zonas mudas”, incompletudes que nos levam a questionar e a romper com os silêncios e os esquecimentos impostos por circunstâncias e contextos de dominação e exclusão. Assim, diante desse quadro, os historiadores reconheceram a relevância da “reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo [...]” (DIAS, 2001, p. 13)

Daí a importância em se agregar diversos documentos à pesquisa. Fontes como relatos de viajantes e memórias somados aos documentos oficiais nos ajudam a demonstrar que as mulheres que viviam nos sertões mato-grossenses estavam acostumadas a assumir responsabilidades na administração dos negócios familiares, no trabalho pesado nas grandes

e pequenas propriedades. Elas cultivavam a terra, lidavam com o gado, ovelhas e cavalos. Plantavam e colhiam. Embora seja fraca a existência de dados nas fontes oficiais no que diz respeito às atividades e ocupações desempenhadas pelas mulheres, gerando incompletudes e omissões sobre a participação delas na divisão social do trabalho.

Destarte, os processos criminais revelam “a complexidade das relações pública e privadas e nos permite penetrar no espaço profissional e íntimo, possibilitando analisar uma revolução silenciosa e discreta,” (MARTINEZ, 2007, p. 27) cuja verticalização do conhecimento desvelou a participação feminina na dinâmica dos conflitos e de negociação. Os processos criminais permitem demonstrar como mulheres e homens reagiram ao adentrar o campo da justiça e da lei. Suas falas nos processos-crime denotam a importância das palavras, o ritmo e o movimento dos acontecimentos e da vida, que por um tempo determinado foi mantida em suspenso, até se resolverem as pendências judiciais. A maioria das mulheres, quando questionadas, demonstrava fibra, coragem e coerência nos depoimentos. Outras, no entanto, apresentavam sinais de vergonha, timidez, pudor, medo e insegurança.

Afinal eram apenas mulheres lutando pelo que consideravam ser justo e lícito. Em sua defesa não recorreram apenas às lamurias e aos apelos sentimentais para dar solução aos seus problemas financeiros, emocionais, familiares e passionais, reivindicaram e fizeram barulho para serem ouvidas e obter o mínimo de atenção das autoridades responsáveis por dar solução às questões jurídicas.

Diante das oportunidades, falaram alto e firme, lançaram mão de expressões e termos pouco usuais entre as mulheres, mas bastante comum ao repertório masculino. Quebraram os protocolos diante das autoridades, não se abstiveram em manter relações próximas com aqueles dotados de poder político, jurídico, econômico e religioso. Aproximações que as ajudavam a entender com mais profundidade a legislação e os procedimentos do judiciário.

NOTAS

¹ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; caixa 114; processo-crime 06; 1863; Paranaíba.

² MTJMS; caixa 116; processo-crime 011; 1886; Paranaíba.

³ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

⁴ A Lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977 dividiu o território do

estado de Mato Grosso em dois estados independentes: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Disponível: <http://www.planalto.gov.br> . Acesso em: 28 de julho de 2015.

⁵ MTJMS, caixa 114; processo-crime 21; Paranaíba.

⁶ MTJMS; caixa 146; processo-crime 14; 1877; Corumbá.

REFERÊNCIAS

BAJER, Paula. *Processo Penal e cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. *O sabor do arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Ética, estratégia, poder-saber*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2003.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores vêem*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. 4ª reimpressão. São Paulo: UNICAMP, 2010.

MARTINEZ, Claudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

REBOUÇAS, André. *Diário: a Guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo, 1973.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduições da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais - século XIX*. São Paulo: Edusc, 2004.

SÁ, Joseph Barbosa de. *Relação das povoações do Cuyaba e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: UFMT, 1975.

TRÊS FORMAS POSSÍVEIS DE LER A MODERNIDADE

Hilda Regina Pereira Menezes Olea

Doutoranda do Programa Pós Graduação em
Estudos de cultura contemporânea – ECCO UFMT
re.olea@yahoo.com.br

José Carlos Leite

Professor do Programa Pós Graduação em Estudos
de cultura Contemporânea – ECCO UFMT
Jcleite343@gmail.com

RESUMO

O trabalho ora proposto discute as condições pelas quais a Universidade, enquanto instituição que consolida a organização disciplinar de produção e transmissão de conhecimento, assume um papel relevante na implementação da modernidade ocidental. Para tanto adota três eixos elementares: (I) do ponto de vista filosófico investiga a estreita relação entre os conceitos de modernidade e de racionalidade; (II) considera que a modernidade, mais do que denotar uma época, refere-se a um projeto da racionalidade europeia; (III) aborda os processos de expansão geográfica, política e econômica – a colonização – como um dos elementos constitutivos da modernidade. Postas essas três condições, propõe-se a uma discussão que examina a relação bifurcada entre política e episteme, relação esta que viabiliza o entendimento da Universidade nos termos de um dispositivo agenciador da importação de modelos epistêmicos fundamentados pela razão moderna ocidental. Trata-se, portanto, de uma abordagem que analisa tanto o conceito de modernidade quanto a instituição denominada Universidade a partir de suas perspectivas políticas e epistemológicas.

Palavras chave: Modernidade. Racionalidade. Colonialidade.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ABSTRACT

The work proposed here discusses the conditions under which the University as an institution that consolidates the disciplinary organization of production and transmission of knowledge, plays an important role in the implementation of Western modernity. Therefore adopts three elementary areas: (I) from a philosophical point of view investigates the close relationship between the concepts of modernity and rationality; (II) considers that modernity rather than denote a time, refers to a European rationality project; (III) addresses the geographic expansion processes, political and economic - colonization - as one of the constituent elements of modernity. With those three conditions, it is proposed to a discussion that examines the forked relationship between politics and episteme, a relationship that enables the understanding of the University under a bookie device import epistemic models founded by modern Western reason. It is carrying, an approach that looks at both the concept of modernity as the institution called University from his epistemological and political perspectives.

Keywords: Modernity. Rrationality. Colonialism

MODERNIDADE E RACIONALIDADE

Uma análise geral acerca da Modernidade Ocidental pode ser indexada por fatos históricos, tais como, o Renascimento, a Reforma e a Contra reforma, a Revolução Científica, os atos instauradores do capitalismo e do aparelhamento burocrático do Estado¹, a descoberta/conquista das Américas, o Iluminismo e a Revolução Industrial. Todavia, para uma análise produzida no âmbito da cultura (pensamento)² é mister considerar, a cesura, a fratura entre passado e futuro que se processa nos tempos modernos. O período histórico que chamamos Modernidade denota o estilhaçamento da cosmologia medieval em favor da elaboração de uma visão inovadora do mundo. É, sobretudo, das transformações cosmológicas que trata este texto.

Na nascente da Modernidade encontra-se, no aspecto político, o rompimento entre a Igreja e o Estado emergente, já no aspecto epistemológico, o que se observa é a renúncia de Deus como fundamento último do saber em favor de uma concepção racional de ciência. A Modernidade acha-se, portanto, alicerçada pelo pensamento humanista, que consiste numa “visão geral de vida política, econômica, ética, fundada

sobre a crença da salvação do homem pelas simples forças humanas" (LALANDE, 1999, p. 481.).

Com o intuito de ressaltar a dignidade do espírito humano, os humanistas produziram uma reformulação na concepção de homem e de natureza, bem como da relação entre ambos. A reformulação desta relação é condição necessária para o surgimento da ciência moderna. É a partir dela que, de Copérnico a Newton, constituiu-se uma nova ciência natural, divergente da anterior formulada pela antiguidade clássica e mantida pelos medievais.

Se o paradigma epistemológico antecedente poderia ser representado pela questão *o que é?*, o proposto pelos cientistas modernos traduz-se melhor pela pergunta *como funciona?*. Compreender o funcionamento da natureza significa ser capaz de dominá-la. Francis Bacon, na obra *Novun Organon* afirma que "saber é poder" e lança as bases da interface entre ciência e tecnologia ao propor a unificação entre saber especulativo e a técnica, combinando o método indutivo com a experimentação.

Não obstante, é em Galileu que a ciência moderna encontra sua paternidade, pois é ele quem desvincula a ciência da teologia dando-lhe autonomia; aplica pela primeira vez o método experimental aliando-o ao método indutivo e o raciocínio matemático. Confere, desse modo, uma nova linguagem à ciência – a matemática. A ciência passa a tratar de verdades com conteúdo empírico que podem ser expressas numa linguagem quantitativa. A ideia subjacente é a de que conhecer é medir ou quantificar.

Se na antiguidade o conhecimento estava associado à verdade de forma qualitativa, na modernidade o modo de associação é quantitativo. Isto é, antes a verdade era um valor, depois passa a ser uma quantidade. Para os primeiros modernos não se pode conhecer o valor das coisas, também as causas e os fins dos fenômenos não lhes interessam. Não se pergunta mais *o que*, mas *como*. Não se busca mais uma explicação sistêmica do geral, mas parcelada. As explicações de pequenas partes chegam a explicar o *porquê* geral. Nesse período inaugura-se a ideia da fragmentação, isto é, do fracionamento como forma de obtenção de conhecimento.

A visão organicista do mundo, própria do pensamento clássico e medieval, é substituída pela visão mecanicista. Noutros termos, o mundo, que era concebido como um organismo vivo que tendia a um fim, a partir da *nova ciência de Galileu*, passa a ser pensado como um mecanismo, ou seja, como uma máquina, cujas engrenagens funcionam regularmente. Tudo poderia ser reduzido às leis da mecânica. Entendo-se por mecânico aquilo que exclui qualquer poder oculto ou qualquer finalida-

de interna – está em oposição, frequentemente, ao sentido de *dinâmico* ou *orgânico* (LALANDE, 1999).

Esta distinção conceitual esclarece os princípios do método analítico – oposto à ideia de síntese –, que consiste num procedimento investigativo que parte dos fenômenos e dos experimentos em direção as leis universais. O ponto culminante da sistematização mecanicista ocorre com Isaac Newton, que reúne a explicação de todos os fenômenos físicos sob uma única teoria e representa-a de forma matemática, cujo princípio fundamental é a Lei da gravitação universal, segundo a qual as massas exercem força de atração umas sobre as outras.

Na filosofia o grande defensor do mecanicismo, da cosmologia, ou ainda, da racionalidade moderna foi René Descartes, que propôs a formulação de uma ciência única capaz de abarcar as demais. Para tanto, todas as ciências deveriam partilhar o mesmo método: a matemática universal. Todavia, a contribuição cartesiana que se configura como marca indelével da cultura ocidental provém do seu empreendimento de descobrir uma base irrefutável para o conhecimento.

Ora, se a Modernidade foi esse tempo caracterizado pelo desmoronamento das instituições fundamentais e das tradições culturais, ocasionado por descobertas inesperadas e desorientadoras, por que seria viável um conhecimento seguro? A intelectualidade europeia mergulhava num relativismo cético, quando Descartes revoluciona a filosofia ao afirmar que há uma pedra angular para todo o conhecimento humano: a certeza da consciência individual.

Através da dúvida sistemática e do raciocínio claro o filósofo chegou à conclusão de que tudo é dubitável, exceto a existência de um “eu” que duvida. Existe um sujeito pensante. Assim, o *cogito*, o “eu” torna-se o primeiro princípio de todos os conhecimentos. A capacidade cogitativa da razão humana fundamenta epistemologicamente a distinção e separação entre o Homem e tudo aquilo que é exterior a sua mente. Instaura-se aí uma cisão entre *res cogitans* e *res extensa*. A primeira diz respeito à consciência, às experiências subjetivas do homem, enquanto a segunda refere-se a toda a exterioridade bruta do mundo objetivo.

Em suma, pode-se dizer que “entre os séculos XV e XVI, o Ocidente presenciou a emergência de um ser humano autônomo e dotado de uma consciência de si mesmo” (TARNAS, 2008, p. 305), e com ele a emergência de outra civilização que substituiu a religião pela Ciência ao buscar a libertação humana pela via racional. Os princípios claros da racionalidade inicialmente aplicados ao mundo da ciência foram, então, transferidos para o campo social e pavimentaram os caminhos para a nova sociedade, que se erigia ancorada nos ideais da autonomia e da liberdade individual do sujeito.

MODERNIDADE COMO PROJETO

A civilização europeia ocidental experimentou nesse momento histórico a expectativa de grandes promessas. Foi a primeira vez na história em que a autoridade do saber não provinha do passado, contrariamente, situava-se no presente, nas realizações do homem enquanto responsável por seu próprio destino e na autocrítica. A Modernidade era consciente de si mesma enquanto vanguarda evolucionária da experiência humana; produzia sua reflexão na medida mesma em que se projetava para o futuro.

Comparativamente ao passado a cultura moderna, em sua sofisticação e complexidade, representava um avanço sobre as culturas predecessoras. Certa de haver superado a fé cristã e guiada por signos como os da evolução, do progresso e eficácia é que se instaura a moderna visão de mundo secular, sem perceber que elementos da cristandade permaneciam subjacentes em ideias tais como a de que a cultura Ocidental lograva privilégios em relação às outras; também a ideia de que era a cultura mais significativa e mais adequada para expandir-se globalmente remetia ao tema judaico-cristão do Povo Escolhido (TARNAS, 2008, p. 345).

Certa de que deveria configurar-se como modelo e de que seu ideal de cultura era o mais adequado a toda a Humanidade, a civilização moderna ocidental empreendeu aquilo que Paulo Sergio Rouanet (1993) identifica como “projeto civilizatório da modernidade elaborado pela Ilustração europeia”. Segundo Rouanet, tal projeto tem como principais elementos constitutivos os conceitos de *universalidade*, *individualidade* e *autonomia*; categorias que, com o passar do tempo, alcançaram modos de funcionamento distintos na Ilustração³, no liberalismo e no socialismo.

Genericamente⁴ as categorias estruturantes do projeto civilizatório moderno podem ser assim apresentadas:

Universalidade: é fundada numa noção de natureza humana universal, isto é, a razão é uniformemente distribuída entre os homens; todo o humano tem condições de progredir do estado de selvageria para a vida civilizada. Caberia, então, à Ilustração formular princípios gerais capazes de auxiliar os povos a progredirem do estado de barbárie à civilização. Todavia, ao mesmo tempo em que o universalismo representava, em princípio, uma força libertadora real, não atentava para as diferenças reais. Operava com uma noção abstrata de homem, o que resultou em uma inviabilidade prática, como por exemplo, no campo da moral. Contudo, adverte Rouanet (1993, p. 15), é exatamente a noção abstrata de homem que possibilita falarmos dos direitos humanos e a produção de

efeitos políticos elementares “como a condenação de qualquer forma de racismo, de colonialismo e de sexismo”.

Na realidade o universalismo mostrou-se problemático. A noção de evolução que perpassa a proposta salvacionista moderna, conforme esclarece Rouanet

Criou uma hierarquia entre os povos, separando os europeus que estavam no topo da escala dos povos não europeus. O racismo, sempre endêmico no ocidente, “legitimou-se” [...]. O cosmopolitismo da Ilustração cedeu lugar aos nacionalismos mais estridentes [...] O pacifismo ilustrado foi substituído pela prática de guerras [...] O imperialismo se generalizou, contrariando o antinacionalismo da Ilustração [...] O feminismo do século XVIII foi abafado pelo sexismo vitoriano. (ROUANET, 1993, p. 20)

Individualidade: os fundamentos individualizados extraem o indivíduo da matriz coletiva. Se nas sociedades tradicionais o homem existe como parte da gens, da polis, do feudo, depois do contrato os homens isolados, os indivíduos se associam por razões utilitárias a fim de formarem a sociedade civil. O Estado é o responsável pela regulação e manutenção dessa agregação mecânica de indivíduos. O individualismo traz consequências elementares, pois se nas antigas comunidades o indivíduo era titular somente de obrigações, com o advento do Estado e da sociedade civil passa a ser titular de direitos. Coloca no centro da ética o direito à felicidade e a autorrealização. “O todo existe para o indivíduo e não este para o todo” (ROUANET, 1993, p. 16). A degeneração do individualismo, ainda no século XVIII, manifestou-se através da exacerbação dos interesses pessoais e do prazer hedonístico. A utilidade coletiva foi ignorada e a possibilidade do autodesenvolvimento tornou-se um privilégio de classe social.

No que concerne a categoria da *autonomia*, o filósofo apresenta-a dívida didaticamente em três faces:

Autonomia intelectual: localizada no centro do projeto civilizatório Ilustrado visava à libertação da razão de todos os jugos que obstruíam a liberdade de pensamento. Nesse sentido, a educação adquire papel preponderante, pois, somente através dela o espírito do homem seria imunizado contra o estado de paralisia da inteligência produzido pelas religiões. Somente pela educação o indivíduo sairia de uma condição infantilizada e alcançaria a condição adulta. No mais alto ideal da Ilustração a ciência substituiria a fé, porém, sua petição de princípio está no fato de que somente uma razão livre é capaz de lutar por libertação. A solução elitista oferecida pelos ilustrados a este paradoxo era a de que

os filósofos – já emancipados – poderiam auxiliar os demais a alcançarem sua libertação.

Autonomia política: Tinha como valor intrínseco a liberdade, seja no sentido de proteger o cidadão da ação tirânica do governo, seja no sentido de que ele deveria contribuir para a formação do governo. A maior contribuição da Ilustração para a autonomia política do indivíduo adveio da condenação do despotismo. É a partir desse ideal que surge o sistema de equilíbrio recíproco entre os poderes e a proposta rousseauísta de democracia direta. Por outra parte, os autores Ilustrados não foram exatamente democráticos e em suas sociedades idealizadas não havia grande espaço para os direitos humanos.

Autonomia econômica: refere-se a segurança de que o indivíduo será capaz de satisfazer suas necessidades materiais dentro de uma ordem social. A grande questão é: Por quais meios? Preocupação central da Ilustração, a autonomia econômica põe em xeque o postulado do igualitarismo. Ora, se há uma universalidade na natureza humana ela não deveria também ser aplicada à vida social através da implementação da igualdade econômica? Como justificar que a condição civilizada exige a criação de desigualdades inexistentes no estado de natureza? Os economistas dividiam-se entre aqueles que consideravam que a autonomia material era um processo individualista e aqueles que defendiam soluções com intervenção governamental.

Constituído por esses três elementos fundamentais o projeto civilizatório da modernidade, em sua dimensão funcional, configurou-se como um programa modernizador que substituía antigas estruturas por novas estruturas mais racionais, assim, é possível afirmar que os processos de modernização são processos de racionalização. Quando se faz referência à modernização econômica, política, cultural, o que está em jogo, na verdade, são processos globais de racionalização que tornam mais eficazes as formas produtivas, as formas de institucionalização do poder e a dessacralização das visões de mundo tradicionais em favor de conhecimentos que possam ser posto a serviço do desenvolvimento produtivo.

Mas o fato é que já é lugar comum a afirmação de que a modernidade está em crise e o exame dos conceitos acima demonstra a tese de Rouanet (1993) de que por trás da crise da modernidade encontra-se uma crise da civilização. Não se trata de uma transgressão prática de princípios aceitos teoricamente. O que está em vias de colapsar é o próprio projeto civilizatório. Há, por parte de vários segmentos sociais, uma rejeição aos princípios, uma recusa dos valores propostos pela modernidade. Na concepção do autor vivemos hoje um vácuo civilizatório. “Há um nome para isso: barbárie. Pois o bárbaro, sem nenhum juízo de valor, no sentido mais rigoroso, é aquele que vive fora da civilização” (ROUANET, 1993, p.11-12).

O que o filósofo parece não cogitar é que a recusa dos valores modernos pode ser já um juízo de valor que vem alicerçado na lição de casa passada pela própria modernidade, que ensinou a tarefa da autorreflexão e da projeção para o futuro. Talvez não haja no presente uma ruptura com a modernidade como postulam os que anunciam sua morte, mas, talvez, uma redefinição de seus conceitos e ideais elementares, dentre eles o da própria racionalidade. A afirmação de Rouanet (1993) acerca do colapso do projeto moderno é compreensível, já sua inferência de que vivemos uma época de completa ausência de valores parece extrapolar as premissas.

Contrário a Paulo Sergio Rouanet, que afirma o fracasso do projeto civilizatório moderno, Jürgen Habermas (2000) considera que este é um projeto ainda em vias de execução. Aponta que o fim da modernidade é anunciado por abordagens teóricas que deixam de examinar o desenvolvimento das sociedades modernas e sua relação intrínseca com a racionalização, para voltar suas atenções apenas para a *modernização*, expressão que passou a ser utilizada conceitualmente nos anos 50 por cientistas sociais a partir de uma reelaboração da problemática elementar da obra de Max Weber, a saber, “Por que é que fora da Europa ‘nem o desenvolvimento científico, nem o artístico, nem o político, nem o econômico seguem as vias da racionalização ocidental?’” (HABERMAS, 2000, p. 13).

Entretanto, na concepção habermasiana essa releitura é improcedente na medida em que produz o “rompimento dos vínculos internos entre a modernidade e o contexto histórico do racionalismo ocidental” (HABERMAS, 2000, p. 5), quando, de fato, Weber teria postulado uma relação necessária entre a modernidade e os processos racionais pertencentes exclusivamente ao Ocidente, questão que fica evidente já nas primeiras palavras da introdução da obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*:

Ao estudarmos qualquer problema da história universal, o produto da moderna civilização européia estará sujeito à indagação de quais combinações de circunstâncias se pode atribuir o fato de na civilização ocidental, e só nela, terem aparecido fenômenos culturais que, como queremos crer, apresentam uma linha de desenvolvimento de significado e valor universais. Apenas no Ocidente existe uma ciência num estágio de desenvolvimento que reconhecemos, hoje, como válido. O conhecimento empírico, as reflexões sobre o universo e a vida, a sabedoria filosófica e teológica das mais profundas não estão aqui confinadas [...] (WEBER, 2009, p. 7).

A modernidade para Weber está, portanto, vinculada aos processos de desencantamento que produziram não só a profanação da cultura, mas, sobretudo, o desenvolvimento das sociedades modernas, cujo funcionamento encontra-se engendrado pelos desígnios do capitalismo e pelo aparelho burocrático do Estado. Nesse sentido, a modernização da vida e do mundo implicou em uma transformação das ações cotidianas, induzida pela racionalização cultural. Diz respeito à

Processos cumulativos que se reforçam mutuamente: à formação do capital e mobilização de recursos, ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais, à expansão de direitos de participação política, de formas urbanas de vida e de **formação escolar formal**⁵, refere-se à secularização de valores e normas, etc. (HABERMAS, 2000, p. 14).

É a partir destas determinações que Habermas dirige sua crítica aos leitores de Weber, que, a partir de seu conceito de modernidade do sociólogo, produziram uma teoria da modernização na qual a modernidade encontra-se dissociada de suas origens europeias e é utilizada para designar processos de desenvolvimento social em geral, sem a observância de critérios *espácio-temporais*. Nesta nova acepção os processos de modernização não compreendem mais processos de racionalização e assim acha-se desfeita a conexão interna entre a modernidade e contexto histórico do racionalismo ocidental.

O filósofo reconhece que a modernidade, ao longo da evolução dos processos modernização, progride, por assim dizer, sozinha, o que possibilita a alguns observadores das ciências sociais dispensarem de seu horizonte conceitual o âmbito da razão ocidental, no qual a modernidade se originou. Todavia, desfeita esta relação, a modernidade perde sua capacidade de autocompreensão – premissa do esclarecimento. É precisamente com base nas consequências dessa desconexão que os sociólogos *pós-modernos* podem anunciar que as premissas do iluminismo estão mortas e que apenas suas consequências continuam em curso⁶. Isto é, que dos impulsos iniciais de uma modernidade cultural, perdura de modo funcional uma modernização social.

Porém, Habermas objeta que o desacoplamento dos conceitos de modernidade e racionalidade pode indicar, antes, um *contra-esclarecimento* do que um *pós-esclarecimento*, pois, ao postularem outras premissas que não a da autocompreensão, o pensamento pós-moderno, a despeito de suas pretensões, se matem dependente dos pressupostos

validados por Hegel quando da formulação originária do conceito de modernidade.

Segundo o filósofo, por volta do ano de 1800 os termos *modern times* e *temps modernes* eram utilizados, respectivamente, nas línguas inglesa e francesa para designar os três séculos anteriores, durante os quais havia se consolidado uma transição epocal entre a Idade Medieval e a Idade Moderna marcada, sobretudo, pela descoberta do Novo Mundo, pelo Renascimento e pela Reforma. Devido a esse uso contemporâneo, Hegel, inicialmente, utiliza o termo *modernidade* como conceito epocal, isto é, em contextos históricos para designar os *novos tempos* como *tempos modernos*.

Não obstante, Hegel torna-se o primeiro filósofo para quem a modernidade ou os *tempos modernos* vem a ser um problema filosófico. Na filosofia hegeliana o mundo moderno distingue-se do antigo em virtude do futuro. A Modernidade engendra no presente o início de uma época e gera o novo a partir de si; os *novos tempos* se tornam palavras-chave para Hegel e indicam um conceito dinâmico, que denota revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise. Na *Fenomenologia do Espírito* Hegel escreve:

[...] nosso tempo é um tempo de nascimento e trânsito para uma nova época. O espírito rompeu com o mundo de seu ser-aí e de seu representar, que até hoje durou; está a ponto de submergi-lo no passado e se entrega à tarefa de sua transformação. Certamente o espírito nunca está em repouso, mas sempre tomado por um movimento para frente. (HEGEL, 2000, p. 26)

Os novos tempos efetuaram uma cisão com o passado; cesura que põe a cultura ocidental diante da seguinte situação: “a modernidade não pode e não quer continuar a ir colher em outras épocas os critérios de sua orientação, *ela tem de criar em si própria as normas por que se rege*. [...] vê-se remetida a si própria sem que a isso possa fugir.” (HABERMAS, 2000, p. 18). É certo que, desde o fim da Escolástica até Kant, a filosofia já exprime uma autocompreensão da modernidade, mas Habermas assegura que é somente com Hegel, no final do XVIII, que o problema da *autocertificação* da modernidade é elevado à categoria de problema filosófico.

Na medida em que a modernidade toma consciência de si e se compreende como uma formação histórica livre de todos os compromissos históricos, recusa-se a tomar modelos de outras épocas e assim precisa extrair de si mesma sua própria normatividade. O problema apontado por Hegel foi o de saber como é possível que dessa autoconsciência se

extraíam critérios objetivos empregáveis tanto para orientação normativa interna quanto para a elaboração de uma autocrítica.

Noutros termos, “um sujeito que é relativo a si mesmo no conhecimento encontra-se, simultaneamente, a si mesmo como sujeito universal, que está perante o mundo como totalidade dos objetos do conhecimento, e como um eu individual que ocorre dentro deste mundo” (HABERMAS, 2000, p. 48). Verifica-se, portanto, que, ao ser entendida como reflexão e crítica, a modernidade cai na inevitável aporia da subjetividade: esta é sua única e mesma fonte para o normativo e para a consciência temporal.

De acordo com Habermas, Hegel não soluciona o problema da autocertificação da modernidade, contudo, ao produzir a articulação conceitual entre *modernidade*, *consciência do tempo* e *racionalidade*, retira-a do plano meramente abstrato e a insere no âmbito objetivo da historicidade. É contra esta tríade conceitual que os pensadores pós-modernos empreendem suas tentativas de dissolução, sem que obtenham êxito.

MODERNIDADE E COLONIALIDADE

Outra forma de crítica que tem sido dirigida à modernidade e também aos demais críticos da racionalidade moderna é a produzida por um grupo de autores latino-americanos. Esta via de análise recebe, entre outras denominações, a de *giro decolonial*⁷. Na base de seus argumentos encontra-se o postulado de que a modernidade é sempre pensada em uma temporalidade linear, ficando nela subsumidas as questões relativas à colonização, motivo pelo qual tais pensadores propõe uma releitura transversal que tece considerações ao projeto civilizatório moderno a partir de seu elemento constitutivo essencial: o colonialismo.

Nesta abordagem o que se pretende é fazer emergir a intrínseca relação entre a modernidade e os processos de colonização. Por um lado o grupo apresenta a colonização como elemento fundamental para a estruturação econômica e política da própria Europa, por outro, busca enfatizar que os processos coloniais não atuam apenas no âmbito material, mas, produzem, sobretudo, o que denominam *colonialidade do poder, do saber e do ser*.

De acordo com Dussel (1977), a modernidade em sua expressão cartesiana traduz a experiência de centralidade da própria Europa, “conseguida pela espada e pela dor”. É uma ontologia que justifica um saber absoluto obtido através de um método único, que se caracteriza pela fragmentação, isto é, com a parcela mínima dos objetos se obtém o máximo de resultados. É o princípio da economia aplicado ao conhecimen-

to. É assim que a razão associada à eficácia torna-se norma e funda um paradigma epistemológico capaz de produzir a invisibilidade das demais formas de saber.

Em uma análise sistemática acerca das implicações epistemológicas dos processos de colonização, Walter Mignolo (2003) aponta que no início do século XIX o imaginário mundial/colonial já não utilizava mais a escrita como forma de diferenciação colonial, mas, a História. Os povos *sem história* encontravam-se situados no passado, enquanto os povos *com história* encontravam-se em graus mais elevados de desenvolvimento. Esta noção aponta para a concepção elementar da epistemologia moderna: o verdadeiro saber tomado como valor universal.

É este, segundo Mignolo, o quadro geral que fundamenta sua análise da relação entre colonialidade e epistemologia e sua proposta de realizar uma quebra na cronologia linear da modernidade, isto é, de ultrapassar a linearidade histórica que conduz do Renascimento à modernidade tardia, a fim de apreender e teorizar sobre a densidade dos conflitos (políticos, cosmológicos e epistemológicos) constitutivos do tempo moderno.

O autor afirma que uma ruptura se faz necessária porque desde a colonização vêm ocorrendo processos de subalternização de formas de conhecimentos que não se adéquam à forma do *válido* e do *verdadeiro*. Porém, “alternativas para a epistemologia moderna dificilmente nascerão da epistemologia (ocidental) moderna” (MIGNOLO, 2003, p. 30), motivo pelo qual introduz a noção de *pensamento liminar* como uma forma de evitar o confronto entre Epistemologia e Hermenêutica – as duas bases da cultura acadêmica colonial, utilizadas desde o iluminismo –, bem como um modo de falar de saberes que se encontram para além do mundo acadêmico.

Através de sua crítica cultural de configurações históricas o autor, ao explorar a questão da colonialidade do saber e do poder, afirma que o sistema mundial colonial/moderno situou a produção de conhecimento na Europa. Àqueles que se encontravam fora das margens demarcadas pela herança greco-romana coube o papel de objetos de investigação, produzindo, assim, uma hierarquização epistemológica entre as sociedades modernas e as tradicionais.

Em última instância, na perspectiva epistemológica, o postulado elementar dos pensadores do *giro decolonial* é o de que a constituição da modernidade e da razão moderna ocorreu simultaneamente aos processos de colonização do planeta e de subalternização da força e da criatividade de formas de conhecimento próprios das colônias. Afirmação que evidencia uma intrínseca relação entre o lugar de enunciação de um conhecimento e o valor a ele atribuído.

A RELAÇÃO MODERNIZAÇÃO, UNIVERSIDADE E COLONIALIDADE

Assumindo a premissa de que a Modernidade foi/é um projeto – não importando num primeiro momento se é um projeto em derrocada ou ainda em curso – vale perguntar sobre suas vias de implementação. Se assumirmos que o colonialismo – fazendo uma simplificação do sentido aplicado ao termo pelos autores latino-americanos – foi um elemento constitutivo da modernidade poder-se-ia afirmar que o projeto civilizatório europeu teria sido executado através da expansão geográfica e do controle político sobre os novos territórios; contudo, para pensar essa questão faz-se necessário retomar a asserção de Rouanet (1993) de que o projeto moderno denota, acima de tudo, uma corrente de ideias, assim, sua instalação não poderia ocorrer funcionalmente nas dimensões geopolítica, econômica sem transformar sobremaneira o âmbito social.

Então, partindo da dimensão imaterial do projeto civilizatório moderno é que passamos a denominar sua execução como *processos de modernização* e exploramos o modo como, do ponto de vista da colonialidade, o aspecto epistemológico estabelece interface com aspectos institucionais. Neste sentido, propomos que a Universidade⁸, enquanto instituição determinante na produção e difusão do conhecimento no Ocidente ocupou um papel determinante na expansão das ideias modernas.

Em sua nascente a Universidade achou-se vinculada a cosmologia medieval, mas com o advento das transformações científicas introduzidas por Copérnico e Galileu, a instituição foi mudando de face e os processos educacionais tornam-se reflexos dos novos paradigmas, até que não houve mais lugar para o saber contemplativo. O saber não tem fim em si mesmo. O homem racional, diante da confiança na ciência e em sua capacidade de resolver problemas, de trazer progresso e evolução, foi buscar por aprendizados que tivessem utilidade para a materialidade da vida.

Assim, o culto ao saber do passado dá lugar, no final do século XIX e início do XX, a um saber aplicado e utilitário, o que exigiu uma reestruturação das instituições de ensino, pois,

Até aí a missão da Universidade era a da guarda e transmissão do saber, como condição para a ordem e a civilização. Eminentemente seletiva, orgulhava-se de poucos alunos e da alta qualidade de seus intelectuais e eruditos. Era a casa do intelecto, a torre de marfim de uma cultura fora do tempo. (TEIXEIRA, 1964, p. 2.)

As revoluções na área do conhecimento humano e as consequentes transformações econômicas, sociais e culturais experimentadas pela civilização ocidental nesse período, ocasionaram o surgimento da Universidade Moderna como uma instituição que

Não existe fora, mas dentro da contextura geral da sociedade de determinada época [...] Não é algo à parte, algo histórico, algo que não se renda senão no mínimo possível às forças e influências mais ou menos novas. Ao contrário, é uma expressão da época, tanto quanto uma influência a operar em seu presente e em seu futuro. (FLEXNER apud TEXEIRA, 1964, p. 5.)

A nova forma de sistematização dos processos de formação humana e profissional veio a consolidar a organização disciplinar, devido ao entendimento de que esse modelo curricular impulsiona o desenvolvimento de pesquisas que se desdobram em avanços científicos e tecnológicos. Assim, cada disciplina tem sua própria história, ou seja, podemos verificar seu surgimento, seu processo de institucionalização e de desenvolvimento. De acordo com Morin (2002), a história das disciplinas encontra-se inscrita na história da Universidade e como tal, inscrita na própria história da sociedade.

Cumprido, portanto, ressaltar que a Universidade demonstra não só a via pedagógica da produção e transmissão do conhecimento, mas também a perspectiva epistemológica e o caráter institucional que as ciências assumem no último século e este, por sua vez, fatores que se configuram como pontos de confluência da racionalidade ocidental moderna e, segundo Dussel (1977), também eurocentrada. Para o filósofo argentino a modernidade não ocorre dissociada da geopolítica. Se de fato a história da Universidade se inscreve na história da sociedade, na América Latina esta é a história da “dominação pedagógica” (DUSSEL, 1977, p. 16).

Superada a relação colonial inicial vivemos, de acordo com Dussel (1977), um novo tipo de imperialismo proveniente da terceira revolução industrial (a primeira foi mecanicista; a segunda, financeira monopolista; a terceira é a da gestão internacional das multinacionais que estruturam por dentro suas colônias). Este último é o mais avançado grau de imperialismo. Não opera pela ocupação militar dos territórios nem pela criação de burocracias. O império tem necessidade de manutenção do mercado. Controla politicamente suas neocolônias e seus exércitos e pela primeira vez o império possui uma política de produção de desejos e necessidades, o que o autor denomina imperialismo ideológico (DUSSEL, 1977, p. 20).

Uma vez que a Universidade Moderna é a afirmação do paradigma epistemológico da racionalidade ocidental, as Universidades geopolíti-

camente periféricas cumprem, nesse horizonte interpretativo, a função de importadoras e reprodutoras dos modelos epistêmicos determinados pelos centros de poder. A violência do “eu conquisto” avança sobre o campo do saber na forma do *eu penso*. O *eu cogito* do campo epistêmico é transposto para o território da moral quando “mestres castrados castram seus discípulos” (DUSSEL, 1977, p. 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez a questão acerca da relação entre modernidade, racionalidade e Universidade precise ser recolocada em outros termos. Talvez o equívoco recaia sobre a concepção linear de que uma racionalidade é sucedida por outra. Nosso postulado é o de que talvez já não possamos pensar em termos de uma univocidade racional, mas, precisemos considerar a existência de racionalidades com distintas condições históricas e temporais.

A razão moderna produziu parâmetros epistemológicos, pedagógicos, estéticos, políticos, etc, que, inegavelmente, em suas respectivas esferas, trouxeram avanços à humanidade ocidental. Não se trata de negar sua posição e de meramente substituí-la por outro paradigma. Não só seus efeitos, mas, suas premissas originárias estão ainda presentes no cotidiano. Todavia, é imperativo considerar que na sociedade contemporânea emergem novas formas de racionalidade e que essa heterogeneidade de cosmologias coabita os mesmos espaços ao mesmo tempo.

Se outrora houve a predominância ou a tentativa de impor uma única racionalidade, hoje as racionalidades por ela subsumidas emergem e se fazem representar pelas vias legais, políticas, não governamentais e pelos movimentos sociais. A Universidade, enquanto instituição que reflete os traços elementares de sua época, ainda que seja tomada estritamente como *lócus* do fazer acadêmico - *leia-se científico* - está fadada a operar com tais emergências.

Disso decorre a importância de se questionar sobre as condições nas quais essas cosmologias diversas partilham esse local particular, que tem por finalidade intrínseca a produção e difusão do conhecimento e que é regulado por critérios epistemológicos tributários de uma racionalidade específica. Em última instância, trata-se de saber como resolver os conflitos epistêmicos gerados a partir de critérios políticos de inclusão.

Tais conflitos parecem inevitáveis quando se colocam frente a frente racionalidades ou cosmologias que, por um lado têm como referencial objetivo os pressupostos básicos do conhecimento científico e, por outro, aquelas cujo crivo dos registros epistêmicos e cognitivos está profundamente marcado por singularidades, tais como, questões religiosas, étni-

cas, de gênero, socioeconômicas, de necessidades especiais de acesso, entre outras.

Esta configuração nos faz retornar a formulação do conceito de *pensamento liminar* de Walter Mignolo, uma vez que o autor utiliza-o para caracterizar “uma *gnosilogia* poderosa e emergente, que, na perspectiva do subalterno, está observando e deslocando formas hegemônicas de conhecimento” (MIGNOLO, 2003, p. 35). Se os saberes e cosmologias que sempre estiveram para além do mundo acadêmico hoje partilham este espaço, parece imprescindível a discussão sobre as próprias bases da cultura acadêmica. Nesses termos, perguntamos: poderia o *pensamento liminar* oferecer-nos não uma solução para este quadro geral, mas, outra experiência de pensamento?

NOTAS

¹ De acordo com Richard Tarnas esses acontecimentos históricos moldaram nossa visão de mundo e fazem parte do que denomina *Epopéia do pensamento ocidental*.

² Também na mesma obra o autor utiliza o termo *cultura* no sentido de *pensamento* para indicar o movimento intelectual de reflexão acerca da modernidade.

³ É elementar esclarecer que Paulo Sergio Rouanet opera com a distinção entre Ilustração e Iluminismo. A primeira designa uma época, um momento histórico e cultural do Ocidente, enquanto o segundo é uma entidade que tem existência unicamente conceitual; denota uma corrente de ideias que vigorou no século XVIII e que foi levada adiante pelo liberalismo e pelo socialismo através do projeto da emancipação humana.

⁴ Devido à extensão do tema e por compreender que uma exposição sucinta atende aos fins do presente trabalho – que são de cunho epistemológico – atemo-nos à apresentação de uma noção geral dos conceitos de universalidade, individualidade e autonomia, porém, para a elaboração de uma análise política rigorosa é imprescindível retomar detalhadamente a classificação apresentada por Paulo Sergio Rouanet.

⁵ Destaque nosso.

⁶ Observe-se que Paulo Sergio Rouanet não se enquadra na categoria dos pensadores pós-modernos apresentada por Habermas. Rouanet, assim como Habermas, compreende que um projeto de emancipação hu-

mana deva ser levado a cabo, todavia, opera por registros conceituais distintos.

⁷ Para a ampla compreensão acerca da expressão “giro decolonial” sugerimos a consulta das obras: CASTRO-GOMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar; BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília. n.11, mai./ago. 2013.

⁸ Referimo-nos aqui à Universidade em sentido estrito, ou seja, aquelas instituições fundadas no fim do século XII e início do século XIII, na Europa, que apesar de mudarem de face ao longo dos séculos, mantiveram sua especificidade social e intelectual, a saber, a de produzir e difundir o conhecimento.

⁹ Um exemplo claro e distinto do que aqui apontamos quando nos referimos a outros modos de experimentar e expressar a racionalidade é apresentado pelo escritor, ativista e ambientalista Ailton Krenak em <https://www.youtube.com/watch?v=k7C4G1jVBMs>.

¹⁰ Evidentemente não se trata de postularmos um conflito entre a objetividade dos critérios científicos e disposições particulares subjetivas. Ao referirmo-nos às singularidades estamos apontando para as condições materiais e simbólicas segundo as quais determinados grupos de pessoas produzem sua existência. Tais singularidades ganham positividade quando os indivíduos se articulam politicamente a fim de reivindicar a responsabilidade do Estado à sua condição. A exemplo disso temos recentes transformações na legislação brasileira: a aprovação da lei de união estável entre casais homossexuais; as cotas reservadas para deficientes físicos nos concursos públicos, bem como as leis trabalhistas que procuram garantir sua inclusão no mercado de trabalho; e ainda, as cotas reservadas para candidatos oriundos de escolas públicas, afrodescendentes e indígenas, em processos seletivos nas instituições públicas de ensino.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília. n.11, mai./ago. 2013. pp. 89-117.

DESCATES, R. *Meditações Metafísicas*. Trad. Maria Ermantina Galvão e Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUSSEL, E. *Filosofia da libertação*. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Luiz Sergio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____, *Modernidade versus pós-modernidade*. Disponível em: <http://www.consciencia.org/modernidade-versus-pós-modernidade-jurgen-habermas>. Acesso em: 26 de abril de 2105.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito Parte I*. Trad. Paulo Meneses e Karl-Heinz Ekfen. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

KRENAK, A. *Os mil nomes de Gaia – do antropoceno à idade da Terra*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k7C4G1jVBMs>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. Trad. Fátima Sá Correia, Maria Emilia V. Aguiar, José Eduardo Torres, Maria Gorete de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais – Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORIN, E. *A cabeça bem feita. Repensar a reforma repensar o pensamento*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ROUANET, P.S. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TARNAS, R. *A epopéia do pensamento ocidental*. Trad. Beatriz Sidou. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TEIXEIRA, A. A universidade de ontem e de hoje. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Rio de Janeiro. v. 42, n. 95, jul./set. 1964. pp. 27-47.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PENSANDO AS FORMAS EXPRESSIVAS POPULARES: ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA EM DIÁLOGO

Patricia Silva Osorio

Doutora em Antropologia, Universidade de Brasília.
Professora do Programa de Pós-Graduação
em Estudos de Cultura Contemporânea
Professora do Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social Universidade Federal de Mato Grosso
patricia.osorio@gmail.com

RESUMO

O artigo procura estabelecer um diálogo entre Antropologia e História, demarcando questões importantes para a reflexão sobre cultura popular na contemporaneidade. A tentativa é a de refletir sobre como as diversas maneiras de utilização da história podem contribuir para os modos como pensamos e analisamos as formas expressivas populares.

Palavras-chave: Antropologia. História. Formas expressivas populares.

ABSTRACT

This paper seeks to establish a dialogue between Anthropology and History, marking important questions for reflection on popular culture in contemporary times. We attempt to reflect on how the various manners of using history can contribute to the ways we think and analyze the popular expressive form.

Keywords: Anthropology, History. Popular expressive forms.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

INTRODUÇÃO

O diálogo entre as perspectivas históricas e antropológicas demarca caminhos profícuos para a interdisciplinaridade. Várias formas de se fazer História mostram esse trânsito como à chamada “História Cultural”. Apontando para as possibilidades da interdisciplinaridade, História e Antropologia apresentam possibilidades de boas conversas acerca de determinados temas.

Reflexões sobre as chamadas tradições culturais, cultura popular e folclore constituem-se em exemplos desse diálogo. Peter Burger¹, Roger Chartier², Edward Palmer Thompson³, Robert Darnton⁴, Carlo Ginzburg⁵, Eric Hobsbawm e Terence Ranger⁶ são alguns dos pesquisadores que se dedicaram ao tema, sendo referências fundamentais nas análises sobre culturas populares. No entanto, neste artigo minha intenção não é a de sublinhar as contribuições de tais estudiosos. Tendo em vista que sou antropóloga, discutirei as conexões estabelecidas entre Antropologia e História a partir da perspectiva antropológica.

O caminho a ser aqui trilhado, objetiva demarcar contribuições de dois antropólogos que não necessariamente tocam no tema das formas expressivas populares, mas que fornecem bases epistemológicas para refletirmos sobre diversidade cultural e história. Refiro-me ao antropólogo francês Claude Levi-Strauss (1908-2009) e ao antropólogo norte-americano Marshall Sahlins (1930-).

Assim em um primeiro momento demarco um breve arcabouço conceitual de modo a enfatizar as possibilidades de apropriação da história pela antropologia. A discussão será guiada por dois autores proeminentes na teoria antropológica, Claude Levi-Strauss e Marshall Sahlins. Posteriormente, a tentativa é a de refletir sobre como as diversas maneiras de utilização da história podem contribuir para os modos como pensamos e analisamos as formas expressivas populares na contemporaneidade.

CLAUDE LEVI-STRAUSS E MARSHALL SAHLINS NA HISTÓRIA

Muitos autores da teoria antropológica apropriam-se da história de diferentes formas e “intensidades”. No intuito de sublinhar algumas potencialidades da conversa entre Antropologia e História, e com o objetivo de trazer possibilidades e desafios ao ensino e à pesquisa, mas especificamente ao ensino e à pesquisa de temáticas relacionadas à cultura popular em suas configurações contemporâneas, seleciono dois importantes antropólogos que estabelecem cada um a seu modo, os trânsitos entre as duas disciplinas. Não é intenção deste artigo promover uma discussão teórica exaustiva, mas serão elencadas posturas que se mostram úteis

para compreendermos a diversidade cultural, a história e, assim, as novas configurações das chamadas culturas populares.

Começarei lembrando de Claude Levi-Strauss. A princípio poderíamos pensar em Levi-Strauss como um autor que desconsidera a perspectiva histórica, tendo em vista sua perspectiva estruturalista e sincrônica. No entanto, quero me referir a um artigo específico deste autor para pensarmos as teias interpretativas construídas com os fios da cultura e da história. O artigo “Raça e História”, publicado no ano de 1952, foi produzido em um momento importante da história mundial: um contexto em que o mundo estava digerindo as atrocidades da Segunda Guerra Mundial. “Raça e História” pode ser pensado como um manifesto contra o racismo, mas também é neste texto que Levi-Strauss elabora questões importantes para levarmos a sério o conceito de diversidade na análise de fatos sociais estejam eles localizados no passado ou no presente.

Para Levi-Strauss homens e mulheres elaboram culturas diferentes pelo afastamento geográfico, mas o contrário também é verdadeiro: elaboram diferenças por causa da proximidade. Diz Levi-Strauss (1993, p. 361): “A fatalidade exclusiva e única tara que podem afligir um grupo humano impedi-lo de realizar plenamente sua natureza, é a de ser só”. A diversidade é menos função do isolamento dos grupos do que das forças que os unem. Neste sentido, para o antropólogo francês a diversidade cultural é dinâmica, ou seja, culturas se reelaboram em função das contingências em que se encontram.

Outra contribuição de Levi-Strauss diz respeito a sua visão contextual da história. Vejamos:

A comparação rápida que acabo de fazer entre as crenças dos povos chamados de primitivos e os nossos nos leva a compreender que a História, tal como nossas civilizações a utilizam, exprime menos verdades objetivas que preconceitos e aspirações. Neste caso também, a antropologia nos administra uma lição de espírito crítico. Ela nos faz melhor compreender que o passado de nossa própria sociedade, e também de sociedades diferentes, não tem apenas uma significação possível. Não há interpretação absoluta do passado histórico, mas interpretações que são todas relativas (Levi-Strauss, 2012, p. 66-67).

O recado de Levi-Strauss é o de que é preciso estar pronto para considerar sem surpresa, sem repugnância e sem revolta, o que todas as novas formas sociais de expressão têm a dizer para a história. Gostaria de deixar em suspenso este recado, para depois retomá-lo em diálogo com dados sobre minhas pesquisas no cenário das tradições culturais mato-grossenses.

Já Marshall Sahlins é um autor que não causa estranheza quanto a sua apropriação da história. Esta aproximação é latente em muitas de suas obras, especialmente aquelas que se dedicam ao estudo de cosmologias diferenciadas quando do desencontro entre os colonizadores britânicos - representados pela figura de James Cook - e os havaianos nativos. O que chama atenção nos argumentos de Sahlins é o caráter histórico que ele traz para dentro de um conceito formador da Antropologia, a noção de cultura.

Sahlins (1990) incorpora em suas análises culturais, o tempo. A partir desta preocupação, ressignifica o conceito de cultura, fazendo com que a noção contemple o acontecimento (aquilo que muda) e a estrutura (aquilo que permanece – a parte mais “dura” dos processos sociais). O autor pensa a cultura como historicamente reproduzida, mas também alterada na ação. Ele alinha o conceito de cultura à mudança, e isso com ajuda da História. Ou seja, o olho que vê é o olho da tradição – vemos o mundo a partir das lentes oferecidas pela nossa cultura e aprendemos isso nas primeiras lições de Antropologia. Mas o uso da convenção na ação submete os significados a mudanças. É como se estivéssemos por um lado, presos a um passado que nos é inescapável, e por outro, afogados em um presente que nos é irreduzível. A cultura seria a organização da experiência atual em termos do passado. Para Sahlins todo evento é ao mesmo tempo inovador e conservador.

Realizando uma crítica à própria etnografia, ou melhor, a determinadas formas de se fazer etnografia, Sahlins propõe a etnografia histórica:

Aqui, portanto, numa etnografia histórica – uma etnografia que se estenda, digamos, por uns dois séculos-, há um método para conciliar a forma e a função numa lógica do sentido, para descobrir as dimensões relativamente invariantes e mutáveis das estruturas, para testar as potencialidades e os limites históricos dos diferentes esquemas culturais, para pesar e valorizar as variações contextuais conflitantes e, desse modo, permitir uma descrição bem fundamentada das ordens culturais como sistema de diferença (...)

Mas já se foi o tempo de uma etnografia que era a arqueologia do vivente, buscando sob a superfície conturbada da modernidade os vestígios de uma existência prístina e ‘primitiva’. As culturas assim reveladas estavam de fato fossilizadas, mas o estavam, acima de tudo, em vista de um modo de conhecimento que as abstraía da vida e da história. (...) Agora, a história nos desperta desses cochilos dogmáticos. As velhas oposições conceituais estão se desfazendo: descobrimos a continuidade na mudança, a tradição na modernidade e até os costumes no comércio (Sahlins, 2007, p. 531).

A provocação sugerida por Sahlins surge como perguntas que nos inquietam: é possível a alteração de um sistema ou de uma expressão cultural sem a continuidade com formas pré-existentes? E como o “aveso” da primeira pergunta, lançamos uma outra: existe a possibilidade de um sistema ou expressão cultural continuar sem se alterar? Deixemos em suspenso, assim como sugerido nas indicações sobre Levi-Strauss, este recado de Sahlins para retomá-lo posteriormente.

FORMAS EXPRESSIVAS POPULARES EM SUA CONTEMPORANEIDADE: O CASO DO CURURU E DO SIRIRI EM MATO GROSSO

São vários os universos de pesquisa compartilhados pela Antropologia e pela História. Falamos sobre identidades, fronteiras, religiosidade, etc. No entanto, priorizo particularmente um outro universo compartilhado. Refiro-me ao folclore, expressão muitas vezes controversa, ou se preferirmos, expressões da cultura popular ou ainda podemos utilizar termos mais recentes quanto a sua utilização na academia, como patrimônios culturais. Em torno destes temas está a discussão sobre tradição, um conceito que tanto a História como a Antropologia fornecem bases para sua elaboração. E são estes os universos que venho investigando em minhas pesquisas: o universo das tradições populares em Mato Grosso, mais especificamente de duas expressões culturais, o siriri e o cururu.

Nos registros do etnólogo alemão Max Schmidt (1942), no início do século XX, quando de sua visita a algumas regiões de Mato Grosso, o siriri e cururu figuram como expressões centrais das festas de santo realizadas nos rincões desta região do Brasil Central. Schmidt associa também as duas manifestações aos negros:

(...) na tarde de 31 [1900], na pequena localidade de Rosário, os meus animais e, principalmente, a besta estavam tão abatidos em consequência dos aborrecimentos que nos ocasionou o tempo chuvoso, que precisaram de um bom pedaço de tempo para descansar. Além disso, o rio Cuiabá que devíamos passar, rente atrás de Rosário, encheu tanto que me vi obrigado, a contragosto, a fazer uma parada nessa cidade.

Como se comemorou, durante quasi todos os seis dias que estive em Rosário, uma data católica diferente, tive ocasião de observar dansas e os cantos brasileiros.

Já no dia 31 de dezembro de 1900 a festa da Imaculada Conceição foi comemorada solenemente. Assim, para esse dia, uma das famílias transformou a sua mísera cabana em um local de reunião, para o qual em breve convergiu certo número de pessoas

de todas as gradações de côr. No interior da casa foi erigida uma espécie de altar (...) Dois velhos negros ajoelhavam-se diante do altar orientando esses cantos e orações, ficando atrás deles muitas senhoras. Pouco depois fez-se um intervalo em que foi servida aguardente e, então, agrupou-se em torno do altar certo número de dansantes, formando semicírculo para começar a dança do cururu, tão conhecida em Mato Grosso. (...)

Enquanto se dansava o cururu dentro de casa, lá fora se realizava outra espécie de dança, muito apreciada em Mato Grosso, o ciriri acompanhado, também, por música e versos cantados. (...)

Dou a seguir exemplos de alguns versos de cururu e ciriri, conforme são cantados em tais ocasiões. Estes, porém, não são dos que ouvi em Rosário e sim dos que tomei nota na localidade de Amolar, no rio Paraguai, mas a sua essência é a mesma, pois são justamente as canções preferidas pela população escura de Mato Grosso. O sentido frequentemente vazio das estrofes é retirado da vida restrita dos próprios cantores, e não há que lhe acrescentar maior valor (Schmidt, 1942, p. 13-14).

Há algo que aproxima os registros de Max Schmidt dos livros do século XXI destinados ao “folclore”, como a obra *Dança Brasil Festas e Danças Populares* de Gustavo Cortês (2000) e *Cultura mato-grossense: Festas de santos e outras tradições* de Roberto Loureiro (2006). Nestes discursos as festas destinadas às homenagens aos santos católicos, chamadas festas de santo, constituem-se no cenário por excelência do cururu e do siriri. Outra representação construída diz respeito à vinculação das duas formas expressivas populares ao universo rural. Os lugares interioranos e rurais, longe das grandes cidades, constituem-se, assim como as festas de santo, nos cenários fundamentais do cururu e siriri. Em última instância, as imagens associam-se à religiosidade e ao universo rural.

O que gostaria de enfatizar é que tais imagens não dão conta da atualidade dos folguedos populares no estado de Mato Grosso. Além das festas de santo, o cururu e o siriri estão hoje em apresentações turísticas, campanhas eleitorais, eventos científicos e em grandes “Festivais de Cultura Popular”.

A ampliação de cenários acarreta uma série de alterações nas maneiras como as expressões são não apenas exibidas, mas também vivenciadas por seus executores. A ampliação dos momentos e espaços festivos aponta para uma série de inovações como a formalização dos grupos; relações com as esferas administrativas; inserção nos meios midiáticos; preparações para grandes exposições públicas com alterações nas formas e conteúdos performáticos referentes à coreografia, cenografia, indumentárias e ritmos. Essas questões trazem inúmeros desafios e tensões. Contudo, não podemos negar que já faz tempo que o siriri e o

cururu não estão apenas nas festas em homenagens aos santos católicos e em regiões rurais.

Em outro momento (Osorio, 2012, p.239) aponte para o fato de que não seria exagero afirmar que nunca em tempo algum na história de Mato Grosso, o siriri e o cururu estiveram tão em evidência. Uma evidência carregada de positivities.

Importante lembrar que, assim como muitas outras formas expressivas populares, o siriri e o cururu foram alvos de preconceitos e proibições. A divulgação abaixo, publicada no Jornal Província em 1882, ilustra a questão:

Fugio

Do sítio do Sr. Major João Capistrano Moreira Serra, o escravo de nome Cesario: côr preta estatura regular pés grandes, testa pequena, está começando a barbar, tem 21 annos de idade mais ou menos – tem um pequeno passo e na região do estomago tem bem visível signaes de ventosas sarjadas; é muito inclinado á cantar cururú. Quem o apreender e entregar no engenho do mesmo Sr. Major Capistrano ou nesta capital ao Sr. Eulallio Mello Guimarães, será gratificado com 50\$000 réis.

Na atualidade o cururu e o siriri ocupam um lugar importante nos processos oficiais de construção da identidade regional. As duas manifestações são acionadas como textos importantes na produção da “regionalidade”. E um dos cenários que promove tal visibilidade é, sem dúvida, o Festival de Cururu e Siriri.

O Festival de Cururu e Siriri começou a ocorrer em Cuiabá no início dos anos 2000. O evento não tem um local fixo para sua realização. Já aconteceu em estruturas improvisadas no bairro do Porto e nos últimos anos, em um local onde são realizados exposições agropecuárias e shows destinados a um grande público. Ao longo de sua existência, tem contado com diferentes apoiadores e patrocinadores, como a Federação de Siriri e Cururu, Prefeituras, Governo do Estado de Mato Grosso e a iniciativa privada (empresas de cosméticos e planos de saúde). As últimas edições foram apresentadas por dois personagens cômicos bastante populares em Cuiabá, Totó Bodega e Comadre Pitú, que didaticamente explicam ao público os instrumentos utilizados nas apresentações, trazem informações sobre os grupos e citam versos de poetas, enfocando e enaltecendo temas regionais.

Foquemos nos grupos de siriri. Os dançarinos seguem uma padronização no que toca à indumentária. As mulheres trajam saias longas, floridas e brilhosas, blusas com babados e flores no cabelo. Os homens usam calças, blusas brilhosas e chapéu. Os dançarinos de siriri em sua maioria

são jovens. Os grupos de siriri incorporam na dança elementos cênicos: estandartes de santos, arranjos de flores, balaies, peneiras, quadros com motivos da flora e fauna mato-grossense; e as chamadas figuras lendárias. Para alguns integrantes, as figuras lendárias também fazem parte do rol de invenções recentes. São alegorias que ganham espaço durante as apresentações. Podem ser inspiradas em personagens de lendas locais, como o Minhocão; elementos retirados de outros folguedos como o Boi à Serra, ou ainda na fauna local, como tuiuiú e a ema. Em época recente um grupo de pessoas ligadas ao siriri participou de oficinas, visando o aprimoramento de técnicas para a confecção dessas alegorias, com artistas que produzem o Boi de Parintins. No ano de 2010, determinados grupos trouxeram para o espetáculo espécies de “Comissões de Frente”: alguns dançarinos, com indumentária e coreografia diferenciadas dos demais integrantes, abriam as apresentações. Outra inovação nas apresentações de siriri refere-se à incorporação de canções populares como “Jesus Cristo”, composição de Roberto e Erasmo Carlos e o *hit* gospel “Noites Traioeiras”, popularizada na voz de Regis Danese. As inovações também implicam na inclusão (além do mocho, do ganzá e da viola de cocho) de outros instrumentos como a sanfona, atabaque, violão e teclado. A novidade é acompanhada pela introdução de ritmos como a batida de funk feita com o auxílio do mocho e do teclado. (Osorio, 2012, p. 241).

Além das configurações pontuadas no parágrafo anterior, a dança do siriri amplia-se para novas incorporações extremamente compatíveis com as expectativas e gostos dos jovens que atualmente estão em maioria nos grupos de siriri. Os ensaios de siriri são pontos de encontro da “turma”, momentos de paquera e de convivência juvenil.

A canção *gospel*, a batida do *funk*, a incorporação de elementos cênicos são elementos que não se fazem presentes nos relatos de Max Schimdt e nem estão nos livros destinados ao folclore ou à cultura popular mato-grossense. Mas são elementos que fazem parte do presente dos inúmeros grupos de siriri espalhados pelos rincões de Mato Grosso, mas também por suas grandes cidades. Todos esses elementos são acionados para criar a novidade e cumplicidade com a audiência dos novos cenários de exibição para além do circuito das festas de santo.

O que quero chamar atenção é para o fato de que não podemos negar a existência dessas novas formas de se fazer o siriri e o cururu. E reconhecê-las não significa tratá-las como espécie de deturpações da “tradição verdadeira e legítima”. As transformações vividas de forma intensa nos últimos anos pelos grupos de siriri e cururu podem ser pensadas como constitutivas das sociabilidades festivas postas no âmbito dos folguedos populares na contemporaneidade.

HISTÓRIA, ANTROPOLOGIA E FORMAS EXPRESSIVAS POPULARES

Aqui voltamos à conversa entre Antropologia e História, e às perguntas: é possível continuar sem alterar? É possível mudar sem guardar algo do passado?

Os folguedos populares referem-se a um passado, mas são adaptados ao presente. Os próprios brincantes estabelecem algumas classificações que nos permitem refletir sobre a dinâmica entre passado e presente. Uma dessas classificações estabelece uma diferenciação entre *siriri fundo de quintal* e *siriri de palco*. Quando entrevistados por jornalistas, em conversas com pesquisadores, notamos nos discursos uma diferenciação entre estes dois tipos de eventos festivos. O *siriri fundo de quintal* é aquele dançado nas casas de família, nas festas de santo. O *siriri espetáculo* ou *siriri de palco* são apresentações que correspondem ao processo de ampliação dos eventos festivos.

Qualquer reflexão sobre formas expressivas populares na contemporaneidade ou qualquer tentativa de se falar e ensinar a história das expressões culturais brasileiras e especialmente, mato-grossenses, não pode furtar-se da constatação de que estamos falando de manifestações da cultura popular que estão hoje em contextos urbanos. É necessário assim alinhar os folguedos à experiência urbana e aos seus cenários: as cidades. Por exemplo, as dinâmicas dos grupos de cultura popular se relacionam com as dinâmicas de Cuiabá, expondo formas de viver a cidade e outros desenhos de ocupação do espaço urbano. Pelos Festivais, os grupos, oriundos da periferia, experimentam novas formas de estar na cidade e de ocupá-la. O Festival representa sim a espetacularização, mas também a possibilidade da visibilidade e da inserção na cidade.

A atual visibilidade dos grupos de *siriri* e *cururu* igualmente nos revela questões sobre novas configurações identitárias na cidade de Cuiabá e no estado de Mato Grosso. A matéria divulgada no Jornal Província na segunda metade do século XIX, e anteriormente citada, é apenas um exemplo de como os folguedos populares eram alvos de demarcações classificatórias específicas: o *cururu* era coisa de “preto escravizado”. Ou ainda se pensamos nos relatos de Max Schmidt, *cururu* e *siriri* eram as danças preferidas da “população escura de Mato Grosso”, e suas formas estéticas consideradas “vazias” por serem inspiradas na “vida restrita” de seus executores. No entanto, tal depreciação não está circunscrita a um passado muito longínquo. São frequentes os relatos de executores de *cururu* e *siriri* pontuando inúmeras cenas de preconceito em relação às expressões.

A transformação nas formas de percepção em torno desses folguedos é extremamente recente. E a mudança coincide com as políticas de

patrimônio desenvolvidas no âmbito municipal e nacional. É quando se dá o tombamento municipal do bairro São Gonçalo - local onde está localizado um dos grupos de siriri de maior popularidade em Cuiabá, o Flor Ribeirinha. Somando-se a este contexto, em 2004, acontece o registro da viola de cocho como patrimônio imaterial. Registrada no Livro de Saberes do IPHAN, a viola de cocho passa a ser reconhecida oficialmente pelo Estado como uma expressão de valor cultural para a construção da identidade nacional. São nestes tempos recentes que o siriri e o cururu transformam-se na “tradição”, sendo acionado na formatação da identidade cuiabana e mato-grossense. As políticas de patrimônio desempenham e desempenham um papel importante no processo de ressignificação das formas expressivas populares.

Voltemos ao contexto dos Festivais de Cururu e Siriri. Sem dúvida, para estarem nos festivais os grupos passam por processos de domesticação da cultura popular. Para estar no espetáculo é necessário ser espetáculo. É preciso ser profissional, adotar disciplina, transitar e estabelecer vínculos com a Secretaria de Cultura e os políticos, é preciso estar associado e formalizado, é preciso cumprir regulamentos (Osorio, 2012, p. 248).

Tais dinâmicas impõem relações de força diferenciadas entre os grupos. Há também modificações nas formas de sociabilidade. Os eventos festivos conectam-se à cultura de massa. A performance é executada para um público indiferenciado e ávido por novidades. Os grupos sabem que estão operando em contextos diferenciados. É por isso que acionam a separação entre o siriri de palco e o siriri de fundo de quintal. E se há redução de sentidos neste processo, há outros sentidos sendo incorporados também.

Trago dois depoimentos para pensarmos quais novos sentidos estão sendo incorporados nas formas expressivas populares. Os depoimentos são de dois cururueiros e também integrantes de grupos de siriri da capital mato-grossense. Eles avaliam as transformações no siriri, principalmente aquelas advindas da exibição em grandes Festivais⁷:

Ficou bonito daí pra cá (...) você vê, aquela arquibancada cabe mais de dez mil pessoas. Eles querem ver uma coisa diferente, não quer ver só aquela coisa só aquele siririzinho pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, prá lá e pra cá e não sai daquilo... aí criou as coreografias, cada um dança uma coreografia, fica bonito demais! Música nova saiu aquelas músicas antigas que ninguém canta mais (...). Aí eu tenho a graça que Deus me deu de compor as músicas pro nosso grupo, o grupo só dança com as músicas que eu faço.

não podia mesmo ficar toda vida só com um tipo de música né, tem que mudar, com o tempo tem que mudar (...) tem que mu-

dar, de todo jeito tem que mudar, assim como a corda [referência às cordas utilizadas na viola de cocho] (...) Aí inventaram a corda de aço, aí cururueiro hoje em dia... todo mundo tem essa corda na viola. Antigamente era a corda de tripa de bicho, eu não toquei... mas vejo falar que dá outro som. Mas proibido ... não pode matar os bichos.

Dois elementos são interessantes para ressaltarmos nestas falas. O primeiro diz respeito às lutas pelo poder de fazer crer e fazer ver, ou seja, às imagens edificadas. O apelo é pela inserção em novos espaços e pelo reconhecimento de um modo de “fazer” e “ser” entendidos como artístico, técnico, profissional, aprimorado e moderno. Outro elemento importante das falas anteriores, a mudança é evidente e condição essencial para a continuidade da brincadeira agora levada a sério.

Não há tradição sem mudança. Como já sugeria Marcel Mauss, a tradição é antes de tudo experimentação. Sua veracidade é comprovada na experiência da vida diária. Por isso, algumas tradições podem ser criadas de propósito, transmitidas pela força porque advêm das necessidades da vida em comum. E as necessidades da vida em comum, experimentadas pelos brincantes de siriri na cidade de Cuiabá parecem ser as tessituras de trânsitos entre as esferas administrativas e políticas da cidade; entre o local, o regional, o nacional e o global. As modificações nas formas e conteúdos performáticos da dança, bem como na maneira de concebê-la, são necessárias para o estabelecimento destes fluxos e consequentemente, a garantia para visibilidade dos grupos na capital⁸.

É importante ressaltar que esses fluxos não se estabelecem de forma harmônica. Não podemos entendê-los a partir de uma perspectiva fatalista e apocalíptica e nem da exaltação e romantização de tais dinâmicas. As transformações que acompanham o siriri e o cururu ocorrem em campos de disputas, conflitos, relações desiguais de poder e inúmeros desafios são lançados aos grupos. Os caminhos a serem trilhados pelos grupos ainda estão em construção. No entanto, as transformações não esvaziam os significados da vivência dos folguedos populares.

Uma vez, em uma palestra que abordavam as transformações nos folguedos populares, fui interpelada por alguém da plateia que me perguntava: “As mudanças são ruins, elas não são autênticas, nós precisamos preservar e resgatar as tradições”. A provocação é fantástica porque nos permite refletir para assim desconstruirmos alguns pré-conceitos que teimam e nos assombrar quando pesquisamos cultura popular ou expressões do patrimônio imaterial.

Comumente, folclore, cultura popular e tradição encerram noções de pureza, imobilidade e autenticidade. Tais noções fazem parte de um modelo civilizatório de construção da imagem do “Outro”. Um “Outro”

que é construído como um reflexo (distorcido) no espelho de um passado idealizado e romantizado por nós. Uma manifestação tipicamente folclórica, tradicional e popular seria aquela vinculada a um passado remoto; fruto de uma criação coletiva e anônima, natural do espírito do povo ainda não contaminado pela vida urbana. A “mistura” é entendida como uma ameaça. Essas noções cristalizadas ainda continuam permeando algumas interpretações sobre a cultura popular (Osorio, 2012b, p. 360). E elas negam ao Outro a possibilidade de mudança. Em “nós”, a mudança sempre é bem-vinda, mudamos a todo o momento; agora, quando o “outro” muda, entendemos a mudança como algo negativo, inautêntico, uma deturpação de um passado “chorado” por nós.

Retomando o recado de Levi-Strauss, antropólogo mencionado no início do artigo, precisamos estar prontos para aceitar sem revolta ou repugnância novas formas de expressão cultural e sermos capazes de ouvir o que elas têm a dizer para história. As mudanças são plenas de sentidos. E se quisermos falar de preservação de nossos patrimônios imateriais, as novas formas que o siriri e o cururu assumem constituem-se na condição para a preservação dos folguedos populares na atualidade.

Não podemos pensar a emergência de tantos grupos de cururu e siriri no cenário mato-grossense e a produção de espetáculos nos festivais destinados a um grande público simplesmente como um fenômeno de deturpações de uma tradição original agora contaminada. Lembremos mais uma vez de Sahlins (2007, p. 520): “(...) nenhuma cultura é *sui generis*. E a fabricação mais ou menos consciente da cultura, em resposta a ‘pressões’ externas imperativas, é um processo normal – dialético ou cismogênico, talvez, mas não patogênico”.

Exorcizando o exotismo contido muitas vezes nas maneiras como pensamos, sentimos e avaliamos as formas expressivas populares, aproprio-me de uma citação de Bruno Latour, lembrada também por Sahlins (1997), em “O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção”:

As culturas supostamente em desaparecimento estão, ao contrário, muito presentes, ativas, vibrantes, inventivas, proliferando em todas as direções, reinventando seu passado, subvertendo seu próprio exotismo, (...) regiões inteiras da Terra que se pensava fadadas à homogeneidade monótona de um mercado global e de um capitalismo desterritorializado [...]. Essas culturas, tomadas de um novo ímpeto, são fortes demais para que nos demorem sobre nossas infâmias passadas ou nosso atual desalento. O que se carece é de uma antropologia disposta a assumir seu formidável patrimônio e a levar adiante suas muitas e valiosas intuições” (Latour, 1996, p.5).

Mais do que nunca, é preciso estar atentos à plasticidade das dinâmicas culturais, aos rearranjos, às adaptações, aos processos criativos empreendidos por grupos de cultura popular na contemporaneidade, onde o que está em jogo não é meramente a tentativa de reprodução do passado, e sim a construção de um presente e a tentativa de sonhar um futuro.

NOTAS

¹ Destacamos a obra *Popular Culture in Early Modern Europe*, publicada em 1978, e traduzida no Brasil como *Cultura Popular na Idade Moderna*, em 1989.

² Ver artigo do autor publicado em 1995 na *Revista Estudos Históricos* v. 8, n. 16, "Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico". O mesmo artigo foi apresentado no seminário *Popular Culture, an Interdisciplinary Conference*, realizado em Massachusetts no ano de 1992.

³ Referimos especificamente à obra publicada em 1991 com o título *Customs in Common: Studies in Traditional Popular Culture*. A obra foi traduzida no Brasil em 1998.

⁴ Ver *The Great Cat Massacre: And Other Episodes in French Cultural History*, publicada em 1984, cuja tradução no Brasil data de 1986.

⁵ Mencionamos a obra publicada em 1976 sob o título original *Il formaggio e i vermi: Il cosmo di un mugnaio del'500*, e traduzida no Brasil em 1986.

⁶ A conhecida obra *The invention of tradition* foi publicada originalmente em 1983.

⁷ Depoimentos recolhidos pela bolsista de iniciação científica (PIBIC-CNPq) Valéria Cristina da Silva Rocha no âmbito do projeto por mim coordenado na Universidade Federal de Mato Grosso, "Atualidade da tradição: uma análise antropológica do cururu e siriri em Cuiabá".

⁸ Para o aprofundamento nesta reflexão, ver Osorio, 2012. Momento em que a partir de dados etnográficos, empreendo uma análise dos Festivais de Cururu e Siriri realizados anualmente na cidade de Cuiabá, refletindo sobre mudanças na sociabilidade festiva e focalizando as dinâmicas dos grupos de siriri em novos espaços simbólicos.

REFERÊNCIAS

BURKER, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CHARTIER, Roger. "Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico". *Estudos Históricos*, vol. 8, n.16, p. 179- 192, 1995.

CÔRTEZ, Gustavo. *Dança Brasil! Festas e Danças Populares*. Belo Horizonte: Leitura, 2000.

DARNTON, R. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LATOUR, Bruno. Not the Question. *Anthropology Newsletter*, 37 (3), p. 1-5, 1996.

LEVI-STRAUSS, Claude. "Raça e história". *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____. *A antropologia diante dos problemas do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOUREIRO, Roberto. *Cultura mato-grossense: Festas de santos e outras tradições*. Cuiabá: Entrelinhas, 2006.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I e II). *Mana*, vol. 3, n. 1 e 2. Rio de Janeiro, abr./out. 1997

_____. Adeus aos tristes tropos: a etnografia no contexto da moderna história mundial. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

OSORIO, Patricia Silva. Os Festivais de Cururu e Siriri: mudanças de cenários e contextos na cultura popular. *Anuário Antropológico*, v. 2011/1, p. 237-260, 2012a.

_____. Do bolo co tchá ao cake with tea: siriri e processos de mediação cultural. In: João Gabriel Lima Cruz Teixeira e Leticia Costa Rodrigues Viana. (Org.). *Artes Populares no Brasil Central: Performance e Patrimônio*. Brasília: Idade da Pedra, 2012b, v. 1, p. 359-372.

SCHMIDT, Max. *Estudos de Etnologia Brasileira: peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAMINHOS DE MIRANTÃO: HIBRIDISMO NO ESPAÇO-TEMPO CONTINUUM

Ana Lia Rodrigues da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso,
Instituto de Linguagens,
Programa de Pós Graduação em
Estudos de Cultura Contemporânea;
Licenciada em Pedagogia, Universidade Castelo Branco (RJ)
Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO /UFMT
ana.liars@hotmail.com

Teresinha Prada

Bacharel em Música pela Universidade Estadual Paulista – UNESP;
Mestre em Comunicação e Cultura pelo Programa de
Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM e
Doutora em História Cultural, ambos pela
Universidade de São Paulo – USP;
Professora da graduação em Música e do
Programa de Pós-graduação em
Estudos de Cultura Contemporânea da
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
teresinha.prada@gmail.com

RESUMO



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

O presente ensaio trata de uma observação sob o foco dos Estudos de Cultura Contemporânea sobre a localidade de Mirantão, região situada na divisa entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, apontando os marcos de hibridismo e mestiçagem do qual tratam Canclini e Gruzinski em consonância com as peculiaridades desta comunidade. Oferece um panorama histórico e geográfico descrevendo características sociais e do cotidiano dos habitantes e visitantes desse lugar. Assim como os espaços de fronteira foram utilizados por Canclini como território disponível para especulação das dimensões culturais da contemporaneidade, Mirantão provoca indagações acerca de dimensões culturais deste tempo. Apresentam-se modos de ser e estar em Mirantão, imersos em seu ambiente, ante as experiências e colocações sugere-

tivas de impressões, por vezes embasadas em presenças efêmeras. Neste sentido, o texto aproveita reportagens e comentários sobre Mirantão coletados da internet para pontuar que os estudos de cultura contemporânea requerem dinamismo no ponto de vista do observador cuja perspectiva pode também pertencer a algum tempo.

Palavras-chave: Localidade. Hibridismo. Contemporaneidade.

ABSTRACT

This essay is an observation under the focus of the Contemporary Culture Studies about the village of Mirantão, located in the border of the states of Rio de Janeiro and Minas Gerais (Brazil), pointing out to the landmarks of hybridity and miscegenation which treat Canclini and Gruzinski in line with the peculiarities of this community. The text offers a historical and geographical overview describing some social and everyday features from the inhabitants and visitors of this place. Similarly to Canclini, who used the frontier spaces to speculate about the contemporary cultural dimensions, Mirantão provokes questions about cultural dimensions of this era. The ways of being and staying in Mirantão are presented immersed in the environment, confronting experiences and impressions frequently based in ephemeral passages. In this sense, the text uses articles and comments about Mirantão collected on the internet to point out that the contemporary culture studies require dynamism in the observer's point of view whose perspective may also belong to some time.

Keywords: Locale. Hybridism. Contemporaneity.

QUE LUGAR É ESSE?

Onde fica Mirantão? Mirantão é um lugar pequeno, um vilarejo que pertence ao município de Bocaina de Minas, Minas Gerais, mais precisamente na região de Visconde de Mauá, nos limites do Parque Nacional de Itatiaia, Serra da Mantiqueira, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além de Bocaina de Minas, essa região engloba ainda os municípios de Itatiaia e Resende. Mirantão é uma das vilas que compõem o cenário desta região do Brasil (Figura 1).

Figura 1: Mapa da Região de Visconde de Mauá.



Fonte: www.aventaleventual.com

Local de paisagem exuberante, rica em biodiversidade, inserida em uma APA (Área de Proteção Ambiental) da Serra da Mantiqueira, bioma da Mata Atlântica, Mirantão possui abundantes cachoeiras e muitas trilhas (Figura 2). O clima de montanha, com baixas temperaturas, atinge índices negativos no inverno. Suas serras atingem altitudes elevadas, chegando a 2.791 metros acima do nível do mar (Pico das Agulhas Negras), contornadas por estradas sinuosas, muitas vezes sem asfalto, enquadrando a paisagem da região. Relativamente perto de grandes centros urbanos (aproximadamente a três horas do Rio de Janeiro e cinco de São Paulo), esta região tornou-se um refúgio para quem deseja usufruir de seus atrativos turísticos.

Figura 2: Pedra Selada, Serra da Mantiqueira.



Fonte: fazendotrilha.blogspot.com.br

Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), o Visconde de Mauá, recebeu as terras da região em 1870, como concessão do governo imperial para exploração de madeira, que seria transformada em carvão. Seu filho, Henrique Irineu de Souza, tentou empreender um núcleo de colonos europeus. Porém, devido à característica geográfica – coberta por uma floresta tropical de altitude, Mata Atlântica, com chuvas torrenciais durante boa parte do ano, inverno rigoroso, a terra ácida (que sugere baixa produtividade agrícola), diferentemente das encontradas nos países de origem dos imigrantes e o relevo montanhoso de difícil acesso – não houve sucesso nesse projeto.

Em 1908, o governo do Estado do Rio de Janeiro adquiriu as terras do antigo Núcleo Mauá; nesta segunda experiência, predominaram os

imigrantes de origens suíça e alemã. Após anos de insatisfação dos colonos, que levou a inúmeros conflitos locais, em 1916 o núcleo oficialmente se desfez. Antes de ir embora, os colonos imigrantes venderam seus lotes para os mineiros, e os mini fundiários foram aos poucos se constituindo em fazendas, mas ficaram alguns remanescentes. Uma das razões da permanência destas famílias na região foi que muitos de seus integrantes casaram-se com membros de famílias de fazendeiros de Minas Gerais.

Na década de 1920, muitos visitantes começaram a frequentar a região, recomendada para a saúde pela excelência do clima; esta era uma prática muito comum. Em 1922, os Bühler e os Buttner recebiam os primeiros turistas em suas próprias casas. Em 1925, construíram a primeira pousada, tendo o turismo, a partir de então, se consolidado como uma vocação permanente dessa região. Além disso, sua proximidade de outras cidades mineiras facilitou a convivência da região com a criação do gado leiteiro; a comercialização de laticínios logo se tornou uma importante atividade econômica. (VILLELA, MAIA, 2009, p. 40)

Assim sendo, a principal atividade econômica de “Mauá” é o turismo. Nos fins de semana, e especialmente nos feriados, as noites em Maringá (Figura 3), outro vilarejo, são agitadas, nos restaurantes, nas lojas de artesanato, tapeçaria, roupas indianas, gemas, consultas astrológicas e todos os tipos de massagem e realinhamento energético, fotos personalizadas – tudo pode ser consumido. Se buscar uma aventura gastronômica, pode-se experimentar a truta, prato “típico”, ou o leitão à pururuca e outras iguarias típicas da cozinha mineira, além de pizza na pedra, cogumelos, comida vegetariana, japonesa, charmosos cafés, chocolate artesanal, um famoso bolo húngaro, biscoitos artesanais, queijos de diversos tamanhos e aromas, doces e geleias artesanais, vinhos, cachaças e o pinhão. Este último virou símbolo de Visconde de Mauá, onde se criou inclusive um Festival Cultural anual, a Festa do Pinhão. A Festa do Pinhão é um Festival gastronômico, que inclui apresentação de shows (com músicos locais), concurso de artes visuais, no qual o tema sempre é o Pinhão, cujos resultados são obtidos por meio de voto popular.

Figura 3: Maringá –RJ. Visconde de Mauá.



Fonte: vanderdissenha.wordpress.com

A partir da década de 1970, com a descoberta da região pelos *hippies*, naturalistas e ecologistas, gradativamente Mauá foi se firmando como polo turístico de características bastante peculiares. Nos anos 1970 e 1980, *hippies* e alternativos partiram para Mauá em busca de um contato com a natureza, impulsionados pelo movimento de fuga dos grandes centros e da “sociedade de consumo”, outros por razões de cunho político, contrários ao Regime Militar (instaurado no Brasil em 1964 por um golpe militar e que durou até 1985), ou em busca de experiências contemplativas, procuravam igrejas e comunidades místicas. Em 1982, Alex Polari¹ foi um dos primeiros a fundar um grupo do Santo Daime longe da floresta; mantinha uma comunidade religiosa em Mauá e visitava sempre a sede da igreja que conhecera no Acre.

Como fruto de um movimento que atravessa os tempos e os modismos, ainda hoje muitas pessoas procuram a região, buscando equilíbrio espiritual e contato com a natureza. Assim a região se torna também um destino de ecoturismo e turismo de aventura. Outros chegaram à Mauá e cercanias em busca de melhor qualidade de vida e buscaram realizar investimentos nessa região, como hotéis, pousadas, restaurantes, investimentos turísticos; o que modifica a arquitetura econômica e social do lugar. Também vieram artistas em busca de refúgio propício à criação artística. Esses grupos mantêm intenso contato com a cidade.

Os limites políticos neste espaço não são claros. Visconde de Mauá é distrito, zona rural do município de Resende, no Rio de Janeiro; a vila da Maromba é distrito do município de Itatiaia do Rio de Janeiro e Mirantão é distrito de Bocaina de Minas em Minas Gerais. Maringá, por exemplo, é “mineiroca”, tem um lado Minas e um lado Rio, basta atravessar a ponte sobre o Rio Preto (Figura 1). As pessoas que por ali circulam, entre moradores e turistas, são, em sua maioria, mineiros, fluminenses ou paulistas. Soa como um espaço de convergência do sudeste brasileiro. Um espaço em que o sudeste se matiza, se aglutina e perde limites, se desterritorializa. Onde o campo e a cidade se convergem e produzem acordes ambivalentes. A cidade de Resende funciona como um polo de suporte urbano que acumula as atividades econômicas, serviços, comércio, indústrias e escolas e faculdades.

Mirantão, encontrando-se neste espaço fronteiriço entre dois estados, entre municípios diversos, ou nos lugares subjetivos do espaço urbano e rural, seria um campo fértil para explorar processos de hibridação das dimensões culturais observadas atualmente. Da mesma forma que o antropólogo argentino Néstor García Canclini (2013, p. 312) se utiliza de áreas de fronteira para tratar de processos de desterritorialização, concluindo que hoje todas as culturas são de fronteira (p.348). Canclini sustenta que o mundo contemporâneo apresenta várias razões para empregar os conceitos de hibridismo e mestiçagem (p.XXVI). Ao tratar da mestiçagem de um modo contemporâneo, situa-se na dimensão cultural de combinações identitárias. Mirantão, por estar neste espaço de linhas quebradas, por ser a divisa que não separa, mas que se configura num *continuum*, une Rio e Minas e campo e cidade, portanto, ao apresentar e representar condições anfibológicas, fala dessa qualidade de mestiçagem.

Este trabalho certamente não se trata de um retrato, pois não existe local geográfica e culturalmente estanque, mas sim de uma observação não superficial, de anos de imersão nesta localidade.

PECULIARIDADES DE MIRANTÃO

Uma reportagem do *Jornal do Brasil*, publicada em fevereiro de 2013, enuncia: “Mirantão: turismo capaz de agradar de bichos grilos ao público sofisticado”. Além de descrever outras particularidades desse lugar, a jornalista Celina Côrtes aborda com relevância a cachoeira que é o foco turístico deste vilarejo a “Cachoeira da Prata”, uma propriedade particular, porém aberta ao público, cujos donos são: uma merendeira da escola municipal local e um agricultor aposentado. A propriedade mantém um restaurante *self-service* com comida caseira mineira, feita e servida no fogão à lenha. Quase em frente da entrada da “Cachoeira da Prata”, localiza-se a “Quinta da Prata”, uma pousada-boutique que oferece hospedagem sofisticada, com chalé, torre de observação, piscina de pedras, alimentação 100% orgânica cujos ingredientes são cultivados em horta particular. Viviane Andreatta, a proprietária, foi casada com o artista plástico Rubens Gerchman, inclusive essa propriedade já serviu de *atelier* para o artista, e hoje é uma galeria que leva o seu nome, abrigando suas obras e de Roberto Magalhães, Celso Guimarães, Oscar Araripe entre outros artistas que moram, moraram ou passaram pela localidade.

Coincidentemente, Canclini cita Rubens Gerchman ao analisar aspectos do hibridismo na arte contemporânea:

O expressionismo de Gerchman [...] brota também da aglomeração, mas do universo urbano. A pintura não quer ser arte, no sentido de representação estetizada; compete com as notícias dos jornais, os quadrinhos, as paisagens da cidade, aplica a ironia a seu “mau gosto” tanto quanto ao gosto consagrado no mercado da arte. Tem relação com isso sua vocação pelo estereótipo: misses posando em fila, jogadores de futebol, aglomerações em ônibus, séries de fotos de identificação policial. O crítico Wilson Coutinho apontou o que afasta Gerchman do muralismo mexicano [...] e de outros movimentos utópicos da modernidade [...] b) Gerchman busca o que é “idêntico em uma polifonia bárbara; c) mostra “gente isolada”, “pessoas anônimas da rua” (CANCLINI, p.120-130, 2013).

Rubens Gerchman, Roberto Magalhães, que mora em Mauá, e Oscar Araripe, que chegou a morar por nove anos em Mirantão, fizeram parte do movimento de vanguarda nas artes. Visconde de Mauá e Mirantão foram cenários de suas inspirações artísticas. É possível especular um espaço na semiosfera deste lugar com grande potencial artístico.

Um território tão pequeno expõe a proximidade entre ambientes subjetivos distintos e constata uma convivência de ambiguidades, ou

seja, da mestiçagem. O homem do campo e o intelectual convivem harmoniosamente. Não é incomum encontrar artistas renomados, professores universitários e empresários vivendo ou passando temporadas nessas localidades. Com certeza, cada um possui uma história e um motivo particular para estar ou permanecer ali, construindo uma teia de subjetividade que alimenta a diversidade humana do lugar. Esta convivência plural discorre sobre um espaço de relações híbridas. A convivência com “o de fora” e com o “da terra” existe como que em uma relação de protocoo-peração. A vinda de novas pessoas, principalmente com ideias para ficar e investir traz oportunidade de trabalho para os locais. Por sua vez, os “de fora” precisam desses serviços para melhor se instalar.

De certo modo, os rótulos que as pessoas que vêm dos grandes centros recebem parecem perder a superfície quando o indivíduo se coloca na praça junto aos moradores de Mirantão, por exemplo. Será que um lugar como este pode revelar a simplicidade a ponto de nivelar todos à modesta condição humana? Seremos somente pessoas iguais por alguns momentos diante da sublimação da natureza? De acordo com uma citação de Nietzsche (PERCY, 2011 p.9) “nós nos sentimos bem em meio à natureza porque ela não nos julga” e, portanto, não nos obriga a artificializar comportamentos. Será também esta mesma sensação que leva à idealização de que existe purismo cultural nas comunidades afastadas dos centros urbanos?

O contato com a Natureza costuma ser apresentado como algo que modificaria as percepções, condensaria o imaginário e, por vezes, poderia seduzir os olhos. Uma atriz/escritora do Rio de Janeiro, Monica Montone, que visitou Mirantão em 2013 publicou em seu blog:

“Mirantão: um pequeno de céu esquecido pela civilização”
Mirantão é um pequeno pedaço do céu que [aparentemente] não foi descoberto pela civilização. Lá o tempo não existe. É marcado pela prosa de mulheres gordas de bochechas rosa nas janelas e pelo olhar do velho que acompanha o movimento da rua sentado numa cadeira na soleira da Mercearia Sampaio. Há cachorros por todos os lados e crianças com roupinhas encardidas jogando bola num terreno esquecido. (MONTONE, 2013)

Montone começa seu texto, ainda que com licença poética, dizendo que ali o tempo não existe e que Mirantão não foi descoberto pela “civilização”. Descreve o cotidiano do lugar, o qual chamou de aldeia, como se olhasse uma sociedade exótica, ao mesmo tempo em que idealiza o campo. Ao continuara descrição da esfera local, usa palavras como se esculpissem um souvenir:

Há bêbados que depois das 18 h arrumam confusão por nada no único bar da aldeia e uma assembleia de Deus onde os homens de bem se reúnem no domingo para rezar e agradecer o pão. Os grilos fazem sinfonia à noite toda e depois das 21 horas só o vento assovia pelas ruas.

Na pousada da dona Maria comida de vó: arroz, feijão, farinha torrada em casa, abóbora, ovo frito, saladinha de chuchu.

Na mercearia pinga com mel- que segundo me disseram é o melhor remédio pra gripe- e broa de milho fresquinha.

Em Mirantão restos de comida jamais vão para o lixo e sim para a vasilha da cachorrada.

Quem quiser estudar tem que ir para Mauá [a cidade mais próxima] e se anoite a febre aumentar tem que bater no vizinho para pedir uma aspirina, pois farmácia não há. (MONTONE, 2013)

Os jovens não vão à Mauá se quiserem estudar, eles vão à Mauá para estudar, assim como na cidade, pegam ônibus que os levam à escola. Mirantão não é um lugar paradisíaco em que não há nada para fazer e todas as pessoas são felizes. O mirantense toma banho de cachoeira, faz sauna, anda de bicicleta, caminha, vai à igreja, faz cavalgada, capoeira, teatro, churrasco, e encontra os amigos na praça (Figura 4), promove eventos, bazares, campeonatos de futebol que lotam o campo e a quadra comunitários, enfim, inventam suas ocupações de lazer. Qual a diferença das cidades? Seriam as dimensões dos espaços, ou o conteúdo imanente? Provavelmente os jovens deste lugar têm aspirações semelhantes às dos jovens das cidades, pois estão sujeitos às mesmas redes de informação e comunicação, via internet e televisão, e aos mesmos parâmetros curriculares da educação escolar. Seus pais também os estimulam a procurarem uma vida melhor e mais profícua.

É fato que existe diferença cognitiva entre um espaço rural e urbano. O contato com a natureza proporciona estímulos sensoriais próprios. Mas, será este o fator capaz de realizar milagres na consciência humana?

E tem cachoeiras! Exuberantes véus enfeitando as montanhas virgens montanhas que engolem o olhar por todos os lados. Um verde que vez ou outra cai no esquecimento de quem vive nos grandes centros urbanos.

Será que as pessoas que vivem aqui tem depressão? Crise existencial? Foi o que quis saber no quarto dia de vida no campo. Essas crises não são efeitos colaterais da ambição? Qual seria a ambição do povo que vive em Mirantão? Ter a própria terra para o plantio?

Todos me parecem tão felizes com o riscado de suas vidas: meninas que se casaram aos 16 anos hoje são mães de filhos moços, cuidam da casa, assistem programa de tv, vão à missa aos domingos, usam roupas doadas, e se orgulham das receitas caseiras que

conhecem. Meninos que se casaram aos 16 anos hoje trabalham na lavoura [ou na fábrica de queijo] e sustentam suas famílias.

Troquei um dedinho de prosa com algumas pessoas e tive a mesma impressão diante de todas elas: elas se sentiam confortáveis na própria pele. Como podiam? Como conseguiam? Qual milagre?

Quando perguntei o que os jovens da cidade faziam para se divertir a uma moça de uns trinta e poucos anos ela abriu um sorriso doce e manso e sem o menor pesar disse: ‘nada’ (MONTONE, 2013)

Sim, os jovens de Mirantão têm opções sim. Nem todos vão ser fabricantes de queijo como escreveu Monica Montone em seu blog. Alguns estudam nas cidades, Rio de Janeiro, São Paulo, Resende, Itatiaia, Liberdade, Itamonte, Aparecida, Taubaté, vão morar em casa de parentes ou amigos. O intercâmbio com os “de fora” é fundamental, pois é comum os moradores serem acolhidos por essas famílias amigas. Além disso, o lugar dá oportunidade para diversas outras profissões, não somente ligadas às produções agrícolas ou pecuárias, mas também ao turismo, hotelaria e comércio, entre outros. Não é a configuração geográfica de Mirantão que determina a condição profissional dos indivíduos desta comunidade. Talvez a “falta de oportunidade” não é em nada diferente de outras zonas periféricas ou até densamente já povoadas. Grandes centros urbanos podem também obstaculizar oportunidades, dependendo da situação econômica de um país.

Dentre os modos de lazer e sociabilidade, encontramos também manifestação de festas populares como a Festa do Pinhão, as festas juninas e julinas que ocorrem em cada Vila dessa região, por exemplo, as festas juninas das escolas e a Folia de Reis, que seria motivo para um estudo aprofundado.

Segundo a análise da blogueira, não há parâmetros teóricos para elucidar o modo de vida por ela encontrado naquela localidade:

As teorias de Freud, Jung, Lacan, Sartre sobre o que há de humano em todos nós não me pareceram caber ali.

Saí de Mirantão duvidando da psicologia moderna e com a sensação de que talvez Drummond tivesse razão quando dizia que o que atrapalha a gente é tão somente a quantidade de opção. (MONTONE, 2013)

Em certo momento, a escritora questiona: “Será que as pessoas que vivem aqui têm depressão, crise existencial (...). Qual seria ambição do povo que vive em Mirantão? Ter a própria terra para plantio?” Para Montone, as pessoas de Mirantão não sofrem por não terem muitas opções

de vida, sobretudo os jovens, o que a deixa muito intrigada, e a faz questionar os paradigmas da psicologia moderna.

Esse tipo de depoimento é desprovido de uma análise minuciosa. É um relato de impressões sobre quatro dias de estadia turística nesta localidade. Observações ora romantizadas ora jocosas, sem maiores pretensões ou motivações dissertativas, mas que propiciam a discussão sobre o olhar de quem vê o campo como arcaico (desprovido de civilização, parado no tempo). Para Gruzinski, o arcaico é um engodo (2001, p.28). Assim, Gruzinski rechaça o quadro idílico (2001, p.24) pintado sobre a Ilha de Algodoal, no Pará:

Inúmeros lugares da América, como Algodoal, continuam pertencendo ao passado – pelo menos é assim que nominamos tudo que é arcaico e rústico –, embora imersos cotidianamente no universo planetário. Para reparamos nesses contrastes – em que é fácil enxergar contradições, contendamo-nos, via de regra, em contrapor os estragos do progresso e as contaminações da Civilização às resistências das Tradições. Como explicar esse reflexo, esta inclinação irresistível que nos impele a procurar arcaísmo em todas as suas formas, a ponto de ignorarmos, voluntariamente ou não, o que toca de perto ou de longe a modernidade? É como se sentíssemos um perverso prazer em fabricar diferenças. (GRUZINSKI, 2001, p.25)

Esse Arcaísmo seria um espaço subjetivo de fácil conotação, quase que uma zona de conforto do olhar para o exótico: “Não obstante, o tradicionalismo aparece muitas vezes como recurso para suportar as contradições contemporâneas. Nessa época em que duvidamos dos benefícios da modernidade, multiplicam-se as tentações de retornar a algum passado que imaginávamos mais tolerável.” (CANCLINI, 2013, p.166).

Sobretudo, para Canclini, pós-moderno tem sido entendido de maneira equivocada, pois não designa a superação do moderno, não é só num espaço ou um estado no qual se entre ou do qual se saia. É uma condição que se envolve tanto no campo como nas cidades e que, sem dúvida, a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural. Canclini cita o livro *La Cuestión Urbana* de Manuel Castells, que atribui às ideologias urbanas um dos aspectos da transformação:

Desde o livro de Castells, acumularam-se as evidências de que a “sociedade urbana” não se opõe taxativamente ao “mundo rural” (...). Como explicar que muitas das mudanças e pensamento e gostos da vida urbana coincidam com os do meio rural, se não por que as interações comerciais deste com as cidades e a re-

cepção da mídia eletrônica nas casas rurais conecta diretamente com as inovações modernas? (CANCLINI, 2013, p.285-287)

Ora, como poderia um lugar como Mirantão tão contaminado por seus visitantes e moradores se manter num purismo rural de um desenho infantil, onde a grama é sempre verdinha, a vaca é mais malhada e a fumacinha do fogão a lenha sempre sai da chaminé?

Com mais tempo de imersão na comunidade, o olhar bucólico pode tornar-se áspero, pois a vida no campo também tem muitas dificuldades. Por exemplo, ficar ilhado por causa da queda de barreira nas estradas no período das chuvas pode ser motivo de preocupação e aborrecimentos.

Figura 4: Praça de Mirantão (2012).



Fonte:visiteviscondedemaua.com.br

Mirantão não é um lugar sem depressão e sem preocupações. Problemas de alcoolismo e uso de drogas na infância e adolescência, gra-

videz na adolescência, prostituição infantil, corrupção, como em qualquer zona urbana brasileira. Em Mirantão, se assiste à TV por assinatura como nas cidades. A internet custou para ser disponibilizada porque a geografia montanhosa requeria uma tecnologia específica, o que somado a empecilhos políticos fez demorar a implantação da internet rápida. Porém, atualmente funciona uma lanhouse na padaria (Figura 5).

Olhando este quadro, vê-se que estamos no Brasil e não no paraíso que surgiu quando o sinuoso vento da montanha movendo as águas das cachoeiras refletiu a luz do sol e pintou um arco-íris. Embora seja inegável a beleza natural deste lugar num pôr do sol de outono. A sensação de ser acolhido pela Serra da Mantiqueira. É bonito ver crianças de bochechas vermelhas do frio da montanha, sendo tratadas com compostos fitoterápicos da Pastoral da Criança e alimentadas com leite de vaca fresco. Vê-las brincando com simplicidade na Escola de educação infantil de metodologia Waldorf, pública, mantida por uma ONG há mais de 25 anos.

Figura 5: Lan house na padaria de Mirantão.



Fonte: visiteviscondedemaua.com.br (2012)

A escola faz parte de uma ONG que manteve durante determinado tempo em Mirantão uma olaria ecológica, uma fábrica de brinquedos de madeira, uma tecelagem e um grupo de teatro. Existia um intercâmbio entre esta ONG e uma instituição alemã, cujos integrantes eventualmente se encontravam em Mirantão, ou levavam os moradores dali para a Alemanha. Também, com a Escola Estadual Antônio Quirino em Mauá havia parceria com escolas da Alemanha e África do Sul, anualmente e alternadamente os alunos deslocavam-se para esses países, ou vinham para cá.

Há poucos anos, as estradas que ligam Resende à Visconde de Mauá foram totalmente pavimentadas, recebendo a condição de Estrada Parque. Para manter a sustentabilidade da região foram implantados biodigestores a fim de diminuir a poluição fluvial.

Também não faz muito tempo, algumas fábricas foram construídas em Resende, o que aumentou o fluxo de pessoas e de oportunidades de trabalho para os moradores da localidade.

Contudo, com tantas mudanças, é comum sentar na praça aos domingos para ouvir as “histórias do lugar”, comentar sobre as figuras pitorescas que ali vivem e ouvir dos próprios moradores: “Aqui nada muda, está tudo sempre igual”. Interessante questionar este espaço subjetivo que não consegue, ou não quer, observar as nuances das mudanças e talvez por isso iguale todos à mesma condição humana animal, por não ver as nuances do tempo, do espaço, do outro? Talvez passe esta mesma sensação ao visitante.

Mas, que lugar é esse? Que dizem que não muda nunca? Que quem chega acha que está em um lugar perdido do passado?

Em um comentário do vídeo “Caminhos de Mirantão”, postado por Luis Antonio Segadas (2009) no Youtube,² um internauta comenta que frequentava Mirantão na década de 1970 e que não mudou em nada.

O fato é que Mirantão passou por mudanças substanciais. Na década de 1990 viveu um tempo áureo. Havia uma linha de ônibus Rio de Janeiro-Mirantão sextas-feiras à noite e Mirantão-Rio de Janeiro, domingo à tarde, e contava com visitantes assíduos. Além disso, sediou um restaurante de alta gastronomia francesa. Em 2000, não havia telefone, apenas um posto telefônico, poucas residências possuíam geladeiras. Em 2003, já havia linhas particulares de telefone. Entre 2004 e 2006 um grupo de artistas propôs carnaval de rua e cursos de artes, mercados e lojas de moda foram abertos, a internet chegou por volta de 2008, a pavimentação da estrada foi inaugurada em 2011. O clima mudou consideravelmente tendo se apresentado mais quente, nesse ponto os moradores concordam com as mudanças.

Nesta última década, diversas empresas do ramo automobilístico foram construídas em Resende, que esta sim (e não Mauá, que é uma vila) é a cidade mais próxima. Enfim, várias mudanças, que parecem não ser suficientes para que alguns moradores vejam a sua relevância? Ou será que constroem a imagem de “parados no tempo” para o visitante, assim como um índio pode usar o cocar para aparecer no documentário por saber que é isso que se “espera” dele?

Mirantão parece sugerir um ambiente mestiço, e provocar ao olhar indagações sobre os processos de hibridação. É também um lugar de deleite natural para os estudos da contemporaneidade.

Figura 6. Ruas de Mirantão.



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=150582085064437&set=a.104141299708516.5077.100003379385241&type=3&theater>

NOTAS

¹ Alex Polari de Alverga nasceu em João Pessoa, em 1951, e participou da luta armada contra a ditadura militar na VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Foi um dos principais responsáveis pelo sequestro do embaixador alemão, nos anos 1970. Foi preso no DOI-CODI em 1971 e barbaramente torturado. Polari sobreviveu para denunciar ao próprio Tribunal Militar o assassinato de Stuart Angel (filho da estilista Zuzu Angel). Polari também é poeta e atualmente é membro e representante da igreja do Santo Daime. Alex tornou-se peça-chave na difusão e no reconhecimento do Santo Daime como uma religião no Brasil e no exterior. (NOGUEIRA, Bruno. Disponível em <<http://revistatrip.uol.com.br/revista/208/paginas-negras/alex-polari.html>> Acesso em 07 jul 2014).

² Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Q0EcWK0ooFk> último acesso em julho de 2014.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Nestór García. *Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da Modernidade*. 4ª ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PERCY, Allan. *Nietzsche para Estressados: 99 Doses de Filosofia para Despertar a Mente e Combater as Preocupações*. Doses de Filosofia para Despertar a Mente e Combater as Preocupações, 1ª ed: Editora Sextante/GMT, 2011.

ARARIPE, Oscar. *Oscar Araripe*. Disponível em <http://www.oscarararipe.com.br/>. Acesso em 13 ago 2013.

CÔRTEZ, Celina. *Mirantão: turismo capaz de agradar de bichos grilo ao público sofisticado*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 fev 2013. Disponível em <<http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2013/02/16/mirantao-turismo-capaz-de-agradar-de-bichos-grilo-ao-publico-sofisticado/>> Acesso em 12 ago 2013.

Galeria de Arte Ateliê RG. *Pousada Quinta da Prata*. Disponível em <<http://www.quintadaprata.com.br/>>. Acesso em 13 ago 2013.

MAGALHÃES, Roberto. *Roberto Magalhães*. Disponível em: <<http://www.robortomagalhaes.art.br/>>. Acesso em 13 ago 2013.

MONTONE, Monica. *Mirantão: um pedaço de céu esquecido pela civilização*. Disponível em <<http://www.monicamontone-blog.com/2013/04/mirantao-um-pedaco-de-ceu-esquecido.html>>. Acesso em 12 ago 2013.

SEGADAS, Luis Antonio. *Caminho de Mirantão*, 2009, 6min e 45 seg. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=Q0EcWK0ooFk>> Acesso 13 ago 2013.

VILLELA, L. E. ; MAIA, S.W. *Formação Histórica, Ações e Potencial da Gestão Social no APL de Turismo e Visconde de Mauá RJ/MG*. Revista ADM. MADE, ano 9, v.13, n.2, p.34-47, maio/agosto, 2009 Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/admmade/article/viewFile/32/23>. Acesso em 07 de julho 2014.

ARTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMBIÊNCIA DO IFMT/ CUIABÁ

Imara Pizzato Quadros

Doutora em Educação pela UFMT
Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)
imarapizzatoquadros@gmail.com

José Serafim Bertoloto

Doutor em Comunicação e Semiótica PUC-SP
Universidade de Cuiabá/MT
serafim.bertoloto@gmail.com

RESUMO

Com a finalidade de uma reflexão entorno das questões da sustentabilidade, foi desenvolvido um projeto de Arte Ambiental que teve como matéria criativa o descarte-coleta do papel usado no cotidiano do IFMT – Campus Cuiabá, na execução de um objeto escultórico para ser instalado no pátio da escola. Além dos aportes teóricos da Arte Educação considerou-se também companhias como as do teórico Geertz [caminhar etnográfico]; Bodgan e Biklen [caminhar no campo de pesquisa] e acolheu as ideias de Paulo Freire [caminhar educativo], de Michèle Sato [Educação Ambiental] e de Imara Quadros [Arte Educação Ambiental].

Palavras-chave: Ambiente. Sustentabilidade e Arte Educação Ambiental.

ABSTRACT

With the purpose of a reflection of the issues surrounding sustainability, we developed an Environmental Art project whose creative matter the discard collection of paper used in everyday IFMT - Campus Cuiabá, in the execution of a sculptural object to be installed in the schoolyard. In addition to the theoretical contributions of Art Education also considered companies as the theoretical Geertz [ethnographic walk]; Bodgan and Biklen [walking into the search field]



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

and welcomed the ideas of Paulo Freire [educational walk], Michèle Sato [Environmental Education] and Imara Quadros [Environmental Education Art].

Keywords: Environment. Sustainability and Environmental Art Education

INTRODUÇÃO

No caminho de uma pesquisa qualitativa no campo da sustentabilidade, a intenção da pesquisa foi contribuir com a redução dos impactos ambientais promovidos pela ação humana no âmbito escolar, acrescentando o respeito e o cuidado com o planeta. Assim sendo, o foco da investigação se ateve no uso do papel no cotidiano da escola e na possibilidade de transformá-lo em objeto artístico, caracterizando-o com a perspectiva ambiental, propondo uma chamada sensibilizadora. Assim compreendendo, o trabalho investigador de cunho etnográfico se configurou pelo entrelaço entre Arte Educação Ambiental, culminando com uma produção artística que teve como matéria criativa o descarte-coleta do papel usado no cotidiano do IFMT – Campus Cuiabá. Dentro desta perspectiva importou refletir e buscar algumas respostas: A escola em pleno século XXI se atenta ao consumo de papel? Qual o montante de papel que se descarta no cotidiano desta escola? De onde vem este papel? Questionando, se inaugurou uma cartografia do papel utilizado no cotidiano escolar do Campus Cuiabá, desembocando na sensibilização para o tal uso-consumo, e clamando por uma Educação Ambiental com ênfase na sustentabilidade pulverizada em todas as áreas do conhecimento. Desta forma, este trajeto investigador proporcionou uma reflexão para busca de novos valores e ações dos alunos-cidadãos-futuros profissionais, respingando na vida como um todo, então uma questão de ensino e de educação escolar. A investigação teceu conhecimento sensível, crítico e criativo tanto aos alunos-pesquisadores-fazedores do trabalho quantos aos apreciadores-leitores do mesmo, o que se julgou um bom começo de conversa com vistas a implantação de uma educação ambiental e uma incorporação da sustentabilidade na escola [discente, docente, servidores, terceirizados e visitantes], e também no ser que se prolonga para além dos muros escolares [a pessoa [família] e o profissional [mercado de trabalho]]. A metodologia adotada na investigação se fez através da abordagem qualitativa de cunho etnográfico, por se acreditar que este caminhar conceitual metodológico desse conta de compor uma boa base para as trilhas pretendidas-percorridas.

CAMINHOS EM BUSCA DE SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA

Este artigo tem o propósito de apresentar o projeto de pesquisa na área da sustentabilidade no âmbito do Instituto Federal de Mato Grosso [IFMT] Campus Cuiabá, financiado pelo Programa Institucional de Iniciação Científica [PIBIC] do IFMT. O estudo envolveu em seu percurso 04 pesquisadores bolsistas do Ensino Médio¹ dos Cursos de Edificações [DACC]² e Eventos [DAS]³, além da Professora coordenadora do grupo [DABC]⁴. A temporalidade da investigação se desenhou por um ano, permeando 2013 e 2014.

O trabalho realizado foi emoldurado pelos princípios do que propõe o TEA⁵, pelas propostas investigatórias desenvolvidas e apresentadas pelo GPEA/UFMT⁶ e pelo intento do Projeto “*Diagnóstico do consumo de água, luz e geração de resíduos sólidos do IFMT - Campus Rondonópolis*”⁷. A Educação Ambiental-EA⁸ adotada no desenvolvimento da pesquisa foi a de que ninguém é neutro, pois se busca o entrelaçamento do respeito às diferentes identidades e, tem-se a consciência do processo permanente da construção de valores, comportamentos e conceitos, ou seja, respectivamente nas dimensões axiológica, praxiológica e epistemológica da EA (PASSOS & SATO, 2005).

No rumo de conhecer a sustentabilidade na educação escolar com o foco no descarte do papel [resíduos sólidos] importou refletir e buscar algumas respostas: A escola em pleno século XXI se atenta ao consumo de papel? Qual o montante de papel que se descarta no cotidiano desta escola? De onde vem este papel? Questionando, se inaugurou uma busca cartográfica do uso do papel utilizado no cotidiano escolar do Campus Cuiabá.

O caminho qualitativo etnográfico foi uma boa escolha, por a mesma ter sido realizada em um ambiente natural, ou seja, numa fonte direta de dados, na perspectiva de melhor compreender a realidade do estudo proposto. O pesquisador, neste tipo de investigação, é considerado um dos instrumentos principais, onde tem a oportunidade de realizar o trabalho de investigação pessoalmente, num contato direto com a situação em estudo. A metodologia adotada na investigação foi a da abordagem qualitativa de cunho etnográfico, por acreditar que este caminhar conceitual metodológico desse conta de compor uma boa base para as trilhas pretendidas-percorridas. Para tal, considerou-se como companhias teóricas Geertz [caminhar etnográfico], Bodgan e Biklen [caminhar no campo de pesquisa] e acolheu-se as idéias de Paulo Freire [caminhar educativo], de Michèle Sato [Educação Ambiental] e de Imara Quadros [Arte Educação Ambiental].

Para pesquisar o uso do papel no cotidiano escolar e transformá-lo em objeto artístico ambiental, no sentido de abordagem de impactos e melhores rumos futuros, o caminho conceitual e metodológico escolhido se presentifica como uma trilha bastante desafiadora, mas agradável, abrindo portais que permitem um vasculhar lugares de um modo criativo e original. A escolha se dá por acreditar que este caminho se revela permissivo na busca dos melhores ângulos para perceber, considerar e entender valores, costumes, hábitos, práticas, comportamentos, atitudes e concepções do cotidiano escolar extensivo para o não escolar. Há de se concordar com Bodgan e Biklen (1994) quando apontam que a pesquisa qualitativa tem sido útil às investigações que se apresentam na trilha educacional dentro e fora da escola. Estes mesmos estudiosos alertam dizendo que este tipo de pesquisa oferece condições para que se adentre no pequeno-grande mundo do foco de pesquisa.

Muitos e variados estudos já alertam que é necessário que se estabeleça um estado permanente e constante de EA, para todas as pessoas e setores sociais, assim quem sabe se provoque diálogos-debate sobre todas as questões envolventes que abalam o bem viver no planeta. Wallace (2002), alerta que todos devemos reconhecer que as questões ambientais são também questões sociais.

Este estado permanente e constante de Educação Ambiental, que se sabe que é necessário e urgente pensar e agir, não acredita na transversalidade proposta nos PCN, nem tampouco crê na instauração de uma disciplina específica para Educação Ambiental, como alguns rumores existentes. O que se considera é a possibilidade de um movimento divergente que aponte reinvenções educativas, superando as propostas vigentes e anunciadas para a questão ambiental na educação (Educação Ambiental), e a Arte Educação Ambiental proposta pelo GPEA, é uma destas tentativas.

Urge a inauguração de ações voltadas para todas as questões que dizem respeito ao cuidado com o planeta, com o ambiente de vida. A educação não pode se redimir desta força tarefa, incluído se aí, o âmbito gestor-administrativo escolar. Clama-se urgente por uma sensibilização ambiental, uma formação dialógica com base em Paulo Freire que proponha um dialogar permanente e constante, um solo bastante rico para a EA. Solo este onde poderá enraizar e se expandir no sentido rizomático deleuziano, ultrapassado por várias forças de intensidade como em um mapa que se espalha em todas as direções, se abre e se fecha, pulsa e constrói, pautado num diálogo aberto para experimentações. Deverá provocar discussões e criações necessárias à existência da sustentabilidade nas ações cotidianas dentro e fora da escola, pois, “As modernas

atividades educacionais clamam por mudanças de valores, atividades e responsabilidades com o ambiente”, afirma Sato (2003, p. 13).

Não como um “modismo” no pensamento de Sato (2000, p. 3 e 4) revela-se a urgente necessidade de inserir a dimensão ambiental no cotidiano de todos os setores sociais humanos, na perspectiva de uma cultura ambiental, ou seja, na vida pessoal, familiar, bairros, cidades, comunidades, instituições públicas, privadas e etc., mas também especificamente no setor educacional, com vistas a sua incorporação e aberto a reinvenções que favoreçam a todos e não só a seletos interesses.

A Educação Ambiental nunca dará conta sozinha de modificar as realidades impactantes urgentes. Pois retomando Sato “no debate da EA é preciso que se reconheça que a ignorância representa uma oportunidade para o renascimento”. E que “no nosso refletir, devemos perceber que nosso conhecimento é limitado e que devemos buscar novas fontes do saber. [...] Quem julga saber tudo, não cria condições para a troca, portanto, não ocorrendo diálogos. Da mesma maneira, quem acha que não sabe nada, também não estabelece comunicação” SATO (2000, p. 3-4 e 9-10).

As sociedades urbanas têm uma interação íntima com o seu meio natural, ecossistema (s) ao qual estão inseridas, mesmo que não se considere e ou não se perceba mais. Mas certo é que desde sempre o que tem moldado a diversidade cultural e os sistemas de valores humanos, é o meio natural onde o ser está encravado, mesmo no universo do industrializado, do comércio, do consumo - coadjuvantes do ambiente urbano. A diversidade dos ecossistemas desenha a multiplicidade das culturas, e essa diversidade cultural por sua vez diversifica o ecossistema, trazendo outras espécies, outras vidas (Sato, 2000, p. 3-4 e 9-10). A autora ainda sinaliza que:

A EA deve orientar-se para a comunidade, incentivando o indivíduo a participar atuante da resolução dos problemas no seu contexto de realidade específica [...]. Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão as soluções. Estas serão obras de cidadãos e cidadãs. SATO (2003, p. 12).

Na perspectiva de (Freire, 1979), o diálogo é essencial e apresenta a “imagem” como força vital, entendida como sendo uma palavra falada, escrita e/ou artística que revela uma possibilidade comunicacional, e que perpassa pelo contexto simbólico. A Arte, na educação escolar ou não, envolve o fazer como a produção artística de todos os tempos, lugares e culturas. A Arte é uma forma bastante significativa de Comu-

nicação e de Expressão humana, o que tanto na expressão–produção, como na leitura–apreciação apresenta possibilidade comunicacional na dimensão sensível, criativa e crítica, revelando um valor que deve importar muito à educação, portanto na EA.

O caminhar Arte Educativo Ambiental, teve seus primeiros ensaios oficiais por volta do ano de 2007, e foram publicados somente em 2011, no livro organizado por Michèle Sato “Eco-Ar-Te para o reencantamento do mundo. São Carlos: RiMa Editora, FAPEMAT, 2011”. Onde Quadros discorre sobre este entrelaço híbrido, alegando que:

Um entrelaçamento entre Arte Educação e Educação Ambiental, gerando hibridamente a terminologia Arte Educação Ambiental. Esta possibilidade de entrelaçamento ocorre na ideia de considerar a Arte Popular sob a ótica da Arte Educação como um caminho vigoroso para se promover Educação Ambiental na expectativa de contribuir com a geração da Cultura Ambiental tão necessária. QUADROS (2011, p. 52)

A crença é que a presença da arte educação somada às questões ambientais envolventes, **Arte Educação Ambiental**, possam contribuir nas compreensões para as transformações necessárias no sentido sustentável. Segundo a criadora da teoria da abordagem triangular (Barbosa, 2006), se houver a proposição do “diálogo”, a “discussão”, conversa com o “artista” e a “obra” se revela um bom caminho formativo, pois segundo ela, é parte do que se chama “teoria da abordagem triangular”. A trama entre a Arte, a Educação e o Ambiente, via Arte Educação e Educação Ambiental é um caminho aventureiro aprendiz, pois abre trilhas para o vicejamento da deformação-reformação – espaço das reinvenções (QUADROS, 2013). Um caminho que deve importar para a sustentabilidade!

Se considerado o que aponta Tristão (2005, p. 253) “Precisamos resgatar o sabor do saber que está no desejo de mudar a vida”, Arte Educação Ambiental revela esta possibilidade, então, é melhor fazer valer e acontecer a ideia do artista Bené Fonteles, artista brasileiro que coordena o Movimento artistas pela natureza: “Antes arte do que tarde”!

Assim compreendendo nos aventuramos pelos caminhos investigatórios, buscamos dados que dessem conta de elaborar uma espécie de cartografia do uso do papel no cotidiano escolar do IFMT - Campus Cuiabá. Após, realizamos uma Oficina de Arte Educação Ambiental que culminou com a produção de uma escultura, uma imagem tridimensional, que usou o descarte do papel usado no cotidiano escolar para a criação.

DESCAMINHOS EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA

Com a expectativa de obter a estimativa diária do consumo do papel na escola campo, a pesquisa mapeou todos os setores da escola e buscou estabelecer uma forma de coleta do papel usado em um dia escolar. Ao conhecer a dimensão real da escola automaticamente se compreendeu a extensão da demanda da coleta dos papéis, e também, a falta de estrutura para uma pesquisa deste porte. Um recorte foi necessário na pesquisa de campo, assim a coleta se deu somente nos setores administrativos, deixando de fora cantinas, corredores e salas de aula pela presença do descarte orgânico; e os banheiros, pelos descartes higiênicos.

Houve o preparo de recipientes específicos para a recolha do descarte pretendido, ou seja, o papel usado em um dia escolar. Com este trabalho investigador pode-se constatar que a escola do século XXI não gasta tanto papel assim, aproximadamente a instituição campo descartou aproximadamente 30 Kg de papel em um dia de trabalho, e percebeu-se que os mesmos advêm das atividades do trabalho de cada setor. O problema maior constatado apontou para o desperdício do papel usado, a falta de consciência do uso-consumo, a falta de incorporar a sustentabilidade nas reflexões-ações, portanto, de Educação Ambiental voltada para este fim. Após cada coleta, ocorria a pesagem em balança de precisão bastante sensível, emprestada pelo Departamento da Área de Construção Civil [DACC], e após, embalado identificado e armazenado na sala de artes para a etapa da criação artística.

A Oficina de Arte Educação Ambiental veio apontar um caminho sensível crítico criador, bastante satisfatório para esta busca necessária na contemporaneidade, de caminhos outros rumo à cultura da sustentabilidade na escola. A proposta artística foi a idealização e execução de um objeto escultórico construindo uma árvore para ser instalada no pátio da escola, como forma de demonstrar o resultado, das probabilidades possíveis, decorrente do processo criativo no decorrer de uma pesquisa.

Para a estrutura da árvore usou-se uma treliça de ferro que foi totalmente preenchida com papel por dentro, e forrada com papel por fora. O caminho modelador da árvore de papel foi a Papietagem, ou seja, a disposição de tiras de papéis em camadas alternadas, entrelaçadas umas sobre as outras e coladas com cola branca ou grude, até que componha uma estrutura firme e sustentável, atendendo a forma pretendida. Com a base estrutural da árvore pronta, o trabalho foi voltado para o acabamento e a pintura da mesma. A decisão foi a de realizar um trabalho artístico cujo tema tivesse o foco a “destruição das florestas, matas e cerrados”, criando assim, uma árvore conceitual dentro do âm-

bito da compreensão da arte contemporânea. Pois a arte atual clama por um leitor, uma leitura que use além da recepção também a razão, faz-se necessário tanto conhecimento quanto reflexão para que se aprecie e se produza algo que não seja dado, que não seja produto de um padrão estabelecido, viciado. A arte assim considerada, não reflete mais só a “beleza” dada, esta ideia também foi transformada. Agora o feio também constitui matéria da beleza na arte contemporânea e a arte conceitual acompanha o mesmo processo.



Imagem da execução artística (acervo da autora)

No nosso percurso artístico, a percepção se ateve na sustentabilidade aplicada ao fazer criador, ferro, fita, crepe, barbante, pincéis, tinta, cola e água entre mais alguns itens. Na busca artística sustentável foi difícil encontrar materiais e caminhos não ou menos impactante, pois o mercado industrial de material artístico escolar e o não escolar, não revelam preocupação sustentável. O Projeto está praticamente finalizado, a obra da árvore conceitual foi executada nos seus finalmente no jardim da escola, porém apesar de estar integrada à paisagem, (conforme poder ser visualizado na foto abaixo) a ideia inicial é que seja instalada definitivamente no pátio de entrada da escola, por ser este um espaço de maior movimentação e visibilidade. Já foram realizadas algumas apresentações de trabalhos para a comunidade escolar via lâminas didáticas concomitante com a exposição (visitação monitorada) do produto da

recolha de um dia de papel consumido na escola. Outras atividades deverão ser desenvolvidas entorno da “Árvore conceitual” culminando na sua instalação final e decorrente das suas conexões.



Imagem da Árvore conceitual no jardim do IFMT (foto acervo da autora)

A conexão entre estas três dimensões, Ambiente, Educação e Arte, percorre uma trilha farta de entrelaços híbridos. A junção da “Arte” com a “Educação” gera a “Arte Educação”; e o entrelaço do “Ambiente” com a “Educação” gera a “Educação Ambiental”. Se considerarmos estas duas dimensões também entrelaçadas hibridamente, a “Arte Educação” e a “Educação Ambiental” geram “Arte Educação Ambiental”. Uma nova abordagem com intuito complementar, em prol do acordar mentes e sensibilizar os corações num redesenhar valores e posturas para um mundo outro, considerando as questões na perspectiva da sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos princípios norteadores elencados anteriormente, este trajeto investigador proporcionou a urgente necessidade de uma Educação Ambiental com ênfase na sustentabilidade pulverizada em todas as áreas do conhecimento. Uma reflexão com foco na busca de novos valores e ações dos alunos-cidadãos-futuros profissionais, respingando na vida como um todo, então uma questão de ensino e, educação escolar. A investigação teceu conhecimento sensível, crítico e criativo tanto aos alunos-pesquisadores-fazedores do trabalho quanto aos apreciadores-leitores do mesmo, o que se julgou um bom começo de conversa com vistas a implantação de uma educação ambiental e uma incorporação da sustentabilidade na escola [discente, docente, servidores, terceirizados e visitantes], e também no ser que se prolonga para além dos muros escolares [a pessoa [família] e o profissional [mercado de trabalho].



Imagens de detalhes da árvore conceitual (foto acervo da autora)

A pesquisa alargou os momentos para o questionamento do consumo de papel na instituição educacional, concomitante, propôs uma desacomodação paradigmática e de lógicas da indústria-consumo (lucro). Este bojo questionador-desacomodador, é propício ao surgimento de reinvenções sustentáveis em todas as situações e atividades sejam elas individuais e ou coletivas, e no âmbito escolar e profissional, deve importar tanto para a esfera gestora como a para pedagógica.

NOTAS

¹ Débora Pereira Costa (DACC), Emory Cristine Cruz Xavier (DAS), Leonardo Rodrigues Amorin (DACC) e Yan Carlos Nogueira (DAS).

² Departamento da Área de Construção Civil.

³ Departamento da Área de Serviços.

⁴ Departamento da Área da Base Comum.

⁵ Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, link's:

<http://tratadodeeducacaoambiental.net/index.php?menu=otratado>

http://tratadoeducacaoambiental.net/Jornada///Home_pt.html

<http://tratadodeea.blogspot.com.br>

<http://www.youtube.com/watch?v=xLNLntVCE&feature=share&list=UUzZlc8bs2lavQh0o8Wjiecw>

<http://remtea.blogspot.com.br/>

⁶ Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte. No site do GPEA/UFMT, <http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/>, poderá ser encontrado os Projetos deste grupo pesquisador, tanto os encontram-se em andamento, como os já finalizados. Assim como no blog spot do GPEA/UFMT, <http://gpeaufmt.blogspot.com.br/p/banco-de-tese.html>, e no <http://inaugpea.blogspot.com.br/>

⁷ Este Projeto foi Coordenado pela Prof^a MS Fabiane de Mesquita Batista [Bióloga], docente e pesquisadora do IFMT – Campus de Rondonópolis, link: www.roo.ifmt.edu.br

⁸ Usarei a sigla EA para expressar Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. (entrevista escrita dada a Revista Carta Maior/Mídia em 22/06/2006) <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Entrevista-%96-Ana-Mae-Barbosa/12/10517> (pesquisado em 2013).

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PASSOS, L. A e SATO, M. *De asas de jacarés e rabos de borboletas à construção fenomenológica de uma canoa*. In: SATO, M. e CARVALHO, I. (org.) *Educação Ambiental – pesquisas e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

QUADROS, Imara Pizzato. *Arte Popular: Trilheiro para a Arte/Educação/Ambiental*. In: Sato, Michèle [Org.] *Eco-Ar-Te para o reencantamento do mundo*. São Carlos: RiMa Editora, FAPEMAT, 2011.

_____. *Palavras científicas sonhantes em um território úmido feito a mão: a arte popular da canoa pantaneira*. Tese de doutoramento/UFMT, 2013.

SATO, Michèle. *Educação Ambiental a distância: o projeto EDAMAZ*. In: PRETJ, O. [Org] *Educação a distância: construindo significados*. Cuiabá: NEAD/UFMT, Brasília: Plano, 2000.

SATO, Michèle. *Educação Ambiental*. São Carlos: RiMa, 2003.

TRISTÃO, Martha. *Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 251-264, maio/ago. 2005. <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a08v31n2.pdf> (26/7/12 11h41min).

WALLACE, Bruce. *O ambiente: como eu vejo, a ciência não é suficiente*. Ribeirão Preto: FUNPEC – Editora, 2002.

IDENTIDADES FRAGILIZADAS EM UM CONTEXTO SOCIOCULTURAL

Edenar Souza Monteiro

Doutora em Educação pela UFMT
Professora da Universidade de Cuiabá – UNIC
edenar.m@gmail.com

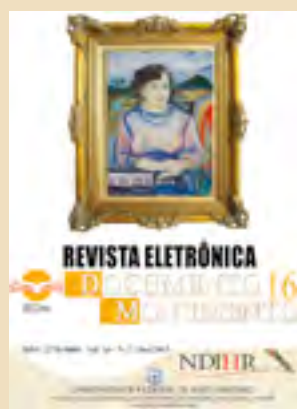
RESUMO

Este texto é fragmento da dissertação de mestrado cujo objetivo foi conhecer a percepção de famílias negras e brancas sobre a escola pública e trata da construção da identidade na perspectiva sociocultural destacando a fragilidade da assunção da identidade negra em um espaço carregado de preconceito e discriminação. Os autores Woodward (2000), Hall (2000) e Silva (2000) – aportes teóricos – apontam que as discussões que envolvem identidade e diferença, a partir das perspectivas dos Estudos Culturais, estão hoje no centro da teoria social e da prática política. O trabalho foi realizado em duas escolas públicas municipais de Cuiabá/MT. Com metodologia qualitativa e procedimentos metodológicos como: questionário socioeconômico e entrevistas individuais com os membros das famílias, os resultados mostram que esses sujeitos encontram dificuldades para assumirem suas identidades uma vez que o espaço em que eles frequentam está carregado de preconceito e discriminação.

Palavras-chave: Identidade. Contexto sociocultural. Discriminação Racial.

ABSTRACT

This text is a fragment of the dissertation aims to better understand the perception of black and white families on public school and deals with the construction of identity in the sociocultural perspective highlighting the fragility of the assumption of black identity in a charged space of prejudice and discrimination. The authors Woodward (2000), Hall (2000)



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

and Silva (2000) - theoretical contributions - revealed that discussions involving identity and difference, from the perspectives of cultural studies, are now at the center of social theory and political practice. The work was carried out in two public schools in Cuiabá / MT. With qualitative methodology and methodological procedures such as socioeconomic questionnaire and individual interviews with family members, the results show that these individuals find it difficult to assume their identities since the space in which they attend is full of prejudice and discrimination.

Keywords: Identity. Sociocultural context. Racial Discrimination.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um fragmento da dissertação de mestrado apresentado ao Instituto de Educação – UFMT – e trata do estudo sobre a identidade num contexto sociocultural destacando a construção da identidade negra.

As discussões que envolvem identidade e diferença estão hoje no centro da teoria social e da prática política. Assim, a partir das perspectivas dos Estudos Culturais, os autores Woodward (2000), Hall (2000) e Silva (2000) buscam, de diferentes maneiras, traçar os contornos da questão.

Woodward (2000) trata a identidade como adquirida através da linguagem e dos meios simbólicos. Ainda, destaca a identidade como relacional, tendo em vista sua definição ser reproduzida através da diferença e, conseqüentemente, pela exclusão.

Silva (2000) enfatiza a importância do processo de produção discursiva e social da diferença e defende que identidade e diferença são inseparáveis, interdependentes, mutuamente determinadas, e têm como característica os resultados de atos de criação linguística, por isso, ficando sujeitas às propriedades que caracterizam a linguagem – se “a linguagem vacila”, “a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade” (p.80).

Hall (2000) concentra-se na discussão da problemática da formação da identidade e da subjetividade. A identidade da pessoa é formada na interação entre o eu e a sociedade. Em concordância com os outros dois autores, Hall também considera que as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela, considerando, pois, as identidades como “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (p.112).

IDENTIDADE: CONCEITO E CONSTRUÇÃO

A Identidade neste estudo é tratada num contexto sociocultural, privilegiando as dimensões pessoal e social dos sujeitos. A dimensão pessoal coabita na dimensão social, pois parte-se do princípio de que todo ser, além de fazer parte de um grupo social, convive com vários outros, dessa forma constrói sua identidade através dos vários grupos que convive ou faz parte, como a família, os amigos, a escola, desempenhando papéis diversificados. Nesse intercâmbio relacional, esse sujeito toma consciência de sua unicidade.

Hall (2000), ao analisar como as identidades são construídas, aponta que elas são formadas via comparação com outras identidades, ou relacionadas às diferenças. A construção pelas diferenças aparece sob a forma de pólos opostos. O autor considera esses pólos como oposições binárias que são significantes para a produção do significado. A análise continua na questão da diferença, salientando a sua produção por meio dessas oposições que são consideradas fundamentais para se compreender o processo de construção cultural das identidades.

A construção da identidade, para Woodward (2000:10), “é tanto simbólica quanto social”. A afirmação das identidades sofre consequências causadas pelo conflito, turbulência, desgraça social e econômica entre os grupos. A questão da identidade está centralizada em boa parte das discussões educacionais da atualidade. Para que o conceito seja compreendido é preciso examinar as preocupações contemporâneas nessa questão em diferentes níveis. Existem, por exemplo, “preocupações com as identidades nacionais e com as identidades étnicas; em um conceito mais “local”, existem preocupações com a identidade pessoal”. As mudanças no campo da identidade estão mais acentuadas nas últimas décadas e têm provocado várias discussões, pois essas mudanças chegam a ponto de produzir uma “crise de identidade”.

“Identidade” e “crise de identidade” são consideradas por sociólogos e teóricos como características das sociedades contemporâneas, e se tornam problemas quando estão em discussão, em contraste. A “crise de identidade” pode ser analisada de várias formas. Uma delas pode ser a desestabilização ou separação de determinados grupos étnicos, causando a afirmação de novas e renovadas identidades e a busca por identidades supostamente perdidas. Outra possibilidade de afirmação de uma determinada identidade é buscar sua legitimidade nas referências de um suposto e verdadeiro passado (WOODWARD, 2000, p. 23).

Ainda com base em Woodward (2000), a afirmação política das identidades exige uma forma de autenticação que é feita por meio de reivindicação da história de um grupo cultural em questão.

Em seu ensaio “Identidade cultural e diáspora” (1990), Stuart Hall examina diferentes concepções de identidade cultural, procurando analisar o processo pelo qual se busca autenticar uma determinada identidade por meio da descoberta de um passado supostamente comum (WOODWARD, 2000, p. 27).

Ao analisar como as identidades são construídas, Hall (2000), aponta que elas são formadas via comparação com outras identidades, ou relacionadas às diferenças. A construção pelas diferenças aparece sob a forma de pólos opostos. O autor considera esses pólos como oposições binárias que são significantes para a produção do significado. A análise continua na questão da diferença, salientando a sua produção por meio dessas oposições que são consideradas fundamentais para se compreender o processo de construção cultural das identidades.

Um ponto que Woodward (2000, p. 50) ressalta é sobre a questão da construção negativa da diferença, originada da exclusão ou marginalização de indivíduos considerados como “outros”. Ressalta também que a diferença pode ser concebida como princípio da “diversidade, heterogeneidade e hibridismo”, sendo vista como enriquecedora. Para a autora, a identidade está intimamente ligada à subjetividade que, por sua vez, sugere a compreensão sobre o nosso eu. Nesse sentido,

A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade (WOODWARD, 2000, p. 55).

A produção da identidade e o investimento pessoal estão envolvidos com a subjetividade que permite uma exploração dos sentimentos por estarem presentes nesse processo de produção. A subjetividade nos permite explicar as razões pelas quais nós nos apegamos às identidades particulares.

A PRODUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE E DA DIFERENÇA

Silva (2000, p. 73) apresenta uma síntese das discussões em torno da identidade e da diferença do ponto de vista da produção social. Segundo ele, essas questões tornaram-se, “nos últimos anos, centrais na teoria educacional crítica, e nas pedagogias oficiais”, embora perceba que, nessas discussões, exista a ausência de uma teoria da identidade e da diferença. Nessa perspectiva crítica o autor discute as questões ligadas à produção social da identidade e da diferença. Em seu ensaio sobre

identidade e diferença, aquilo que é e aquilo que não é, ele busca definir “identidade” como simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, etc. Para ele a identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”), uma característica independente, um “fato” autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autosuficiente. Na mesma linha de raciocínio, também a diferença para ele é concebida como uma entidade independente. Em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: “ela é italiana”, “ela é branca”, “ela é mulher”, “ela é homossexual”. Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como auto-referenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe.

A afirmação, “sou brasileiro”, é parte de uma extensa cadeia de “negações”, de expressões negativas de identidade, de diferenças.

As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis. (SILVA, 2000, p. 75).

Em seus comentários sobre linguagem o autor ressalta que identidade e diferença, além de serem interdependentes, partilham uma importante característica: “elas são o resultado de atos de criação linguística”. Segundo ele, a identidade e a diferença são ativamente produzidas e somos nós que as fabricamos no contexto das relações culturais e sociais (p.76). Sendo a identidade e a diferença resultantes de atos de criação linguística, significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem.

Refletindo sobre o poder de definir a identidade e a diferença, o autor argumenta que, a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. Elas não são simplesmente definidas, mas sim impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputadas (p.81).

Fixar uma determinada identidade como uma norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. O autor analisa as teorias cultural e social pós-estruturalistas que, segundo ele, têm percorrido os diversos territórios da identidade para tentar descrever tanto os processos que tentam fixá-la, quanto aqueles que impedem sua fixação. Segundo sua análise, os mitos fundadores que tendem a fixar as identidades nacionais são assim, um exemplo importante de essencialismo cultural (p.83).

A teoria cultural contemporânea tem destacado alguns movimentos que conspiram para complicar e subverter a identidade. Para a teoria cultural contemporânea, a identidade e a diferença estão estritamente associadas a sistemas de representação, onde o conceito de representação tem uma longa história, o que lhe confere uma multiplicidade de significação. O autor aponta que, no registro pós-estruturalista, a representação é concebida unicamente em dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, como uma marca material. Portanto, questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. Ao analisar currículo do ponto de vista da identidade e da diferença, ele afirma que não é difícil perceber as implicações pedagógicas e curriculares dessas conexões entre identidade e representação. A pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que as crianças e os/as jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença.

Em relação às questões “identitárias” o autor relata que, em geral, ao escrever algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, os indivíduos acham que estão simplesmente descrevendo uma situação existente, um “fato” do mundo social, esquecemos que aquilo que dizem faz parte de uma rede mais ampla de atos lingüísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que, supostamente, apenas estamos descrevendo. Segundo ele, quando utilizamos uma palavra pejorativa para nos referirmos a um indivíduo, estamos, na verdade, inserindo-nos em um sistema lingüístico mais amplo, que contribui para reforçar a negatividade atribuída à identidade desse indivíduo. A eficácia produtiva dos enunciados performativos ligados à identidade depende de sua incessante representação. Em síntese, com base na perspectiva do discurso de identidade e diferença o autor afirma que:

A identidade não é essência; não é um dado ou fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tão pouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. A identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. O outro é o outro gênero, outra cor diferente, outra sexualidade, outra raça, outra nacionalidade, outro corpo diferente. (SILVA, 2000, p. 97)

Nos últimos anos, o conceito de “identidade” tem sido submetido a uma severa crítica. Na filosofia, a crítica do sujeito autossustentável está

no centro da metafísica ocidental pós-cartesiana. No discurso da crítica feminista e da crítica cultural influenciadas pela psicanálise têm se destacado os processos inconscientes de formação da subjetividade. As perspectivas que teorizam o pós-modernismo têm celebrado, por sua vez, a existência de um 'eu' inevitavelmente performativo (HALL, 2005).

Quanto ao questionamento sobre quem precisa de identidade, (HALL, 2005) aponta que existem duas formas de se responder a essa questão. "A primeira consiste em observar a existência de algo que distingue a crítica desconstrutiva à qual, muitos destes conceitos essencialistas têm sido submetidos". A outra, a perspectiva "desconstrutiva coloca certos conceitos-chave" "sob rasura". O sinal de "rasura" (X) indica que eles não servem mais – não são mais "bons para pensar" – em sua forma original, entende-se como não reconstruída. A identidade é um desses conceitos que operam "sob rasura", no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual, certas questões-chave não podem ser sequer pensadas (p. 99).

O autor ressalta ainda que, na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal.

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma saturação, uma sobre-determinação, e não uma subsunção, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao "jogo" da **différance**. Ela obedece à lógica do mais-que-um. A identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de "efeitos de fronteiras". Para "consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui" (p.106).

Quanto à identidade cultural, o autor ressalta que o sujeito fala, sempre, a partir de uma posição histórica e cultural específica. E, ainda, que há duas formas de pensar identidade cultural. A primeira concepção de identidade cultural é aquela na qual uma determinada comunidade busca recuperar a "verdade" sobre seu passado na "unicidade" de uma história e de uma cultura partilhadas que poderiam, então, ser representadas. A segunda concepção de identidade cultural é aquela que ele a vê como uma questão tanto de 'tornar-se' quanto de 'ser'. Isso não significa negar que a identidade tenha um passado, mas reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos e que, além disso, o passado sofre uma constante transformação. Hall argumenta em favor do reconhecimento da identidade, mas não de uma identidade que esteja fixada na rigidez

da oposição binária, tal como as dicotomias “nós/eles”. Ele sugere que, embora seja construído por meio da diferença, o significado não é fixo. A posição de Hall enfatiza a fluidez da identidade. Ele examina de uma forma um pouco mais profunda como o conceito de identidade mudou, segundo ele, do conceito ligado ao sujeito do Iluminismo para o conceito sociológico e, depois, para o do sujeito “pós-moderno”.

No que se refere à etnia, Hall (2005) define-a pelas características culturais - língua, religião, costumes, tradição, sentimento de lugar – que são partilhadas por um povo. Ele afirma que a identidade étnica vai se reconstruindo e se reconfigurando ao longo do processo histórico. Não se pode entendê-la como algo dado, definido plenamente desde o início da história de um povo. Assim, para Hall, o fato de projetarmos a “nós próprios” nas identidades culturais, enquanto internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para vincular nossos sentimentos subjetivos aos lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.

Oliveira (1996) acredita que a identidade, enquanto fenômeno sócio histórico deve ser pensada como algo que se alterna, e que existe de acordo com o contexto de vida dos sujeitos, levando-se em conta a importância política das posições assumidas. Nesse sentido, para a autora, identidade é entendida como um conjunto fragmentado de papéis que vão sendo construídos através de discursos, práticas e posições.

Neste estudo sobre a identidade, focalizam-se os sujeitos numa perspectiva sociocultural onde são os atores sociais que, através de suas opiniões e comportamentos, promovem a possibilidade de análises e o lugar que ocupam na sociedade. Ao falar de identidade percebe-se que esta se faz presente em vários pontos deste estudo. Porém, onde é mais perceptível diz respeito à cor dos sujeitos. Nesse sentido é pertinente fazer uma comparação entre a autoclassificação dos sujeitos da pesquisa e a classificação da pesquisadora.

Classificação dos sujeitos/cor	Pergunta aberta	Pergunta fechada	Classificação da pesquisadora
Negra	02	--	--
Morena escura	01	--	--
Branca	05	05	05
Morena clara	01	--	--
Bem morena	01	--	--
Parda	--	03	--
Preta	--	02	05

Dados da pesquisa

Quanto à pergunta aberta, os sujeitos se autotransclassificaram como: negro, moreno escuro, branco, moreno claro e bem moreno. Porém, quando se propôs a pergunta fechada apareceram respostas como: branco, preto e pardo. Na classificação da pesquisadora os pardos foram classificados como pretos, devido à clara percepção dos traços fenotípicos, como a textura do cabelo, a cor da pele e tipos de lábios e nariz. Percebeu-se então que esses sujeitos têm consciência de suas origens, porém demonstram viver em um conflito interno provocado por pressões externas – sociais – que podem gerar crises de identidades. Isso, porém, não significa negá-la. Suas ações são entendidas mais como um mecanismo de defesa do que como negação. Hall (2000) aponta que a identidade não é algo estático e imutável e que o indivíduo, desde a infância, é introduzido num universo cultural onde as interações com seu grupo de origem determinarão a consciência de si.

Silva (1996) chama atenção para os processos de mudanças trazidos pela globalização e pelas transformações sócio históricas das últimas décadas, que afetaram o modo como as pessoas passaram a se representar.

Ao tratarmos da construção da identidade negra nos remetemos à condição da criança negra no espaço escolar, que diariamente enfrenta situações conflituosas que ferem e constroem a sua imagem. Retomando algumas falas da pesquisa, percebe-se que é difícil, senão impossível, conviver permanentemente com esse conflito. O resultado é que a criança negra sofre severamente com esse problema. Torna-se, portanto, improvável que ela consiga construir uma identidade positiva.

Referindo-se à percepção da criança negra sobre o preconceito e a discriminação racial, Cavalleiro (2006:98) ressalta que: “Essa percepção compele a criança negra à vergonha de ser quem é, pois isso lhe confere participar de um grupo inferiorizado dentro da escola, o que pode minar a sua identidade”. Nesse sentido “a consciência racial se for apreendida negativamente pode interferir na construção da identidade daqueles que sofrem com o preconceito e a discriminação racial no seu espaço social”.

Várias pesquisas sobre a identidade têm comprovado a existência de discriminação racial no espaço escolar e isso tem comprometido a construção da identidade do grupo negro. “A escola tem perpetuado desigualdades de tratamento e minado efetivas oportunidades igualitárias a todas as crianças. Sabemos não ser a transformação da sociedade tarefa apenas da educação. Mas esperamos que ela acompanhe as transformações sociais e as mudanças históricas” (CAVALLEIRO, 2006, p. 99).

Com relação à identidade negra, Oliveira (1996) afirma que os afro-descendentes negam sua identidade negra, respondendo positivamente ou submetendo-se passivamente à violência racista, que é constante; essa circunstância, segundo Oliveira, chega a ser dotada de crueldade, porque o negro deseja o corpo branco e rejeita o próprio corpo negro, tornando-se vulnerável a sentimentos negativos como o ressentimento e a baixa auto-estima.

Como nos mostra Oliveira (1996) em seu estudo sobre desigualdades raciais, dados empíricos transformam-se em via privilegiada para tomar distância das formas consagradas de enunciar os problemas em ciências sociais, mostrando como essas teorias contribuem para a construção da realidade social e iluminam as formas mais gerais da vida social. Esse “pensamento” é uma das características mais notáveis do trabalho da autora, e lhe confere uma enorme atualidade, sugerindo caminhos para criticar e reformular algumas das questões que organizam a agenda da ciência social contemporânea em torno de expressões como exclusão, socialização ou violência, que também podem ser aplicadas neste estudo que foi desenvolvido junto às Famílias Negras.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Ao tratarmos da construção da identidade negra nos remetemos à condição da criança negra no espaço escolar, que diariamente enfrenta situações conflituosas que ferem e constroem a sua imagem. Retomando algumas falas da entrevista, percebe-se que é difícil, senão impossível, conviver permanentemente com esse conflito. O resultado é que a criança negra sofre severamente com esse problema. Torna-se, portanto, improvável que ela consiga construir uma identidade positiva.

Pinho (2004, p. 127), ao se referir à identidade da criança negra, em sua pesquisa que envolve a percepção de professores de Educação Física sobre alunos negros aponta que a construção da “identidade racial e pessoal deve ser uma confusão muito grande, sem contar as consequências negativas que levam à baixa-estima” que, conseqüentemente irão interferir no seu desempenho escolar e na sua auto-aceitação.

Algumas crianças relataram o descaso e o silêncio dos profissionais da educação quando elas reclamavam dos conflitos travados com os colegas. Mesmo se for considerado os atos dos profissionais como inconscientes em relação às queixas das crianças negras, ainda assim suas atitudes as magoam e marcam, provavelmente para toda a vida.

Analisando os relatos das crianças em relação à postura do professor, Silva Filho (2006, p. 114) ressalta que:

Os professores devem dominar esse fato para desmistificá-lo e chamar a atenção dos alunos para essa questão, mostrando que ela interfere na composição da identidade, da representação coletiva e da auto-estima dos afro-brasileiros. Ter conhecimento da riqueza material e cultural da África pré-colonial é essencial para que isso aconteça.

Gonçalves (2006), em sua pesquisa referente a percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros, constatou que os alunos são classificados pelos professores como “bons” e “fracos”, e no universo dos fracos o negro aparece em maior número. E constatou ainda que, além de representar maior número entre os alunos fracos, os negros são vistos pelos professores como alunos sem possibilidade de progresso nos estudos.

Com relação a este estudo, os dados das entrevistas e das manifestações através de desenhos, demonstraram que as crianças negras além de perceberem as diferenças existentes no espaço escolar, perceberam também o tratamento diferenciado destinado a elas pelos adultos e pelos colegas. A existência de discriminação racial dentro da escola confere à criança negra a incerteza de ser aceita por parte dos profissionais da educação e dos colegas.

Baseando-se em estudos já existentes, que abordam a condição da criança negra no espaço escolar e no relato das crianças deste estudo, percebe-se que:

A escola, [...], representa um espaço que não pertence, de fato, à criança negra, pois não há sequer um indício de sua inclusão, exceto a sua presença física. Ali ela é destituída de seus desejos e necessidades específicos: reconhecimento da sua existência e aceitação como indivíduo negro, provimento de alternativas que lhes possibilitem um sonhar com futuro digno (CAVALLEIRO, 2006, p. 100).

Referindo-se à percepção da criança negra sobre o preconceito e a discriminação racial, Cavalleiro (2006, p. 98) ressalta que: “Essa percepção compele a criança negra à vergonha de ser quem é, pois isso lhe confere participar de um grupo inferiorizado dentro da escola, o que pode minar a sua identidade”.

Silva (1995:36), referindo-se ao surgimento da consciência racial em crianças, relata que já aos quatro anos, crianças podem apresentar fortes indícios de intolerância racial, compreendidos como sinais da constituição de uma precoce identidade étnica. “Assim, desde a infância, podemos nos identificar com nosso grupo de referência, comparando-nos com indivíduos de outros grupos”.

A consciência racial se for apreendida negativamente pode interferir na construção da identidade daqueles que sofrem com o preconceito e a discriminação racial no seu espaço social. Referindo-se à construção da identidade Silva (1995, p. 37), aponta que, sobre a questão da construção da identidade, é necessária a preservação da memória coletiva dos vários grupos. “A memória coletiva daqueles, cuja cultura não é dominante, será o agente catalisador da afirmação da identidade étnica.” Nesse sentido, a busca desta identidade implica o cultivo das tradições culturais do grupo dominado e a releitura de sua história. A religião, os mitos, as lendas, a ideologia serão necessários a este processo de identificação cultural. Em sociedades multi-raciais, o impedimento destas manifestações inferioriza o grupo dominado, criando-lhe um distúrbio de identidade.

Várias pesquisas sobre a identidade têm comprovado a existência de discriminação racial no espaço escolar e isso tem comprometido a construção da identidade do grupo negro. “A escola tem perpetuado desigualdades de tratamento e minado efetivas oportunidades igualitárias a todas as crianças. Sabemos não ser tarefa apenas da educação a transformação da sociedade. Mas esperamos que ela acompanhe as transformações sociais e as mudanças históricas” (CAVALLEIRO, 2006, p. 99).

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar; racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*; 5. ed - São Paulo: Contexto, 2006.

HAAL, Stuart. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. SILVA, Tomaz T. (org.), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HAAL, Stuart. *Identidade cultural na pos modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu Silva: DP&A Editora. 7ª edição – São Paulo. 2005.

GONÇALVES, Vanda Lúcia Sá. *Tia, qual é o meu desempenho? Percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá/MT – UFMT/IE, 2006.

OLIVEIRA, Iolanda de. *Desigualdades Raciais: construção da infância e da juventude*. Niterói; Intertexto, 1996.

PINHO, Vilma Aparecida de. *Relações raciais no cotidiano escolar: percepções de professores de Educação Física sobre alunos negros*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá/MT – UFMT/IE, 2004.

SILVA FILHO, José Barbosa. *História do negro no Brasil*. In: População negra e educação escolar. In: OLIVEIRA, Iolanda; SISS Ahyas (orgs.). Cadernos Penesb nº. 7; Rio de Janeiro/Niterói – Quartet/EdUFF, 2006.

SILVA, Nelson do Valle. *Morenidade: modo de usar*. Caderno Cândido Mendes. Estudos Afro-Asiáticos 30, 1996.

_____. *Uma nota sobre 'raça social' no Brasil*. Caderno Cândido Mendes. Estudos Afro-asiáticos, 26, 1995, p. 67-80.

A REVOLUÇÃO DO VAPOR: PREÂMBULO DA DIVISÃO TERRITORIAL DE MATO GROSSO NO SÉCULO XIX

José Manuel C. Marta

Doutor em Planejamento Energético,
professor da Universidade Federal de Mato Grosso,
Programa de Pós-Graduação em História
jmanuelmarta@gmail.com

RESUMO

Concluída a Guerra da tríplice aliança contra o Paraguai, o capital internacional passou a impor à província de Mato Grosso soluções da nova tecnologia, na perspectiva que podem ser entendidas como uma Revolução do Vapor. Com seus novos instrumentos de conquista, as nações europeias e depois os EUA, passaram a implantar, com apoio das elites do Império brasileiro, a navegação marítima e fluvial, ferrovias, geração de energia e eletricidade e o uso do telégrafo. Esses instrumentos de transformação do processo produtivo e inovações tecnológicas provocariam alterações econômicas, sociais e políticas de certo modo radicais nas regiões sul e norte da província mato-grossense. Com eles, ocorreriam movimentos originando as futuras divisões territoriais anos mais tarde. Nesse conjunto de movimentos se alteraram os processos produtivos, mas nem essas as transformações de ordem estrutural modificariam totalmente a sociedade e a economia regional, arraigada ao tradicionalismo. Criaram, todavia, algumas condições para as divisões e as mudanças que se fariam um século depois. Assim, nas regiões extremas - do sul e do norte -, ficaram inoculados os germens capazes de provocar a secessão de novos estados: Mato Grosso do Sul e Rondônia. De algum modo, o artigo discute aspectos do Imperialismo vigente desse processo, especialmente relacionado com a incorporação de áreas pelo Brasil dos países limítrofes.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

Palavras-chave: Mato Grosso. Economia Econômica. Tecnologia. Vapor e Imperialismo.

ABSTRACT

Concluded the War of the Triple Alliance against Paraguay international capital began to impose the province of Mato Grosso solutions of new technology with a view that can be seen as a Steam Revolution. With his new conquest instruments, European nations and then the US started to implement, with support from the elites of the Brazilian Empire, maritime and inland waterways, railways, power generation and electricity and the use of the telegraph. These instruments of transformation of the production process and technological innovations changes would cause economic, social and political in some radical way in the southern and northern regions of Mato Grosso province. With them, movements occur resulting in future territorial divisions years later. In this set of movements have changed the production processes, but not these the changes of a structural nature would change completely the society and the regional economy, rooted traditionalism. Created, however, some conditions for the divisions and the changes that would a century later. Thus, in the extreme regions - South and North - the seeds were inoculated capable of causing the secession of new states: Mato Grosso do Sul and Rondônia. Somehow, the article discusses aspects of current imperialism that process, especially related to the incorporation of areas by Brazil from neighboring countries.

Keywords: Mato Grosso. Economic economy. Technology. Steam and Imperialism.

INTRODUÇÃO

"(...) mas, os mercados continuavam a crescer. A procura continuava a subir. também a manufatura não era suficiente para atender o mercado. então o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. Para o lugar da manufatura entrou a grande indústria moderna; para o lugar do estado médio industrial entraram os milionários industriais, os chefes de exércitos industriais inteiros, os burgueses modernos." Marx e Engels: Manifesto do Partido Comunista.

O objetivo deste artigo é discutir de uma perspectiva regional de Mato Grosso alguns aspectos históricos do século XIX, nos quais são analisados temas inerentes às transformações do mercantilismo retardatário, ainda vigente, naquele século, na perspectiva de alcançar o capitalismo pleno, nos marcos do Imperialismo. Portanto, tra-

ta-se de relacionar o “assombroso desvio da experiência histórico” em evolução na Europa entre 1873-1896, manifestado por Landes (1994) em *Prometeu Desacorrentado*, com as questões tecnológicas que foram introduzidas na região de Mato Grosso e que alteraram o estágio letárgico no qual se encontrava mergulhada a economia regional.

Naquele intervalo temporal, Landes (1994) destaca a existência de periódicos ciclos nos quais se revelam crises e depressões recorrentes do Capital, cuja consequência permitiu revelar “uma das mais drásticas deflações [mundiais] da qual tem memória o ser humano” quando “o sistema econômico [capitalista] parecia estar desmoronando”. Todavia não se desmoronou e ultrapassou outras e diversas crises. Anos depois, quando se instalou a “*belle époque*”, depois da crise de 1896, e a sociedade humana não desapareceu ou desmoronou como castelo de cartas, a gravidade era a mesma. Novamente, se aguardou por novos e melhores dias, lustrando-se os sabres e os fuzis para as Guerras que viriam no início do século XX. LANDES (1994:239)

Nesse assombro, ao qual se refere o autor, se encontra o intervalo germinal do processo de transformação de uma economia falsamente considerada isolada, como a de Mato Grosso¹. Empobrecida certamente, pelo processo minerador-mercantil anterior que a exauriu do ouro de aluvião no sertão “do Cuyabá e Matto Grosso”, ainda no século XVIII, associado a um movimento nativista, no início do XIX, semelhante a outros em diversas regiões do país, que em 1834, promoveu a evasão de capitalistas estrangeiros de Cuiabá, Diamantino e outras regiões da Província, aprofundando o caráter letárgico à economia que prevaleceu associado à falta de tecnologia e que possibilitasse o uso das terras ácidas e pobre de nutrientes.

Nessa extensa província brasileira, depois de 1891, transformada em Estado pela República, se mantinha o caráter estratégico em função dos seus limites internacionais de Oeste nos quais mantinha as áreas de conquista do período colonial, cujos objetivos foram sendo alterados, mas, ampliando fronteiras sobre as antigas colônias espanholas em uma política imperialista regional a serviços das potências internacionais importadoras de recursos naturais.

Isso permitia aos países imperialistas industrializados contemplá-la como objeto de interesse nos conflitos que se desenrolavam na Europa, mas dialeticamente, serviam a esses mesmos interesses na perspectiva do seu subconsumo². Assim, países europeus, carentes de alimentos e matérias primas na realização de sua Revolução Industrial se posicionavam diante de Mato Grosso, minimamente considerando o robusto mercado de máquinas e equipamentos, que poderiam criar novas e diferentes ma-

nifestações de processo produtivo e formação de riqueza, baseada no processo que chamaremos de Revolução do Vapor.

É também nesse espaço que se inicia a migração populacional baseada em europeus (principalmente italianos) fugitivos dos conflitos imperialistas³. Assim, passava a região a coletar e comercializar produtos da hileia amazônica, como látex e outros produtos, destinados à farmacopeia, principalmente a ipecacuanha. BORGES, (2001)

Ao discutir as origens do Oeste, Nelson W. Sodré (1936) informa que grande parte das terras de Mato Grosso no final do XIX estava destinada a criar bovinos de corte e entregues às empresas estrangeiras. Também, tinham a mesma origem os saladeiros, em geral paraguaios, que descarnavam o gado e salgavam a carne. Eram eles que faziam a extração das peles para produzir couro e seus derivados no Pantanal e faziam o comércio daqueles produtos. Como também eram estrangeiros os beneficiados na comercialização de pedras garimpadas em diversas regiões da província, depois do exaustivo trabalho de extração das gemas feito por nativos.

A Revolução do Vapor, por assim dizer, é uma tragédia anunciada em relação à letárgica economia regional que atingira a Província de Mato Grosso desde o início do século XIX e na qual estava incluso o espaço do território do Guaporé (atual Rondônia) e do sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), como partes da provincial⁴. Mas, na perspectiva imperialista vigente se permitia incorporar mais áreas da Bolívia ao Brasil, pelo Tratado de Ayacucho, e pelo Tratado de Paz com o Paraguai, quando se impôs fronteiras àquele país, além das vultosas indenizações sem que houvesse sentido utilitário.

Mas é necessário lembrar, ao se buscar entender os fatos ocorridos na fronteira Oeste e o teatro no qual se constituíram as bases daqueles movimentos, ocorridos na América do Sul, que as articulações na região estavam relacionadas aos movimentos de natureza Imperialista⁵, nos termos em que está tratado o fenômeno pela expansão do capital internacional. Pode-se assim dizer que as efêmeras mudanças buscando um processo de industrialização, no início do século XX, não são mais que atos das cenas do Teatro Mundial onde se tramava a Guerra Mundial de 1914-1918, portanto, ainda parte da mesma tragédia em vários atos. LENIN (1916); ARENDT (2012:181)

Além do mais, "a Revolução do Vapor", como pode ser chamado o processo de transformação, de natureza econômica, que se estabeleceu na região da Província de Mato Grosso no século XIX, com a introdução de máquinas e novos meios de transporte, relacionava-se à inovação técnica da energia que introduzia o vapor

no transporte fluvial e ferroviário, na indústria de transformação, e demais atividades e teve consequências políticas efetivas.

Desse conjunto de inovações ocorridas, anos depois, sucederão as divisões territoriais. Ou seja, a introdução dos barcos a vapor, nas ferrovias, nas usinas de açúcar, nas serrarias, na fabricação de extrato de carne e produção de bebidas cuja fonte de energia passou a ser o vapor, pôde ser considerada como preliminares da dinâmica (repetida e repisada) no território, na perspectiva de buscar uma superação do estagio primário da economia para um processo de industrialização alcançado apenas parcialmente e cuja plenitude não foi nunca obtido.

É possível imaginar a existência de interesses contraditórios entre os grupos locais e que podiam ser expressos entre os urbanos e os rurais, em uma leitura simplista e dicotômica, cujo ícone mais evidente foi às tropas da Guarda Nacional que atuavam no estado. Mas essa análise dispersou-se por questões partidárias e familiares até a extinção de algumas lideranças quando ocorreram assassinatos e fugas do cenário, como no caso de Totó Paes de Barros. Assim, de forma maniqueísta se entendeu serem os representantes do urbano-fabril e seus valores uma caricatura dos capitalistas usineiros rurais, por um lado, e por outro, capitalistas da iniciativa fabril urbana que acabou inconclusa. Restava ainda o conservadorismo pecuário e comercial, característico e tradicional da economia regional que foi mantido e perpetuado, apesar da acidez do solo e por essa razão com baixa eficiência produtiva e de acumulação.

Mas o confronto entre essas forças que se poderia esperar com a inauguração da Usina Itaicy, ou a posse de seu proprietário no governo do Estado, com todas as suas contradições, teve seu encerramento antecipado com o assassinato de Totó Paes (1906), por jagunços a serviço de parte da elite comercial-rural local, sendo encerrada a luta. (Menezes, 2007)

Nesse território seminal, estabelecido desde o rio Paraná, na divisa com São Paulo, até o rio Madeira, na divisa com o Amazonas e a Bolívia, em suas regiões extremas foi alcançada por ferrovias. Engenho e arte que nunca chegou a Capital da província⁶ e que podia ser considerado como ícone da mudança radical que não chegou a ocorrer. No sul de Mato Grosso, a implantação da Ferrovia Noroeste do Brasil e no norte, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré e outros eventos, como a implantação de Usinas de açúcar, no Vale do Cuiabá, antecederam a conformação territorial dada ao país e à Província, no final do século XX e suas divisões territoriais.

A natureza política, da qual se revestiu o reconhecimento dessas regiões, como estados autônomos que ocorreram pelas expectativas das

elites e parte da população que as transformaram social e culturalmente de modo radical⁷. A derradeira alteração foi dada para atender as necessidades de o governo militar.

Objetivamente é possível realçar nesse processo, com a abertura do Rio Paraguai, a partir de 1856 e depois em 1870, que auxiliou a mitigar a letárgica economia da província de Mato Grosso e de sua capital. Esse realce pode ser avaliado considerando a perspectiva do acesso a Cuiabá de barcos de maior calado, comparados aos volumes até então transportados desde São Paulo pelos meios disponíveis, normalmente fluviais, aquele seminal transporte, fazia comboios de barcos de pequeno calado que passaram a ser feitos em navios de porte maior. Mas também, considerando o novo percurso pelo rio Paraguai se alterou o fluxo de mercadorias e os volumes disponíveis na região, abrindo Mato Grosso diretamente ao mundo, como um mercado de matérias primas e equipamentos de transformação que passaram a ser adquiridos.

Depois daquela data se permitia por via marítima e pelo rio da Prata-Paraná-Paraguai, viabilizar o acesso do capital Internacional com bancos e agentes financiadores, ampliando as condições para o transporte de máquinas e equipamentos com os quais se montariam as fábricas de açúcar, serrarias, indústrias de extrato de carne. (BORGES, 2001). Seria ainda possível beneficiar o couro e outras matérias primas em Mato Grosso, especialmente na região de Cuiabá e Cáceres, superando a situação letárgica e sem perspectivas da economia local no século XIX.

Alteravam-se, também, dessa forma, as rotas internas e domésticas dos antigos “caminhos líquidos”⁸, abrindo espaço para as estradas terrestres, discutidas mais tarde como de integração nacional. Além da integração latino americana, proporcionada com os países do Prata, pelos rios Paraguai e da região central e no estuário.

Desse modo, também era possível, na região do Madeira, ocorrer o acesso de barcos a vapor de maior capacidade que tornou disponíveis trilhos, locomotivas e vagões e permitiria a construção da ferrovia para a transposição das cachoeiras do rio Madeira e o escoamento da produção boliviana de látex. Assim, foi o caso da Madeira - Mamoré Railway, cujas máquinas adquiridas aos fornecedores americanos e transportadas desde Baltimore a Santo Antônio do Madeira ficaram ao relento e as transformou em fantasmas⁹. Todavia, muito equipamento não chegou a ser usado em função da tragédia na qual foi se transformou a “Ferrovia do Diabo”¹⁰.

Não seria o caso da Ferrovia Noroeste do Brasil, cujo marco inicial ocorria em terras de São Paulo e, portanto, foi se auto-conduzindo durante a construção e transportando trilhos, dormentes e equipamento, subs-

tituindo o antigo leito fluvial Anhembi-Tiete até Campo Grande e depois Corumbá. Mas essa ferrovia tinha objetivos relacionados a expansão do capitalismo nacional e seus mercados, pela evidencia da qual se revestia a infraestrutura desenvolvimentista e de segurança nacional no período pós guerra contra o Paraguai, no trecho que chegaria a Ponta Porã e Pero Juan Caballero, atendendo o projeto da Colônia Nacional de Dourados.

Reafirma-se em ambos os eventos que com seus investimentos autônomos, houve sempre um movimento demográfico para construir e operar a ferrovia na perspectiva de escoar produção ora da borracha, no norte do estado, ora, no sul da madeira e depois da agricultura da região de Dourados. Essas ferrovias provocariam as alterações no quadro mais geral da economia e da sociedade nas regiões onde foram implantadas e cuja consequência seria a divisão dos estados, sem, contudo, se deixar de reconhecer momentos de crises e surtos de crescimento em ambas as regiões, provocando espasmos localizados¹¹.

Na retomada do processo de colonização, nos anos setenta do século XX, sob a égide do governo militar, em muitos aspectos podem ter reconhecidas as tragédias da história hegeliana como: no extermínio de nações indígenas, no intensivo uso de trabalho escravo na abertura da fronteira agrícola, no empobrecimento de famílias de migrantes com o objetivo de se fazer a apropriação de terras e da nova agricultura, não sendo objeto deste estudo. Dialeticamente, como no Brumário, a nova burguesia agricultora ao assumir o poder político e econômico em todas as áreas, como lhe teria designado o sistema vigente e ao compreender seu papel de “dona do poder” nada mais fez que ampliar seus negócios.

A SITUAÇÃO CRÍTICA PRECEDENTE A GUERRA DA TRIPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI.

Na década de cinquenta, do século XIX, alguns relatórios do poder legislativo¹², tratando do período, alegavam que “como nada havendo de produtivo a ser declarado” não se justificava a realização de sessões na Câmara Provincial, o que de fato não ocorria na pachorrenta capital da província de Mato Grosso. Associava-se a essa falta de pressa, a ausência de vias de acesso fluvial e terrestre que trouxessem notícias e mercadorias, provocadas por nativos que restringiam ainda o comércio local.

A partir de 1860, Augusto Leverger, um bretão que assumiu o governo da província a pedido do Imperador, inconformado com a situação, buscou alternativas para aquela crise, sugerindo o Arinos como via mais

rápida e econômica para se alcançar Belém. Seus informes eram relatórios que discutindo com seus pares, indicavam soluções possíveis para o escoamento de mercadorias pelo norte em vista do escoamento da produção pelo Guaporé.

No sul e oeste se encontravam dificuldades em face da situação que se implantara na região do Prata, com a independência dos países de língua espanhola. Procurava, assim, negociar com o Paraguai, mesmo considerando as dificuldades bélicas que viria a acontecer. Os rios, na ausência de alternativas terrestres, se apresentavam como a melhor opção em face de uma potencial produção nas diferentes regiões da província.

Em seu relatório informava à corte e aos parlamentares locais que desde 1850, haviam sido criadas freguesias¹³ em Albuquerque (Corumbá), Miranda, Sant'Anna do Paranaíba (Paranaíba-MS) como "mercados onde se pagavam o dízimo" proveniente da pecuária. Também, haviam sido criadas outras freguesias "no Distrito de Nossa Senhora da Guia, em Cuiabá, em Brotas, próximas a capital e em Vila Maria (Cáceres) que indicavam potencial de arrecadação" e considerava a necessidade de pagar o pessoal eclesiástico, cuja obrigação era do Estado.

Na "História do poder legislativo de Mato Grosso", Rubens de Mendonça se refere ao informe de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, endereçado à Assembleia Provincial, como se Leverger denunciasse a modorra corrente na província contra a qual muitos estrangeiros se insurgiam: "nas sessões as da Assembleia nos anos de 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, nada houve que merecesse menção especial", mas naturalmente havia a razão prática da sempre questionável navegação pelo rio Paraguai e do clima inclemente. MENDONÇA (1974:25)

Em abril de 1856, depois de anos de espera, foi assinado com o Paraguai, o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, abrindo-se à navegação o rio, ficando a questão de limites postergada. Garantia-se, desse modo, como na proposta de documento anterior a formalidade que criava a "liberdade" para a navegação no rio Paraguai, como "tração autorizado" com restrições para a Marinha de Guerra. Tal permissão se constituía em última análise "subir ou descer pelas águas de cada Estado em até três navios de vela ou vapor". BRANDÃO (1991).

Assim, a abertura significava o reconhecimento da navegação com auxílio do vapor. Alterava-se a rota iniciada em Cuiabá, fazendo baldeação em Corumbá e chegando até o Atlântico. Considerando os novos barcos criados por Fulton, em 1820. Passava-se a ter acesso à modernidade instalada na Europa e EUA. Isso permitiria acessar cargas e passageiros em quantidades maiores e com custos mais reduzidos, alterando o percurso que passava a ter Corumbá como intermediação importante.

Ao tratar do tema, Sergio Silva (1985) assim se expressa: “o aparecimento do navio a vapor no Atlântico Sul deu um novo impulso ao comércio de longa distância e em particular veio fornecer relações comerciais entre o Brasil, de um lado, e a Europa e EUA de outro lado” SILVA (1985:29)

No ano de assinatura do Tratado entre o Brasil e o Paraguai (1856), o vapor da Marinha, o Maracanã, saiu do Rio de Janeiro para realizar estudos relacionados à “capacidade de cargas e a implantação de uma linha regular de passageiros” até Cuiabá. Contava aproximadamente 33 metros de comprimento, 80 CV (cavalos vapor) de força. Seu calado permitia acessar canais com no mínimo sete pés de profundidade. Em função de seu porte e dos bancos de areia no Rio Cuiabá, o barco encalhou, ficando retido em Barão de Melgaço entre fevereiro e março. Curiosamente na época da cheia das águas do rio.

Ainda com o Maracanã retido, o vapor Corça, chegou a Cuiabá com 48 t. Seu objetivo era “avaliar o potencial de uma empresa de navegação privada”. Os estudos relativos a essa embarcação, levariam a criação da Cia. de Navegação do Alto Paraguai, cumprindo objetivos semelhantes aos do Maracanã. Na mesma oportunidade, outro barco, uma escuna argentina à vela, teve destino similar ao Maracanã, sendo rebocada pelo vapor Corça. BRANDÃO (1991: 48). Depreende-se que houve naquela oportunidade uma grande movimentação fluvial, cuja justificativa era à entrada de Mato Grosso e seus produtos no mercado mundial.

Na expectativa da operação da empresa privada, o estado Imperial, promoveu a implantação temporária de duas linhas de navegação que atenderiam o percurso entre o Rio de Janeiro e Cuiabá. Provisoriamente, a Marinha atenderia o trajeto de Cuiabá e Montevideu e de Cuiabá a Corumbá. Daqueles portos ao Rio de Janeiro, o serviço seria feito pelas linhas regulares enquanto se concluíam os trâmites da implantação privada.

Em 1864, o barco Marquês de Olinda, da Cia de Navegação do Alto Paraguai, com carga e passageiros foi aprisionado por tropas guaranis. Ao mesmo tempo ocorria à invasão por terra do território mato-grossense, o que teria motivado o início do que veio a ser chamada Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e que perduraria até 1870.

Para que se tenha ideia da carência de estrutura do governo provincial, as informações e certeza da invasão só chegaram muitos dias depois de ocorrido. Nesse episódio se manifestou a autoridade provincial em relatório à Assembleia:

[...] “os últimos avisos que recebi do governo Imperial são de julho de 1864, e desde então nenhuma ordem ou instrução me tem

chegado às mãos, e aqui se ignora inteiramente o que há ocorrido nessa Corte e no Rio da Prata". E acrescenta o presidente Albino de Carvalho de modo patético em face da gravidade dos fatos que pese a falta de recursos para o custeio da máquina pública: "lutando há tempos com a penúria de dinheiro e estando os cofres da Tesouraria, e a tropa, empregados e operários sem receberem a meses seus vencimentos, fiz anteontem um apelo ao povo, e algum dinheiro vai entrando para a Tesouraria, ao menos para as urgentes despesas". Relatório do Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho então Presidente da Província, 1865 citado por MENDONÇA (1991:27).

Assim, durante a Guerra, reassumiu o governo o Barão de Melgaço que resume a situação da província considerando a contenda. Ao ensejo, responsabiliza a Guerra pela epidemia de varíola (bexiga) que grassou a região em 1867 e juntou outros problemas que afetam a pecuária e agricultura local:

[...] "A lavoura mal chega para prover-nos dos alimentos de primeira necessidade, cujos preços já excessivos ameaçam subir de ponto. A mineração quase está extinta. A criação de gado continua a ressentir-se da peste da cadeira, que há quase 20 anos assola a raça cavalar. O comércio, não tendo para exportar senão limitada porção de couro, poaia, e muito diminuta quantia de ouro e diamantes, consiste, por bem dizer, exclusivamente na importação de gêneros de consumo, pela maior parte de origem estrangeira, pagos com avultadas quantias com que o Tesouro Nacional acorre à despesa geral da Província". MENDONÇA (1991: 29).

Assim, a Guerra revelou de maneira definitiva, a falta de abastecimento, infraestrutura e segurança da província, mas demonstrava a falta de perspectiva econômica, em vista da ausência completa de uma política de Estado que propiciasse a ocupação populacional e crescimento da economia regional para Mato Grosso.

Associava-se a pobreza histórica dos trabalhadores locais, aos quais as elites culpavam a preguiça, omitindo a falta de investimentos privados e isolamento ¹⁴, como raiz da questão da letargia histórica.

A análise de Marx à época, tratando de outras regiões, em "As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850" permite ter compreensão sobre as posições históricas que se foram construindo:

[...] "as revoluções até hoje resultaram no desalojamento de uma determinada dominação de classe por outra; todavia, todas as classes que até agora dominaram eram pequenas minorias face

à massa popular dominada. Uma minoria dominante era assim derrubada e outra minoria empunhava no seu lugar no leme do Estado e modelava as instituições estatais segundo os seus interesses. Esta última era sempre o grupo minoritário capacitado e vocacionado para a dominação pelo nível do desenvolvimento económico, e precisamente por isso, e só por isso, acontecia que na transformação na qual a maioria dominada ou participava a favor daquele ou aceitava tranquilamente a transformação.”

Ao analisar o conteúdo concreto dessas mudanças acreditava Marx “serem revoluções de minorias. Mesmo quando a maioria cooperava — cientemente ou não — isso acontecia apenas a serviço de uma minoria”. Isso se configurava na “atitude passiva e sem insistência da maioria [...] que alcançava a aparência de ser a representante de todo o povo”.

A REVOLUÇÃO DO VAPOR

A chegada recente dos novos barcos pioneiros para o Comércio e depois para a Guerra, deixou a região sujeita a retomada da discussão de limites e espaços. Abria-se desse modo a discussão sobre a falta de segurança para a província e a necessidade de se criar condições de meios para alterar o quadro até então existente.

Como em outras transformações radicais, de natureza social, a Revolução do Vapor, como pode ser chamada as transformações havidas na região, estava associada às invenções e inovações que ocorriam na Europa e eram demonstradas nas exposições internacionais de máquinas e equipamentos como exibicionismo da burguesia que assumia o poder político e econômico, criando uma nova cultura. HARDAMANN (1988).

Desde a Idade Média, a burguesia nascente europeia buscava criar rupturas nas estruturas aristocráticas e dentre elas aquelas que pudessem representar arrecadação de impostos e controles sociais sobre as categorias sociais. Nessa perspectiva era odiosa a cobrança de taxas pelo uso dos moinhos d'água, em função do controle da produção e da cobrança dos impostos sobre os grãos produzidos.

Assim, o sistema baseado no vapor, em construção desde o início da Revolução Industrial, era uma radical mudança com todos os sistemas energéticos até então conhecidos. HEMERY et al (1993:140)

Tratava-se além do espírito Prometeutico da Europa, caracterizado pelas novas ciências, novos inventos e inovações tecnológicas, também como capaz de responder aos desafios prementes da repetida e cíclica escassez de energia, de falta de terras e da ausência de recursos de toda a ordem, cuja superação seria dada pelo vapor, os derivados de petróleo

e depois a eletricidade; adubação química, manejo da terra e a escala de exploração agrícola: elementos do poder da burguesia emergente.

Assim, três linhas de transformação parecem ter sido perseguidas: a intensificação das linhas de produção existentes; a criação de novas linhas e exploração de recursos disponíveis nos espaços e nas sociedades periféricas. HEMERY et all (1993:140).

Desprezando-se as duas primeiras por adequadas a Europa e inadequadas a região periférica, a terceira linha de atuação naquelas ações se adequou à região sul americana, especialmente, a exploração de recursos disponíveis e a importação de máquinas e equipamentos. Ou seja, muito mais por iniciativa da Europa e seu processo imperialista é que se retomavam investimentos na região de Mato Grosso¹⁵.

Ao longo da Revolução Industrial da Europa, marcada pelo processo político e econômico do século XVIII ao incorporar o motor de Watt, desenvolvido em 1776, a prioridade parece estar absorvida com o processo de fiar algodão na indústria inglesa. Nessa perspectiva, em 1785, o uso do vapor permitiria ampliar as operações industriais têxteis: preparar o fio e fabricar o tecido, com eficiência produtiva como a tratam os economistas. Com isso o preço se reduzia em 90% do vendido anteriormente:

[...] Não era possível imaginar que os lucros passariam a contagiar novos e mais investidores para a ampliação dos negócios com tal invento. Assim, o motor à vapor ao ser aperfeiçoado (com força hidráulica aquecida), passava a compor o cenário econômico, com maior eficácia que a força mecânica da água usada no monjolo ou roda d'água. Permitia criar escala e dinâmica nos processos produtivos, além de viabilizar o transporte para a América do Sul de máquinas e equipamentos produzidos na Europa. Além do mais, a Revolução Industrial trouxe consigo as transformações no modo de produzir novos produtos em série, antes artesanais, depois industrializados, como: papel, vidro, couro, tijolos, ferro e outros produtos metálicos. Tratava-se de produção "com os efeitos que ocorreram com o tecido considerando os preços e os volumes de produção". (DRUCKER. 2002, 172).

Na província de Mato Grosso ocorreram na expansão desse processo importantes investimentos em ferrovias, barcos a vapor, usinas de açúcar, serrarias que com uso de locomóvel passariam a substituir as mulas e cavalares, bem como os barcos a vela e de manejo humano no transporte. Engenhos seriam substituídos para produzir os derivados da cana de açúcar. Serrarias ampliariam os desmates, abrindo fazendas para a pecuária, desde a década de sessenta. Esse movimento econômico estava associado ao Imperialismo europeu que alcançava o Brasil em seus movimentos de mercado, buscando novas matérias primas e alimentos.

A repercussão do fenômeno Imperialista estava associada aos acontecimentos ocorridos, concomitantes na Revolução Industrial em marcha e na perspectiva da ascensão da burguesia ao poder, em cujos marcos poderia ser considerado o desenvolvimento da tecnologia do vapor, nem sempre evidentes nas antigas regiões coloniais. LENIN (1916); ARENDT (2012).

Mas ressalta-se que o período foi precedido na Europa por um processo revolucionário proletário entre 1848 e 1855 e concomitante a Comuna de 1871, quando a burguesia assumiu o poder político e criou uma superioridade social, com sua aparente estabilidade econômica e controle da força repressora de movimentos sociais que pode ser identificada como etapas do processo iniciado em 1789 na França. Certamente esse movimento provocou migrações e fugas de população.

Assim, com a implantação do exacerbado liberalismo econômico criava-se no velho continente uma “liberdade negocial e financeira que permitiria” alcançar o que seria o Imperialismo. TOCQUEVILLE (2011), MARX (1895):

Estudado por Lenin, e publicado em 1916, às vésperas da Revolução Russa, o pequeno libretto: “O imperialismo, fase superior do Capitalismo” detalhava etapas desse episódio. Nele, o futuro líder dos soviets, revisava autores de diversas ideologias, como Hobson e Kautski, interpretando aquilo que poderia ser a fase final do sistema vigente. Considerou para tanto a necessária implantação plena do sistema, reconhecendo as dificuldades de funcionamento do mesmo. Tais dificuldades seriam devidas a algumas condições que marcavam a vida econômica regional.

Na análise inicial indicou alguns fatores que poderiam ser adaptados à realidade local em cujas limitações se permitiam reduzir a produção, a distribuição ou consumo de bens e serviços. Portanto, as condições meteorológicas, tipos de solo poderiam afetar a produção agrícola e, portanto, o abastecimento da população. Associava a alimentação e o equilíbrio demográfico que acabam por justificar as guerras na sociedade pré-capitalista¹⁶.

A introdução de aspectos tecnológicos, gerenciais e principalmente políticos, se tornariam necessários para que a burguesia superasse as dificuldades das crises econômicas que se alterariam continuamente considerando as condições do sistema vigente. Portanto, “com o capitalismo, a situação se altera substancialmente, rumo à uniformização econômica”. O aprofundamento dessas razões está no originário liberalismo econômico, implantado na Inglaterra que na perspectiva da eficiência produtiva promoveu o crescimento da Europa industrializada. LENIN (1916).

Mas quebrado o isolamento de diversas partes do mundo, antes sem perspectiva, pela falta de mercado para seus produtos e investimentos locais, os negociantes europeus passaram a criar sistemas de intercâmbio econômico nas regiões ultramarinas. Portanto, muitas regiões, antes letárgicas passaram a fornecer matérias primas e adquirir equipamentos, alterando o espectro histórico de decadência no qual se encontravam. Esse parece ser o caso de Mato Grosso e a região Oeste do Brasil

As estradas de ferro na região do Madeira e do sul do estado; a navegação a vapor do rio Paraguai; as Usinas de açúcar nas margens do rio Cuiabá; o telégrafo de Cuiabá a Manaus, implantado pela Comissão Rondon, iniciaram no Centro Oeste e principalmente em Mato Grosso o que poderia a ser chamado, anos mais tarde, com a informática, de um padrão de “aldeia global” no qual a região se insere na economia internacional do final do século XIX.¹⁷

Paroxalmente seriam as estradas de ferro as seminais origens da divisão do estado de Mato Grosso: no norte: o estado de Rondonia, onde seria construída, em 1907, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré; e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, origem do Estado de Mato Grosso do Sul. A navegação se tornou extinta com o modelo fordista apoiado pelo governo brasileiro, após os anos cinquenta, assim como o telégrafo foi sendo superado pelas antenas e satélites nos anos oitenta. Neste aspecto o trem e o barco a vapor, assumiram, o papel de destaque como uma espécie de símbolo da era industrial que não se construiu em Mato Grosso no final do século XIX, mantendo-se a região como fornecedora de matérias primas e produtos de beneficiamento primário. Mas o sucesso da Europa burguesa no coração da América, orgulhosamente se expandiu com suas invenções e vaidade burguesa exposta no Album Graphico¹⁸. Depois, após os anos oitenta do século XX, a região se transvestiu em “capital do agronegócio” superando o modelo com a incorporação de tecnologia que permitiu a ocupação agropecuária.

ESTRADAS DE FERRO EM MATO GROSSO

Com o desenvolvimento da navegação a vapor no rio Paraguai, a partir de Corumbá, se constituem os primeiros instrumentos europeus de fomento a produção que alcançariam Cuiabá, Cáceres e a região Amazônica, no norte da Província. Levavam quando possível a produção dessas regiões para a Europa como extrato de carne, charque, minérios, latex e peles. Evidentemente que nessa pauta entraria o açúcar. Mas, permitiriam trazer máquinas e equipamentos para a produção.

Naturalmente, a energia do vapor iria substituir a força física do ser humano e dos animais no artesanato, assim como transformaria a mecâ-

nica da água em energia cinética reduzindo correias e outros ícones da indústria: surgiriam novas fábricas e usinas destinadas a viabilizar as matérias primas regionais.

Ao se ampliarem as exportações de borracha da Bolívia para a Europa e para os EUA, no final do século XIX, portanto, logo após a Guerra do Paraguai, os importadores norte-americanos passaram a exigir rotas alternativas às perigosas corredeiras do rio Madeira que viabilizassem os preços do látex¹⁹. Essa viabilização de investimentos se relacionou com os projetos de estradas de ferro que se desenvolviam desde os anos setenta daquele século, que possibilitavam cruzar a região encaichoeirada do rio Madeira, alcançando o Amazonas.

Certamente o mais emblemática dos projetos regionais, em face de sua característica e dificuldades não superadas foi a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Nele, em cuja construção milhares de vidas foi seifada na tentativa de domar a natureza e implantar uma nova infraestrutura de escoamento de produção de matérias primas para reduzir preços.

Desde a década de sessenta do século XIX, antes de assumir o governo da Província de Mato Grosso por nomeação imperial, o futuro Barão de Melgaço havia feito estudos procurando retomar alternativas viárias para a província, em razão das dificuldades impostas pelo governo paraguaio a saída pelo rio da Prata e como de hábito discutia essas ideias na perspectiva da superação da crise que grassava a Província, considerando os limites da logística. Com a Guerra o problema se agravou.

Na mesma região estudada por Leverger, em 1868, na área do Guaporé-Madeira, um Coronel americano conseguiu a concessão para operar nos rios Madeira e Mamoré uma companhia de navegação. Assim, o governo de La Paz autorizava a National Bolivian Navigation Company a canalizar o trecho encaichoeirado do Madeira e Mamoré, "de modo a implantar a navegação a vapor no elo que faltava ligar a Bolívia ao Atlântico pela Bacia Amazônica". Sabia-se a longo tempo não ser uma tarefa das mais fáceis, ou de baixo custo canalizar 10 corredeiras, 35 saltos e 7 cachoeiras ao longo de 400 Km. HARDMANN (1988:143).

Ainda, em 1861, militares bolivianos havia sugerido a canalização dos rios, com apoio de uma estrada de ferro, no que foram apoiados pelo governo do Amazonas, interessado no projeto e no escoamento da produção. Isso proporcionou em 1867 o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, a exemplo do que havia sido assinado o Brasil com o Paraguai anteriormente. Nele, se recomendava uma estrada sem especificação de modal.

Depois de contratar especialistas europeus, o Império, ainda durante a Guerra do Paraguai, entendeu a necessidade de construir uma es-

trada de ferro paralela às cachoeiras do Madeira. Propuseram, os mesmos, em 1869, a construção de planos enclinados para atravessar navios nos 20 declives do rio, uma espécie de eclusas e a construção de estrada de ferro entre Santo Antonio do Madeira e Guajará Mirim. HARDMANN (1988:144)

Em 1870, o Cel. Church conseguiria acrescentar a concessão do governo brasileiro para empreendimento nesta margem do território e assim fundaria em 1871 a Madeira Mamoré Railway Co. Ltd. Tendo como movimento inicial adquirir a própria concessão boliviana dele mesmo. Faltavam apenas 1,7 milhões de dolares para iniciar o negócio, estimativa do projeto como um todo. Em face do momento financeiro internacional, o recurso acabou sendo negociado no mercado financeiro de Londres que exigiu a contratação de empresa construtora específica para realizar o empreendimento.

No ano seguinte, após complexas negociações, a construção custaria 600 mil libras ao longo da obra, com garantias do governo boliviano e contrapartida do Império brasileiro cedendo direitos exclusivos por 50 anos de servidão sobre uma área de 1394 quilômetros quadrados ao longo da ferrovia. Um ano depois, em com mortes de alguns exploradores a empreiteira abandonou a obra, tendo feito o detalhamento dos projetos. HARDMANN (1988:145):

Contratos com valores dobrados, riscos ainda pouco mais conhecidos, permitiram a empresa americana P&T Collins assumir a construção em 1877 com apoio da empresa fornecedora de aço²⁰, especialmente trilhos. Contratos feitos, lucros assegurados, era necessário contratar trabalhadores naquele momento cujas construções de estradas de ferro ocorriam em diversas partes do mundo, com o mesmo objetivo, ampliando o lucro capitalista, mas deixando mortos à sua margem. HARDMANN (1988:147).

Em 1878, naufragou o barco Metropolis, abarrotado de trabalhadores e trilhos, dando as primeiras notícias maléfnas sobre a diabólica ferrovia em construção, criando dificuldades para contratar pessoal especializado: mais de 200 mortos. No ano seguinte haviam chegado a Santo Antônio do Madeira mais de 700 pessoas, menos de cinquenta eram técnico, associavam-se os retirantes do nordeste da grande seca de 1877. Na prática, o trabalho braçal não diferia da servidão ou mesmo do trabalho escravo²¹. Entre outras razões isso levaria ao abandono dos trabalhos e a falência da empreiteira. No balanço final constava estavam prontos sete quilômetros de estradas de ferro e 110 levantados, ironicamente na “porta do caldeirão do inferno”. HARDMANN (1988).

Em 1883, foi criada pelo governo imperial a comissão Morsing, cujo relatório apresentado descrevia o abandono encontrado das máquinas e equipamentos, expostas ao abandono em que estavam locomotivas e máquinas para movimentar eclusas, pilhas de trilhos, carros de mão, alavancas, um sem número de peças e ferramentas de aço e ferro, expostas ao tempo. HARDMANN, (1988:126).

Os trabalhos, com o mesmo diapasão seriam retomados no século XX, com o controle acionários de Farqad, em 1903. Vinte e cinco anos foi abandonada como se testemunha em Porto Velho, no centenário seguinte, pelos barracões e a solitária caixa d'água importada.

No sul do Estado, seria iniciada a Ferrovia Noroeste do Brasil, a partir de 1905, depois de intensa discussão sobre a construção da ferrovia.

A tecnologia do vapor havia se consolidado como parte das ferrovias que se implantaram em grandes redes na Europa desde 1838. No Brasil, desde então, em face da modernidade que se impunham, diversos Planos foram criados, cujo objetivo era criar um transporte moderno em face dos investimentos que se consolidavam nos EUA.

Exaltados por Blake os empreendimentos estavam na perspectiva de se ter “uma obra digna da época dos grandes sucessos materiais” explicitados como a construção da Estrada de Ferro Union Pacific como a “maravilha do mundo” e considerando a rápida transformação nas “áreas vazias ou dominadas por índios em terras produtivas e ocupadas por pioneiros”. Castro (1993:140).

Dentre os planos apresentados estava o Plano Rebelo (1839). Nele estavam eixos que ligavam o Rio de Janeiro às diversas regiões do país. Se podia contemplar naquele esboço a ferrovia originada na capital imperial (Rio de Janeiro) e sua ligação com Porto Alegre, passando por Curitiba, Lajes e a capital gaúcha. Em outro trecho, na direção noroeste, articulava a capital com Barbacena (MG), Goiás (GO), Cuiabá, alcançando Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) na fronteira com a Bolívia. E o mais extenso dos trechos: a capital a Belém, acompanhando o litoral. Havia ainda no mapa a preocupação com os rios, destacando a articulação com o São Francisco, as Cachoeiras a serem ultrapassadas e as serras da Borborema e da Mantiqueira 22.

Trinta anos após, em 1869, o Plano Moraes apresentava uma articulação bastante realista no diagnóstico dos modais brasileiros, considerando a tecnologia de transporte vigente – o vapor – a disponibilidade de combustíveis lenha e carvão vegetal, e as vias articuladas – ferroviárias e hidroviárias. Nesse engenhoso plano, sugeria obras de superação hidroviárias, necessárias a ligação de bacias, considerando canais e eclusas, articulando as diversas bacias brasileiras como em Mato Grosso (hoje MS)

entre os rios Mondego (Miranda) e Ivinhema e na mesma Província, entre o Pardo e o Coxim (MS). No médio norte de MT, ligando as nascentes dos rios Paraguai e Arinos (MT); entre o Jauru e o Alegre (MT). No PI a ligação entre o Rio Preto e o Gurgueia, afluente do Parnaíba (PI). Além da ligação da bacia da Bacia do rio Grande com o São Francisco (MG). Mas havia também importantes ligações ferroviárias, articulando as capitais aos principais rios, integrando ferrovia e hidrovia: Salvador a Juazeiro, com São Francisco, Recife a Petrolina e Rio de Janeiro a Pirapora²³.

Depois de um esboço em 1874, foi apresentado em 1882, o Plano Ramos de Queiroz, com objetivos semelhantes aos anteriores: articular ferrovia e hidrovia. Esse segundo plano se caracteriza pela interiorização e a buscava os limites regionais. No sentido leste-oeste e do sul para o norte pode-se observar a ferrovia de Porto Alegre até a fronteira, no rio Uruguai; outra entre Desterro e às Missões (RS); a estrada de ferro de Curitiba à Corumbá; a ferrovia de Santos ao Rio Paraná; Salvador a Urubu, nas margens do São Francisco. Havia ainda um eixo da Salvador a São Luiz, passando por Corda, Teresina, Juazeiro; outro de Cabedelo a Carolina (PA). Cuiabá, por sua vez, seria servida por dois eixos: 1) Taubaté, Rio Paraná, Cuiabá e Rio de Janeiro, Ouro Preto, Guaiacui, Goiás, Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, através de uma artéria central saído de Caravelas (BA)²⁴. Esta ferrovia, como a do Plano Rebouças, apresentava alguns aspectos relacionados à segurança, considerando a recém-concluída Guerra do Paraguai e o Tratado com o país Guarani.

Também, em 1874, surgia o Plano Rebouças, com preocupação geopolítica-econômica depois retomada pelo governo militar no século XX. Considerava o rio Amazonas: uma espécie de base invertida de um triângulo, com as hipotenusas marcadas pelo litoral no leste e os limites do oeste. Levavam em conta os portos do Pacífico como pontos a serem alcançados em 10 perimetrais.

Em 1881, o Plano Bicalho, imaginava linhas férreas saído de Porto Alegre e passando por Guaíra (PR) de lá a Corumbá e Vila Bela da Santíssima Trindade²⁵, um trajeto semelhante à rodovia BR-364. Com preocupação francamente defensiva, pois, acompanhava o limite do Oeste brasileiro. Mantinha a navegação pelo Guaporé até Guajará Mirim e depois, do Madeira ao Amazonas, chegando a Belém pelo grande rio.

Em 1886, o Plano Bulhões, propunha incorporar trechos novos as estradas de ferro existentes. Assim, ligava Porto Alegre à capital do Império e de lá a Cuiabá. Em outro eixo, articulava a navegação do Rio Paraná-Grande com uma ferrovia à Goiás e depois até Belém (PA). Ainda, procurava ligar Salvador São Luiz.

O Novo governo republicano (1889) constituiu uma comissão para estudar a questão viária. O Plano originado na "Comissão de 1890" artu-

lava como os demais, ferrovias e hidrovias, e fazia traçados semelhantes, cujo eixo noroeste alcançaria Cuiabá e de lá a Mato Grosso, novo nome que se deu a Vila Bela da Santíssima Trindade. Como se sabe, nenhuma dessas ferrovias alcançaria Mato Grosso, na sua região remanescente.

Paradoxalmente, as duas ferrovias dariam novo alento às elites das regiões que passaram a pedir autonomia em relação à Mato Grosso colonial e Imperial: Rondônia e Mato Grosso do Sul. Assim, a ferrovia Madeira Mamoré seria reiniciada em 1907 e construída para atender as negociações do Tratado de Petrópolis, permitira a incorporação do Acre ao Brasil, ficou conhecida como a Ferrovia do Diabo, em função das dificuldades de sua construção e da quantidade de mortos e doentes na sua implantação. Foi estabelecido no trecho Guajará-Mirim a Porto Velho, superando as corredeiras do Madeira, até ser desativada totalmente em 1991.

A Ferrovia Noroeste do Brasil conseguiria o financiamento para sua construção em 1911 e em 1914 iniciaria a sua construção desde Bauru (SP) que ultrapassou o Rio Paraná, na divisa com São Paulo, alcançando Campo Grande e depois Corumbá, ponto de intersecção com a navegação do rio Paraguai.

Mas se as estradas de ferro tiveram maior visibilidade ao transportar passageiros e mercadorias, foi o telégrafo, como a invencção mais espetacular da época, que possibilitou aproximar distâncias e a definir negócio na perspectiva de informar rapidamente preços e quantidades. Inevitavelmente, a rede quando operada introduzia relações diretas entre o mundo europeu e zonas remotas, tornando a interdependência da economia mundial uma inevitabilidade histórica da fundação de uma economia industrial a nível global. Nesse processo de modernidade, as linhas telegraficas no final do século XIX alcançam Mato Grosso e adentram a Amazônia, implantadas sob a tutela de Mariano da Silva Rondon.

Se mantido o modelo, na periferia, o trem se tornaria o complemento ideal da marinha mercante brasileira, a exemplo do modelo americano, tão decantado. Como se poderiam avaliar as estradas de ferro que passam a ser estabelecidas no Brasil e em especial Mato Grosso que estacionaram e desapareceram em função da superação dos ciclos da borracha no norte e da pecuária e do mate no sul. Em ambas as regiões o germe da secesseção ficaria inoculado para a ação dos governos discricionários de Vargas e dos Militares.

USINAS DE AÇÚCAR

É curioso como ocorrem similaridade entre os processos (farsas e tragédias) no qual se insere a tecnologia do vapor. Análise feitas por K.Marx,

em 1858, tratando da Índia e a dominação inglesa, pode ser comparada a alguns aspectos do processo em desenvolvimento em Mato Grosso. Assim explica que

“a única revolução social que jamais se viu na Ásia está relacionada com a introdução do vapor [...] na Índia. A entrada em cena da navegação a vapor, conjugada a ferrovia, aproxima este distante país do continente europeu e deixaria [...] sua integração com o mundo ocidental.”

A produção do açúcar não era exatamente uma novidade em Mato Grosso. Desde o século XVIII havia engenhos montados em Chapada dos Guimarães, Cuiabá e Diamantino. Começavam pelo ato de moer a cana, esmagada em cilindros de madeira movidos por rodas d'água ou pares de bois. Depois, o caldo era levado à casa das fôrnelhas nas quais era fervido com o calor da lenha, abundante na região. Ali era concentrado o caldo em tachos de cobre e transferido para as formas nas quais o açúcar se cristalizava em grandes rapaduras.

Na casa de purgar, a massa resultante do processo era purificada e dividida com a forma de sua comercialização. Embora houvesse um mercado regional era vendido no mercado externo, no entanto, era necessário triturar e secar ao sol para transportá-los em caixas ou mesmo sacaria.

Não há memória escrita dos moradores de Santo Antônio do Rio Abaixo da chegada da cana-de-açúcar àquela região. Entretanto, em 1893, o Comendador Joaquim José Paes de Barros fundou, no Rio Abaixo, a primeira usina açucareira do Estado: a Usina da Conceição. No final do século XIX, segundo Virgílio Correa Fº, havia em Cuiabá uma produção de 13.702 camadas de aguardente, 105 toneladas de açúcar e 159.000 milhares de rapaduras, produzidos em 13 engenhos de aguardente, 3 de açúcar e rapaduras. Havia ainda, em torno da capital, 24 engenhos de cada categoria referida. CORREA FILHO (1946:106)

Mas as usinas não produziam apenas açúcar, a região de beira rio contava com terra fértil, provocada pela fertilização do transbordamento dos riachos e rios o que permitia a produção de alimentos para os garimpeiros de rio acima.

No final do século XIX, nas margens do Rio Cuiabá foi instalada outras usinas de açúcar, aguardente e álcool de Mato Grosso. Eram 12 fábricas de açúcar e aguardente, além de inúmeros engenhos de rapadura. As maiores e mais conhecidas eram: Maravilha, Conceição, Aricá, Tamandaré, São Miguel, São Sebastião, Flechas e Itaicy. Dentre elas, esta última se destacou por seu porte e aspectos sócio culturais sempre discutíveis²⁶.

Após alguns anos, oriundo da primeira usina, foi construído o maior estabelecimento açucareiro de Mato Grosso: a Usina Itaicy. Propriedade do Cel. Antônio Paes de Barros, mais conhecido como Totó Paes, surpreendeu com sua estrutura moderna que comportava além da tecnologia avançada, escola, banda de música, capela, luz elétrica, mercado (armazém) e até mesmo moeda própria. A usina se encontra desativada, bastante deteriorada devido a ação do tempo e ainda conserva boa parte de sua história através dos maquinários, das casas, dos mobiliários, e também, através das pessoas que vivenciaram esse momento histórico. A expansão industrial da cana começa a decair a partir de 1925, entrando em rápido declínio, a ponto de quase desaparecimento a partir de 1930. O governo federal destinou cotas irrisórias de produção para Mato Grosso, desestimulando o trabalho nesta cultura.

A (DES) INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO E A SECCIONAMENTO NO SÉCULO XX: A GUIA DE CONCLUSÃO.

Assim, seria paradoxal entender a modernidade imposta pelo equipamento icônico e a transformação econômica no século XIX se pudesse linearmente ter provocado a divisão territorial em função da cultura instalada e as condições políticas criadas para a divisão de Mato Grosso. Entretanto, não há como evitar e parece inevitável que os traçados das estradas de ferro e outros totens do sistema sejam marcos de agregação e desagregação das regiões seminais, marcadas pelos caminhos líquidos.

Nesse processo, especialmente no meio urbano, as linhas inflexíveis permitem lembrar que tudo quanto é “solido desmancha no ar” e acaba por desagregar o tecido urbano por onde se foi estabelecendo, como se observa em New York, Chicago, Londres e mesmo Paris, onde as gares tiveram reformas e harmonização com a urbis. Assim as modernas ferrovias e suas estações passaram a compor com a cidade um todo urbanístico articulado, mas em geral, subterrâneo quando possível. No Brasil sob influência do fordismo, nos anos sessenta e setenta, do século XX, além de outros interesses relacionados a política e a economia, os investimentos do século XIX passaram a fazer parte da história, reconstruindo-se projetos de curto prazo.

Certamente a maior parte da população não conhece a importância do vapor, ou a superação da crise contínua do Oeste brasileiro, em função da ausência de tecnologias apropriadas à superação daquelas agruras. Em geral, os projetos são de curto prazo, com pouca determinação, acabando como sucatas ou testemunhos: cidades, estradas, portos.

Essa cultura, não pode ser debitada apenas ao sistema, na perspectiva do capitalismo, parece assentada definitivamente na cultura regional.

Michel Moore, em filme tratando do tema mostra como foi concluída a cidade da sede da GM. Mas não é diferente a Ford City, em Chicago, onde se construiu novo bairro e diversos supermercados e outlets. Estas na perspectiva do consumismo fordista. Se ainda se veem testemunhos da estrada de ferro Madeira Mamoré, ou da Usina de Itaicy, Conceição ou Maravilha no Cuiabá, certamente são documentos para reflexão de um período a ser considerado como projetos que não se apresentavam apenas como modismos ou interesses pouco qualificados, mas como testemunhos no futuro do novo estado industrial.

NOTAS

¹ O comércio exterior de Mato Grosso em sua pauta apontava, no início do século XX, exportação de látex, couros, carne, extrato de carne industrializada e diversas drogas do sertão. A região, não poderia de nenhuma maneira ser considerada isolada. A tese do isolamento, conduzida pela elite regional, justificava-se pela falta de investimentos na economia regional. BORGES, F.T.de M.; VOLPATO, L.R.; LENHARO, A.

² Do ponto de vista do Império brasileiro havia interesses expansionistas em relação ao Paraguai e Bolívia como se observou nos Tratados, especialmente com a Bolívia, de Ayacucho (1876) e Petrópolis (1903).

³ Podem ser consideradas nessa categoria algumas famílias que passaram a comercializar alguns produtos da coleta como borracha e diamante e alimentos nas regiões de trabalho extrativista. (Spinelli, Orlando, Addor, Josetti). Também se reconhecem alemães, árabes, cujo ingresso é propiciado pela possibilidade de fortuna anunciada pelo governo.

⁴ A citação relativa à tragédia tem como propósito lembrar Hegel, reafirmada por Marx de maneira crítica, em O 18 Brumário de Luiz Bonaparte e aqui apresentada pelas versões que teve sequenciada a região no processo de desenvolvimento regional, agravado, como sendo o estado do agronegócio. (MARX, 1885-1974: 335)

⁵ Conhecido como Tratado de Ayacucho foi assinado em 23 de Novembro de 1867 e reconhecia o território como pertencente a Bolívia que proclamara sua independência em 1807. As negociações pelo reconhecimento se concluíram por este “Tratado de Amizade”. Por ele o Brasil

ultrapassava os limites do Tratado de Madri e de Santo Ildefonso e a fronteira Brasil-Bolívia chegava ao médio rio Madeira, próximo a cidade de Humaitá, no interior do estado do Amazonas, e abrangia o estado do Acre, o distrito de Extrema (localizado no estado de Rondônia) e grande parte do estado do Amazonas. Posteriormente, o governado do estado do Amazonas estimulou a ocupação do Acre por aventureiros, forçando um acordo diplomático, Alegava haver um acordo entre a Bolívia e os Estados Unidos no qual haveria apoio militar norte-americano à Bolívia em caso de guerra com o Brasil. A razões políticas suplementares do Tratado de Petrópolis (1903), incorporaram além da região do Madeira, a do Purus e do Acre, com mais de 450 mil km² onde se produzia látex em grande quantidade para exportação.

⁶ Borges, F. T. M. Esperando o Trem. São Paulo, Scortecci, 2005.

⁷ Araújo, V. de C. Paz sob fogo cerrado (1945-2002). Cuiabá, EdUFMT, 2012.

⁸ Holanda, S. B. Monções. São Paulo, Brasiliense, 1989.

⁹ Hardmann, F. F. Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo, Cia das Letras, 1988;

¹⁰ Ferreira, M. R. A Ferrovia do Diabo. São Paulo, Melhoramentos, 1959.

¹¹ Com a justificativa da segunda guerra mundial o Governo Vargas efetivou importantes alterações nas fronteiras mato-grossenses com a criação dos Territórios Federais de Ponta Porã e do Guaporé em 1943, desmembrados de Mato Grosso. Anteriormente criara a "Marcha para o Oeste", lançada em 1940, lançava as bases a colonização com as Colônias Agrícolas no sul e no norte do Estado. Lenharo, 1982.

¹² Mendonça, R. História do poder legislativo de Mato Grosso (Vol.1). Cuiabá, Assembleia Legislativa, 1974.

¹³ Durante o Império a freguesia era uma estrutura relacionada com a organização no qual a Igreja Católica foi mantida como religião oficial do Estado. Os recursos obtidos destinavam-se a pagar salários para padres e bispos. Deste modo, era adequado que a estrutura administrativa civil não fosse distinta da estrutura eclesiástica. As províncias eram divididas em municípios que por sua vez eram divididos em freguesias. As freguesias correspondiam às paróquias, mas também havia curatos para serviços religiosos em povoações pequenas e sem autonomia política.

¹⁴ Marx, K. As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850

¹⁵ Aleixo, L. H. Vozes no Silêncio (p.70) alerta que no século XIX a introdução do capital estrangeiro é bastante significativa, especialmente no meio rural. Sodré, N.W. O Oeste detalha esse procedimento da apropriação de terras na pecuária. Borges (2001) apresenta extensa relação de empresa estrangeiras instaladas entre 1891-1929 em Mato Grosso (p.127).

¹⁶ A esse conjunto de fatores Rosa Luxemburg trataria como condições de subconsumo e que poderiam originar as crises econômicas, instabilidade política e precariedade social...

¹⁷ McLuhan, M. O meio é a mensagem. Rio de Janeiro, Record, 1969

¹⁸ Em sua versão definitiva foi editada e impressa em 1911 em Buenos Aires, mas foi precedida por três produções publicitárias que apresentaram o Estado e as suas potencialidades: "Catálogo dos Artigos enviados pelo Estado de Matto-Grosso para a exposição internacional de Saint Louis (EUA) publicado em 1904"; a segunda denomina-se "Brazil Bief Notice on the State of Matto-Grosso", publicada também em 1904 e a terceira foi o "Catálogo dos Produtos enviados pelo Estado de Matto-Grosso à Exposição Nacional do Rio de Janeiro" de 1908. (ZORZATO, 1998)

¹⁹ Matéria prima essencial à vulcanização de calçado e roupas e depois para a indústria de pneus.

²⁰ Segundo Hardmann, a Philadelphia and Reading Coal and Iron seria a responsável pela cobrança das faturas, com deságio de 10%. P.148

²¹ Os contratos eram similares aos dos seringueiros: debitava-se o transporte, cuidados com doenças, além das roupas, alimento.

²² Macedo, Luciano D. de A. A situação do desenvolvimento econômico em Alto Taquari e Alto Araguaia após a chegada da ferrovia. Dissertação de mestrado defendida em 2011. p. 75

²³ Ibidem p. 76

²⁴ Ibidem p.77.

²⁵ Ibidem, 80.

²⁶ A discussão se relaciona as condições de vida dos trabalhadores da Usina envolvendo os limites impostos ao uso de moeda própria em face de possível trabalho escravo. Entretanto, há autores que registram a existência de educação e saúde para atendimento dos trabalhadores e suas famílias sem similar no estado. Naturalmente estão envolvidos juízos de valor relacionados ao proprietário: Antônio Paes de Barros.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. de C. **Paz sob fogo cerrado (1945-2002)**. Cuiabá, EdUFMT, 2012.

BORGES, F. T.M. **Do Extrativismo a Pecuária**. São Paulo, Scortecci, 2001.

_____. **Esperando o Trem**. São Paulo, Scortecci, 2005.

BRANDÃO, J. S. **História da Navegação em Mato Grosso**. Cuiabá, Livro Matogrossense, 1991.

CORREA FILHO, V. **Pantaneais mato-grossenses: devassamento e ocupação**. Rio de Janeiro: IBGE - CNG, 1946.

DEAN, W. **A ferro e fogo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HARDMANN, F.F **Trem-fantasma: A ferrovia Madeira Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

HEMERY, D.; DEBEIR J-C; DELEAGE J-P. **Uma história da energia**. Brasília, EdUNB, 2ª edição, 1993(2007).

HOBSBAWN, E. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

HOLANDA, S.B. **Monções**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

HOLANDA, S.B. (org.) **O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade**. Rio de Janeiro, DIFEL, 1978.

LANDES, D. S. **Prometeu Desacorrentado: Transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa ocidental**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

LENHARO, A. **Crise e Mudança na frente oeste de colonização**. Cuiabá, NDHIR UFMT, 1982;

MACEDO, L. D. de A. **A situação do desenvolvimento econômico em Alto Taquari e Alto Araguaia após a chegada da ferrovia**. Dissertação de mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional. Defendida em 2011.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Abril cultural, 1974.

_____. **As lutas de Classe na França 1848**. Introdução de Engels de 1895. Transcrição da publicação Edições Avante. Baixado da web em 15/08/2013 In. http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/introducao.htm#r2

MENEZES, A. **A morte de Totó Paes Política no interior de Mato Grosso**. Cuiabá, Carlini & Caniato, 2007.

MENDONÇA, R. **História do poder legislativo de Mato Grosso (Vol.1)**. Cuiabá, Assembleia Legislativa, 1974.

VOLPATO, L. R.R. **A conquista da terra no universo da pobreza**. São Paulo, Hucitec, 1987.

O CRIME DE PEDOFILIA NA INTERNET E AS LEGISLAÇÕES APLICADAS AO CASO CONCRETO

Antônio Carlos Rufino de Souza

Bacharel em Direito pela
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
Pós-graduado em Gestão Pública Municipal pela
UAB/UNEMAT no Polo de Arenápolis/MT
carllosboti@hotmail.com

RESUMO

Os últimos 50 anos do século XX foram marcados por uma explosão de tecnologia que proporcionou ao homem grandes avanços, conforto, agilidade e segurança. A internet indubitavelmente é uma das maiores conquistas da humanidade, interligando todo o globo terrestre com apenas alguns clicks. A facilidade de se obter um micro computador e uma conexão a rede mundial de computadores fomenta uma nova modalidade criminal que cresce constantemente a cada dia, os crimes virtuais. Dentro dessa nova modalidade de delito se destaca a Pedofilia na Internet, crime que movimentava milhões de dólares em todo o mundo, e que ameaça nossas crianças, uma vez que o uso de computadores por elas é muito comum, tornando-se vítimas fáceis para estes criminosos. O presente trabalho apresenta o conceito de crime e crime virtual, esclarece o que é pedofilia e como ela ocorre através da internet, também analisa a lei 11.8259/2008 e discorre sobre as leis aplicáveis ao caso concreto.

Palavras-chave: Crime. Internet. Pedofilia.

ABSTRACT

The last 50 years of the twentieth century were marked by an explosion of technology that provided the man big advances, comfort, agility and safety. The Internet is undoubtedly one of the greatest achievements of mankind, linking the



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

entire globe by just a few clicks. The ease of getting a micro computer and a connection to the world wide web encourages a new criminal genre that is increasing every day, Internet crime. Within this new type of crime highlight the Pedophilia on the Internet crime that generates billions of dollars around the world, and that threatens our children, since the use of computers for them is very common, becoming easy prey to these criminals. This paper introduces the concept of crime and cybercrime, explains what pedophilia is and how it occurs through the Internet, the law also looks at 11.8259/2008 and discusses the laws governing the case.

Keywords: Crime. Internet. Pedophilia.

INTRODUÇÃO

A inocência das crianças está sendo furtada, enquanto as organizações criminosas lucram milhões de dólares a cada ano. E lamentavelmente o que deveria proporcionar progresso social e tecnológico, também trouxe consigo preocupações, como a pedofilia na internet. Com a popularização do uso dos computadores, *tablets*, *smartphones* e outros dispositivos conectados à rede mundial de computadores, houve uma transformação na relação do homem com o mundo, agora sem fronteiras, o que fomentou o surgimento de uma nova sociedade, “a sociedade digital”.

Esse avanço começou a ser efetivado por volta do ano de 1990, proporcionando progresso, inovações tecnológicas e trazendo consigo facilidade, conforto e grandes mudanças nos hábitos dos seres humanos. Porém, trouxe consigo aspectos negativos, como os diversos golpes aplicados via internet, violação dos direitos de imagem e autorais, pornografia infantil, a pedofilia, entre vários outros delitos que vão surgindo a cada dia, denominados “crimes virtuais”, “crimes cibernéticos”, “crimes digitais”, entre outros. Inserido nesta nova gama de delitos, surge a pedofilia na internet. Um crime que absurdamente ocorria principalmente no seio familiar, tomou uma proporção descomunal, chegando à rede mundial de computadores, onde ocorre sua disseminação.

O presente artigo tem como objetivo difundir essa discussão, compreender as leis aplicadas ao caso concreto, especialmente a Lei nº 11.829/2008, de 25 de novembro de 2008, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, aprimorando o combate e criminalizando condutas relacionadas à pedofilia na internet, bem como a sua importância para o sistema jurídico, no momento de aplicação das penas cabíveis. Para melhor alcançar o objetivo proposto, o estudo em questão foi

desenvolvido em seis seções, além desta introdução. A segunda seção denominada *Os Crimes Virtuais* descreve o conceito de crime em sentido estrito e dos crimes virtuais, nos possibilitando o entendimento do termo internet e de como ocorre essa nova modalidade de ilicitude, que chegou concomitantemente com a era digital.

Na terceira seção, *A Pedofilia na Internet* conceitua-se o crime de pedofilia; quando ela se configura; as formas que ocorrem, bem como identificar as pessoas que podem ser vítimas. Esta seção aborda principalmente a prática da pedofilia na internet, quais são os artifícios utilizados pelos pedófilos dentro da internet para conseguir a sua satisfação sexual e o que está sendo realizado para o combate deste abominável crime.

Em seguida é analisada *As Penas Previstas para o Crime de Pedofilia*, onde é apresentada a lei que alterou o ECA, para aprimorar o combate deste delito, principalmente através da internet, que veio de encontro com a triste realidade vivenciada por nossa sociedade. Para finalizar esta seção, além da lei 11.829/2009, abordam-se outras penas previstas e sua aplicabilidade para o crime de pedofilia. Na quinta seção é apresentado o procedimento metodológico e finalmente o artigo é encerrado com a sexta e última seção, apresentando as considerações finais.

OS CRIMES VIRTUAIS

É da natureza humana a necessidade de se comunicar, de ouvir e ser ouvido. Essa característica fomenta os estudos para o desenvolvimento de meios para a comunicação entre os homens sem necessariamente estar pessoalmente com o outro locutor, e essa possibilidade esta ligada à evolução da humanidade. Segundo Tofler, apud Peck (2002), essa evolução poderia ser dividida em três ondas: a Era Agrícola, a Revolução Industrial e a Era da Informação.

A evolução da humanidade, sob os aspectos, econômicos e tecnológicos, inicia-se no momento em que deixa o nomadismo e passa a fixar-se em determinada área para cultivar a terra, tendo por base a propriedade da terra como instrumento de riqueza e poder, surgindo a Era Agrícola. Quando o instrumento de riqueza passou a ser a combinação de propriedade, trabalho e capital teve início aí a Revolução Industrial, e em meio a essas transformações foram inventados grandes veículos de comunicação, como o telefone, o cinema, o rádio, TV, o computador e ainda a internet, num período de cinquenta anos entre o final do século XIX e o início do século XX, surgindo assim a Era da Informação.

O surgimento da tecnologia digital culminou na criação da internet e solidificou a Era da Informação. No início a internet foi idealizada para

resistir a ataques nucleares, durante a guerra fria¹, mas adiante nos anos 70, começou a ser utilizada para fins científicos e acadêmicos. No fim do ano de 1972, Ray Tomlinson inventou o correio eletrônico e em 1973, a Inglaterra e a Noruega foram ligadas à rede tornando-se com isso um fenômeno mundial. Em meados dos anos 80, o governo americano abriu a rede para as empresas, e no ano de 1989, surgiu o primeiro browser (programa de computador que permiti acessar a internet), a *World Wide Web*. Ainda em 1990, entrou no ar o World (<http://www.world.std.com>), que foi o primeiro provedor² de acesso comercial do mundo, permitia que qualquer usuário que tivesse um computador e um modem, acessasse a grande rede. No mesmo ano, conectaram-se a internet a Argentina, Coréia do Sul, Áustria, Bélgica, Chile, Grécia, Índia, Irlanda, Espanha, Suíça, Brasil. A partir desta disseminação, a internet passou a ter significados mais abrangentes e sua utilidade foi estendida, deixando então de ser uma ferramenta estritamente militar ou de estudos acadêmicos, passou a ter também o uso doméstico, familiar, entre várias outras finalidades.

Segundo Rosa (2007), a Internet consiste num conjunto de tecnologias para acesso, distribuição e disseminação de informação em redes de computadores,

A Internet, segundo lição de Joshua Eddings, 'é uma sociedade cooperativa que forma uma comunidade virtual, estendendo-se de um extremo a outro do globo. Como tal, a Internet, é um portal para o espaço cibernético, que abrange um universo virtual de idéias e informações em que nós entramos sempre que lemos um livro ou usamos um computador por exemplo'. (ROSA, 2007, p. 35).

A partir de 1990, e a fácil aquisição de um micro computador a internet se espalhou pelo mundo inteiro. Essa popularização do uso dos computadores e da internet transformou a relação do homem, agora sem fronteiras, surgindo uma nova sociedade, "a sociedade digital".

Com todo esse avanço é possível realizar transações de várias espécies com pessoas conectadas a rede mundial de computadores, os internautas, em qualquer ponto do planeta. Possível também é comunicar-se com pessoas transmitindo imagem e voz em tempo real através de uma *webcam*, ou pelo celular, isso sem falar dos sites de relacionamento, rede social que objetiva facilitar aos seus membros a criação de novas amizades e manter esse tipo de relação via internet. Agora há que se falar em dois mundos, o "mundo fático" e o "mundo virtual".

O mundo virtual bem como suas relações, tomou uma proporção globalizada, auxiliando no progresso em geral, com toda a tecnologia, inovações e facilidades. Porém, trouxe consigo aspectos negativos - a

criminalidade digital. Este delito recebe várias denominações tais como: “crimes virtuais”, “crimes cibernéticos” ou ainda “crimes de informática”,

Klaus Tiedemann fala em ‘criminalidade de Informática’, para designar todas as formas de comportamentos ilegais ou, de outro modo, prejudiciais à sociedade, que se realizam pela utilização de um computador. [...] Kohn utiliza *computer criminals* para designar seus praticantes. Jeal Pradel de Cristian Feulard referem-se a ‘infrações cometidas por meio de computador’. Há ainda quem prefira a expressão, ‘crimes de computador’, ‘cybercrimes’, ‘computer crimes’, ‘crimes eletrônicos’ ou ainda ‘crimes digitais’, ‘crimes cibernéticos’, ‘infocrimes’, ‘crimes perpetrados pela internet’, denominações distintas, mas, que, no fundo, acabam por significar basicamente a mesma coisa. (ROSA, 2007, p. 53).

Neste ponto do trabalho, se faz necessário entender o conceito de crime para melhor compreensão do objeto do presente artigo. Nesse contexto, é inerente ao homem a reprovação de condutas nocivas que comprometem o bom relacionamento com os demais membros da sociedade, sendo que desde os primeiros povos, sempre estiveram presentes medidas que visavam limitar e regular tais condutas negativas.

Na idade média, não existia uma definição nítida do que seria um crime, era confundida com muitas condutas também reprováveis, mas que não configuravam crimes, como por exemplo, o pecado. Havia uma confusão muito grande em se determinar o crime e o pecado, em função do código canônico, que muitas vezes substituiu as próprias legislações existentes nos Estados. Essa confusão só deixou de existir com o surgimento do princípio *nullum crimen, nulla poena sine praevia lege*, ou seja, o princípio da reserva legal, onde preceitua que não haverá crime e nem pena, sem lei anterior que o defina, vejamos:

[...] tal princípio foi traduzido na conhecida fórmula em latim *nullum crimen, nulla poena sine praevia lege* por Paul Johann Anselm von Feuerbach (1775-1833), considerado pai do direito penal moderno. Originalmente, surgiu pela primeira vez na *Magna Charta Libertatum*, documento de cunho libertário imposto pelos barões ingleses ao rei João Sem Terra, no ano de 1215. Seu art. 39 previa que nenhum homem livre poderia ser submetido a pena não prevista em lei local. Constou também da Constituição Carolina germânica de 1532. Entretanto, foi só no final do século XVIII, já sob influência do Iluminismo, que o princípio ganhou força e efetividade, passando a ser aplicado com o objetivo de garantir segurança jurídica e conter o arbítrio. (CAPEZ, 2005, p. 38).

No que se refere ao conceito de crime, o legislador pátrio atual não inseriu no ordenamento jurídico brasileiro uma definição, diferentemente das legislações passadas, onde havia o conceito de crime. O Código Penal da República de 1.890 trazia em seu artigo 7º que “crime é a violação imputável e culposa da lei penal”, já o Código do Império do ano de 1.830, preceituava em artigo 2º, § 1º “julgar-se-á crime ou delito toda ação ou omissão contrária às leis penais”.

No Brasil, o sistema adotado é o dicotômico, ou seja, as infrações penais se dividem em crimes (ou delitos) e contravenções, tendo como principal diferença que os definem, a gravidade da ação e a sanção imposta para cada modalidade,

Costuma-se diferenciar crime de contravenção, sustentando a maior gravidade do primeiro. A contravenção é chamada de ‘crimico’ ou ‘crime-anão’. Um critério adotado foi diferenciá-lo na cominação das penas privativas de liberdade. Para os crimes, aplica-se penas de reclusão e detenção; na contravenção não passa de prisão simples. (TONELLO, 2004, p. 94).

Entre os estudiosos do direito penal brasileiro existem divergências quanto à conceituação de crime, no entanto, existe um conceito adotado pela maioria dos doutrinadores, qual seja: crime é um fato típico, antijurídico e culpável. O dicionário jurídico traz,

Crime – Definido no sentido amplo, é a conduta humana, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, que infringe norma legal; mais restritivamente, é a infração a que a lei comina pena, que pode ser de reclusão, de detenção, ou de multa, isolada ou cumulativamente. (GUIMARÃES, 2001, p. 219).

Para Capez, o conceito de crime é determinado sob os aspectos material, formal e analítico:

Aspecto material: é aquele que busca estabelecer a essência do conceito, isto é, o porquê de determinado fato ser considerado criminoso e outro não. Sob esse enfoque, crime pode ser definido como todo fato humano que, propositada ou descuidadamente, lesa ou expõe a perigo bens jurídicos considerados fundamentais para a existência da coletividade e da paz social. (CAPEZ, 2005, p. 112, grifo nosso).

De acordo com esse aspecto crime é o fato humano que é realizado de forma intencional, consciente ou sem intenção, por falta de cuidado, lesando ou expondo a perigo bens juridicamente importantes para

a sociedade em geral. O Estado objetiva manter a ordem e o equilíbrio social, buscando determinar através da essência do conceito quais fatos são considerados criminosos.

Aspecto formal: o conceito de crime resulta da mera subsunção da conduta ao tipo legal e, portanto, *considera-se infração penal tudo aquilo que o legislador descrever como tal*, pouco importando o seu conteúdo. Considerar a existência de um crime sem levar em conta sua essência ou lesividade material afronta o princípio constitucional da dignidade humana. (CAPEZ, 2005, p. 112, grifo nosso).

Sob o aspecto formal, crime é o fato humano que é contrário à lei, qualquer ação legalmente punível. Não observa contudo, a essência em seu conteúdo, em sua matéria, é visto na sua aparência externa, na sua forma.

Aspecto analítico: é aquele que busca, sob um prisma jurídico, estabelecer os elementos estruturais do crime. A finalidade deste enfoque é propiciar a correta e mais justa decisão sobre a infração penal e seu autor, fazendo com que o julgador ou intérprete desenvolva o seu raciocínio em etapas. *Sob esse ângulo crime é todo fato típico e ilícito.* Dessa maneira, em primeiro lugar deve ser observada a tipicidade da conduta. Em caso positivo, e só neste caso, verifica-se a mesma é ilícita ou não. Sendo o fato típico e ilícito, já surge a infração penal. A partir daí, é só verificar se o autor foi ou não culpado pela prática, isto é, se deve ou não sofrer um juízo de reprovação, pelo crime que cometeu. Para a existência penal do crime é necessário que o fato seja típico e ilícito. (CAPEZ, 2005, p. 112, grifo nosso).

Segundo Capez, crime é fato típico e ilícito (ou antijurídico), ou seja, para que ocorra um crime, a conduta do agente deve estar tipificada, deve haver uma previsão de punibilidade para o ato realizado. Será considerado fato típico se atender os seguintes requisitos: a) conduta dolosa ou culposa; b) resultado; c) nexos causal; d) tipicidade.

O fato é que crime é um fenômeno social que acompanha a evolução humana, cabendo à ciência jurídica sua adaptação aos casos concretos que vão surgindo a cada dia. Não há em nosso código penal, um conceito da palavra crime, sendo atribuída aos doutrinadores essa interpretação, porém dentre as várias correntes existentes predomina a adotada nesse estudo, onde o crime pode ser conceituado segundo seus aspectos formais, matérias e analíticos.

Realizadas as considerações necessárias sobre o conceito de crime, entende-se que o crime de internet é uma conduta anti-social, ou seja, comportamentos ilegais, que são realizados por meio de um computador, *tablets*, *smartphone*, entre outros aparelhos conectados à internet (quando são utilizados como ferramentas para cometer crimes) ou contra os estes aparelhos, tais como: o acesso não autorizado a sistemas informáticos; ações danificadoras nesses sistemas; a interceptação de comunicações; modificações de dados; furtos de senhas; tráfico internacional de armas e drogas; incitação ao ódio e discriminação; racismo; terrorismo; a violação dos direitos de autorais e imagem; pornografia infantil; pedófilos que exploram a rede; fraudes bancárias; entre outros.

Os registros apontam que os primeiros crimes praticados com o auxílio de um computador foram econômicos,

‘Os primeiros casos de crimes praticados por meio da informática foram detectados em meados da década de 60, como o caso Equity Founding. Este, assim como os outros poucos descobertos, relacionava-se a crimes econômicos. Na década de 80, verificou-se o quanto as sociedades informatizadas eram vulneráveis, demonstrando-se, assim, a necessidade de haver um controle mais rígido das atividades relacionadas com o uso da informática. Somente a partir daí é que surgiram os primeiros comentários doutrinários acerca do tema. O problema da prática de crimes por meio da informática preocupa todos os países’. (GOUVÊA, 1997, p. 79 apud NOGUEIRA, 2008, p. 24).

No Brasil, o primeiro caso de crime pela internet esclarecido, foi a de uma jornalista da TV Cultura. Ela recebeu 105 e-mails (mensagens eletrônicas) de cunho erótico-sexual, além de ameaçador à sua integridade física, no dia 21 de agosto de 1997, em menos de 21 minutos, ou seja, uma nova mensagem enviada a cada 11,9 segundos aproximadamente. A identificação começou com análise do caminho inverso da mensagem, que após as investigações conseguiram o endereço do infrator, que era analista de sistemas. Meses após a confissão do acusado, ele foi condenado pelo Juiz do Fórum da Lapa a prestar serviços junto a Academia de Polícia Civil, dando aulas de informática para novos policiais.

Nota-se que no mundo digital ocorrem crimes já previstos pela nossa legislação, todavia, frequentemente os infratores incorrem em crimes ainda não tipificados no ordenamento jurídico pátrio, ou seja, condutas que ainda não são consideradas incriminadoras, mas que são extremamente danosas à nossa sociedade. Isso devido à facilidade encontrada por estes infratores no momento de cometer seus delitos e sua difícil identificação e punição.

Diante desta temática o direito penal depara-se com novas práticas delitivas, cabendo ao mundo real, através de toda a sociedade e principalmente dos juristas, regulamentar esse estágio que o direito e a humanidade vivenciam, aprimorando os meios de identificação, prevenção e punição desses infratores.

A PEDOFILIA NA INTERNET

A palavra pedofilia é de origem grega, no qual *paidos* é criança ou infante, e *philia* que significa amizade, amor, afeição e atração. Na sua essência a palavra pedofilia quer dizer “amor às crianças”, porém a partir do século XIX passou a significar desejos sexuais por crianças.

A pedofilia (também chamada de *paedophilia* erótica ou pedossexualidade) é uma *parafilia* na qual a atração sexual de um indivíduo adulto está dirigida primariamente para *crianças* pré-púberes ou ao redor da puberdade. A pedofilia por si só, não é um crime, mas sim, um estado psicológico, e desvio sexual. A pessoa pedófila passa a cometer um crime quando, baseado em seus desejos sexuais, *comete atos criminosos como abusar sexualmente de crianças* ou divulgar ou produzir *pornografia infantil*. (NOGUEIRA, 2008, p. 93, grifo do autor).

Historicamente, em antigas culturas o relacionamento de cunho sexual entre crianças e adultos era tolerável, sendo uma prática comum, inclusive para iniciar sexualmente seus filhos, cabendo ao pai esta função. Com a evolução cultural da humanidade, esta conduta passou a ser abominada, no entanto, estes atos continuaram acontecendo, e passaram a ocorrer de forma silenciosa, principalmente no seio familiar.

A pedofilia se configura em diferentes modos, tais como olhar, despir, acariciar, masturbar-se na presença das vítimas, realizar sexo oral, introduzir o dedo ou o pênis na boca, vagina ou ânus delas. Essa preferência sexual é um desajuste de personalidade, que tem como característica a escolha de crianças para que o indivíduo abusador se satisfaça sexualmente, seja abusando fisicamente ou por outros meios, como ver fotografias ou vídeos contendo imagens de crianças realizando ou simulando atos sexuais.

A pedofilia envolve impulso ou excitação sexual recorrente e intensa por crianças de *treze anos de idade ou menos*, persistindo por, no mínimo, *seis meses*. O indivíduo diagnosticado como pedófilo deve ter, pelo menos, 16 anos de idade e ser, pelo menos, *cinco anos mais velho* que a vítima. (KAPLAN ; SADOCK, 1990, p. 379 apud TRINDADE; BREIER, 2007, p.19, grifo nosso).

Essa definição é encontrada na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), da Organização Mundial de Saúde (OMS), no item F65.4 que define a pedofilia. Os indivíduos com pedofilia relatam sentir uma atração por crianças de uma determinada faixa etária (menor de 13 anos de idade e o abusador ser 5 anos mais velho que a vítima), sendo que alguns sentem maior desejo por meninos, outros tem preferência por meninas, e aqueles que sentem atração por ambos. Pedófilo, é o termo utilizado para se determinar os indivíduos que sentem tais desejos.

O crime de pedofilia é mais comum do que se possa imaginar, ocorre que por vergonha ou ameaças dos abusadores, poucas são as denúncias e muitas vezes o crime se esconde através de brincadeiras que o pedófilo realiza com os abusados, usando deste artifício para tocar as vítimas e se satisfazer. Normalmente o abusador conquista a confiança da criança que se sente segura ao seu lado, porém há casos em que ocorre violência, quando ele não alcança seus objetivos. O pedófilo pode ser qualquer pessoa, homem, pai, mulher, amigos, enfim, não existe um perfil que estabeleça com segurança as características de pessoas com este desajuste de personalidade.

A revista *Veja* de 25 de março de 2009, trouxe em sua capa o tema “Pedofilia, quando o inimigo é da família”, a matéria retrata a triste realidade que ocorre no âmbito familiar. Segundo a advogada Maíra Barreto (2009), uma das entrevistadas pela revista, o fato das iniciativas que combatem esse crime serem recentes explica a sobrevivência de alguns hábitos em certas regiões brasileiras. Ela relata que em determinadas regiões ribeirinhas no estado do Amazonas, o costume de um pai iniciar sexualmente suas filhas menores é aceitável. No estado do Pará, a prática do incesto é vista como uma “tradição”, explica Maria do Carmo Modesto (2009), líder religiosa que coordena trabalhos sociais na região, “os pais se julgam donos do corpo das filhas, e até mesmo quem não concorda com isso não fala nada nem reage”, nessa localidade costuma-se dizer que “quem planta a bananeira tem direito de comer o primeiro fruto”. De 2003 a 2006 a porcentagem de nascimentos de crianças cujas mães eram menores de 14 anos, teve o índice mais elevado na região norte, ainda segundo a revista.

A prática deste delito ocorre também fora do convívio familiar e para alcançar seus objetivos alguns pedófilos escolhem viver em lugares com um grande número de crianças, visando ter mais opções para exercer seus atos, também costumam frequentar ambientes onde as vítimas normalmente estão, como os *shoppings*, escolas, parques de diversões e clubes. Outros escolhem profissões ou atividades que os deixem próximos das vítimas, como monitor infantil, treinador esportivo, trabalhar em pastorais das igrejas, etc.

Em entrevista à revista *Veja*, a nadadora Joana Maranhão (2009), 21 anos relata ter sido vítima de pedofilia,

'Lembro do cheiro do protetor solar que ele usava. Não suporto senti-lo até hoje. Eu tinha 9 anos e treinava natação com ele. Ele passava a mão e o pênis no meu corpo, depois tremia, e eu achava que estava nervoso – não sabia que era uma ejaculação. Demorei a entender o que tinha acontecido, mas aquilo me afetou de várias maneiras. Já mais velha, via minhas amigas tendo todo tipo de experiência, mas eu não tinha coragem nem de beijar um menino – qualquer contato me deixava travada. Tive síndrome de pânico, tomo antidepressivos e tenho medo do escuro até hoje, porque em uma das vezes ele me molestou num quarto escuro. No ano passado, quando o reencontrei no fórum, senti um medo tão grande que não consegui parar de chorar. Se eu dissesse que é um assunto resolvido, estaria mentindo. Acho que nunca vou superar. É como se fosse uma cicatriz na minha alma.'

De acordo com o DSM-IV-TR³ – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, a pedofilia está inserta nos Transtornos Sexuais e da Identidade de Gênero, o qual contém as Disfunções Sexuais, as Parafilias e os Transtornos da Identidade de Gênero.

São três os tipos de transtornos relacionados ao sexo,

- [..] 1) as denominadas *disfunções sexuais*, que envolvem desejo ou estimulação insuficientes e problemas com o prazer (orgasmo), e que, a princípio não possuem relação direta com a pedofilia.
- 2) as *parafilias*, gênero daqueles que buscam a satisfação de estímulos sexual através de meios inapropriados, dentre os quais se encontram espécies como exibicionismo, fetichismo, frotteurismo, masoquismo, sadismo e voyerismo, e se destaca a **pedofilia**.
- 3) os transtornos de identidade de gênero. (TRINDADE; BREIER, 2007, p. 28 e 29, grifo nosso).

A categoria dos transtornos sexuais é um gênero dos quais as parafilias constituem espécie, que é caracterizada pela busca da satisfação sexual através de métodos inadequados, onde os praticantes sentem prazer ao humilhar; causar sofrimento em si próprio, ou em um parceiro; utilizar objetos não-humanos ou incluir crianças para a satisfação sexual. A pedofilia está inserta nessa espécie de transtornos sexuais, cuja inadequação reside justamente na escolha de crianças pra suprir seus desejos.

Uma pessoa pode ser clinicamente considerada pedófila e não ser enquadrado neste delito, haja vista, que somente será considerado pedófilo, aqueles que praticam o abuso.

Infelizmente, a prática da pedofilia passou a ser praticada também pela internet. A internet é uma ferramenta de suma importância para humanidade, sua invenção trouxe progresso em todas as áreas do conhecimento e permitiu a aproximação de todos os povos do planeta. A cada ano aumenta-se o número de usuários, internautas, sendo cada vez mais comum, crianças terem acesso à rede mundial de computadores. Além de ser um instrumento que facilita e difunde conhecimentos, informações e entretenimento, a internet é também uma verdadeira lixeira global, ou seja, coisas que não prestam são “jogadas” na rede, a todo momento, e estão disponíveis para acesso a qualquer hora, por qualquer pessoa, inclusive por crianças.

A pedofilia acompanhou esse progresso tecnológico e agora um crime que era realizado de forma mais tímida, passou a ser escancarado e divulgado para todos que queiram ver e que tenham acesso à internet, hoje os criminosos podem realizar suas fantasias sexuais, trocar e vender fotos, vídeos, sem sair de casa. A pedofilia pela internet gera milhões de dólares no Brasil e no mundo,

[...] É lamentável esse mercado bizarro. Fotos e vídeos de bestialidades com crianças estão entre as mais comercializadas na WEB, estima-se que os vídeos com crianças, que às vezes são seviciadas até a morte custe de US\$ 400 a US\$ 6.000. Existem estatísticas dizendo que tais criminosos já lucraram, mais de 600 milhões de dólares. (NOGUEIRA, 2008, p. 99).

Antes os pedófilos se encontravam em clubes, formados por eles para as trocas e vendas destes materiais, agora eles utilizam a internet, principalmente pelos sites de relacionamento para tal finalidade. Os pedófilos virtuais utilizam todos os meios disponíveis na rede para aliciar suas vítimas, os mais comuns são:

a) *Chat* – sala de bate-papo virtual; trata-se de um canal que alguns sites disponibilizam em sua página. O internauta acessa o site e clica no link que o direciona para as salas de bate-papo, que na sua maioria são divididas por temas (idade, cidades, diversão, esportes, jogos, sexo, homossexual, religião, etc.), escolhida a sala que interessa, o internauta cria um nome fictício e começa a interagir com outros usuários. Não existe uma garantia da veracidade das mensagens que são trocadas, e como o site é acessado por qualquer pessoa, crianças também usam esta ferramenta e é neste momento que os pedófilos conseguem aliciar suas vítimas. Escrevem mensagens e utilizam uma linguagem infantil, fazendo com que a criança acredite estar realmente interagindo com alguém de sua idade ou se identifica como um adulto mesmo, onde com sua astúcia consegue seduzir a vítima e ao longo da conversa tentam descobrir

mais sobre a intimidade da criança, endereço, rotina, onde estuda, etc. Após algum tempo de conversa a criança sente-se segura, fornecendo também o seu endereço eletrônico (*email*), *Skype* (mensageiro instantâneo), número de telefone residencial e celular, e inclusive adiciona o pedófilo em sua rede social, como o *Facebook* por exemplo.

b) Mensageiros instantâneos – é um programa que permite ao usuário trocar mensagens instantâneas de textos e voz com outros internautas, podendo ser individual, ou em grupos. Possibilita, também, a visualização de vídeos e fotografias simultâneas, ou seja, o usuário pode transmitir sua imagem em tempo real, o programa mais utilizado é o *Skype* (*Messenger*, da empresa *Microsoft*);

c) *Email* – é um sistema que permite criar, enviar e receber mensagens de texto, inclusive fotografias e vídeos, ou seja, é um correio eletrônico;

d) Redes de relacionamentos são sites criados com a finalidade de reunir pessoas, ampliar amizades, relacionar-se com indivíduos com gosto semelhantes. No Brasil, até poucos anos atrás, a principal página deste tipo era o *Orkut*, atualmente a rede social utilizada pela maioria dos internautas é o *Facebook*. Para se cadastrar nessas redes sociais, o internauta deve ser maior de idade, porém, ocorre que muitas crianças, inclusive com o consentimento dos pais, mentem a idade para poder criar e manter o perfil nesse site, que por sua vez, não tem um controle real sobre a identificação de seus usuários, bem como a idade verdadeira, sendo também mais um canal utilizado pelos pedófilos. Nesse site é possível criar comunidades, ou seja, pessoas que compartilham dos mesmos ideais, formação, religião, entre outras afinidades, inclusive comunidades destinadas à pedofilia, onde os seus membros (pessoas que participam desta comunidade), trocam fotos, vídeos, compartilham suas experiências e falam sobre os abusos que cometem.

A dona-de-casa, R.S.B.S., 33 anos, entrevistada pela revista *Veja*, disse que soube através do *orkut* do filho, que ele havia sido molestado pelo seu professor,

‘Um dia, abri o *Orkut* do meu filho, que tinha 10 anos. Fiquei cega quando vi o e-mail de um homem que dava a entender que tinha feito o pior com ele. Conversamos, ele chorou e contou que o professor de informática havia feito sexo oral nele e tentado beijá-lo. Senti ódio. Registrei queixa na polícia e ele teve que fazer exame de corpo de delito. Foi horrível, nunca vou esquecer a cena: meu filho deitado em posição ginecológica para a perícia. Ele me odiou por fazê-lo passar por aquele constrangimento. Depois disso tudo, ficou agressivo. Começou a mexer com as meninas na escola e fazer brincadeiras bobas com os meninos. Acho que

aquilo mexeu com sua sexualidade. Não tenho mais coragem de ficar longe dele e dos meus outros filhos, nem de deixá-los com ninguém. Perdi a confiança em todo mundo.'

Com este grande aumento dos crimes cometidos através do computador, principalmente a pedofilia, surgiram vários sites especializados em denúncias, prevenção, visando o combate à pedofilia. Também buscam conscientizar os internautas e chamar a atenção dos legisladores quanto a necessidade de se aprimorar as leis existentes. São sites sem finalidade lucrativa, que auxiliam as famílias a proteger os seus filhos, orientando os pais e mostrando quais os caminhos necessários para evitar que seu filho seja a próxima vítima. Esses sites recebem as denúncias e repassam para as autoridades competentes como o Ministério Público, Polícia Federal e a Interpol.

No Brasil, são inúmeros os sites especializados no combate à pedofilia, seja no mundo fático ou no mundo virtual. Entre eles existem os sites: www.censura.com.br, www.safernet.com.br, entre outros, destaca-se o site www.magnomalta.com, do Senador Magno Malta, que é um ativista contra a pedofolia.

O site Safernet, disponibiliza uma seção em sua página onde mostra as estatísticas da Central Nacional de Denúncias Cibernéticas, sendo possível verificar o número de denúncias recebidas pela safernet, sobre diversos temas: apologia e incitação a crimes contra a vida; homofobia; intolerância religiosa; maus tratos contra animais; neo nazismo; pornografia infantil; racismo; xenofobia e tráfico de pessoas.

De acordo com o site, em 9 anos, a Safernet Brasil recebeu e processou 3.606.419 (três milhões, seiscentos e seis mil, quatrocentos e dezenove) denúncias anônimas envolvendo 585.778 (quinhentas e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e oito) páginas distintas da internet, fazendo com que 163.269 (cento e sessenta e três mil, duzentos e sessenta e nove) destas páginas fossem removidas. Desse total, 1.418.511 (um milhão, quatrocentos e dezoito mil, quinhentos e onze) denúncias foram referentes à Pornografia Infantil envolvendo 276.959 (duzentas e setenta e seis mil, novecentos e cinquenta e nove) páginas distintas, das quais 79.957 (setenta e nove mil, novecentas e cinquenta e sete) foram removidas.

Verifica-se que do número total de denúncias recebidas pelo site, a pornografia infantil representa cerca de 40% das denúncias. Sendo que todas as denúncias que revelam indícios de crime são encaminhadas ao Ministério Público e à Polícia Federal.

Ideal seria, exterminar esta forma de delito que atinge toda a humanidade, enquanto não se atinge essa perfeição, os números apresentados pela Safernet são bastante animadores, demonstra a grande preo-

cupação que a sociedade virtual, tem em abolir este crime. E toda essa preocupação virtual, faz com que consequentemente o mundo fático seja da mesma forma conscientizado e transformado, inclusive com o surgimento de legislações mais severas pra este ilícito penal, exemplo disso foi a CPI da pedofilia que culminou nas leis nº 11.829/2008 e nº 12.015 de agosto de 2009.

AS PENAS PREVISTAS PARA O CRIME DE PEDOFILIA

A lei 11.829 de 25 de novembro de 2008, é uma ferramenta que visa reforçar o que prevê o art. 227 da Constituição Federal de 1988, aprimorando o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes,

Artigo 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, *com absoluta prioridade*, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, **além de colocá-los a salvo** de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição da República Federativa de Brasil de 1988, grifo nosso).

Foi em 2003, com a adoção do Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, que esse problema social passou a fazer parte da agenda do governo federal. Esse serviço começou a funcionar no dia 14 de maio de 2006, e através do número 100 (cem), tornou-se possível a realização das denúncias. Com a entrada do tema na agenda do governo federal, o Congresso Nacional instaurou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, a CPI da Pedofilia, objetivando apurar a utilização da internet na prática de delitos relacionados à pedofilia, e a ligação com o crime organizado.

A CPI da Pedofilia foi instalada em março de 2008, presidida pelo Senador Magno Malta (PT-ES), em consequência da Operação Carrossel 1, da Polícia Federal em dezembro de 2007. Essa foi a primeira grande operação de combate à pedofilia na internet originada no Brasil, durante seis meses, foram investigados e rastreados arquivos pornográficos na rede mundial de computadores. Foram obtidos 103 mandados de busca e apreensão em 14 estados brasileiros, mais o Distrito Federal, ocorre que lamentavelmente foram efetuadas apenas 03 prisões, isso porque a legislação vigente na época, só autorizava a prisão dos criminosos em flagrante, ou seja, quem estivesse enviando ou recebendo arquivos ilegais no momento da abordagem policial, logo, a posse desse tipo de material não era considerada crime.

O projeto de lei nº 3.773/08 da CPI da Pedofilia, culminou no advento da lei 11.829, sancionada no dia 25 de novembro de 2008, na abertura do “III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, na cidade do Rio de Janeiro-RJ”. O texto da lei foi elaborado pela CPI, pelos outros senadores, pela Consultoria Legislativa do Senado e pelo Grupo de Trabalho, que é formado por promotores de justiça, procuradores da República, delegados da Polícia Federal e alguns integrantes da ONG Safernet.

Esta lei altera os artigos 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069/1990, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedófila na internet. Essa lei representa um marco histórico, na medida em que os legisladores reconheceram a importância do tema, atualizando assim o ordenamento jurídico brasileiro para as questões relacionadas à crimes cometidos pela internet, especialmente a pedofilia.

Com o advento da lei, as penas já existentes foram aumentadas e o rol que tipifica as condutas foi alargado através das novas inserções. Os artigos do ECA alterados pela lei 11.829/2008, foram os artigos 240 e 241, e os demais artigos foram acrescentados e possuem a seguinte redação:

Art. 240 - Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenar.

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;
II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.

Art. 241 - Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 241-A - Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo;

II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo.

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput deste artigo.

Art. 241-B - Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por:

I – agente público no exercício de suas funções;

II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo;

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário.

§ 3º As pessoas referidas no § 2º deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido.

Art. 241-C - Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica, por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.

Art. 241-D - Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar

ato libidinoso:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica, com o fim de com ela praticar ato libidinoso;

II – pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exhibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita.

Art. 241-E - Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão 'cena de sexo explícito ou pornográfica', compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

Essa é a lei que aprimora o combate ao abuso sexual infantil e que principalmente criminaliza essas condutas realizadas via internet, com ela as penas para quem produz, distribui, arquiva e vende material ilegal podem ser aplicadas de forma cumulativa, ou seja, quem alicia uma criança para participar deste tipo de vídeo, produz, guarda e vende este material, pode pegar de 20 até 40 anos de prisão.

Todas as mudanças trazidas pela lei 11.829/2008 têm o principal objetivo de acabar com esse grande problema que a sociedade vivencia e por vezes destrói toda uma vida,

O abuso sexual cometido contra criança atinge todos os seus direitos. A criança que é vítima de pedofilia tem evidentemente desrespeitados seus direitos à saúde (uma vez que agredida fisicamente pelo abusado sexual), à vida, à dignidade, ao respeito e à liberdade. A criança que é vítima de pedofilia tem atacada drasticamente a sua auto-estima, via de regra se torna depressiva e apresenta seqüelas para toda a vida, tendo atingidos, pois, seus direitos à saúde (também mental), à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização e à cultura. Além disso, as estatísticas mostram que há enorme tendência de que o abusado na infância se torne um abusador na idade adulta. (FORTES, 2008).

O abuso e a exploração sexual de crianças é uma realidade, bem como as redes organizadas de pedofilia. Certamente essa é uma das leis mais avançadas do mundo, entretanto, sua efetividade fica vinculada ao auxílio que os provedores de serviços de internet terão que fornecer para que este delito possa ser exterminado da nossa sociedade.

No Brasil, além dos crimes e penas previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Código Penal Brasileiro tipifica várias condutas diretamente relacionadas ao crime de pedofilia, haja vista, que o orde-

namento jurídico pátrio não prevê um tipo penal específico para este delito.

Assim como o ECA, o Código Penal também foi alterado em consequência da CPI da Pedofilia, que almeja mais rigor nas punições previstas ao abuso sexual, principalmente os cometidos contra crianças e adolescentes. Foi sancionada no dia 07 de agosto de 2009, a lei nº 12.015, que trouxe mudanças para o Código Penal, Lei de Crimes Hediondos e para o ECA, sendo mais uma vitória alcançada pelos mentores dessa CPI.

Verifica-se neste ponto do estudo, como ficaram as redações dos artigos alterados pela lei 12.015/2009, bem como as novas inserções, que refletiram diretamente no caso em tela, ou seja, a punição dos pedófilos. O crime de estupro está previsto no artigo 213 do Código Penal, e prevê que enquadra-se no crime de estupro quem:

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (anos).

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: Pena – reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º Se da conduta resulta morte: Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Nota-se que agora é considerado estupro tanto a conjunção carnal quanto os atos libidinosos, e sendo punidos aqueles que praticam o ato ou permite que seja praticado. Não há mais a distinção do sexo da vítima, desta forma, o homem também pode ser vítima do crime de estupro, caindo por terra o atentado violento ao pudor, crime que anteriormente se utilizava para punir atos sexuais diversos da cópula vagínica, revogando assim o art. 214.

Com essa mudança o crime de estupro passou a abranger um número maior de condutas, facilitando a aplicação das penas e enquadrando nesse delito os pedófilos, que antes só poderiam ser punidos quando havia a penetração vaginal, ato que caracterizava o estupro.

As inserções dos artigos 217-A, 218-A, 218-B, no Código Penal, têm uma importância imensurável para o combate a pedofilia no nosso país. Respectivamente tratam dos crimes de: estupro de vulnerável; satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente e por último o favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de pessoa vulnerável.

O estupro de vulnerável está previsto no artigo 217-A e ele ocorre quando o agressor tem conjunção carnal ou pratica atos libidinosos contra vítima com idade inferior a 14 (catorze) anos, incorrendo nas mes-

mas penas, quem pratica tais condutas com alguém que, por deficiência mental ou enfermidade, não tenha discernimento para a prática do ato ou que não possa se defender da agressão. As penas previstas para este crime é a reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos, podendo chegar a 20 (vinte) anos se a conduta resulta em lesão corporal de natureza grave e 30 (anos) de reclusão se resultar morte da vítima.

A satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, está tipificada no artigo 218-A, que estabelece pena de 2 (dois) a 4 (quatro) anos de reclusão para àquele que pratica ou induz pessoas menores de 14 (catorze) anos de idade, a presenciar conjunção carnal ou qualquer ato libidinoso, que vise satisfazer sua lascívia ou de outrem.

O favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual é tratado no art. 228, que determina pena de até 6 (seis) anos de reclusão para quem induz alguém a prática da prostituição, ou que dificulte, empeça o abandono desta conduta, a pena pode chegar a 8 (oito) anos de reclusão se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.

O artigo 218-B, por sua vez, prevê o favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável, incluindo no caput, além dos menores de 18 (dezoito) anos, àqueles que por enfermidade ou deficiência mental, não possui discernimento para a prática do ato, nessa situação a pena de reclusão é de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, podendo ser ainda aplicada multa se houver vantagem econômica. Segundo o § 2º do artigo 218-B, incorre nas mesmas penas:

[...] I – quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no caput deste artigo;

II – o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que ser verifiquem as práticas referidas no caput deste artigo.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

Todas as penas previstas neste Título serão aumentadas à metade, se do crime resultar gravidez ou de um sexto até metade se o agente transmitir à vítima doenças sexualmente transmissíveis de que sabia ou deveria saber ser portador.

A lei 12.015/2009 acrescentou o artigo 244-B no Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece pena de 1 (um) a 4 (quatro) anos para aqueles que corrompem ou facilitam a corrupção de menores de

18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-los. O legislador mais uma vez demonstra preocupação com os crimes cometidos através da rede mundial de computadores ao prever no § 1º que incorre nas mesmas penas no caput, quem praticar tais condutas utilizando qualquer meio eletrônico, incluindo salas de bate-papo na internet.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente artigo teve início a partir de levantamento bibliográfico em artigos, livros e documentos eletrônicos que despertou o interesse pelo tema, apesar de ser uma grande novidade no campo jurídico, a existência de publicações foram satisfatórias para alcançar o objetivo deste trabalho.

As fontes oficiais disponíveis em internet, legislações gerais e específicas foram essenciais para subsidiar o presente estudo. De igual importância, foram imprescindíveis para fomentar essa discussão, os levantamentos de estudos semelhantes. Vergara (2009), propõe dois critérios básicos para divisão de pesquisas, que são quanto aos fins e quanto aos meios, sendo assim a presente pesquisa classificada. Será metodológica, quanto aos fins, pois “é o estudo que se refere aos instrumentos de captação ou manipulação da realidade. Está, portanto, associada aos caminhos, formas, maneiras, procedimentos para atingir determinado fim” (VERGARA, 2009, p. 42). Para a coleta de dados foi utilizado a pesquisa bibliográfica, que de acordo com Lakatos (1992, p. 43),

Trata-se de levantamento de toda bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto ou de manipulação de suas informações.

De igual maneira, Dmitruk (2004, p.68), ensina que pesquisa bibliográfica,

[...] é realizada em documentos gráficos e/ou informatizados. Objetiva levantar informações sobre temas e abordagens já trabalhados por outros pesquisadores, analisando as contribuições teóricas sobre o problema e a temática de interesse.

Dessa forma, as fontes disponíveis em internet, os levantamentos bibliográficos de estudos semelhantes com foram imprescindíveis para a realização da presente pesquisa. Assim, a pesquisa teve abordagem

qualitativa, na medida em que houve a o levantamento bibliográfico, utilizando-se das fontes oficiais disponíveis na internet, livros, artigos, legislações gerais e específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os crimes cometidos através da internet é uma realidade que já ocorre há alguns anos no Brasil e no mundo, e a pedofilia que antes era praticada de forma oculta, ganha espaço na rede mundial dos computadores, surgindo uma nova modalidade de delito: a pedofilia na internet.

A pedofilia se configura quando um indivíduo tem atração sexual dirigida primariamente ou exclusivamente para crianças com 13 anos de idade ou menos, esse desejo deve permanecer durante 6 meses e o agressor também deverá possuir idade mínima de 16 anos e ser pelo menos 5 anos mais velho que a vítima. Ao contrário do se imagina, esse crime não se consuma somente com a realização do ato sexual; carícias, despir, masturbar-se na frente da vítima, ou seja, atos libidinosos, também são exemplos de condutas que configuram este delito.

Com a ocorrência da pedofilia através da internet, os criminosos aliciam suas vítimas pelos meios disponíveis na rede, seja por sala de bate-papo, redes sociais de relacionamento ou pelo próprio *tablet* e telefone celular, onde eles seduzem e envolvem as vítimas de tal maneira que conseguem descobrir endereço, telefone, escola onde estudam, até alcançar seu objetivo maior, encontrar-se com a criança e abusar dela. Os pedófilos também utilizam a internet para trocar vídeos, manter contatos com outros criminosos, vender ou simplesmente divulgar na rede os materiais ilícitos.

O crime virtual, é alvo de grande preocupação dos legisladores, juristas, ONGs, enfim, da sociedade em geral. Visando combater esse mal que assola e destrói a vida desses indefesos, surgiram trabalhos de diversos órgãos para erradicar essa prática, sendo criado vários canais para se efetivar as denúncias contra esse crime. Em consequência de toda essa mobilização que envolveu várias entidades, Ministério Público, Polícia Federal, entre outras que foi sancionada no dia 25 de novembro de 2008, a lei nº 11.829. Essa lei alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprimorando o combate à produção, venda e distribuição de material contendo pornografia infantil, criminalizando a aquisição e a posse desses materiais e demais condutas que envolvem a pedofilia na internet.

As alterações realizadas no ECA, auxilia de forma expressiva no combate a esse comércio da pedofilia, haja vista que, as penas cominadas

foram aumentadas e os artigos que foram alterados estabelecendo um número maior de condutas que abrangem de forma mais completa os atos que os criminosos praticam, deste modo, o delinquente fica cercado de todos os lados, inibindo o mesmo a cometer tais delitos.

A grande inovação e avanço trazidos pela lei foram as introduções de artigos que punem condutas relacionadas à prática de delitos realizados pela rede mundial de computadores, a internet. É praticamente impossível vivermos sem essa ferramenta, que revolucionou o mundo e que possui benefícios imensuráveis para a humanidade. Porém, pelo aspecto negativo são cada vez mais comuns os crimes cometidos através da internet, conseqüentemente a regulação deste novo ramo jurídico se faz urgentemente necessário, e a lei 11.829/2009 tipificou algumas condutas praticadas na grande rede, comprovando tal necessidade.

No ordenamento jurídico brasileiro não existe a tipificação do crime de pedofilia, utilizando-se para punir os criminosos que praticam tais condutas, o que está previsto no Código Penal e no ECA que através da lei 11.829/2008, tem a função de coibir a fomentação da pedofilia no aspecto comercial do crime, ou seja, a produção, reprodução, venda, distribuição, aquisição e posse de material referente a pornografia infantil. Enquanto que o Código Penal traz punições para àqueles que têm contato direto com a vítima, realizando os atos configuradores do delito.

No dia 07 de agosto de 2009 foi sancionada a lei 12.015, que trouxe alterações importantes para o Código Penal alterando e inserindo artigos ligados diretamente aos crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes. O crime de estupro que somente se configurava quando havia a cópula vagínica, ou seja, somente contra mulheres, agora passou a ter o homem como possível vítima deste delito, configurando também o delito de estupro os atos libidinosos, revogando desta forma o crime de atentado violento ao pudor.

A lei inseriu ao Código Penal os artigos 217-A (estupro contra vulnerável), 218-A (satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente) e o 218-B (favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de pessoa vulnerável) que trouxe penas maiores para quem comete crimes com pessoas menores de 14 anos ou àquelas que por enfermidade ou deficiência mental não possui o discernimento para a prática de atos sexuais.

Todas as medidas realizadas para combater e coibir o crime de abuso sexual contra crianças são extremamente importantes, porém sentimos falta na nossa legislação uma definição específica para o crime de pedofilia, o legislador teve uma grande oportunidade nessa reforma e mesmo assim não o fez. Ficando ainda, os aplicadores da justiça, bus-

cando nas leis existentes normas que melhor se adaptem ao caso concreto, correndo o risco de “pecar” por mais ou por menos na hora de determinar as sanções.

Este trabalho não tem o objetivo de exaurir a discussão sobre este tema, tendo em vista, o constante crescimento desta nova modalidade de delito em todo o mundo, por este motivo o tema em tela sempre merecerá novas análises e discussões, recebendo atenção especial dos estudiosos, dos legisladores, dos juristas. Necessário é o extermínio da pedofilia, independentemente do meio pelo qual ela possa ocorrer. Crime bárbaro que atinge pessoas tão indefesas, nossas crianças.

NOTAS

¹ ROSA, 2007, p.35. A fagulha que acabaria por acender a revolução da conectividade ocorreu em 1957, quando a União Soviética pôs em órbita o primeiro satélite espacial, o Sputnik: quatro meses depois, o Presidente americano Dwight Eisenhower anunciava a criação de uma agência federal norte-americana, nos moldes da Nasa, conhecida como *Advanced Research Projects Agency – Arpa*, com a missão de pesquisar e desenvolver alta tecnologia para as Forças Armadas. Nos anos 60, o Departamento de Defesa dos EUA apoiou uma pesquisa sobre comunicações e redes que poderiam sobreviver a uma destruição parcial, em caso de guerra nuclear. A intenção era difundi-la de tal forma que, se os EUA viessem a sofrer bombardeios, tal rede permaneceria ativa, pois não existiria um sistema central e as informações poderiam trafegar por caminhos alternativos, até chegarem ao seu destinatário. Assim, em 1962, a Arpa encarregou a *Rand Corporation* (um conselho formado em 1948) de tal mister, que foi apresentar seu primeiro plano em 1967. Em 1969, a rede de comunicações militares foi batizada de *Arpanet* (rede da agência de projetos avançados de pesquisa).

² Provedores de internet, são empresas autorizadas a fornecer o acesso a internet, garantem que um computador possa se conectar a rede mundial de computadores, por meio de telefone (acesso discado), radiofrequência, banda larga, ou outro meio qualquer. É aquele provedor que confere ao usuário o endereço IP para que ele navegue na rede. Exemplos de provedores: UOL, TERRA, IG, entre outros conhecidos no Brasil.

³ O Manual Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM*) é um livro de mão para profissionais da área da saúde mental que lista diferentes categorias de desordens mentais e critérios para diagnosticá-los, de acordo com a As-

sociação Americana de Psiquiatria (American Psychiatric Association - APA).

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Lei nº 11.829 de 25 de novembro de 2008*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11829.htm>. Acesso em: 4 out. 2015.

BRASIL, *Lei nº 12.015 de 07 de agosto de 2009*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm>. Acesso em: 2 out. 2015.

CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal, volume 1: parte geral (arts. 1º a 120)* / Fernando Capez. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.). *Cadernos metodológicos*. 6. ed. Chapecó: Argos, 2004.

FORTES, Carlos José e Silva. *Combate à pornografia e pedofilia criminosa*. In: Grupo de Apoio a Adoção: De volta pra casa. Disponível em: <http://www.devoltapracasa.org.br/index.asp?c=paginas&modulo=informativo_exibe&url=166&categoriaextra=18&menuextra=1>. Acesso em: 5 jun. 2009.

FREITAS, Ciro Torres. GIACCHETTA, André Zonaro. *Os reflexos da recente alteração do estatuto da criança e do adolescente nas atividades dos provedores de acesso a internet*. Disponível em: <http://www.pinheironeto.com.br/upload/tb_pinheironeto_artigo/pdf/070109094244anexo_bi2039.pdf>. Acessado em: 30 set. 2009.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. *Dicionário Técnico Jurídico*. 4. ed. ver. e atual. São Paulo: Rideel, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos* / Eva Maria Lakatos, Maria de Andrade Marconi. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 1992.

NOGUEIRA, Sandro D'Amato. *Crimes de informática*. São Paulo: BH Editora, 2008.

PECK, Patrícia. *Direito digital / Patrícia Peck*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROSA, Fabrício. *Crimes de informática*. 2 ed. Campinas: Bookseller, 2007.

SCHLTP, Diogo. Pedofilia quando o inimigo é da família. *Revista Veja*, São Paulo, ano 42, n.12, p. 82-90, 25 mar. 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Vade Mecum / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. – 3. ed. atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2007.

SAFERNET. Disponível em: <<http://www.safernet.org.br/site/indicadores>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

TONELLO, Luis Carlos Avansi. *Direito penal resumido/ parte geral*. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito Ltda, 1997.

AVALIAÇÃO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL À INUNDAÇÃO NO PERÍMETRO URBANO DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER – MT

Cleberson Ribeiro de Jesuz

Professor Assistente do Departamento de
Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso
Mestre em Geografia e Doutorando do Programa de
Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás
cleberufmt@hotmail.com

Gleison Aparecido Batista Rodrigues

Graduando no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –
Campus Cuiabá/Bela Vista
cartografia.mt@gmail.com

James Moraes de Moura

Professor Titular do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia – Campus Cuiabá/Bela Vista.
Doutorando em Química Ambiental da UNESP –
Sorocaba - SP james.moura@blv.ifmt.edu.br

Ingrid Regina da Silva Santos

Mestre em Geografia e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Goiás
ingridufmt@hotmail.com



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

RESUMO

O objetivo do trabalho consistiu em colaborar com o entendimento das vulnerabilidades ambientais referentes às inundações e enchentes no perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger – MT, por meio de caracterização, levantamentos e análise geoespaciais dos condicionantes físicos e sociais da referida área, denotando-os pesos (por grau de impacto e relevância a fragilidade ambiental). Desde modo, conclui-se que o perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger apresenta três usos e ocupações do solo, vegetação natural, pastagem natural e cultivada e urbanização, em maior predomínio respectivamente. Associados as classes hipsométricas entre 132 a 287 metros, com média de 159, e clinografia variando entre $> 0,3$ a 7 graus, com média de 1°

de declividade. Condicionam uma taxa de grau de fragilidade ambiental média de 7,85, em uma escala de 1 a 10.

Palavras-chave: Fragilidade Ambiental. Geoprocessamento. Inundações Urbanas.

ABSTRACT

The objective was to collaborate with the understanding of environmental vulnerabilities related to floods and floods in the urban area of Santo Antonio do Leverger - MT , through characterization, surveying and geospatial analysis of the physical and social conditions of that area , denoting them weights (for degree of impact and relevance to environmental fragility) . In this way , it is concluded that the urban area of Santo Antonio do Leverger has three uses and land occupations , natural vegetation , natural pasture and cultivated and urbanization, a greater predominance respectively. Associated with the hypsometric classes between 132-287 meters, with an average of 159, and clinografia ranging from > 0.3 to 7 degrees , averaging 1 slope. Environmental constraints on the degree of fragility average rate of 7.85 on a scale of 1 to 10.

Keywords: Environmental Weakness. GIS. Urban Flooding.

INTRODUÇÃO

A problemática da água em meio urbano vem se evidenciando nas últimas décadas decorrente principalmente do crescimento ocupacional de Áreas de Proteção Permanentes – APPs de forma desenfreada pelas populações marginalizadas nos centros urbanos mundiais e especificamente brasileiros (TUCCI, 1997; 2004).

Desse modo, Lacoste (1990), afirma que as parcelas da sociedade menos favorecida economicamente, ocupam áreas “marginalizadas” pelos setores da sociedade, devido a

[...] razão do encarecimento dos terrenos e das perspectivas de lucro que se pode auferir nas cidades, cuja população dobra a cada dez ou quinze anos, e, mais ainda em superfície, as categorias sociais mais desfavorecidas, ou seja, a maior parte da população se encontra empurradas para sítios mais desfavoráveis, aqueles onde as particularidades hidrológicas, topográficas ou ecológicas tornam a construção “normal” extremamente onero-

sa, senão impossível. Fundos de vales inundados na estação das chuvas, margens e pântanos, vertentes extremamente abruptas e, sobretudo em vertentes formadas de terrenos passíveis de escorregamentos, zonas para onde escoam esgotos ou depósito de lixo [...] (LACOSTE, 1990 p. 187).

Solidificando essa questão, associa-se a realidade posta, a ineficiência governamental de traçar metas públicas, mas, principalmente de fiscalizar se a regras/leis estão sendo cumpridas, que conforme Vargas (2008), estão expondo as gerações humanas presentes e as futuras, a sérios prováveis problemas de equilíbrio ambiental, pois como salienta o autor,

[...] A falta de planejamento e de políticas públicas, destinadas a proporcionar moradia digna a todas as pessoas, assim como a ausência de uma estrutura administrativa eficiente de fiscalização permitem a ocupação das margens de rios e lagoas, por loteamentos clandestinos ou irregulares, em áreas urbanas. Os assentamentos urbanos clandestinos instalados sobre áreas de preservação permanente defrontam-se com a ameaça de esgotamento dos recursos hídricos, e representam um conflito socioambiental que envolve a preservação do ambiente, a exploração econômica da propriedade privada e o direito à moradia (VARGAS, 2008, p. 8).

Amparado nesse entendimento, compartilhamos dos dizeres de Lima e Amorim (2009), que para analisar a qualidade ambiental urbana é necessário considerar vários componentes da paisagem, tanto relacionados aos aspectos físicos quanto sociais, ou seja, a escolha de uma metodologia específica levando em conta a realidade posta e a sistematização dos atributos ambientais são extremamente importantes, pois dependendo dos parâmetros utilizados, os resultados podem contribuir ou não para o ordenamento e planejamento do espaço (DIAS, 2011).

Nesse sentido esses espaços urbanos são pontos de confrontos diretos entre as nuances da natureza (natural) e a apropriação social (antrópico), que gera um ponto de desequilíbrio onde a supressão do meio é tendenciado pelo deslocamento e ação imediatista humano (DREW, 1986).

Em municípios de pequeno porte, como é o caso de Santo Antônio do Leverger, a ocupação de áreas irregulares vem causando sérios problemas ambientais e de saúde pública, pois potencializa os problemas decorrentes das enchentes e alagamentos, que afetam diretamente o poder público vigente, que necessita assistir os munícipes gerando assim

ônus severos a máquina pública, que em muitos casos é extremamente precária (SANTOS, 2005, FIGUEIREDO e SALOMÃO, 2009).

Conforme o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT deve-se metodologicamente entender as diferenciações intrínsecas aos conceitos de enchentes e alagamentos, que não são sinônimos, mas sim, complementares, ou seja, causa-efeito. Diante disso, as enchentes ou inundações são atualmente uma das principais causas de desastres socioambientais do mundo (IPT, 2013). Sendo esses fenômenos,

[...] de natureza hidrometeorológica fazem parte da dinâmica natural e ocorrem frequentemente deflagrados por chuvas rápidas e fortes, chuvas intensas de longa duração, degelo nas montanhas e outros eventos climáticos tais como furacões e tornados, sendo intensificados pelas alterações ambientais e intervenções urbanas produzidas pelo Homem, como a impermeabilização do solo, retificação dos cursos d'água e redução no escoamento dos canais devido a obras ou por assoreamento. Boa parte das cidades brasileiras apresenta problemas de enchentes e inundações, sendo as das regiões metropolitanas aquelas que apresentam as situações de risco mais graves decorrentes do grande número de núcleos habitacionais de baixa renda ocupando terrenos marginais de cursos d'água (IPT, 2013, págs. 4 e 5).

Ainda de acordo com o IPT (2013), podem-se definir como enchentes as cheias como efeito das águas da chuva,

[...] que ao alcançar um curso d'água, causam o aumento na vazão por certo período de tempo. A elevação temporária do nível d'água em um canal de drenagem devido ao aumento da vazão ou descarga é chamada de enchente ou cheia (IPT, 2013, p. 5).

Enquanto, as inundações seriam o efeito das enchentes ou cheias, onde o nível de vazão dos cursos d'água,

[...] atingem tal magnitude que podem superar a capacidade de descarga da calha do curso d'água e extravasar para áreas marginais habitualmente não ocupadas pelas águas. Este extravasamento das águas do canal de drenagem para as áreas marginais (planície de inundação, várzea ou leito maior do rio), quando a enchente atinge cota acima do nível máximo da calha principal do rio caracteriza uma inundação (IPT, 2013, p. 6).

A relevância desse trabalho se embasa na busca de um entendimento amplo e robusto da fragilidade ambiental correlacionada ao crescimento e uso social do perímetro urbano do município de Santo Antônio do Leverger, que apresenta sua malha urbana praticamente as margens do Rio Cuiabá, notável propiciador de enchentes e inundações ao longo da história do município.

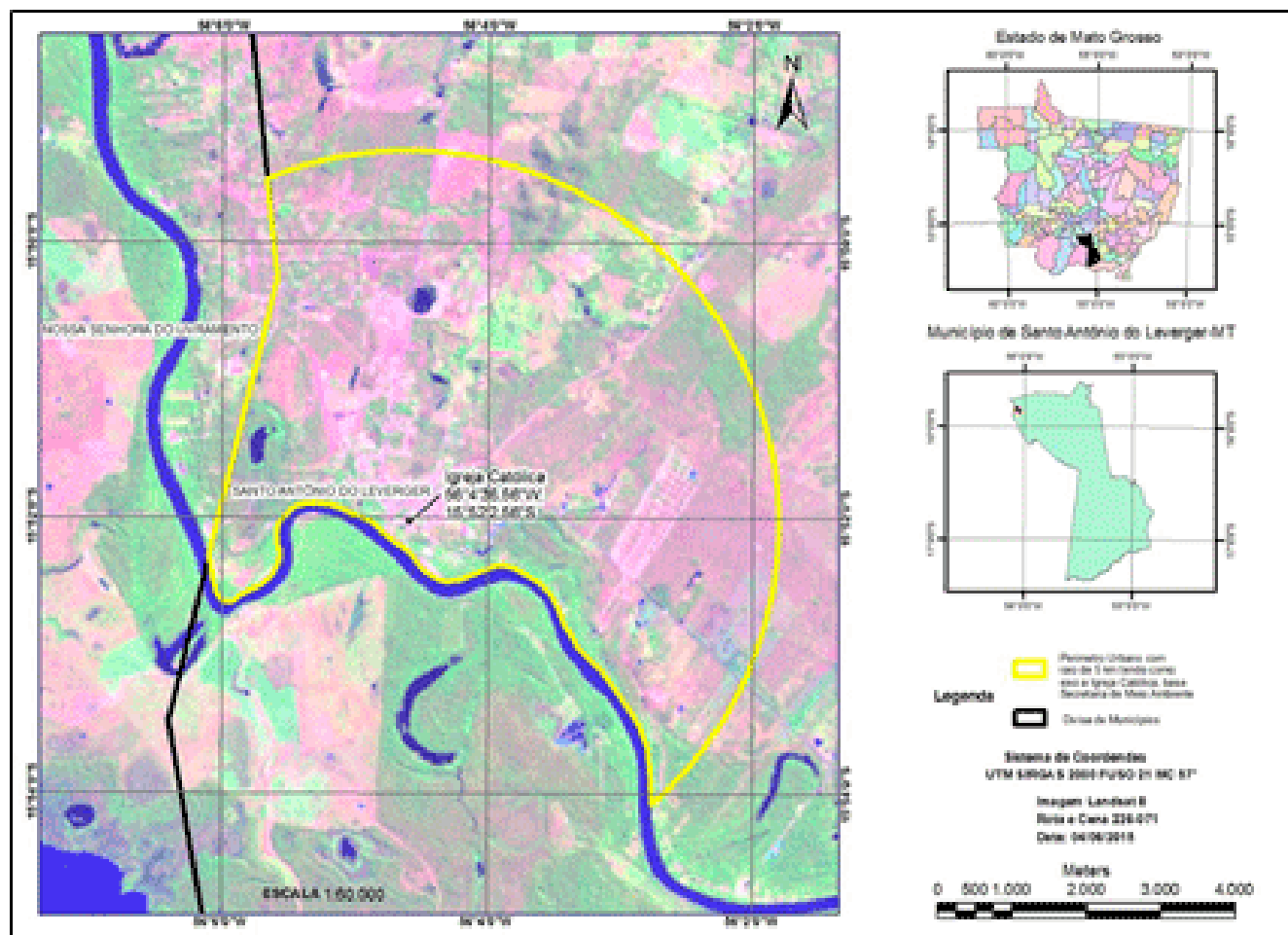
Diante dessa perspectiva metodológica, o trabalho visa colaborar com o entendimento das vulnerabilidades ambientais referentes às inundações e enchentes no perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger – MT, a partir de análises geoespaciais dos parâmetros socioambientais da área. O caminho para atender tal objetivo será a produção dos mapas-base do perímetro urbano do município de Santo Antonio do Leverger, onde se avaliará o grau de fragilidade ambiental da área, para gerar como produto final, o mapa de fragilidade ambiental emergente quanto a enchentes para o município.

ÁREA DE ESTUDO

O município de Santo Antônio do Leverger localizado entre as coordenadas 15° 51' 17" S e Longitude: 56° 4' 13" W, está à cerca 30 km a sudeste da capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá (Fig. 01). Apresenta uma área total de 12.261,288 km², com uma população estimada (2014) de 19.030 habitantes, conferindo-o uma densidade demográfica de 1,51 hab./km² (IBGE, 2015). Apresentando limites territoriais com os municípios de Chapada dos Guimarães, Campo Verde, Jaciara, Juscimeira, Rondonópolis, Itiquira, Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Várzea Grande e Cuiabá (FERREIRA, 2001).

O perímetro urbano do município é caracterizado por um raio de 5 km a partir da Igreja Matriz de Santo Antônio do Leverger, construída nos anos de 1940 (Fig. 01). Essa condição é devido ao município não apresentar um Plano Diretor regularizado até o momento. Mesmo sendo um município pertencente ao Pantanal, que o caracterizaria dentro do Art. 41, incisos I, IV e V da Lei nº. 10.257¹, onde haveria necessidade de se ter um plano diretor regularizado e efetivado pelo por legislativo municipal.

Figura 1: Mapa de localização do Santo Antonio do Leverger, com destaque ao perímetro urbano.



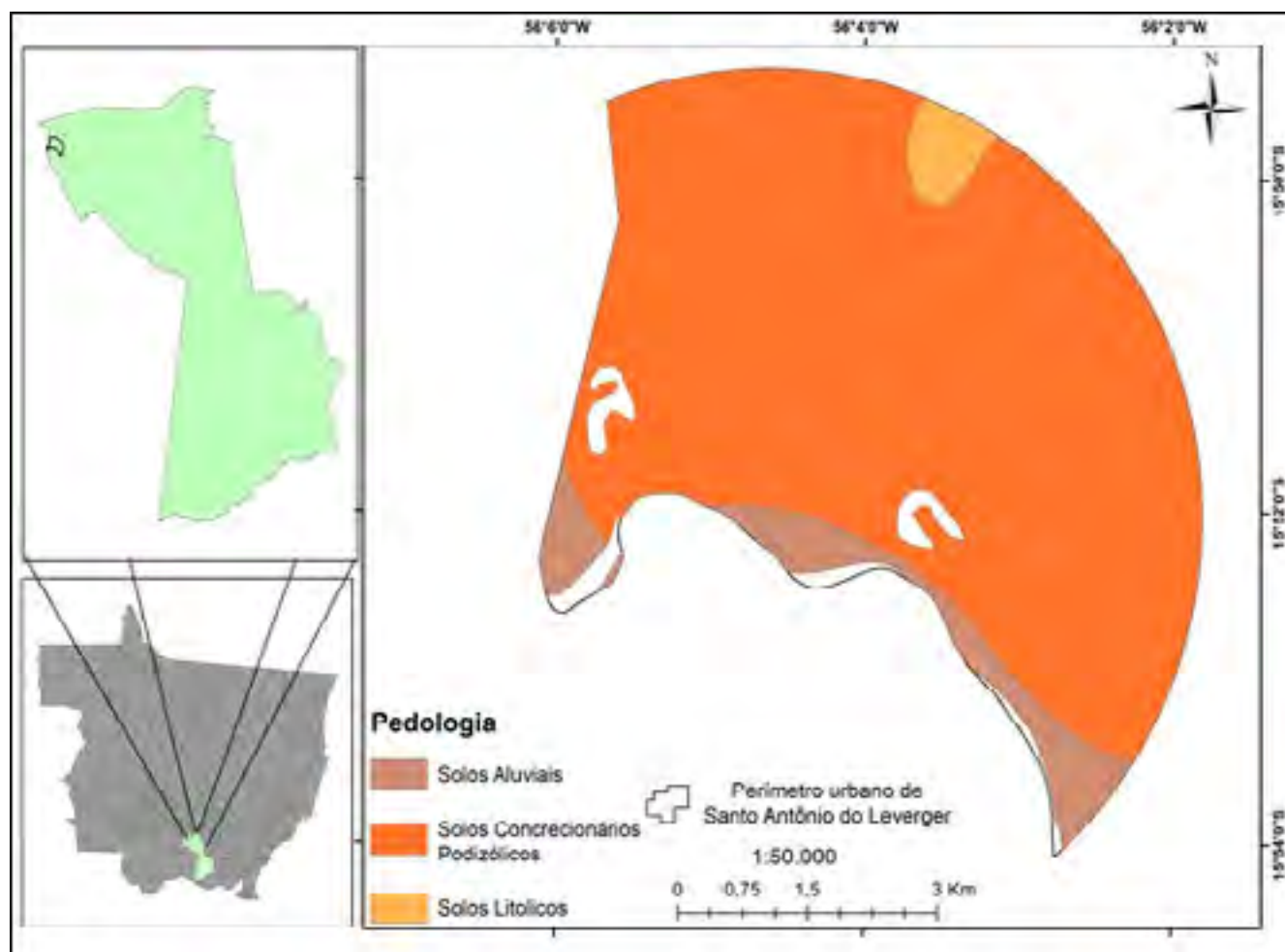
ASPECTOS NATURAIS

Os principais aspectos naturais da área de estudo abordados serão: variabilidade climática, pedologia, geomorfologia, e geologia/estratigrafia. Que entendidos como uma complexidade indissociável representa uma aporte fundamental do entendimento de processos de enchentes e de possíveis alagamentos.

Conforme a segunda classificação de Köppen o clima predominante é do tipo transição Cwa - (Cwb), com temperatura média anual de 23,3 °C e precipitação pluviométrica média anual de 2.007 mm.

Pedologicamente o perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger, é caracterizado por uma unidade pedológica, a dos Plintossolos, com duas variações, Háplicos e Pétricos (Fig. 02), e pela massa d'água derivada do canal meandriforme do rio Cuiabá.

Figura 2: Distribuição pedológica do perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger – MT.



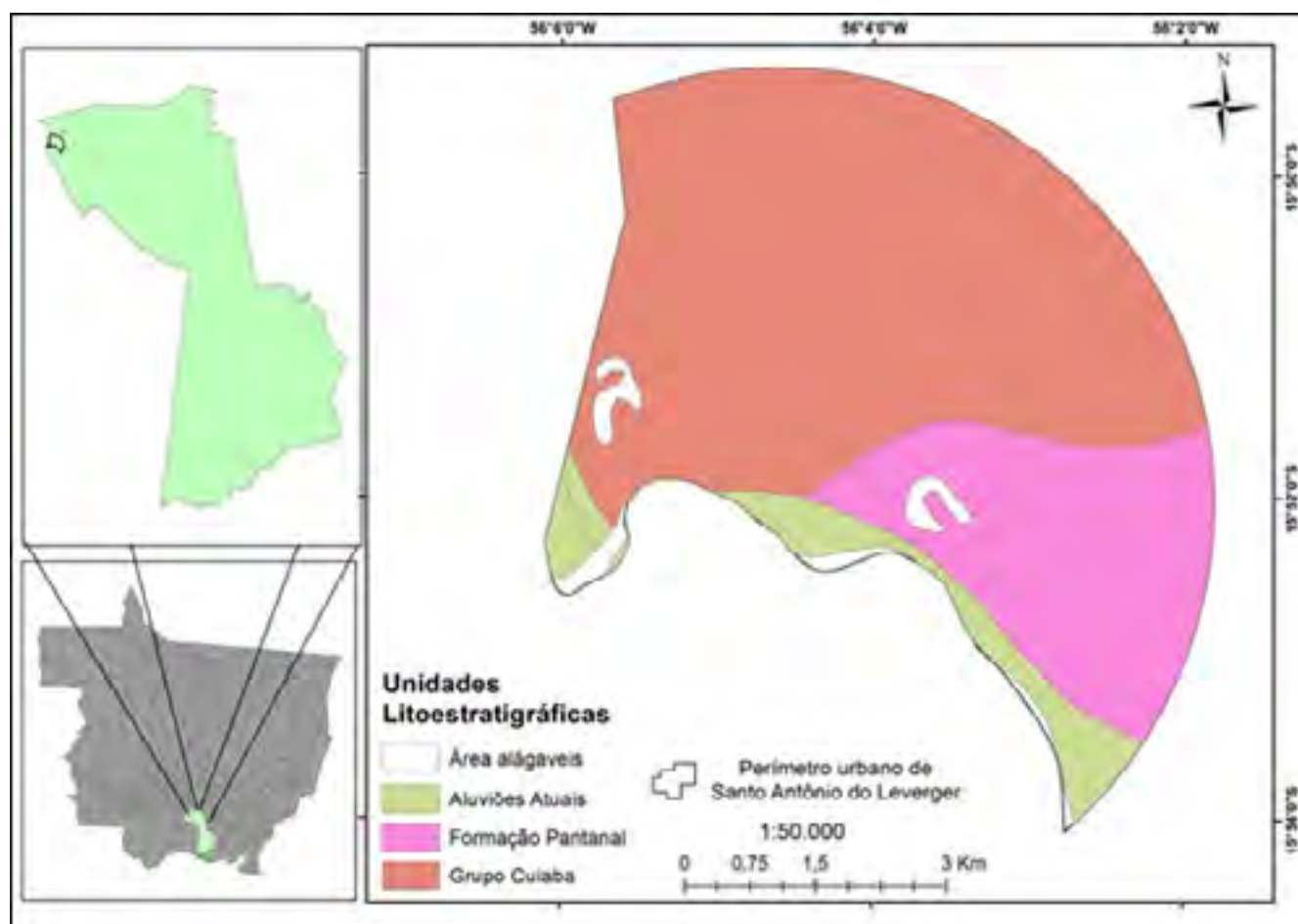
Os classes pedológicas dos Solos Aluvionais e Litólicos, são complexos dos Neossolos Quartzânicos, em geral, são solos originados de depósitos arenosos, apresentando textura areia ou areia franca ao longo de pelo menos 2 m de profundidade. Esses solos são constituídos essencialmente de grãos de quartzo, sendo, por conseguinte, praticamente destituídos de minerais primários pouco resistentes ao intemperismo. A granulometria da fração areia é variável e, em algumas situações, predominam diâmetros maiores e, em outras, menores. O teor máximo de argila chega a 15%, quando o silte está ausente (EMBRAPA, 1999; 2006).

Por serem profundos, não existe limitação física para o desenvolvimento radicular em profundidade, mas a presença de caráter álico ou do caráter distrófico limita o desenvolvimento radicular em profundidade, agravado devido a reduzida quantidade de água disponível (textura essencialmente arenosa). Os teores de matéria orgânica, fósforo e micronutrientes são muito baixos. A lixiviação de nitrato é intensa devido à textura

essencialmente arenosa (EMBRAPA, 1999; 2006). Enquanto, Solos Concrecionários os (Plintossolos ou Concrecionários Lateríticos), geralmente de melhor drenagem, caracterizam-se pela presença no perfil dos horizontes diagnósticos concrecionário e/ou litoplântico (IBGE, 2007).

A litoestratigrafia encontrada no perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger se restringe a três unidades (Fig. 03). O Grupo Cuiabá, que se caracteriza por filitos diversos, metassiltitos, ardósias, metarenitos, metarcoseos, metagrauvacas, xistos, metaconglomerados, quartzitos, metavulcânicas ácidas e básicas, mármores calcíticos e dolomíticos, com presença conspícua de veios de quartzo; a Formação Pantanal com sedimentos arenosos, siltico-argilosos, argilo-arenosos e areno-conglomeráticos semi-consolidados e inconsolidados. Localmente impregnações ferruginosas e salinas; e a unidade dos Aluviões Atuais constituídos de areias, siltes, argilas e cascalhos (SEPLAN, 2007).

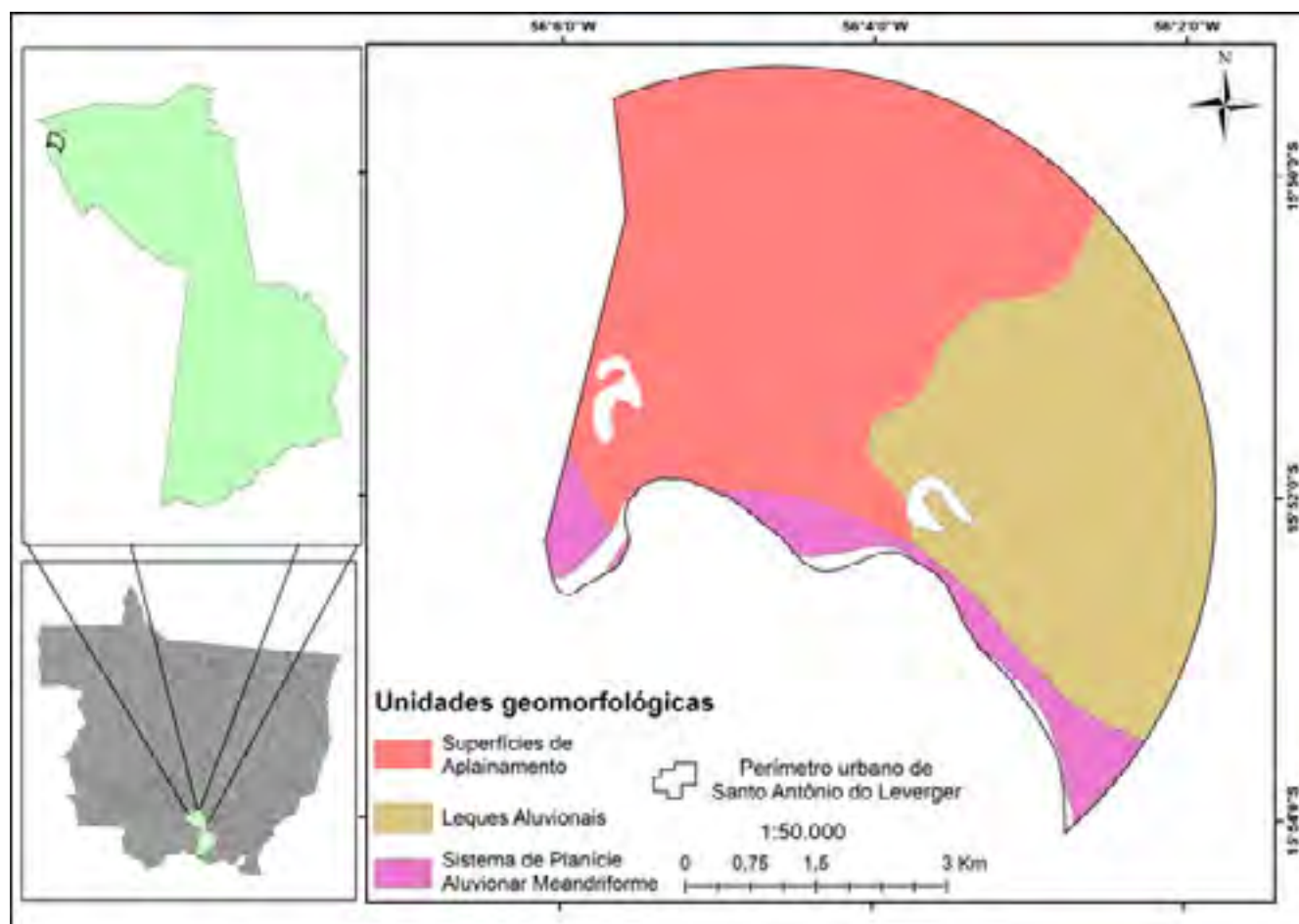
Figura 3: Distribuição litoestratigráfica do perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger – MT.



As características geomorfológicas do perímetro urbano são representadas por Sistemas Denudacionais: Superfícies de Aplainamentos

(Ap3), por Sistemas Agradacionais: Sistema de Planície Aluvionar Meandriforme (Pmd), e Sistemas Agradacionais Mistos: Leques Aluvionais (Lq), conforme a Figura 04.

Figura 4: Caracterização geomorfológica do perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger – MT.



CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

O município de Santo Antônio do Leverger apresenta 5 distritos dependentes e a sede, Engenho Velho, Mimoso, Caeté, Varginha e São Vicente da Serra. O processo histórico do município mantém uma relação direta com as monções bandeirantes colonizadoras paulistas do séc. XVII e XVIII, que segundo Lima (2010), por meio do rio Cuiabá. Em suas margens, instalaram diversas Usinas açucareiras, verdadeiros sistemas de produção. Entre as mais famosas, estava a Usina Itaicy, que apresentava um complexo sistema de produção, com maquinários e emprego de técnicas vanguardistas (Fig. 05).

Figura 5: Vista das ruínas da Usina Itaicy, na margem direita do rio Cuiabá.



Fonte: LIMA, 2010.

A base econômica do município ficou atrelada a produção açucareira por diversas décadas, até entrar em decadência a partir dos anos de 1930, quando a produção e comercialização entraram em colapso, com total paralisação nos anos de 1950. Atualmente a economia de Santo Antônio do Leverger está baseada no setor de serviços (principalmente no funcionalismo público), e agricultura comercial e familiar, pesca, pecuária e turismo (Tabela 01).

Tabela 1: Distribuição do Produto Interno Bruto de Santo Antônio do Leverger.

Variável	Santo Antônio do Leverger	Mato Grosso	Brasil
Agropecuária	114.813	10.743.851	105.163.000
Indústria	28.374	6.229.481	539.315.998
Serviços	96.776	16.418.854	1.197.774.001

Fonte: IBGE, 2015.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho foi baseado em duas partes estruturantes, a primeira foi o trabalho de gabinete, que envolveu levantamentos sistemáticos bibliográficos sobre a temática, e também a confecção dos materiais cartográficos, desde os mapas-bases e os mapeamentos especiais.

A segunda parte consistiu nos levantamentos de campo, a sede de Santo Antônio do Leverger, para coletar dados com instrumentos específicos, e buscar dados junto ao Poder Legislativo Municipal, informações que subsidiassem a realização do estudo.

ATIVIDADES DE GABINETE

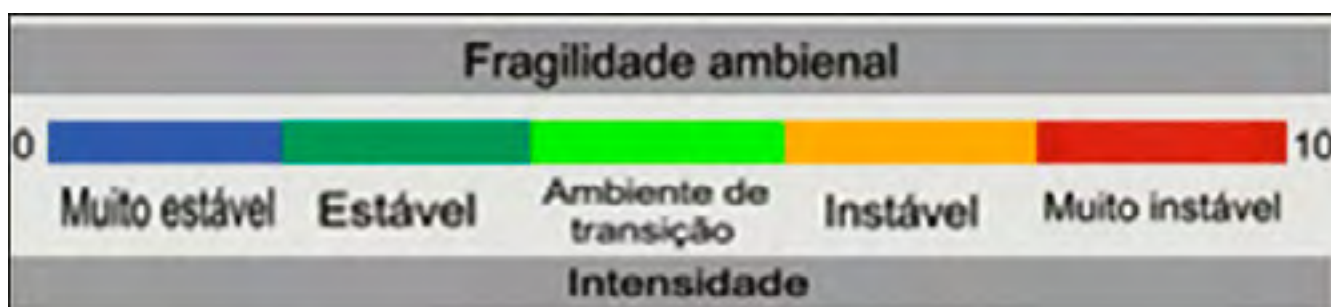
Essa etapa consistiu na obtenção, agrupamento e processamento de materiais bibliográficos pertinentes à pesquisa, nos órgãos oficiais públicos, como a Biblioteca Francisco de Aquino Bezerra (IFMT – Cuiabá/Bela Vista), Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso – SEMA/MT, Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN/MT, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Santo Antônio do Leverger e Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger. Assim como, em periódicos nacionais e internacionais em sítios digitais.

Em uma segunda parte, foram adquiridos, armazenados, processados e analisados os dados geográficos de interesse sobre a temática. Em especial os das feições físico-bióticas da área de estudo. Adquiridos junto a banco de dados públicos do Laboratório de Geografia Física – LAGEF e o Laboratório de Geoprocessamento ambos da UFMT, e da empresa particular Mato Grosso Projetos Ambientais LTDA. Assim como, através dos dados coletados nas campanhas de campo.

Os dados geográficos foram trabalhados no SIG ArcGIS versões 9.3 e 10.2 (ESRI), por meio de interpolações geográficas (dados vetoriais e matriciais), sobreposição de imagens de satélites (SPOT TM-5, LANDSAT TM 5 e 8, e imagens GOOGLE EARTH) e imagens de radar (SRTM/TOPODATA/INPE) e análises estatísticas das interpolações.

Como forma de produção do material final, o mapa de fragilidade ambiental a inundações, baseou-se nos estudos de Ross (1994) e Tricart (1977) para definir 05 níveis de instabilidade ambiental, entre estável a instável ambientalmente (Fig. 06).

Figura 6: Níveis de estabilidade e instabilidade ambiental.



Esses níveis de fragilidade supracitados foram obtidos por meio da análise dos pesos atribuídos aos condicionantes socioambientais presentes na área de estudo (Tab. 02). Levando em consideração a metodologia aplicada aos trabalhos de Cruz *et al.* (2010), Lossardi e Lorandi (2010), Santos *et al.* (2010) e Reckziegel *et al.* (2005), e adaptado para a realidade posta da área de estudo.

Tabela 2: Correlação entre os condicionantes socioambientais e seus respectivos pesos para determinar o grau de influencia a fragilidade a inundações para o perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger, em uma escala de 0 a 1.

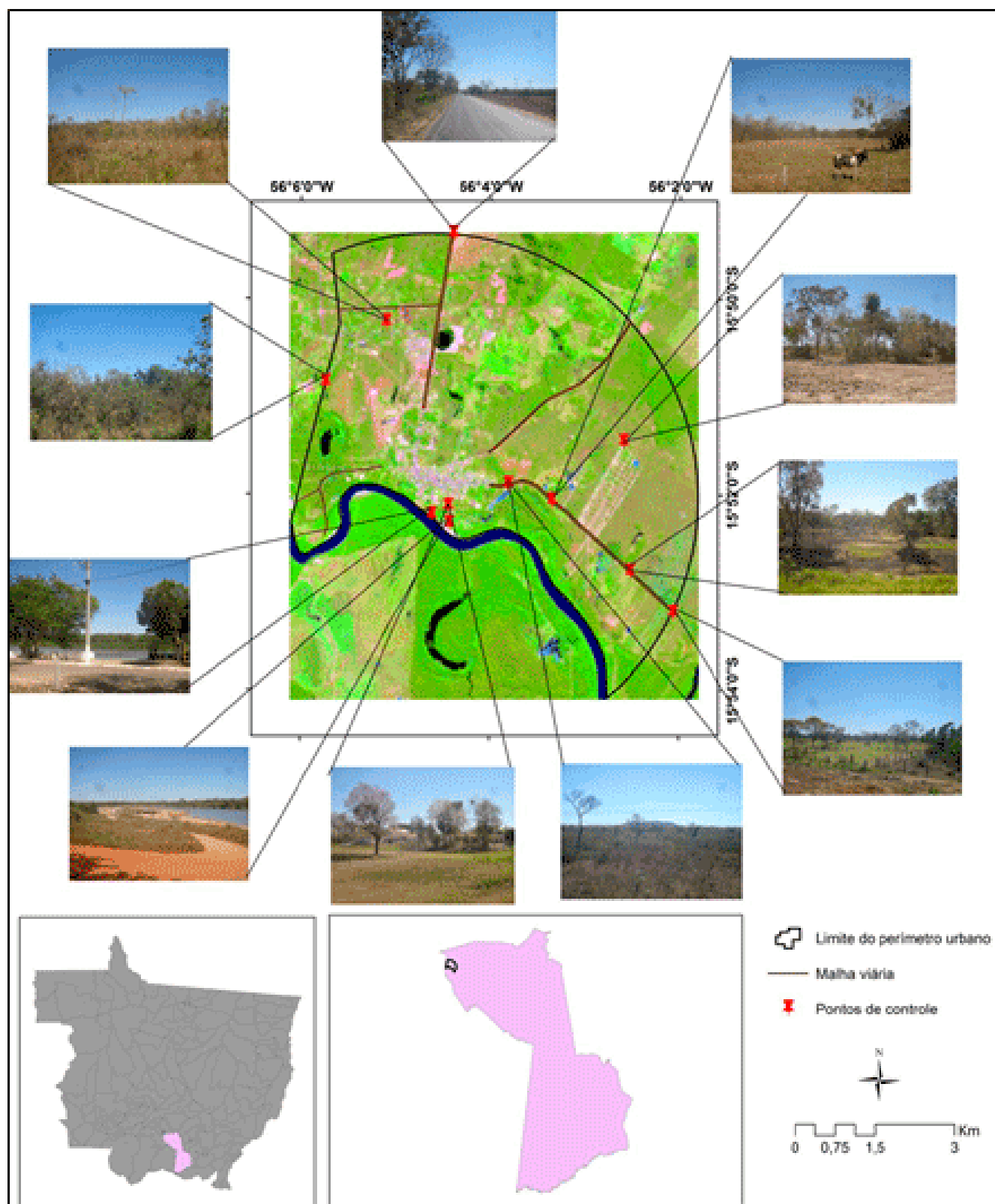
CONDICIONANTES SOCIOAMBIENTAIS				
	<i>Hipsometria</i>	<i>Clinografia</i>	<i>Pedologia</i>	<i>Uso e Ocupação do Solo</i>
PESOS	0,30	0,30	0,15	0,25

ATIVIDADES DE CAMPO

Essa etapa consistiu em campanhas de campo a sede do município de Santo Antônio do Leverger, para coletar dados por meio de transectos com o GPS Garmin 12, em pontos pré-definidos por meio das análises de gabinete das imagens de satélite. Os trabalhos de campo possibilitaram a análise *in loco* da realidade composta pelas condicionantes do meio físico-biótico, que foram registradas por meio de fotografias digitais, pela câmera BENQ GH650 26 XOIS 16.0MP, permitindo validar os resultados obtidos pelas análises geoespaciais.

Mediante os avanços na elaboração dos mapas-base, especialmente o de uso e manejo do solo, fora feito um transecto especial no dia 15 de agosto de 2015, com intuito de sanar pontos conflitantes entre interpretação visual das imagens de satélite e a classificação automatizada. Sendo que, foram plotados pontos de interesse para avaliar o tipo de uso do local, assim como, foram escolhidos pontos importantes na fundamentação da discussão, tais procedimentos podem ser vistos na Figura 07.

Figura 7: Mapa de distribuição dos pontos de controle em campo.



RESULTADOS

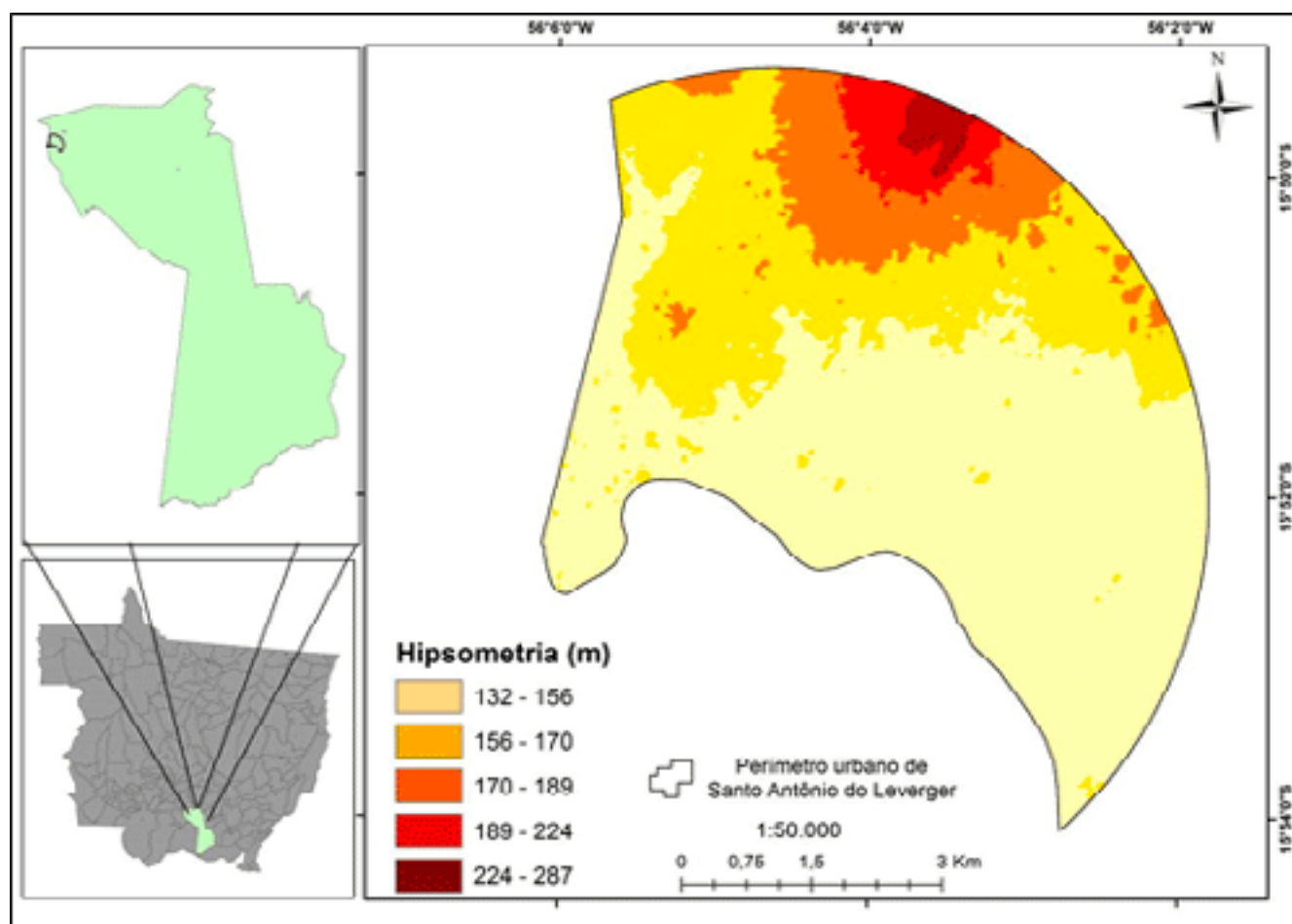
Os resultados obtidos e discutidos apresentam o entendimento dos levantamentos sistemáticos realizados no perímetro urbano do município de Santo Antônio do Leverger. Propiciando uma compreensão das relações existentes entre os componentes socioambientais e as nuances hídras do Rio Cuiabá, auxiliando na percepção da fragilidade ambiental dessa área aos períodos de cheia do referido rio, e auxiliando na predição da probabilidade de inundações.

O CONTEXTO MORFODINÂMICO DO PERÍMETRO URBANO DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER.

Primeiramente é necessário correlacionar o limite urbano do município de Santo Antônio do Leverger, aos seus condicionantes físico-bióticos, ligados a proporção de inundações em sua área, especificamente sua situação hipsométrica e clinográfica. Que juntas elevam o risco eminente de enchentes, devido as suas principais características, baixa amplitude altimétrica e desnivelamento extremamente suave.

O mapa hipsométrico (Fig. 08) do perímetro urbano apresenta 5 classes de fatiamento, em um intervalo de altitudes máximas e mínimas, de 132 m a 287 m, respectivamente, representando uma amplitude de 155 metros em um perfil longitudinal médio de 5,5 km. Essas classes hipsométricas estão ligadas diretamente a posição morfoescultural do perímetro, ou seja, em parâmetros geológicos e geomorfológicos ligados a Planície do Pantanal Setentrional.

Figura 8: Mapa hipsométrico do perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger.

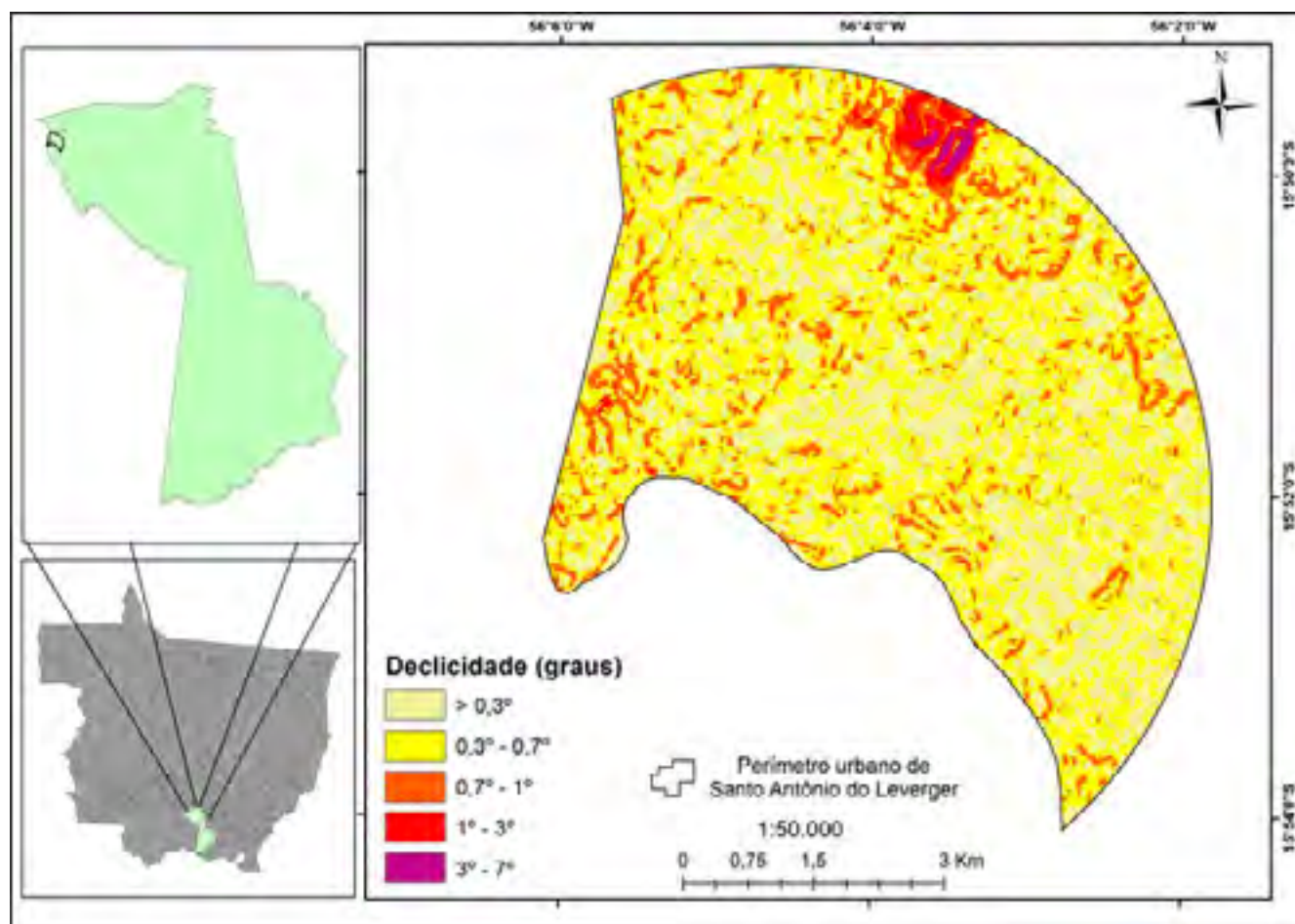


No primeiro fatiamento hipsométrico, que corresponde as cotas de 132 a 156 metros, observa-se que a mesma apresenta uma grande amplitude territorial de cobertura. O que denota um grau muito elevado de fragilidade a inundações, e consequentemente enchentes. Enquanto, o segundo fatiamento (156-170m), corresponde a segunda maior área coberta, o grau de inundações pode ser considerado um grau alto de propensão a inundações.

Os grupos de fatiamento correspondentes as cotas que vão de 170 a 287 m (170-189 m; 189-224m; e 224-287m, respectivamente), são áreas com menor grau de probabilidade a inundações, concomitantemente, ao processo de elevação da cota, pois estão relacionadas às dobras geológicas da Serra do Jacaré (altitude máxima de 320 m) (DANTAS, et al., 2006).

O mapa clinográfico (Fig. 09), apresenta a distribuição espacial da declividade do terreno, presente na área do limite do município de Santo Antônio do Leverger. A clinografia da área foi dividida em cinco células, para melhor visualização espacial de sua distribuição dentro do objetivo proposto.

Figura 9: Mapa Clinográfico do perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger.



A maior abrangência das classes clinográficas está sobre as células $>0,3^\circ$ a $0,3-0,7^\circ$, o que representa uma condição de relevo extremamente plano, impactante positivamente para inundações, e altamente corroborativo para enchentes e suas prolongações. Pois, não há diferenciações acentuadas de declives no terreno, consequentemente o escoamento é lento, a percolação da água no solo é afetada, pelas condicionantes pedológicas, um solo extremamente saturado e com o aquífero muito superficial, associados com os usos e manejo que não colaboram para a retirada da água mais rapidamente, provocando um quadro ambiental de alto risco a inundações.

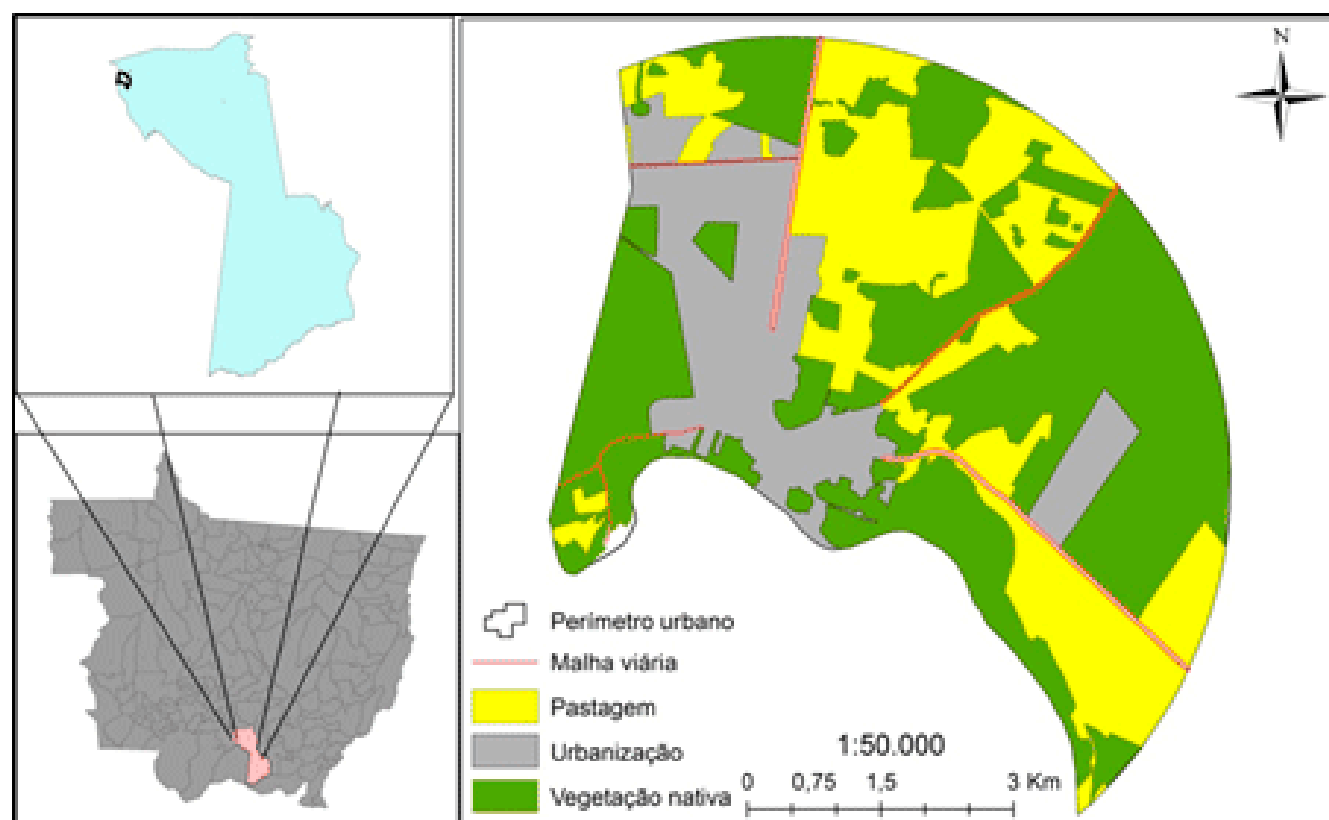
A célula de $0,7$ a 1° encontram-se bem espacializadas no terreno, sendo também áreas com propensa instabilidade e elevado grau de susceptibilidade a inundações. Por outro lado, as células de $1-3^\circ$ e $3-7^\circ$ estão incrustadas na parte mais elevada da área, correspondendo a Serra do Jacaré, apresentando um grau menor a inundações.

OS ARRANJOS DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO PERÍMETRO URBANO DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER

Mediante a falta de materiais cartográficos sobre o uso e ocupação do solo urbano de Santo Antônio do Leverger, houve a necessidade da produção de um mapa de uso e manejo em escala ultra-detalhada (1:2.000), por meio de análises das imagens dos satélites: SPOT TM (2,5m de resolução espacial) e do LANDSAT 8 – OLI (30 m de resolução espacial).

Essa interpolação de dados espaciais propiciou uma compreensão e representação cartográfica única sobre o uso e ocupação do solo urbano de Santo Antônio do Leverger, conforme a Figura 10.

Figura 10: Mapa de uso e ocupação do solo urbano do município de Santo Antônio do Leverger.



As três classes analisadas apresentam uma boa distribuição pela área do perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger, demonstrando uma boa correlação entre a ocupação urbana e a preservação vegetal natural (Tab. 03).

Tabela 3. Classificação do uso do solo da imagem LANDSAT 8 – OLI (Bandas 6, 5, e 4).

CLASSES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	Área (km ²)	Proporção (%)
Área urbanizada (presença de edificações)	7,54	19,44
Pastagem (natural e cultivada)	11,47	29,57
Vegetação (primária e secundária)	19,23	49,58
Perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger	38.78	100*

Fonte: Autores.

* Proporção relativa às análises espaciais, não considerando áreas de vias terrestres e o curso d'água do rio Cuiabá, que somados correspondem a 1,41%.

Analizando o mapa de uso e ocupação do solo urbano de Santo Antônio do Leverger, e a tabela 03, é possível verificar a distribuição espacial dos arranjos ocupacionais, principalmente o da Urbanização, que se concentram principalmente centro-sul e noroeste do perímetro urbano, região delimitada principalmente pelo rio Cuiabá, o que torna essa classe com maior risco a inundações, e consequentemente a impactos advindos de enchentes. Essa classe de uso e ocupação é determinada em decorrência de unidades residenciais construídas, e/ou em fase de construção, como novos empreendimentos.

As áreas consideradas pastagem apresentam uma boa distribuição relacionada aos eixos rodoviários que cortam o perímetro urbano, tanto no sentido Sul-Norte, quanto sul-nordeste/sudeste. Essa classe é composta por pastagem do tipo natural (oriundas das gramíneas do Cerrado), as pastagens plantadas (principalmente *Brachiaria*). Devido ao grau de supressão da vegetação natural, e incidência de manejo de animais (gado), essa classe apresenta o segundo maior grau de fragilidade a inundações.

A classe de Vegetação Nativa está correlacionada a áreas com presença de vegetação do Cerrado (aqui não diferenciada por suas subdivisões) e Matas de Ciliares/Galeria, que estão distribuídas principalmente na porção da margem esquerda do rio Cuiabá, oeste e no nordeste do perímetro urbano. Dentre as três classes, essa apresenta menor grau de fragilidade a inundações, por conservar sua estrutura físico-biótica natural, e por sua maior distribuição espacial distante do curso d'água.

OS ARRANJOS DA FRAGILIDADE A INUNDAÇÕES PARA O PERÍMETRO URBANO DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER

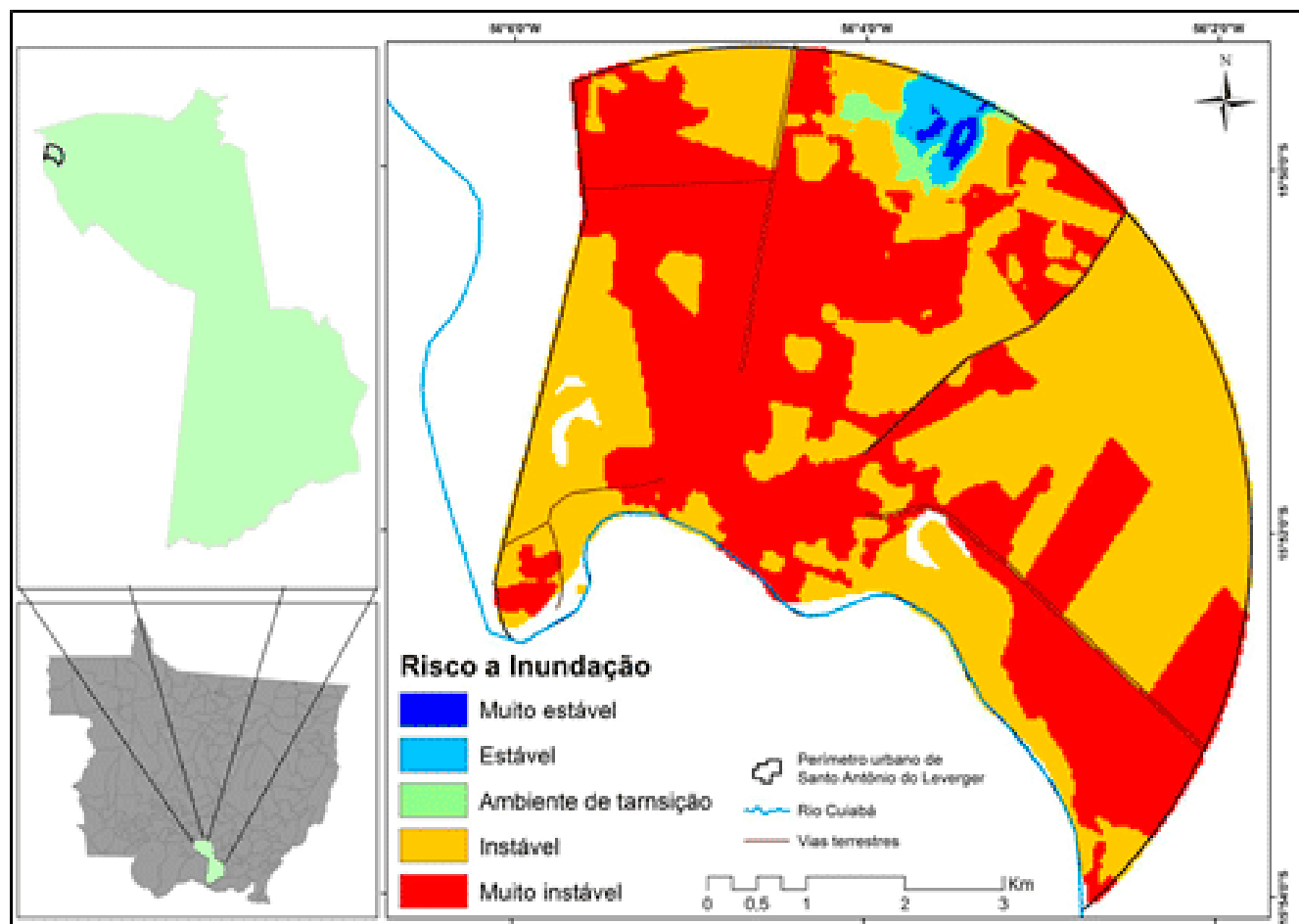
Como observado até o momento o perímetro urbano do município de Santo Antônio do Leverger apresenta uma relação direta entre os condicionantes físico-bióticos e sociais com o grau de fragilidade a inundações. A Tabela 04 expõe a relação entre os condicionantes naturais e seu nível de intensidade a fragilidade a processos de inundações.

Tabela 4: Correlação entre os condicionantes naturais e seus níveis de fragilidade a inundações (EXA – Extremamente Alta: 10; EXA/ALT - Extremamente Alta-Alta: 9; ALT – Alta: 8; ALT/MOD- Alta-Moderada: 6; MOD – Moderada: 5; MOD/BAX – Moderada-Baixa: 3; BAX – Baixa: 1).

HIPSOMETRIA		DECLIVIDADE		PEDOLOGIA		USO DO SOLO	
Classe (m)	Nível de fragilidade	Classe (graus)	Nível de fragilidade	Classe (tipo)	Nível de fragilidade	Classe (tipo)	Nível de fragilidade
132-156	EXA	>0,3°	EXA	Aluviais	EXA	Pastagem	ALT
156-170	EXA/ALT	0,3-0,7°	EXA	Concrecionário	ALT/MOD	Urbanização	EXA
170-189	ALT	0,7-1°	ALT	Litossolos	BAX	Vegetação	MOD/BAX
189-224	MOD	1-3°	MOD	----	----	----	----
224-287	BAX	3-7°	BAX	----	----	----	----

Os níveis de fragilidade encontrados no perímetro urbano de Santo Antônio do Leveger podem ser visualizados na Figura 11. Onde se nota que os pesos dados aos componentes analisados influenciaram diretamente o grau de fragilidade encontrado.

Figura 11: Mapa do risco a inundação no perímetro urbano de Santo Antônio do Leverger.



Nota-se que a situação do perímetro urbano mediante ao procedimento metodológico adotado para esse trabalho, apresenta grande risco a inundações, sendo que, praticamente toda a área proporciona uma situação de fragilidade ambiental entre muito instável a instável (vermelho e amarelo), por conseguinte, apenas a região da Serra do Jacaré, apresenta um grau de fragilidade de forma moderada (azul claro e azul escuro).

Os fatores que mais propiciaram para essa realidade posta foram os derivados da hipsometria e clinografia da área, que somadas representam 60% dos pesos usados para calcular o grau de fragilidade, condicionante a isso, têm-se o uso urbano como grande vetor do aumento a esse risco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de cunho ambiental empregados nos conglomerados urbanos ganham cada vez mais importância, e ao mesmo tempo se tor-

nam necessários para a compreensão dos “problemas ambientais” inerentes à vida na cidade. Nesse sentido os estudos que visam compreender os processos naturais de inundações, e as consequências para a vida humana (principalmente urbana), apresentam grandes possibilidades na explanação de soluções, por meio da compreensão dos mais diversos parâmetros envolvidos nessa realidade.

Umas das formas mais utilizadas para auxiliar esses estudos ambientais na atualidade são ferramentas geoespaciais (cartografia digital, Sistemas de Informação Geográfica, Sensoriamento Remoto, Geoprocessamento, entre outras), pois permitem, transformar dados naturais em linguagem computacionais e matemáticas, que são coletadas, armazenadas, processadas, e analisadas em escalas multitemporais e espaciais.

O perímetro urbano do município pantaneiro de Santo Antônio do Leverger apresenta em seu território inúmeros fatores que o condicionam a ser entre outros municípios dessa região, um grande interlocutor a ter inundações naturais do rio Cuiabá, e consequentemente a apresentar enchentes.

Entre seus mais de 38 km² de área, mais de 85% estão sobre fortes índices de fragilidades a esse processo natural, que são resultados dos seus condicionantes socioambientais, principalmente do hipsometria muito baixa em média pouco mais de 159 m (ao nível do mar), e sua clinografia média de 1°. Que somados ao uso e ocupação do solo e suas unidades pedológicas apresentam um risco médio de 7,85 em uma escala que vai de 1 a 10.

RECOMENDAÇÕES

Diante do relatado, recomenda-se:

- a)** Criação de parques urbanos com vegetação natural e originária da região, assim como, reestruturação vegetacional das margens do rio Cuiabá, com espécies do próprio local, através de produção de mudas pela comunidade vivente no local;
- b)** Concretização de políticas públicas municipais, estaduais e federais na busca de sensibilizar a população santo-antoniense (papa abóbora), a conviver harmoniosamente com o rio. Principalmente no modo de vida urbano, com incentivos ao tratamento e armazenamento adequado do lixo produzido, e o não vandalismo em entupir bueiros e boca de lobos;

c) Construção de casas, condomínios e residenciais com práticas ecológicas sustentáveis, com jardins verdes e áreas de convívios amplas;

d) Diminuição da exploração mineral de areias, britas e cascalhos, diminuindo a destruição das margens e aprofundamento do leito de base do rio.

NOTAS

¹ LEI No 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. O Pantanal matogrossense e a teoria dos Refúgios. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 50. Rio de Janeiro: FIBGE, 1988.

BRASIL. DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. PROJETO RADAMBRASIL. *Folha SD. 21. Cuiabá*. Rio de Janeiro, 1982.

CASTRO-JUNIOR, P. R. de.; MIGLIORINI, R. B.; SALOMÃO, F. X. de T.; VECCHIATO, A. B. Unidades de relevo da Bacia do Rio Cuiabá e suas relações com os recursos hídricos. *Anais... Simpósio de Recursos Hídricos do Norte e Centro-Oeste*. Cuiabá, 2007.

CRUZ, L. M.; JUNIOR, J. F. P.; RODRIGUEZ, S. C. *Abordagem cartográfica da fragilidade ambiental na bacia hidrográfica do Glória- MG*. *Revista Brasileira de Cartografia*, 2010.

DANTAS, Marcelo Eduardo ; SHINZATO, Edgar ; SCISLEWSKI, Gilberto ; THOMÉ FILHO, Jamilo José ; ROCHA, G. ; CASTRO JR., P. R. ; SALOMAO, F. X. Diagnóstico Geoambiental da Região de Cuiabá / Várzea Grande e Entorno (MT). In: *43º Congresso Brasileiro de Geologia, 2006, Aracaju. Anais do 43º Congresso Brasileiro de Geologia, 2006. p. 1-6.*

DIAS, F. A. *Caracterização e análise da qualidade ambiental urbana da bacia hidrográfica do Ribeirão do Lipa, Cuiabá/MT*. 2011, fls 132. Dissertação (Mestrado em Engenharia de edificações e Ambiental). Universidade Federal de Mato Grosso, 2011.

DREW, D. *Processos interativos Homem-Meio Ambiente*. (Tradução: João Alves dos Santos. Revisão: Suely Bastos). – São Paulo: DIFEL, 1986.

EMBRAPA - Centro Nacional de Pesquisa de Solos. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. Brasília-DF: Embrapa Solos, 1999.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos - SBCS*. [Editores Técnico: SANTOS, H. G. et. al.]. – 2ª. ed. – Rio de Janeiro: EMBRAPA SOLOS, 2006.

FERREIRA, João Carlos Vicente de. *Mato Grosso e seus Municípios*, Editora Buriti 2001.

FIGUEIREDO, D. M. de; SALOMÃO, F. X. de T. (Org.). *Bacia do Rio Cuiabá: uma abordagem socioambiental*. Cuiabá. Entrelinhas: EdUFMT, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades - info-gráficos: despesas e receitas*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=510780&search=mato-grosso|santo-antonio-do-leverger|info-gr%C3%A1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: Julho de 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. *Manual Técnico de Pedologia*. 2.ed. Rio de Janeiro, 2007. (Manuais Técnicos em Geociências, 4).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT. *Mapeamento de áreas de alto e muito alto risco de deslizamentos e inundações do município de Jaguariúna (SP)*. Relatório Técnico nº. 133015-205. Casa Militar do Gabinete do Governador, Jaguariúna – SP, 27 de maio de 2013.

LANNA, A. E. A Inserção da Gestão das Águas na Gestão Ambiental. In: Muñoz, R. H. (org.). *Interfaces da gestão de recursos hídricos: desafios da Lei das Águas de 1997*. 2 ed. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 2000, 421 p.

LIMA, J. R. de. Aspecto político e fragmentação territorial – o caso de Santo Antônio do Leverger – MT. In: *Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crises, práxis e autonomia de resistências e de esperanças*. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. Qualidade ambiental urbana em Oswaldo Cruz/SP. Anais eletrônicos... In: XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 2009. Viçosa-MG Disponível em: www.geo.ufv.br/simp-sio/simp-sio/trabalhos/trabalhos_completos. Acessado dia 10/04/2015.

LOSSARDI, L. F.; LORANDI, R. *Caracterização das potencialidades e fragilidades ambientais do meio físico de parte do município de Santa Rita do Passa Quatro (SP)*. Geociências. São Paulo: UNESP. v. 29: 389-399 p. 2010.

MATO GROSSO. SEMA. *Plano Nacional de Recursos Hídricos*. /SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Cuiabá: KCM, 2009.

MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE – MMA. Secretaria de Recursos Hídricos. Agência Nacional de Águas. *Plano Nacional de Recursos Hídricos. Documento Base de Referência*. Brasília: MMA, 2003.

RECKZIEGEL, B. W.; ROBAINA, L. E. D. S.; OLIVEIRA, E. L. D. A. *Mapeamento de áreas de risco geomorfológico nas bacias hidrográficas dos Arroios Cancela e Sanga do Hospital, Santa Maria – RS*. GEOGRAFIA. Santa Maria/RS. 14: <http://www.geo.uel.br/revista> p. 2005.

REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção Questões da Nossa Época)

ROSS, J. L. S. *Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados*. São Paulo: USP: 63-74 p. 1994.

SALOMÃO, F. X. de T. *Rio Cuiabá: a Geologia e a Problemática da Erosão e do Assoreamento*. In: Maria Saleti Ferraz Dias Ferreira (Org.). *O Rio Cuiabá como subsídio para a educação ambiental*: Cuiabá: EdUFTM, 1999.

SÁNCHEZ, L. E. *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SANTOS, A. R. D.; LOUZADA, F. L. R. D. O.; EUGENIO, F. C. *Argis 9.3 Total-Aplicações para Dados Espaciais*. Alegre/ES: CAUFES, 2010.

SANTOS, E. dos. *Mapeamento da fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do rio Jirau município de Dois Vizinhos – Paraná*. 2005. fls. 141. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, 2005.

SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso – PRODEAGRO. *Mato Grosso: solos e paisagens*. Cuiabá – MT. 2007.

SUGUIO, K. *Água*. Ribeirão Preto: Holos, 2006.

TRICART, J. *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1977.

TUCCI, C. E. M. *Gerenciamento integrado das inundações urbanas no Brasil*. Rega, Santiago, v. 1, n. 1, 2004.

TUCCI, C. E. M. *Hidrologia: Ciência e Aplicação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

VARGAS, H. L. *Ocupação irregular de APP urbana: Um estudo da percepção social acerca do conflito de interesses que se estabelece na Lagoa do Prato Raso, em Feira de Santana, Bahia*. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 39, p.7-36, jul./dez. 2008.

VICENTE, L. E.; PEREZ FILHO, A. *Abordagem Sistêmica na Geografia*. *REVISTA DE GEOGRAFIA*. Rio Claro/SP. v. 28: 323-344 p. 2003.

A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL: SOCIEDADE, ECONOMIA E ESTADO DESDE A INDEPENDÊNCIA-RESENHA

Cassiano Ricardo Martines Bovo

Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP) e
mestre em Economia (PUC-SP).
cassiano.bovo@gmail.com

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: Editora 34, 2014, 464 p.

O renomado economista Luiz Carlos Bresser-Pereira brinda-nos com mais um livro na sua extensa galeria de obras publicadas: trata-se de *A construção política do Brasil*, publicado pela Editora 34, no final de 2014. É um trabalho de fôlego, pois o autor empreende uma retrospectiva que parte da independência formal do Brasil até o ano de 2013. No que diz respeito apenas à evolução da economia brasileira, embora abarcando um período menor, ele já havia lançado *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*, Editora 34 (lançado originalmente em 1968, pela Zahar Editores, com várias edições posteriores revisadas e atualizadas). Também, com relação às suas ideias econômicas, ao longo do tempo, foram muitos outros livros e artigos produzidos.

Há muitas coletâneas publicadas sobre a história econômica brasileira e mesmo sobre a evolução política do país, mas a novidade de *A construção política do Brasil* está no fato de que Bresser-Pereira integra os processos socioeconômicos com os políticos, e faz isso de uma maneira original, pois as articulações das classes sociais, ao longo do tempo, em pactos sociais e coalizões, na conjunção com os processos econômicos, é algo inovador. Tenhamos claro que muitos outros já efetuaram (ex. Luciano Martins, Décio Saes, José Luis Fiori, Maria Antonieta P. Leopoldi etc.) análises desse tipo referentes a períodos determinados (ex. 2º Governo Vargas, Governo Jango etc.), no entanto, o novo do livro em exame



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

é esforço alvissareiro por ser um heroico trabalho concentrado em um período de quase dois séculos, conquanto esse aspecto traga também seus problemas e dificuldades como aponto à frente.

Ao realizar essa “viagem”, Bresser-Pereira mostra todo o seu conhecimento sobre a formação socioeconômica, política e cultural do país revisitando as principais interpretações, teses, debates e controvérsias, num dialogo em que insere também as muitas obras de sua autoria, assim como sua experiência de ministro (da Fazenda, no Governo Sarney, da Administração e Reforma do Estado no 1º Governo FHC e da Ciência e Tecnologia no 2º Governo FHC) e Secretário de Governo (Franco Montoro) e de Presidente do Banco do Estado de São Paulo (1983-1985).

Algo que facilita a compreensão é o fato de, logo no primeiro capítulo (*Uma periodização*), Bresser-Pereira, de forma esquemática (como um guia), apresentar os *Ciclos da Sociedade e do Estado* e os *Pactos Políticos* correspondentes, além de nomear a estratégia principal de cada período, pois todo o livro se baseia nesses componentes.

Ainda quanto à estrutura, boa é a ideia de apresentar boxes, chamados de *Breves teorias*, à parte, em alguns capítulos, onde explica, de maneira argumentada, teorias, conceitos e processos econômicos fundamentais para a compreensão de várias passagens e mesmo para defender suas ideias¹.

Quanto às classes sociais, algo crucial para a exposição das teses e argumentação, Bresser-Pereira utiliza a terminologia de tradição marxista (mas não de maneira ortodoxa e evitando adentrar em discussões teóricas a respeito), baseada nas relações de produção (e não a de cunho weberiana, fundamentada na estratificação via renda, embora seja um tributário de Max Weber em questões como a burocracia), por exemplo: burguesia, trabalhadores, tecnoburocracia (incluindo os militares), classes médias, oligarquia agrária, empresas multinacionais, escalões dentro das Forças Armadas, o capital financeiro, os rentistas (aqueles que vivem de aluguéis, juros e dividendos) etc., sempre apontando as frações de classe (ex. a burguesia na sua fração industrial e financeira; os trabalhadores na sua fração menos qualificada e de alta qualificação, gerência etc.; militares de alta ou baixa patente, dentre outras).

Ainda com relação às classes sociais, o autor, a meu ver, dá centralidade à burguesia, em especial à sua fração industrial, dando a impressão que empreende a sua “viagem” (basicamente a partir do início do século dos 1900), sob o olhar dessa classe, à qual, inclusive, pertence. Em várias passagens, Bresser-Pereira argumenta que as mudanças na sociedade (principalmente na economia) dependem da posição assumida pela burguesia industrial em termos de pacto ou coalizão de classe (a quem ela se alia?), isto é, os processos serão mais facilmente compreen-

didos, observando-se como se comportará essa fração de classe na sua interação com as demais. Como complemento, assumem enorme importância as políticas nacional-desenvolvimentistas, sempre elogiadas pelo autor, e os interesses externos (níveis de dependência, tutela e influência de interesses e ideologias importadas).

Ainda em relação à burguesia industrial, o autor em análise entende que embora esta tenha sido, em muitos momentos, nacionalista, em outros, será manipulada, tutelada e se imiscuirá no Estado de maneira a ganhar mercados externos e internos, aceitando projetos dependentistas e ideologias importadas, o que revela, para ele, certa ambiguidade.

Assim sendo, minhas apreciações a respeito do livro em análise se concentrarão essencialmente nas relações entre pactos de poder e os processos econômicos, em função da originalidade e, a meu ver, maior contribuição de Bresser-Pereira na obra em foco.

Bresser-Pereira inicia sua análise com o que ele chama de *Pacto Oligárquico*, que corresponde ao *Ciclo Estado e Integração Territorial*. Trata-se do período que vai de nossa independência política e formal até 1930. O autor ressalta a construção do Estado brasileiro, sua “apropriação” por parte das oligarquias e a integração territorial, sendo que não se tinha, para ele, a ideia de nação, nesse período, e a ênfase é dada para a ascensão da classe dos cafeicultores e a eliminação do tráfico de escravos, ambos importantes para a construção do capitalismo no país. Até o final do Império predominou, em termos de pacto de classes, os senhores de terras, grandes comerciantes e a burocracia patrimonialista; os dois primeiros (predominantes) envolvidos com os interesses externos.

Já na chamada 1ª República (1889/1930), temos o que Bresser-Pereira chama de “política dos governadores” (força dos governos estaduais em detrimento do central e dos chefes locais), que girava em torno da produção e comercialização do café. Em termos de pacto de poder tínhamos os produtores de café e os comerciantes relacionados ao mesmo, visceralmente relacionados aos interesses externos. As relações entre a indústria e o café eram contraditórias, concordando o autor com a clássica análise de Sérgio Silva² e, mesmo que não fosse do interesse das classes dominantes, o mercado interno se expande alimentado pelo trabalho assalariado em emergência e estão dadas as condições para a arrancada brasileira em direção à sua revolução nacional e industrial.

Ainda nesse período, em especial na década dos 1920, parte das forças que formarão o pacto seguinte entram em cena (Bresser-Pereira dá ênfase ao movimento tenentista em oposição à Guarda Nacional, esta oligárquica). Esse pacto foi chamado por ele de *Pacto Nacional-Popular de 1930* (que inicia também o ciclo chamado de *Nação e Desenvolvimento* e que durará até 1977, abarcando também o *Pacto Autoritário*-

-*Modernizante de 1964*, como se verá à frente), formado pelas seguintes classes sociais (com alternâncias de forças em distintos momentos): parte das Forças Armadas, a fração industrial da burguesia (a capitanear a industrialização e consolidação do capitalismo brasileiro dentro do chamado processo de substituição de importações), setores progressistas da velha aristocracia (basicamente agricultores chamados pelo autor de substituidores de importações e não relacionados às exportações), trabalhadores assalariados urbanos e a burocracia pública moderna (uma nova classe) e, dentro desta, o que Bresser-Pereira chamada de classe média profissional³, que ele dá especial ênfase, devido ao seu caráter estratégico para nossa industrialização, em especial, os técnicos ligados ao governo, e aborda a importância do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) de Getúlio Vargas e as Comissões de Estudo e os Grupos Executivos do Governo Juscelino Kubitschek.

Cabe notar que em relação ao Governo JK, Bresser Pereira faz uma crítica (em que pese seu reconhecimento da importância desse governo para o processo de industrialização brasileiro) no que diz respeito à sua dependência dos investimentos externos diretos com o objetivo de gerar poupança; crítica essa que será recorrente, pois essa estratégia retornará em outros governos brasileiros.

No embalo do alarmismo de direita e a radicalização política no Governo Jango, dissolve-se esse pacto. A tese de Bresser-Pereira é que a burguesia industrial fica com medo do povo (leia-se do fortalecimento dos trabalhadores em geral, inclusive do campo) e se une a setores conservadores (ex. a oligarquia rural exportadora, os grandes comerciantes importadores, o capital estrangeiro, setores das Forças Armadas e sua tecnoburocracia estatal e as empresas multinacionais); para o autor essa guinada da burguesia industrial foi crucial para a derrocada do Pacto Nacional-Popular de 1930.

No regime militar temos então um novo pacto chamado de *Autoritário-Modernizante de 1964*, composto pelas classes acima mencionadas. A partir de 1974 (derrota da Arena nas eleições daquele ano) inicia-se a gestação de um novo pacto; o Pacote de abril de 1977 foi o estopim para a burguesia industrial abandonar o Pacto Autoritário-Modernizante de 1964 e aderir a uma coalizão ampla (com forças antes alijadas, como por ex. os trabalhadores em geral, movimentos populares de esquerda, intelectuais etc.), no processo da redemocratização, e entra de cabeça no movimento das Diretas Já, inclusive junto a setores reticentes da classe média e mesmo da fração financeira da burguesia. Como se sabe, e o autor aponta, foi uma abertura lenta em troca do fim do AI-5. Bresser-Pereira defende a tese de que a adesão de setores da burguesia à coalizão (a burguesia deixou de apoiar um pacto para apoiar outro) e a crise da

divida externa tornaram inevitável o fim do regime militar e que este não se deu exclusivamente em função da supremacia de uma linha moderada em oposição a uma linha dura nas Forças Armadas e nem em função de uma tendência “natural” liberalizante do capitalismo (tese de setores da burguesia) e nem por causa apenas das lutas populares. Ainda entende ele, que a fração industrial da burguesia (ideia da centralidade, que mencionei anteriormente) deu solidez ao novo pacto e apresentou um projeto de hegemonia de classe como resultado da perda de legitimidade dos militares.

Esse pacto é chamado por ele de *Democrático-Popular de 1977 e das Diretas Já* e inicia um novo ciclo, o da *Democracia e Justiça Social*, sendo que todos os pactos seguintes, até os dias de hoje, estarão circunscritos a esse ciclo.

É muito rica sua abordagem em relação à chamada inflação inercial, sobretudo no box *Breve Teoria 9 – A alta inflação inercial*, em que expõe as interpretações teóricas e os debates envolvidos, nos quais o autor em foco participou como intelectual que produziu livros e artigos (alguns em parceria com Yoshiaki Nakano) sobre o assunto e como Ministro da Fazenda pós Plano Cruzado, no ano de 1987 e início de 1988; foi ele o autor do chamado Plano Bresser.

Para Bresser-Pereira, a década de 80 se caracterizou por uma situação contraditória. No plano político o Pacto Democrático-Popular realizou a transição política e gerou a Constituição de 88 – chamada de “cidadã” –, elogiada por ele, que ressalta o avanço em termos de direitos, sobretudo os sociais. Mas no plano econômico as repercussões da crise da dívida externa sobre toda a década (e início da década seguinte), envolvendo a inflação inercial e hiperinflação, quebra do Estado, sucateamento da indústria, baixo crescimento econômico, desemprego etc. (muito bem explicado) se sobressaiu e contribuiu significativamente para o fim do pacto em pauta e seu abandono por parte da burguesia industrial, principalmente pelo fato de Sarney ter se utilizado de populismo econômico e prorrogado seu mandato (a gota d'água) gerando crise de legitimidade. Outros fatores que reforçam essa situação: avanço da ideologia neoliberal e o fortalecimento das forças conservadoras. A supremacia do econômico sobre o político é atestada pelo fato dos políticos associados à Assembleia Constituinte (por ex. Ulisses Guimarães) não terem se dado bem na primeira eleição para a Presidência da República no período pós-regime militar, mas sim, um candidato que trilhou caminho independente (Fernando Collor de Mello) e aponta que as elites não tiveram competência para resolver tão grave crise econômica.

Bresser-Pereira lembra um aspecto importante em relação à Constituição de 88. Esta foi se tornando incompatível com as forças que assu-

miram o poder na década seguinte e veio sendo paulatinamente desmontada (principalmente pelas reformas liberalizantes do Governo FHC) ao longo do tempo; entendo que esse processo de desmonte vem até os dias de hoje, como atesta as atuais votações no Congresso, que afetam direitos trabalhistas e previdenciários, a questão da maioria penal etc.

O pacto seguinte é chamado pelo autor de *Liberal Dependente* e vai de 1991 a 2005, representando significativa guinada em relação ao anterior, com aceitação quase que incondicional aos princípios do Consenso de Washington e todas as suas repercussões em termos de dependência externa, perda da soberania e da ideia de nação. No plano econômico, há a crítica de toda a macroeconomia utilizada no período, inclusive o chamado “tripé”⁴, contrário à proposta de Bresser-Pereira, relativa a uma *macroeconomia do desenvolvimento*, com uma crítica recorrente não só aos Governos Collor e FHC, mas também aos governos posteriores até os dias de hoje em relação aos seguintes pontos: o populismo cambial, a dependência do capital especulativo e dos investimentos externos diretos como forma de suprir a falta de investimentos internos, que, inclusive, na opinião de Bresser-Pereira, diminui o nível de investimentos total da economia ao invés de aumentá-los e piora os problemas de balanço de pagamentos em vez de resolvê-los. Para combater a inflação, ele aponta para a necessidade da desindexação e cita a sobrecarga sobre a taxa de juros, que é utilizada para resolver tudo (em especial a inflação) no país, o que a torna uma convenção e não o resultado de um suposto equilíbrio macroeconômico como querem os economistas em geral⁵.

No plano político, Bresser-Pereira assinala o importante papel da fração industrial da burguesia para a formação do pacto (em função da grave crise da década anterior e das ilusões e promessas do neoliberalismo), mas, logo de início, parte dela deixa de apoiá-lo, pois os efeitos da concorrência externa para vários setores foram devastadores, gerando falências e perda de mercado. Mas a força desse movimento atingiu até as universidades do país, os estudantes em busca desenfreada de bolsas de estudos no exterior, além do Banco Central, abalando a identidade nacional e cultural. Para o autor houve uma “demonização” do setor público ligado às concepções desenvolvimentistas e chama a atenção para o fato de que, na sua visão, o resultado foi a desindustrialização do país.

As classes que deram sustentação a esse pacto foram: parcela da burguesia industrial, composta pelas grandes empresas, o capital financeiro (sistema financeiro), os rentistas (que vivem de aluguéis, dividendos e juros, o que ajuda a explicar as elevadas taxas de juros reais), o capital estrangeiro em geral (com forte apoio dos governos dos países

mais poderosos), o agronegócio, a tecnoburocracia estatal (parcela do funcionalismo público), os trabalhadores de alta qualificação (setores da classe média). Se no pacto anterior boa parte das classes sociais fechou em torno da ideia da redemocratização, agora (com exceção dos trabalhadores em geral) fecharam em torno das “aberturas”, como se isso quisesse dizer “modernidade”, evolução etc. Mas, para Bresser-Pereira, isso se revelou catastrófico para o país.

Bresser-Pereira tece elogios a FHC, não no plano econômico (embora tenha atuado nesse governo como Ministro), mas sim no que diz respeito às instituições democráticas, a ampliação dos direitos sociais e em relação aos direitos humanos em geral.

A partir daí Bresser-Pereira envereda para o 1º Governo Lula, que, a seu ver, ainda está dentro do Pacto Liberal-Dependente, marcando a manutenção dos pilares do governo anterior, porém chama atenção para as mudanças em curso no 2º Governo Lula, dentro do que chama de *desenvolvimentismo social* e que quebra o pacto anterior, pois este já está imerso em outro pacto (em construção). Sua tese é a de que estaria em formação o *Pacto Nacional-Popular de 2006-2014*, que só é assim nomeado no Quadro 1 do 1º capítulo do livro; nos capítulos em que o aborda, entende que o mesmo não chegou a se formar.

Bresser-Pereira defende que no 2º Governo Lula esteve em curso esse pacto entre empresários (burguesia industrial e mesmo financeira, no Governo Lula), a tecnoburocracia, o agronegócio e trabalhadores, mas, em sua opinião, o problema (que explica sua inconclusão) é que o empresariado não confia em Lula, pelas suas origens de esquerda. Isso ficou mais evidente ainda no Governo Dilma, pela sua vinculação com a esquerda acrescida às dificuldades e problemas econômicos, embora Lula e Dilma tenham adotado políticas econômicas pró-empresariado e desenvolvimentistas⁶.

No plano econômico, Bresser-Pereira tece muitas críticas à macroeconomia do Governo Lula, em especial sua aceitação da apreciação cambial para combater a inflação (populismo econômico) e para captação de poupança externa (como no pacto anterior, em especial no Governo FHC). Sobre o Governo Dilma, ao contrário do que a maioria apregoa, suas dificuldades econômicas, para ele, estiveram intimamente relacionadas a uma “herança maldita” do Governo Lula e elogia sua determinação em prol de objetivos relacionados ao desenvolvimentismo, mas entende que cometeu erros e chama a atenção para a sua guinada no meio do mandato (de uma política com verniz desenvolvimentista para a aceitação das premissas do “tripé”) que se deveu principalmente à tentativa de agradar as classes dirigentes, em período próximo às eleições.

Bresser-Pereira termina o livro realizando uma análise do Ciclo Democracia e Justiça Social (Pactos Democrático-Popular, Liberal-Dependente e Nacional-Popular, que não chegou a se concretizar), correspondendo ao período de 1985 a 2013, tecendo sérias críticas aos governos no plano econômico, principalmente em função da manutenção (em todos os governos) dos pilares da ortodoxia econômica, em especial a perversa combinação taxa de câmbio sobrevalorizada (esta sua maior preocupação em relação à macroeconomia) e taxa de juros elevada, o que revela, para o autor, um desenvolvimentismo incompleto, a partir do 2º Governo Lula⁷. Examina com propriedade (como já fizera em outros momentos, além de um *Box – Breves teorias* – só para esse intento) os nefastos efeitos da chamada *doença holandesa* (a sobrevalorização cambial contínua em função da dependência das exportações maciças de produtos primários) e suas repercussões em termos de desindustrialização e critica sua não neutralização, ao contrário do que veio acontecendo no país a partir do Governo Vargas até o regime militar, e tece elogios à política econômica da China. Já no que diz respeito aos gastos sociais, redução da pobreza e desigualdade, o autor aponta os avanços ocorridos nesse período.

No que tange ao plano político, no que diz respeito ao ciclo em questão, Bresser-Pereira tem uma tese muito discutível, a meu ver; a de que o país pode ser considerado democracia consolidada, utilizando a clássica combinação dos direitos políticos (basicamente o sufrágio universal) mais os chamados direitos civis (as liberdades fundamentais). Entendo que, no que diz respeito aos direitos civis, estamos longe de uma democracia consolidada, uma vez que estes existem, para a maior parte da população, apenas na lei. Concretamente, como se sabe (e os mais variados relatórios de respeitadas organizações de direitos humanos, inclusive a ONU, além das denúncias e notícias cotidianas confirmam), o Brasil é um dos países que mais violam esse catálogo de direitos, apresentando de maneira recorrente e generalizada (para ficar em algumas) violações, tais como execuções extrajudiciais (inclusive massacres e chacinas praticadas por forças de segurança governamentais), utilização corriqueira da tortura como prática de investigação e intimidação, desaparecimentos, violência homofóbica, condições carcerárias desumanas, remoções forçadas, desrespeito às terras de povos indígenas e quilombolas. Se olharmos por esse ângulo, entendo ser mais adequado afirmar que estamos numa democracia em construção.

Para finalizar, entendo que se a abordagem dos pactos políticos em torno das classes sociais *ao longo do tempo* é o caráter mais original e desafiador do livro, por outro lado implica em certa simplificação (impossível eliminar pelas características da empreitada), uma vez que as decisões

das classes sociais em termos de apoios a pactos e pertencimento a coalizões, além dos interesses envolvidos, é algo mais dinâmico, que envolve, inclusive, suas relações com o Estado, que são bastante complexas e de difícil abordagem numa obra de fôlego desse tipo, pois seria necessária, em cada período, a análise sobre os interlocutores de uma classe, sua força de representação, além das rupturas, divisões e diferentes pontos de vista que vão se alterando em curtos períodos, em geral.

Também, acredito que Bresser-Pereira realizou certa especialização em termos de capítulos: alguns contendo primordialmente análises econômicas e outras políticas (envolvendo os pactos, inclusive); uma tentativa ambiciosa seria empreender, em todos os capítulos, uma abordagem simultânea e integrada (como o autor o faz em alguns) que capte os processos sociopolíticos com todo seu dinamismo e complexidade.

Essas observações não diminuem a grandeza da obra em análise e de seu autor, um brasileiro que nos orgulha, pois é de uma estirpe cada vez mais rara: pensador profundo de seu país e que se mantém fiel à tradição desenvolvimentista de busca da construção de um país verdadeiramente justo e desenvolvido.

NOTAS

¹ Para exemplificar segue alguns títulos dos boxes *Breves Teorias: Novo desenvolvimentismo; Desenvolvimentismo, coalizões de classe e populismo; Doença holandesa e sua neutralização*.

² Em referência ao clássico *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, de Sérgio Silva, Editora Alfa-Omega, 1976.

³ Lembremos que o autor é um grande estudioso do assunto e publicou o livro *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*, Editora Brasiliense, 1981, além de sua experiência, já mencionada, como ministro.

⁴ Que envolve o sistema de metas de inflação, busca de superávits primários e taxa de câmbio determinada pelo mercado.

⁵ A meu ver, ponto alto do livro é a percepção de Bresser-Pereira de que muitas decisões governamentais são fruto de interesses e de forças em conflito, o que dá uma impressão de que há alguma contradição (ou "erro") macroeconômica. Parece-me que a grande questão é ver a ciência econômica em duas dimensões muito distintas: a técnica e positivista (na verdade relacionada a interesses e não a alguma neutralidade, como querem seus defensores) e a que a integra nos embates de classes

(que considera os conflitos e seus resultados), dentro de uma tradição de cunho marxista.

⁶ Em especial, impressiona-me o fato de Dilma, no início de seu 1º Governo, ter reduzido significativamente a taxa de juros e diminuído vários custos de produção (energia elétrica, tributação etc.) e mesmo assim não ter recebido o apoio necessário da fração industrial da burguesia para conter o ódio do capital financeiro, rentistas e setores conservadores da sociedade.

⁷ As teses e propostas do autor nesse aspecto giram em torno dos livros *Macroeconomia da estagnação*, Editora 34, 2007 e *Developmental macroeconomics: new developmentalism as a growth strategy*, Routledge, 2014, em coautoria com José Luis Oreiro e Nelson Marconi.

GAIA: ALERTA FINAL – RESENHA

Pepita de Souza Afune

Mestranda do Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais e Humanidades
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
pepita_af@hotmail.com

LOVELOCK, James. *Gaia: Alerta Final*. 1ª ed. Tradução de Vera de Paula Assis e Jesus de Paula Assis. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010. 262 p.

O ambientalista britânico James Lovelock, é graduado em Química e Matemática pela Universidade de Manchester, na Inglaterra, e é reconhecido pela sua carreira de cientista. Foi considerado pela revista britânica *Prospect* no ano de 2005, um dos intelectuais mais importantes internacionalmente. Dentre o campo vasto de suas pesquisas, estão a análise das atmosferas dos planetas, pesquisa realizada através de parceria com a NASA, e a sua célebre *Hipótese Gaia*.

O conceito – Gaia – foi sugerido a Lovelock pelo escritor britânico William Golding. Desta forma, o conceito foi embrionado nos anos 60, um período em que cientistas trabalhavam no programa espacial da viagem do homem à lua, e desenvolvimento de satélites em órbita na Terra. A teoria de Gaia apesar de ser engendrada num período de intensas mudanças e revoluções no mundo, não foi aceita de início, mas o autor desenvolveu um trabalho de 36 anos até que no ano 2001, o conceito recebeu reconhecimento parcial oficial pela comunidade científica.

Sua obra *Gaia: Alerta Final*, apresenta o prefácio de autoria do astrofísico britânico Martins Rees, que propõe as origens que engrenaram as ideias a respeito do Planeta como um ser vivo e vulnerável. Essa tese é rejeitada por vários cientistas, principalmente os neodarwinistas, que não aceitam a hipótese de autorregulação do planeta para mantê-lo habitável. Em 1979, Ford Doolittle, um biólogo canadense, publicou severas críticas sobre a teoria de Gaia na revista *New Age Coevolution Quartely*. Mas “no início dos anos 1990, a teoria de Gaia tinha feito dez previsões e oito delas tinham



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

sido confirmadas ou, no mínimo, haviam se tornado aceitas em termos gerais" (LOVELOCK, 2010, p. 171).

Na visão de Lovelock, essas críticas surgiram porque a teoria de Gaia é uma ameaça à manutenção de teorias vigentes. Ela pode mudar o curso da ciência. Todos querem manter as coisas como estão. Então, ele acredita que mudar essa forma de pensar é um desafio, e é necessária uma justificativa muito incisiva. Isso porque uma hipótese seria de que eles são os cientistas que precisam prestar contas à opinião pública. Eles sabem que as previsões climáticas não são totalmente corretas, e os múltiplos climas ou catástrofes climáticas podem ser até mesmo imprevisíveis.

Apesar de todas essas dificuldades, a teoria de Gaia ganhou uma parcial aceitação pela comunidade científica mundial. Ganhou um prêmio, a *Medalha Wollaston*, em 2003, pela sociedade geológica de Londres. "A ciência levou muito tempo para olhar para Gaia" (*Idem*, p. 178).

"Gaia", na opinião do autor, neste momento, está respondendo às ações humanas ao longo de sua história, a caminho de um ambiente inabitável para a vida. Uma de suas hipóteses é que a situação já estaria irreversível. Ele calcula que as críticas em relação a sua teoria mostram-se ferrenhas como podemos perceber na seguinte citação: "Você está fazendo de novo – antropomorfizando a Terra, falando dela como se estivesse viva" (*Idem*, p. 98).

Na verdade, Lovelock não generaliza ou improvisa profecias apocalípticas, ele tão-somente mostra dados científicos que nos levam a crer em problemas futuros no nosso planeta. Ele questiona: "A que velocidade a Terra está se aquecendo?" [...] à medida que a Terra se aquece, o nível do mar se eleva" (*Idem*, p. 73-74).

À medida que a humanidade se desenvolve em relação à ciência e manipulação da natureza, o consumo excessivo de combustíveis acarretou uma concentração de dióxido de carbono na atmosfera, tendo como consequência o derretimento das calotas polares, a supressão gradual das regiões florestais e aumento do processo de desertificação. E por mais improvável que pareça, a Terra se aquece gradativamente no decorrer dos anos.

A elevação do nível do mar é a melhor medida disponível do calor absorvido pela Terra, porque se origina de apenas duas causas principais: o derretimento das geleiras no solo e a expansão do oceano à medida que ele se aquece – em outras palavras, o nível do mar é um termômetro que indica o verdadeiro aquecimento global (*Idem*, p. 51).

A esterilidade do oceano aumentou em 15% desde o final do século XX e justamente devido ao aquecimento do planeta. A água do oceano

esquenta-se e fica mais separada da água das profundezas, local onde há a concentração de nutrientes. A importância das algas seria para manter as águas em temperaturas ideais, além de contribuir na remoção do dióxido de carbono do ar.

A mudança de temperatura à medida que aumenta a abundância de dióxido de carbono é determinada no modelo pelas equações que vinculam a planta e crescimento de algas com a temperatura e equações que ligam sua presença com dióxido de carbono e as nuvens na atmosfera (*Idem*, p. 58).

Cientistas como Steve Schneider e Jim Hansen, na década de 80, já alertaram a comunidade científica para perigosas mudanças que ocorreriam no planeta em consequência da poluição com o dióxido de carbono. Em função disso, foi criado um painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas como iniciativa da ONU em apoio a vários climatologistas no sentido de mostrar aos cientistas do mundo todo, as mudanças químicas e físicas da atmosfera nos anos de 1990 adiante. Mas além dessas causas globais, Lovelock acusa também a grande demanda populacional e quantidade de animais maior que a capacidade da Terra. Além da questão climática, Lovelock alerta que o que poderá acontecer está indiretamente ligado à falta de alimentos, falta de espaço para as sociedades, nas quais muitas perderão seu território por inundações, falta de recursos gerais e guerras.

Lovelock alerta também que existe um perigo climático do qual o planeta não conhece por 12 mil anos. Um perigo que poderia matar grande parte das espécies vivas, deixando poucos sobreviventes com precárias condições de vida. Desta forma, deveríamos nos tornar autosuficientes de alimentos e energia, e possuímos melhores condições de prever o clima futuro no planeta.

Algumas profecias durante o século XX foram consagradas em relação ao século XXI, que podemos perceber que não se concretizaram. O estrategista militar norte-americano Herman Kahn afirmou que haveria um mundo com uma alta tecnologia. Mas ignorou as consequências do rápido crescimento demográfico e o aumento do consumo de energia. Da mesma forma, alguns profetas otimistas tentam no momento prever o nosso futuro no ano de 2050, no qual acredita-se que o planeta estaria com oito bilhões de habitantes, sob o clima com um aumento de 2°C e poluição regulada. Previsões estas, confiando nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Essa diversidade de previsões procura seduzir-nos quanto às capacidades dos governos de criarem medidas para controlar o clima. Medidas estas, que trazem tentativas de previsões do tempo, porém, limitadas por

teorias climáticas da física atmosférica. Essas pesquisas deveriam ir muito mais além que a física atmosférica, devendo basear-se na geofisiologia, que por sua vez, encara o planeta como um organismo vivo, um sistema dinâmico.

Lovelock (2010) acusa a humanidade de se preocupar mais com as questões econômicas do que com o aquecimento global, sendo que poderia empreender ambos juntos. Isso seria possível com a redução de 60% da emissão de gases, causando queda no consumo de combustíveis.

Assim, o autor acredita que o consumo excessivo, causado pelo desejo crescente em viver conforme as confortáveis tecnologias de primeiro mundo é incompatível com a necessidade do planeta. É necessária uma observação muito mais além do aspecto climático. A questão da concentração de dióxido de carbono nos oceanos é apenas uma face dessa problemática "causada por um excesso de prósperos seres humanos" (Idem, p. 69).

Os governos encaram as formas de resolução dessas problemáticas, de forma simplista e mais cômoda, como a simples redução do dióxido de carbono. Outra questão é de que a ciência procura manter as coisas da forma como elas têm sido mantidas durante anos, e não procura realizar mudanças na sua forma de encarar as problemáticas planetárias. Apesar de que não se pode mudar completamente e repentinamente os rumos de uma pesquisa dentro de um laboratório, com todo o seu aparato que fora construído para uma finalidade específica.

A proposta de Lovelock vislumbra uma nova abordagem científica, que encare a Terra como um sistema dinâmico, na qual é necessária uma adaptação e preparo das partes da Terra que possuam menor probabilidade de sofrerem as mudanças climáticas. Mas mesmo nesses locais de sobrevivência também poderiam passar por dificuldades. Por exemplo, nas regiões europeias que possuem terras férteis, como a Holanda e Reino Unido, poderiam sofrer inundações pela elevação do nível do mar e tempestades intensas. O importante é não pensar em manter o planeta da forma habitual, isto sim nos levará ao fim.

Um dos problemas alarmantes que vão muito além de tempestades, inundações e calor, é a seca prolongada. Lovelock apresenta dados do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), que prevê em seu relatório do Grupo de Trabalho II de 2007, que os países do sul da Europa sofrerão a escassez de água até 2030. Várias partes ao redor do mundo perderão a fertilidade do solo por causa da seca. Os países superpopulosos, como a China e a Índia, sofrerão muito mais esses efeitos pelas perdas nas lavouras. Regiões como o Rio Nilo e o Eufrates serão refúgios. Desta forma, teria que se reforçar as forças armadas.

Em sua opinião, vários aspectos podem ser projetados a partir do panorama atual. Não basta grupos ambientalistas expandirem seus clamores verdes, nem o uso de painéis solares no telhado, energia eólica e moinhos de vento, é necessário que o homem se preocupe em manter os suprimentos alimentares e caso deseje manter-se em uma vida urbana garantir energia. Durante a Segunda Guerra Mundial houve um grande número de famintos, pela escassez de importação de alimentos. Se a população continuar crescendo exponencialmente, Lovelock analisa que as terras cultiváveis irão perder seu espaço para mais moradias e indústrias. É necessário abrir mão de um estilo de vida elitista em suas banalidades. Grande parte do mundo se deslocará para o cerrado e o deserto. A falta de alimentos será grande por causa da estiagem prolongada. "Complexos sistemas de irrigação com uso da água do mar dessalinizada aliviarão parte da perda, mas a um preço enorme em gasto de energia" (*Idem*, p. 96)

A tendência do século XXI é o aumento da população urbana. Mais de 50% dos habitantes mundialmente estão morando em áreas urbanas. Esse ambiente urbano fica dependente de sistemas de produção de alimentos, matéria-prima, abastecimento de água e eletricidade. Os movimentos verdes em prol da natureza defendem que este abastecimento urbano poderia ser movido a carvão, a energia eólica, solar e gás natural. Porém para o sustento de uma cidade é necessário o suprimento constante.

Um programa da BBC de Londres, o *BBC - Science & Nature - Horizon*, uma vez discutiu sobre as consequências para a cidade de Londres se ficasse sem energia por uma semana. Imagine um desastre que danificasse as tubulações de gás sob o mar, anticiclones frios inviabilizando o abastecimento por energia eólica. A cidade é totalmente dependente de eletricidade. Todos os sistemas de esgoto e abastecimento de água também dependem de fontes de energia. Os postos de gasolina, os supermercados, os semáforos, iluminação urbana e residencial, elevadores, hospitais, escolas, empresas, enfim, tudo interdepende do abastecimento de energia para funcionar. Sem a energia tudo entraria em colapso. A cidade se transformaria em um acampamento de refugiados.

O autor acredita que não podemos nos comprometer a sustentar nossa civilização com fontes caras e ineficientes. Essa energia verde, tão defendida pelos governos e movimentos verdes, não conseguiria suprir toda a demanda populacional. O homem, dentro desses ideais fervorosos, deveria deixar o seu alto padrão de vida, procurando também reter o crescimento demográfico, com o planejamento familiar e controle de natalidade.

Lovelock atenta aos cientistas que devemos tomar cuidado com as formas empregadas para sanar os problemas climáticos na Terra. Utilizar o aerossol estratosférico para a redução de aquecimento global pode ser perigoso pelas consequências que ele pode exercer acidificando os oceanos. Os sobreviventes da nova crise mundial de Gaia ainda encontrarão refúgios em oásis. Mas o planeta levará centenas de milhares de anos para voltar a ser o que era antes da interferência humana.

Essas análises e propostas de Lovelock nos levam a compreender que o ambientalismo e os movimentos verdes na atualidade, auferiram uma conotação religiosa. A questão da culpa que o homem enxerga em si próprio como o originador do pecado, e que agora sofre as suas consequências, o faz sentir como o responsável pela poluição do planeta, e que agora irá “pagar” por isso. São ideias como essas que se transformaram de certa forma em um modismo. Uma nova forma de fé com respostas para todos os problemas ambientais. Esses idealistas formam um novo grupo consumidor das novas indústrias, que se pautam em uma publicidade que defende as questões ambientais, sob o lema da sustentabilidade, como uma mera estratégia de *marketing*.

O contexto do século XXI é marcado pelos ideais de ambientalismo, proteção à natureza e sustentabilidade. Preceitos que não existiam antes do século XVIII. Os problemas ambientais até este período não eram considerados ameaças para a humanidade como assim pensamos na atualidade.

Podemos conceber a teoria de Gaia no âmbito dos paradigmas pós-modernos, que por sua vez, estão pautados na desconstrução de princípios e concepções ocidentais. Para Santos (1987) consideramos pós-moderno o período de intensa mudança nos aspectos sociais, culturais e científicos ocorridos a partir da década de 50, que se adentrou em aspectos mais complexos de nossa sociedade, como questões filosóficas. Neste momento, encontra-se uma vontade de alcançar o hiper-real ou o “maravilhoso”, numa busca ferrenha pela indagação quanto à capacidade da ciência moderna.

As pessoas se voltam para o meio rural, que antes era sinônimo de atraso e selvageria, mas que agora passa a ter uma conotação naturalista. Um novo estilo de vida foi criado. A comida natural, orgânica, a influência das religiões orientais, a manutenção de Reservas Naturais, os movimentos ecológicos e a medicina fitoterápica fazem parte de um contexto de rejeição das racionalidades iluministas, uma aproximação com as pseudociências.

Inegavelmente, a natureza passou a ter posição destacada no reordenamento da produção, da circulação e do consumo no

mundo contemporâneo, e é em seu nome que os grupos procuram estabelecer suas posições. É possível, portanto, identificar um núcleo político por trás das epistemologias e dos mapas do mundo da ciência moderna e da pós-moderna. Nele se encontrariam grupos mais interessados em definir quem vai, no futuro, controlar o mundo e as suas narrativas de como este mundo deva parecer [...] (ALBUQUERQUE, 2004, p. 13).

A partir da década de 70, portanto, apesar da ilusão de valorizar as qualidades da natureza, inicia-se um sentimento de culpa. Surge nesse contexto, uma nova forma de uma filosofia, o “ser verde” que seria ter uma consciência e preocupação com o meio ambiente. Começou uma era de rejeição das consequências da Revolução Industrial.

São inúmeros os eventos que comprovam a proliferação das manifestações ecologistas a partir da década de setenta. Moscovici (2007) aponta que em 1973 aconteceu a maior manifestação ecológica na França, uma celebração às bicicletas que inclusive ganhou apoio na imprensa, aparecendo no jornal *Le sauvage* com o título: *Homem livre: sempre haverá de querer bem à bicicleta*.

Outro movimento verde que tem grande destaque internacional é o *Greenpeace*, que em 1971 no Canadá foi criado por um grupo formado por ecologistas, jornalistas e hippies que ao embarcar no barco de pesca *Phyllis Cormack*, tentavam impedir que os Estados Unidos realizassem testes nucleares na ilha de Amchitka (conhecida como o santuário dos pássaros), no Alasca.

E é isso que os movimentos verdes pretendem fazer, reencantar a natureza, criar uma cultura ecológica, restituindo-lhe magia e força, rompendo com os antigos conformismos. Os jovens foram os pioneiros atraídos por estes movimentos, com muito entusiasmo, em uma celebração do encontro entre homem e natureza, propondo um novo estilo de vida, uma renúncia aos modos de produção que afetam a natureza irreversivelmente.

Lovelock, apesar de todas as críticas que sofreu, está dentro desta tendência inevitável e representante de um período novo na história humana, que por sua vez, deve ser analisado e compreendido pela comunidade acadêmica, por representar uma nova cultura e uma nova forma de o homem lidar com o planeta em que habita.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Leila M. B. A Ideia de Natureza na Ciência Pós-Moderna. In: *Anais do II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação*

e *Pesquisa em Ambiente e Sociedade* (ANPPAS). Indaiatuba, 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/leila_m_b_albuquerque.pdf. Acesso em: 28 de Junho de 2015.

MOSCOVICI, Serge. *Natureza: Para pensar a Ecologia*. Trad. Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac e Regina Mathieu. Coordenação da edição brasileira Maria Inácia D'Ávila e Tania Barros Maciel. Rio de Janeiro: Mauad X; Instituto Gaia, 2007.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é Pós-Moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. [Coleção Primeiros Passos]